**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

MARIA MARGARETE DOS SANTOS BENEDICTO

Quaquaraquá quem riu? Os negros que não foram...
A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da *belle*
***époque* aos anos 1920 no Rio de Janeiro**
(Versão Corrigida)

**São Paulo
2018**

MARIA MARGARETE DOS SANTOS BENEDICTO

Quaquaraquaquá quem riu? Os negros que não foram...

A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da *belle époque* aos anos 1920 no Rio de Janeiro

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutora em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba

**São Paulo
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B463q Benedicto, Maria Margarete dos Santos
Quaquaraquá quem riu? Os negros que não foram... A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da belle époque aos anos 1920 no Rio de Janeiro / Maria Margarete dos Santos Benedicto ; orientador Elias Thomé Saliba. - São Paulo, 2018.
262 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Humor. 2. Sátira. 3. Branqueamento. 4. Racismo. 5. Reforço de estereótipo. I. Saliba, Elias Thomé, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Maria Margarete dos Santos Benedicto

Data da defesa: 22/02/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Elias Thomé Saliba

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22 de abril de 2019.

(Assinatura do (a) orientador (a))

BENEDICTO, Maria Margarete dos Santos. Quaquareaquá quem riu? Os negros que não foram... A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da *belle époque* aos anos 1920 no Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutora em História.

Aprovado em: 22 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Ricardo Matheus Benedicto, meu marido,
meu amor... Espero que reconheça nossas
conversas nas páginas deste trabalho, pois você
está integralmente em cada linha que escrevo.
E também por me mostrar qual é o melhor lugar
do mundo: entre seus braços.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho passou por muitos obstáculos que, em alguns momentos, fizeram-me acreditar que não conseguiria chegar ao fim desta jornada. Porém aqui estou... tive que pegar alguns atalhos, construir novas trajetórias para chegar ao final e, ao mesmo tempo, a um novo início.

O momento, agora, é de agradecer às pessoas que foram fundamentais neste percurso.

José Mariano dos Santos e Rosa da Silva Santos, meus pais. Minha mãe era uma mulher corajosa e à frente de seu tempo; criou as filhas para serem independentes, sobretudo, financeiramente e acreditava que o estudo, a educação, era o caminho para essa independência. Meu amor eterno e meu maior orgulho por ter sido sua filha. Meu pai, logo que chegou do interior de São Paulo, Dourado, teve seu primeiro emprego na Capital como um dos trabalhadores que ajudou a construir a Universidade de São Paulo, Campus Butantã. Sempre contava com orgulho que devastou “o matagal e aterrou os brejos” que existiam para realizar a fundação de muitos prédios, entre eles o da FFLCH. O seu maior orgulho era ter uma filha que estudava na Universidade que ajudara a construir com as próprias mãos. Infelizmente, não tenho mais os dois... mas estão vivos nas minhas lembranças... no amor eterno...

Às minhas irmãs, Maria Goretti (Gore) e Maria Clarete (Nenê). Obrigada por compartilharmos a vida. E aos meus sobrinhos lindos, inteligentes e divertidos, Renato e Renata.

À minha família postiça Silva. Luciana, a irmã que a vida me deu e que, infelizmente, se foi tão cedo, aos vinte e poucos anos. Contudo me deixou o Tio Lú, seu pai (que também já se foi), a Tia Marina (sua mãe) e Aramis Luis Silva (seu irmão). Pessoas que aprendi a amar e a respeitar como minha família. Aramis, tantos momentos felizes que compartilhamos com risadas escrachadas e tantos choros densos, mas o que realmente importa é que sempre estamos juntos nesses mais de vinte e tantos anos de amizade. Amo vocês!

Estes amigos, vou mencionar em ordem alfabética; turma da FFLCH sabemos como é... se não houver uma boa explicação vão solicitar assembleia (risos)... Débora Regina Aversan (Dedé), Sérgio Luiz Damiani (Sé) e Tânia Gonçalves (Tanião); quando nos juntamos para nossos almoços regados, agora, a uma taça de vinho ou aos nossos cafés com bolos, retroagimos às gargalhadas sem responsabilidades como se ainda fôssemos os jovens de 1995, quando nos conhecemos na época de graduação; hoje grisalhos e, agora, na fase de trocarmos receitas

médicas e nomes de especialistas, coisas da idade... Mas que também não deixa de ser divertido. Obrigada pela amizade e cumplicidade que temos.

Maria Antônia Dias Martins, outra “pessoinha” que também conheci na FFLCH, porém em 1998. Sabe o quanto sua amizade é importante para mim.

Ao grupo de pesquisa História e Humor, representados nas pessoas de Leandro Antônio de Almeida, pela sua solicitude, inteligência e seu sorriso franco e espontâneo; Paula Ester Janovith, pela leitura e participação na banca de qualificação; e Elena Pajaro Peres, pela leitura, sugestões e contribuições que realizou; espero que as encontre na leitura da tese.

As Instituições consultadas: Acervo do jornal O Estado de São Paulo (Marcelo Moreno); Arquivo da Academia Brasileira de Letras (Kátia Marquet); Arquivo Público do Estado do Maranhão (Maria Helena Pereira Espínola); Biblioteca Antônio Torres – Casa do Muxarabi (Ronney Leite Brito); Fundação Joaquim Nabuco (Nadja Maria Tenório Pernambucano de Mello). Agradeço pela gentileza e solicitude.

Ao professor Elias Thomé Saliba, simplesmente, por tudo... Infinitamente, OBRIGADA!

A Ricardo Matheus Benedicto, pela cumplicidade, conselhos, paciência, dedicação, carinho e pelo amor...

RESUMO

BENEDICTO, Maria Margarete dos Santos. **Quaquaraquá quem riu? Os negros que não foram... A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da *belle époque* aos anos 1920 no Rio de Janeiro.** 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese tem como objetivo contribuir para um melhor entendimento das relações entre humor e racismo no período que abrange da *belle époque* aos anos 1920 na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, mostramos que a ideologia do branqueamento influenciou de modo decisivo as representações dos negros e de seus descendentes nos textos, poesias satíricas e nas ilustrações impressas nas páginas das revistas humorísticas do período. A elite política e a *intelligentsia* brasileira, se debruçavam sobre a questão do “problema negro”, pois a “nova sociedade” republicana que surgia necessitava ser reconhecida como branca e fugir da cor preta – branqueamento. Versavam entre os que viam a mestiçagem como a degeneração do povo brasileiro e os que entendiam que a mestiçagem seria a possibilidade de “diluição” da cor preta. A análise dessa sociedade, pelo riso, nos proporcionará uma leitura mais elucidativa, visto que esse possui um compromisso com o “não normativo”, “não sério”, o “indizível”. O humor buscou historicizar as representações dos conflitos políticos, econômicos, culturais e sociais motivados pelo contexto da *belle époque* carioca e as transformações por ela originadas, como as questões ligadas à nação, à identidade nacional e à política de branqueamento. A partir da investigação dos trabalhos de Antônio Torres, Emílio de Menezes e da revista humorística *D. Quixote*, de propriedade e direção de Manoel Bastos Tigre, foi possível apontar como os preconceitos – sociais, culturais e raciais, não raro, entrelaçados – inspiram a produção desses humoristas. De certa forma, esses trabalhos não somente propagaram, mas também perpetuaram os preconceitos no imaginário da sociedade brasileira. Nesse sentido, podemos dizer que o humor é, simultaneamente, parte e uma reflexão sobre a estrutura social que habita.

Palavras-chave: Humor. Sátira. Branqueamento. Racismo. Reforço de estereótipo.

ABSTRACT

BENEDICTO, Maria Margarete dos Santos. **Quaquaraquaquá who laughed? The blacks who weren't... The humorous depiction of blacks and the question of whitening the *belle époque* to the years 1920 in Rio de Janeiro.** 2018. Thesis (PhD in History) – Faculty of Philosophy, Letters and Humanities of the University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This thesis aims to contribute to a better understanding of the relations between humor and racism in the period that covers the *belle époque* to the years 1920 in the city of Rio de Janeiro. To this end, we show that the ideology of bleaching influenced decisively the representations of blacks and their descendants in the texts, satirical poetry and in the illustrations printed on the pages of the humorous journals of the period. The political elite and the brazilian *intelligentsia* were leaning on the issue of the "black problem", because the "new republican society" that emerged needed to be recognized as white and escape the black color – bleaching. They were among those who saw the miscegenation as the degeneration of the brazilian people and those who understood that the miscegenation would be the possibility of "dilution" of the black color. The analysis of this society, by laughter, will provide us with a more elucidative reading, since it has a commitment to the "non-normative", "not serious", the "unspeakable". Humor sought to historicize the representations of political, economic, cultural and social conflicts motivated by the context of the carioca *belle époque* and the transformations it originated, such as the issues related to the nation, the national identity and the policy of bleaching. From the investigation of the works of Antônio Torres, Emílio de Menezes and the humorous magazine *D. Quixote*, owned and directed by Manoel Bastos Tigre, it was possible to point out how the prejudices – social, cultural and racial, not rare, intertwined – inspire the production of these humorists. In a certain way, these works have not only propagated, but also perpetuated prejudices in the imaginary of brazilian society. In this sense, we can say that humor is, simultaneously, part and a reflection on the social structure that inhabits.

Keywords: Humor. Satire. Bleaching. Racism. Stereotype reinforcement.

RÉSUMÉ

BENEDICTO, Maria Margarete dos Santos. **Quaquaraquaquá qui a ri? Les noirs qui n'étaient pas... La représentation humoristique des noirs et la question du blanchiment de la belle époque aux années 1920 à Rio de Janeiro.** 2018. Thèse (Doctorat en Histoire) – Faculté de Philosophie, Lettres et Humanités de l'Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

Cette thèse vise à contribuer à une meilleure compréhension des relations entre l'humour et le racisme dans la période qui couvre la belle époque aux années 1920 dans la ville de Rio de Janeiro. À cette fin, nous montrons que l'idéologie du blanchiment a influencé de manière décisive les représentations des noirs et de leurs descendants dans les textes, la poésie satirique et dans les illustrations imprimées sur les pages des revues humoristiques de l'époque. L'élite politique et *l'intelligentsia* brésilienne, se penchent sur la question du "problème noir", parce que la "nouvelle société républicaine" qui a émergé devait être reconnu comme blanc et échapper à la couleur noire – blanchiment. Ils ont été parmi ceux qui ont vu la métissage comme la dégénérescence du peuple brésilien et ceux qui ont compris que la métissage serait la possibilité de «dilution» de la couleur noire. L'analyse de cette société, par le rire, nous donnera une lecture plus elucidative, car elle a un engagement envers les «non-normatifs», «non sérieux», les «inqualiables». L'humour a cherché à historiser les représentations des conflits politiques, économiques, culturels et sociaux motivés par le contexte de la belle époque carioca et les transformations qu'il a créé, telles que les questions liées à la nation, l'identité nationale et la politique de blanchiment. De l'enquête sur les œuvres d'Antônio Torres, Emílio de Menezes et le magazine humoristique *D. Quixote*, détenu et dirigé par Manoel Bastos Tigre, il a été possible de souligner comment les préjugés – sociaux, culturels et raciaux, pas rares, entrelaces – inspirez la production de ces humoristes. D'une certaine manière, ces œuvres ont non seulement propagé, mais aussi perpétué des préjugés dans l'imaginaire de la société brésilienne. En ce sens, nous pouvons dire que l'humour est, en même temps, une partie et une réflexion sur la structure sociale qui habite.

Mots-clés: Humour. Satire. Blanchiment. Racisme. Renforcement des stéréotypes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	18
1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE HUMOR	18
1.1.1 As teorias do humor no contexto da <i>belle époque</i>: Bergson, Freud e Pirandello	20
1.1.2 Teorias antropológicas sobre o Humor	26
1.1.2.1 Teorias de Manutenção	27
1.1.2.2 Teorias da Negociação	29
1.1.2.3 Teorias do <i>Frame</i>	31
1.1.3 Categorias do Humor	34
1.1.3.1 Sátira	34
1.1.3.2 Humor Negro	38
1.2 BRASIL: UM PAÍS DE NEGROS, MACACOS E MEIA DÚZIA DE BRANCOS DUVIDOSOS	42
CAPÍTULO II	54
2.1 O IMPÉRIO NOS TRAÇOS E NAS TROÇAS: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA GUERRA DO PARAGUAI, AS LEIS PROTETÓRIAS DA ABOLIÇÃO E A ABOLIÇÃO	54
2.2 ENFIM REPÚBLICA! “AGORA NÓS SOMOS TUDO CIDADÃO”, SERÁ?! ..	87
CAPÍTULO III	104
3.1 ANTÔNIO TORRES E EMÍLIO DE MENEZES – O RISO CONSTRANGEDOR	104
3.1.1 Antônio Torres, o escritor irrealizado	104
3.1.2 Emílio de Menezes, um homicida pela palavra	138
CAPÍTULO IV	182
4.1 MANOEL BASTOS TIGRE E TODA A VERDADE DITA A SORRIR	182
4.2 BASTOS TIGRE, O HUMORISTA QUE SILENCIOU O RISO	225
CONCLUSÃO	240
REFERÊNCIAS	243

INTRODUÇÃO

Aí está o “Sortilégio”, o seu mistério, que vive, justamente, do seu dilaceramento de ser negro. Eu já imagino o que vão dizer três ou quatro críticos – que o problema não existe no Brasil, etc., etc., etc. Mas existe. E só a obtusidade pétrea ou a má-fé cínica poderão negá-lo. Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fomenta em nós, dia e noite.

Nelson Rodrigues¹

Nelson Rodrigues expressou o que muitos de nós, afro-brasileiros, sentimos quando resolvemos estudar a nossa História. Quantos de nós já escutamos, em pleno século XXI, no ambiente acadêmico: “cuidado para o seu trabalho não se tornar uma obra de militância”. Essa afirmação, muitas vezes, nos leva a inferir que não temos capacidade científica de sistematizar dados, analisar fontes, organizar documentos... afinal, preto estudando questões relacionadas ao racismo e ao continente africano está, obviamente, fazendo militância ao invés de ciência!

O excerto de Nelson Rodrigues foi escolhido propositalmente, pois, quando menciona “o sortilégio”, está se referindo ao professor Abdias do Nascimento. Quantos de nós – em nossa formação em cursos de Ciências Humanas no Brasil – ouvimos mencionar o nome e a obra do professor Nascimento? Essa é comumente desprezada e considerada por muitos como “de movimento”.

No ano de 2014, ocorreram as comemorações do centenário de Abdias do Nascimento. Entre as celebrações, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, a palestra² do conferencista Molefi Kete Asante – professor da Temple University. Impressionou-me o início de sua fala na qual mencionou a enorme felicidade que sentia por estar no país de um de seus mentores que muito o tinha inspirado e incentivado em seus estudos. Segundo ele, nós, brasileiros, devíamos ter muito orgulho da trajetória acadêmica desse intelectual – Abdias do Nascimento. Intelectual que as universidades brasileiras, em sua grande maioria, condenaram ao ostracismo. Resolvemos dissertar sobre esse fato, pois foi um dos fatores que estimulou o nosso trabalho.

¹ RODRIGUES, Nelson. Abdias: O negro autêntico. **Última Hora**. Rio de Janeiro, nº 2195, p. 3, 26 de ag. 1957. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 set. 2018.

² A palestra Afrocentricidade e Quilombismo ocorreu nas comemorações do centenário de Abdias do Nascimento. O evento foi promovido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO) e Museu de Arte do Rio (MAR) no dia 28 de maio de 2014 e ocorreu no auditório do MAR.

Outro fator que nos estimulou foi o fato de que, ao trabalhar por mais de dez anos com a questão da Educação e Diversidade Étnico-Racial no Estado de São Paulo, verificamos que, apesar dos avanços consideráveis trazidos pela Lei 10.639/03 e das formações continuadas de professores sobre a temática em nível Federal, Estadual e Municipal, a História e as Culturas Africanas e Afro-brasileira são ainda pouco trabalhadas pelos docentes. Observamos que os africanos entram em cena, de um modo geral, somente no período colonial brasileiro e “no papel de escravos”. “Terminado” o período, esses personagens “somem” da História do Brasil. Veremos, a partir da segunda seção do Capítulo I desta tese, que o racismo e o eurocentrismo da *intelligentsia* brasileira desempenharam um papel significativo para relegar das escolas a História e as Culturas Africanas e Afro-brasileira.

Participar do Grupo de Pesquisa “*As narrativas históricas e a polifonia da linguagem humorística brasileira (1930-2001)*”, coordenado pelo professor Elias Thomé Saliba também foi decisivo para esta pesquisa. Apesar de o humor ter como uma de suas funções a crítica da sociedade vigente, também produz piadas, sátiras, charges e caricaturas racistas. Assim, entre outras questões, comecei a me perguntar: o humor pode contribuir para a manutenção do racismo na sociedade?³ Devemos rir de tudo, inclusive de piadas racistas? Dada a atualidade deste debate e devido à minha formação de historiadora, resolvi revisitar a formação da República brasileira – marcada pela política de branqueamento da nação – pelo viés dos humoristas a fim de investigar essas questões.

Para além das justificativas apresentadas, acreditamos ser importante destacar que a ideia inicial surgiu durante a pesquisa de mestrado, quando nos debruçamos sobre os escritos de frei Pedro Sinzig (1876-1952), um religioso incansável, preocupado com a produção cultural do período, com a restauração do poder da Igreja e moralização dos católicos. Entre as suas preocupações estavam os livros que circulavam nas livrarias e bibliotecas (*Através dos romances: guia para as consciências* – 1923), os filmes exibidos no cinematógrafo (Revista *A Tela* – nº 1 fev./1919 ao nº 39 dez./1919) e a produção humorística que circulava nos jornais e revistas (*A caricatura na imprensa: a contribuição para um estudo histórico – social* – 1911). A obra que nos intrigou no período de pesquisa, apesar de sua fragilidade – Sinzig fundamentou as suas análises e reflexões na moral cristã – foi *A caricatura na imprensa*. Nela o frei distinguia os limites morais e éticos dos “senhores do lápis”, pois “fizeram nascer seus desenhos não de

---

³ A obra do professor Dagoberto José Fonseca: **Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira**, oferece resposta afirmativa a essa questão. No entanto, nosso trabalho se diferencia da obra Professor Fonseca, pois investigamos um determinado contexto histórico, político e social que não foi analisado pelo antropólogo.

uma gargalhada, mas de um preconcebido espírito contrário à religião, contrário à autoridade, contrário ao próximo” (SINZIG, 1911, p. 4-5).

Os humoristas selecionados para essa investigação são: Antônio Torres (1885-1934), Emílio de Menezes (1866-1918) e Manoel Bastos Tigre (1882-1957), este último nos interessa não apenas o humorista, mas também o diretor/proprietário da Revista *D. Quixote* a qual era destinada a classe letrada e pretendia estabelecer um diálogo com a sociedade e com a modernidade carioca ao debochar do engodo que era a república pretendida. São autores de inúmeras sátiras e poemas humorísticos, os quais nos permitiram desvendar os sentidos de uma movimentada e agitada vida social e cultural, além de terem em comum a personalidade forte, não possuíam limites em sua escrita. Os escritos desses humoristas estavam associados a uma representação dos temas cotidianos, que ao explorarem preconceitos de qualquer ordem ironizavam a sociedade da *belle époque* e as incertezas políticas, econômicas e sociais presentes na busca por uma definição da identidade nacional no período. O humor produzido por Torres, Menezes e Bastos Tigre transita em uma linha tênue entre o individual e o coletivo, que estão intrinsecamente associados, visto que, o ato individual do humor possui ressonância no seu significado socialmente construído.

As inquietações apresentadas acima, inspiraram este trabalho: *Quaquaraquá quem riu? Os negros que não foram... A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da belle époque aos anos 1920 no Rio de Janeiro*.

A tese apresenta quatro capítulos, cuja estrutura descrevemos a seguir.

O Capítulo I possui um caráter introdutório, está composto por duas seções: 1.1 *Algumas considerações sobre humor* e 1.2 *Brasil: um país de negros, macacos e meia dúzia de brancos duvidosos*. A primeira delas elucida as concepções teóricas que fundamentaram as análises das fontes documentais – registros humorísticos. Procuramos trabalhar com as teorias de humor que nos ajudaram a escolher e analisar as fontes documentais humorísticas para esta tese. Iniciamos pelos teóricos da *belle époque*: *O riso* (1899) de Henri Bergson; *O chiste e suas relações com o inconsciente* (1905), de Sigmund Freud; e *O Humorismo* (1908), de Luigi Pirandello. A análise se consistiu, principalmente, pelas concepções de humor de Bergson – o riso adquire uma função social – e de Freud – o chiste é a mais social de todas as fruições psíquicas que objetivam o ganho de prazer. Em seguida, apresentamos as Teorias Antropossociológicas sobre o Humor que se concentram no contexto social e cultural no qual o humor foi (é) produzido. Dentre as Antropossociológicas, utilizamos A Teoria da Manutenção, a Teoria da Negociação e Teorias do *Frame*. Por fim, apresentamos as categorias do humor, Sátira e Humor Negro, visto que os textos e poesias utilizados no corpo deste trabalho

são satíricos e a sátira levada ao seu extremo pode se confundir com o humor negro que é marcado pela virulência, frieza, corrosividade.

Na seção 1.2 *Brasil: um país de negros, macacos e meia dúzia de brancos duvidosos*, analisamos a questão da miscigenação e a da política de branqueamento da nação, bem como, as discussões realizadas pela *intelligentsia* brasileira sobre o tema e as leis proibitivas da entrada dos não brancos no país.

O Capítulo II também está dividido em duas seções. Na primeira, 2.1 *O Império nos traços e nas troças: a representação do negro na Guerra do Paraguai, as leis protetórias da abolição e a abolição*, temos como objetivo apresentar o contexto histórico das três últimas décadas do final do século XIX. As tensões política, econômica e social do período foram representadas pelas revistas ilustradas que são consideradas precursoras de uma imprensa irreverente. Através do humor expunham as notícias ou críticas à sociedade. No período ora analisado, a Guerra do Paraguai e seus desdobramentos tiveram um papel fundamental. Devido à necessidade de recrutamento pela escassez de soldados, igualaram os escravos aos “livres” como material “disponível” para o conflito. A consequência foi a intensificação do movimento abolicionista, visto que os escravos que regressavam do conflito reivindicavam seus direitos de soldados o que culminou com a abolição. Todos esses fatos foram acompanhados, bem de perto, e devidamente registrados pelos ilustradores das revistas.

Na seção 2.2 *Enfim República! Agora nós samu tudo cidadão, será?!*, mostramos – recorrendo também às revistas humorísticas – que, a despeito da vitória do ideal republicano, os negros não se beneficiaram da igualdade perante a lei, pois as elites brasileiras defenderam e implementaram a política de branqueamento que visava transformar a nação em um país branco e ocidental excluindo, assim, os negros dos direitos de cidadania.

No Capítulo III investigamos os textos satíricos de Antônio Torres e os sonetos, trocadilhos, epigramas, epitáfios satíricos de Emílio de Menezes. Analisamos como os temas branqueamento da nação/mestiçagem e a inserção – mesmo que limitada – social de alguns negros e seus descendentes na sociedade pós abolição e advento da república foram reforçados e recriados por meio das sátiras, trocadilhos e sonetos escritos por esses autores satíricos.

E, por fim, o Capítulo IV também está dividido em duas seções. Na seção 4.1 *Manoel Bastos Tigre e toda a verdade dita a sorrir*, analisamos como a revista *D. Quixote* – cujo proprietário e diretor foi Bastos Tigre – representou o papel social do negro, bem como reforçou o racismo na sociedade através de textos e poemas satíricos e das charges presentes na revista. A seção 4.2 *Bastos Tigre, o humorista que silenciou o riso* mostra como Bastos Tigre – presidente da Sociedade Brasileira de Autores de Teatro (SBAT) no período que compreende

1927-1928 –, proibiu a turnê internacional da *Companhia Negra de Revistas* e como as revistas humorísticas e os jornais ridicularizaram as apresentações da Companhia.

CAPÍTULO I

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE HUMOR

Não há fato mais banal e mais estudado que o riso; não há nada que mais tenha excitado a curiosidade entre as pessoas comuns e os filósofos e sobre o que se tenha catalogado mais observações e construído mais teorias. (...) e, apesar disso, não há nada que permaneça mais inexplicável, a tal ponto que somos tentados a dizer, como os céticos que devemos nos contentar em rir e não procurarmos saber porque rimos, pois a reflexão talvez mate o riso, e seria então contraditório descobrir suas causas.

Ludovic Dugas⁴

Definir o humor apenas como aquilo que nos faz rir é ser negligente e confuso, porque existe o humor que não nos faz rir e existem circunstâncias que nos fazem rir (...) as quais não são humor de verdade.

John Morreal⁵

O humor como objeto de investigação acadêmica, ao contrário do que o tema sugere, é extremamente desafiador, pois a temática nos leva ao caráter aparentemente banal do fenômeno humorístico, ou seja, relegado a um patamar inferior. A academia não ficou alheia a esse olhar de inferioridade, tanto que, raramente, se interessava pelo humor como um fenômeno histórico, social, cultural, linguístico. Essa banalização, muito provavelmente, se deveu a dois motivos básicos: o primeiro pelo fato de o humor ser considerado, do ponto de vista científico, pouco importante; o segundo, muitos estudiosos do humor apontam que basta se debruçar nos estudos sobre o que provoca o riso para que ele perca seu encanto, visto o tema do nosso trabalho – o riso sobre o negro. Corroboramos com esse último, visto que trabalhar com o humor é desafiador, árduo e o estudo em si não possui graça, ao contrário, pode nos provocar um certo desconforto.

Acreditamos ser importante destacar que não há uma única “teoria” que defina o humor. Há teorias que podem se “encaixar” de acordo com a pesquisa e seus objetivos, porém estouram como feixes de luz, onde cada feixe representa uma das bases do humor. Conforme Elias Thomé Saliba,

Já se produziu uma verdadeira biblioteca, com centenas de volumes, que nos legaram as mais variadas definições sobre humor e riso e que nunca chegaram se quer esboçar uma categoria ou, ao menos, um princípio unificante para as formas cômicas e

⁴ DUGAS, Ludovic. **Psychologie de Rire**. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1902, p. 1-2.

⁵ MORREAL, John. **The Philosophy of laughter and humor**. New York: State University of New York, 1987, p. 24.

humorísticas. [...] mais do que noutras áreas temáticas, muitos estudiosos já reconheceram a singularidade das produções teóricas sobre o riso e o humor [...], filósofo, escritor, artista, psicólogo, linguista, diletante e, ultimamente neurologista ou *humorólogo*, iniciam sua reflexão do zero supondo-a sempre original. (SALIBA, 2018, p. 10-11)

Já Cleise Furtado Mendes descreve o trabalho com humor como uma cena cômica do desenho animado de *Tom & Jerry*, quando o azarado gato se defronta com uma torneira gotejando e se municia de ferramentas necessárias para solucionar o problema. E eis que o inimigo se revela e o vazamento ingênuo se multiplica em inúmeros fios, depois jatos que crescem e esguicham água por toda a casa inundando-a e transformando-a em um campo de batalha e o herói exaurido no chão, contempla seu inútil arsenal de ferramentas (MENDES, 2008, p. 89-90). Para a autora, o “ingênuo vazamento”, é o discurso que ao vaziar toma seu sentido, devido ao fato de ser impossível calcular seus efeitos. Mendes, em sua análise, nos alerta para que qualquer descuido do teórico implica certa modalidade do cômico que escapa à descrição, mas faz a ressalva – não teremos que retornar sempre ao sopé da montanha como o mito de Sísifo.

Nesse sentido, os caminhos dos estudos sobre o humor ora se entrecruzam, ora se ramificam, mas, com toda certeza, sugerem novas direções que podem retomar o caminho inicial e/ou que podem reorganizar o traçado já esboçado proporcionando a descoberta de um novo caminho a ser trilhado. Dessa forma, o estudo do humor é muito complexo, pois a trajetória pode percorrer caminhos que se somam, caminhos que se excluem e, até mesmo, atalhos podem surgir, os quais, de início, pareciam distantes de serem percorridos.

Como podemos perceber, há uma diversidade de teorias e abordagens sobre o humor e sobre o riso, mas, como não somos diletantes, apresentaremos, de maneira sintética, algumas teorias e categorias do humor que nos ajudaram a compreender e a realizar as leituras das fontes documentais deste trabalho, a saber, textos e poesias satíricas, charges e caricaturas⁶ com

---

⁶ Acreditamos ser importante compreendermos, ainda que sucintamente, os termos charge e caricatura, em virtude da existência de uma série de distinções entre eles. De acordo com o estudioso Luiz Guilherme Sodré Teixeira em sua obra **Sentidos do humor, trapças da razão: a charge**:

“A charge é um traço singular, sem relação com os demais desenhos gráficos de apreensão do real – como a caricatura e o cartum –, com os quais ela é, frequentemente, confundida. Como charge também se designa um traço de reflexão através do humor, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos políticos. O humor é o principal fundamento de sua narrativa, o instrumento singular de sua linguagem, uma vez que é através dele que a charge transforma a notícia numa consciência sobre ela [...]. A charge resume situações políticas que a sociedade vive como problemas, e os re-cria com os recursos gráficos que lhes são próprios. A charge, de fato, propõe uma crítica da razão como produtora única de “realidade”, da verdade como seu atributo exclusivo e da linguagem verbal como única instância capaz de expressá-la [...]. A charge constrói um personagem cuja identidade é produto de um distanciamento crítico, um estranhamento entre ele e o sujeito do qual deriva. Seu desafio é reproduzir esse sujeito real num personagem fictício – entretanto, plausível e verídico –, revelando, pelo sentido, uma verdade sobre ele, desvinculada de qualquer traço de racionalidade. No discurso da charge, o sentido produz uma relação de diferença/identidade entre sujeito e personagem, uma vez que eles se reconhecem através do que os torna

representações dos negros e seus descendentes que abrangem o período da *belle époque* aos anos 1920.

Iniciaremos pelo contexto da *belle époque*, discorreremos sobre os três ensaios importantes que marcaram e marcam os estudos sobre o humor: *O riso* (1899) de Henri Bergson; *O chiste e suas relações com o inconsciente* (1905), de Sigmund Freud; e *O Humorismo* (1908), de Luigi Pirandello. Teorias Antropossociológicas sobre o Humor, as quais compreendem o humor no contexto social e cultural em que foi produzido e, por fim, as categorias do humor: Sátira e Humor Negro, este último, conforme a intensidade do texto satírico, beira a um humor mais violento, virulento, frio.

1.1.1 As teorias do humor no contexto da *belle époque*: Bergson, Freud e Pirandello⁷

No contexto da *belle époque* há três ensaios importantes que marcaram e marcam os estudos sobre o humor, a saber: *O riso* (1899), de Henri Bergson; *O chiste e suas relações com o inconsciente* (1905), de Sigmund Freud; e *O Humorismo* (1908), de Luigi Pirandello. Para o historiador Elias Thomé Saliba, “os três autores mostram, cada um a sua maneira, que o riso não tem essência e sim uma história” (SALIBA, 2002, p. 21).

---

diferentes. A função do sentido, assim, é tornar possível que um personagem diferente do sujeito compartilhe com ele uma identidade comum. A função do sentido na charge é produzir *identidade por diferença*”. (2005, p. 73-75) Já a caricatura Teixeira observa: “Não haver, por outro lado, construção de personagem no universo de significações possíveis da caricatura, uma vez que seu objetivo final é produzir o duplo do sujeito, como cópia dissemelhante de si mesmo. Assim, a caricatura é a arte que transforma o próprio sujeito real no mesmo sujeito fictício. A caricatura, ao contrário da charge e do cartum, não trabalha com dicotomias como “mundo real/mundo fictício” ou “sujeito/personagem”, permanecendo presa nos limites da realidade, ancorada pelas dobras e bordas anatômicas do sujeito. A caricatura não lida com um imaginário a partir de situações, gestos ou atitudes concretas do sujeito real, seu traço não é temático ou discursivo, não “conta” história alguma sobre ele. Sendo um gênero gráfico “despolitizado” – instrumento de observação, e não de intervenção no real –, a caricatura não opina, não julga nem condena, não expõe sentimentos, não expõe conflitos, públicos ou privados, individuais ou coletivos, não dramatiza, não fantasia nem delira com a fragilidade das emoções humanas. Sua função é tão somente introduzir desordem na ordem corporal do sujeito, intensificar, nos contornos de sua superfície externa, curvas e linhas que denunciam singularidades na sua cartografia pessoal. A caricatura é um traço que revela aparências, que aponta o visível e o supérfluo, que sublinha e resalta, corta e recorta; enfim, é um traço de humor que batiza o que se vê e nomeia o que se pensa: orelhudo, topetudo, narigudo, barrigudo. Na caricatura, a identidade do sujeito é produto de dissemelhanças que semeiam semelhanças através de traços excessivos em relação ao modelo original”. (2005, p. 92-93)

⁷ O professor Elias Thomé Saliba, em seu livro *Raízes do Riso – A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, realizou uma investigação a respeito das definições de humor na *belle époque*, proporcionando uma excelente análise das reflexões de Bergson, Freud e Pirandello em suas diferentes perspectivas enfatizando o caráter histórico do humor e do cômico.

Comecemos nossa análise com o filósofo francês Henri Bergson. No prefácio de sua obra *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*⁸, ele destaca que o seu método versa sobre os “procedimentos de fabricação” do riso. Porém adverte o leitor que não possuía a intenção de encerrar a comicidade em uma definição, mas sim discenir o que há de vivo nela. Bergson define o cômico como “mecânico aplicado sobre o vivo”, ou seja, a comicidade e, por conseguinte, o riso como expressões caracteristicamente humanas.

A sua definição do cômico como “mecânico aplicado sobre o vivo”, possui sentido na medida em que o riso adquire uma função social, “o riso é sempre o riso de um grupo” (BERGSON, 2001, p. 4-5), pois para o autor não é no entendimento do riso e do cômico que se deve buscar a sua essência, e sim, na sociedade. Dessa forma, Bergson nos chama a atenção para a dimensão de pertencimento a um grupo que o ato de rir demanda:

O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de gesto social. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correria o risco de isolar-se e adormecer; flexibiliza enfim o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. (BERGSON, 2001, p. 1)

De acordo com o pensamento bergsoniano, podemos verificar que o ato de rir pode exercer uma espécie de força repressora de atitudes e comportamentos não previstos e/ou não condizentes com a sociedade à qual pertence, ou seja, fora de uma “ordem”. Portanto, o riso, de acordo com o filósofo, é “um objetivo útil de aperfeiçoamento geral” (BERGSON, 2001, p. 11-15), é um “modo de correção”, que, de certa forma, desperta uma sensação de ameaça, devido ao sentimento de humilhação intrinsecamente ligado ao ato de rir. E conclui que o riso é um “trote social”, com “uma intenção inconfessa de humilhar”, de “corrigir pelo menos exteriormente” (BERGSON, 2001, p. 101-102). Nas palavras do autor:

Ora, o riso é simplesmente efeito de um mecanismo montado em nós pela natureza, ou, o que significa mais ou menos a mesma coisa, por um longuíssimo hábito da vida social. Ele parte sozinho, verdadeiro retruque. Não tem tempo de olhar, a cada vez, onde está batendo. O riso castiga certos defeitos mais ou menos como a doença castiga certos excessos, atingindo inocentes, poupando culpados, visando a um resultado geral sem poder fazer a cada caso individual o favor de examiná-lo separadamente. [...] Nesse sentido, o riso não pode ser absolutamente justo. Repetimos que ele também não deve ser bondoso. Sua função é intimidar humilhando. Não conseguiria isso se para esse fim a natureza não tivesse deixado nos melhores homens um fundinho de maldade, ou pelo menos de malícia. (BERGSON, 2001, p. 146-147)

---

⁸ O livro foi resultado da publicação de três artigos sobre o riso na Revista de Paris em 1899 (Revue de Paris, de 15 e 19 de fevereiro e de 19 de março de 1899).

Podemos compreender que, para Bergson, não rimos “apenas” do distraído, dos que possuem alguma anomalia física ou mental, pois essas anomalias expressam a subversão da harmonia necessária ao bom andamento da sociedade. Nesse sentido, podemos compreender que os escravos recém libertos e seus descendentes seriam uma “anomalia” que subverteria a ordem social da república brasileira recém instaurada.

O filósofo francês compreendia que o maior inimigo do riso seria a emoção, pois como poderíamos rir de algo que nos despertasse afeição. Dessa forma, para que o riso ocorresse, seria necessário abrirmos mão da emoção e deixarmos a nossa insensibilidade despertar, ainda que momentaneamente; é por esse motivo que a comicidade bergnsoniana se dirige à inteligência pura (BERGSON, 2001, p. 3-4). Porém essa inteligência não pode ser solitária; a essência do riso não está apenas no terreno cognitivo, mas também no terreno da sociedade (SALIBA, 2002, p. 22). O riso bergnsoniano precisa de eco, é sempre o riso do grupo, o qual sempre seria acompanhado de “uma segunda intenção de entendimento, [...] quase de cumplicidade, com os outros ridentes, reais ou imagiários” (BERGSON, 2001, p. 4-5).

Dessa forma, o riso, para Bergson, não pode ser compreendido fora do seu meio natural que é a sociedade (BERGSON, 2001, p. 6). O riso tem uma função útil; por ele a sociedade reprova os defeitos morais e os defeitos de comportamentos dos indivíduos e, por esse motivo, expõe, em vitrines, os costumes, ideias e os preconceitos que prevalecem na sociedade (D’ANGELI; PADUANO, 2007, p. 101). Nesse sentido, os humoristas brasileiros, analisados neste trabalho, expuseram em vitrines todo o sentimento racial que possuíam pelos negros e seus descendentes através de textos e poemas satíricos, charges e caricaturas que circulavam tanto nos periódicos, quanto nas revistas humorísticas do período em questão.

Sigmund Freud, em sua obra *O chiste⁹ e sua relação com o inconsciente* datada de 1905, centrou seus estudos no que torna uma piada risível e o porque de o riso funcionar como um libertador de emoções reprimidas: “[...] nós diríamos que o riso surge quando um montante de energia psíquica, usada antes para o investimento de certos caminhos psíquicos, se tornou inutilizável e, assim, pode ser livremente descarregado [...]” (FREUD, 2017, p. 210). A teoria

---

⁹ Acreditamos ser pertinente elucidarmos o termo alemão *Witz*, que está no título original da obra: *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten*. *Witz* não possui um correspondente em nossa língua, de modo geral, poderia ser traduzido por “espirituosidade”; mas em português o termo foi traduzido como chiste/piada: “Diante da dificuldade, procurei investigar qual é exatamente o sentido do termo alemão, a despeito do uso que Freud fez dele como conceito. *Witz* provén do antigo termo *witan* que quer dizer ‘compreensão’, ‘entendimento’, e cuja raiz é *wiss*, presente de *wissen* (saber). [...] Em todo esse corpo semântico, predomina a ideia de ‘inteligência’, irradiando-se para a de ‘visão’ (meio para conhecer) e daquilo que a visão e a inteligência produzem: conhecimento, saber” (MEZAN, 2002, p. 139-140).

freudiana era inovadora, pois se propunha a captar a essência da ironia e do humor, mas também ambicionava revelar a essência da mente (GAY, 1992, p. 200).

Alguns biógrafos de Freud observam que o autor, após escrever o livro *O chiste e sua relação com o inconsciente*, apesar de ser considerado inovador e possuir uma importância para o contexto em que foi escrito, levou 20 anos para retomar o assunto com o pequeno ensaio *O Humor*, de 1927. As análises biográficas do psicanalista mostram que em seus outros estudos ele sempre acrescentava notas de rodapé, posfácios e modificações nas novas edições realizadas. Já o livro de 1905 e o ensaio de 1927, nunca foram alterados ou sofreram pequenos acréscimos. Peter Gay analisa que o humor é talvez a única atividade mental que pode ser destruída pela análise, qualquer piada é arruinada ao ser analisada e, para o biógrafo, Freud tinha consciência deste perigo (GAY, 1992, p. 201).

De acordo com Peter Gay, Freud não utilizava os chistes somente em seus estudos, mas colecionava chistes de judeus, assim como, os incorporava em suas obras e em momentos controversos de sua vida. O autor nos cita o exemplo em que Freud, já perto da morte, teve que lidar com os nazistas fazendo uma piada que poderia ter excitado ainda mais a ira deles. Um pouco antes de as autoridades alemãs autorizarem a sua saída da Áustria, exigiram que Freud assinasse um documento garantindo que não tinha sido maltratado. O psicanalista concordou e acrescentou: “posso dar as melhores referências da Gestapo a qualquer um” (GAY, 1992, p. 210).

Retornando ao estudo do chiste, Freud assumiu o risco e em sua obra realiza uma análise de estudos de filósofos e psicólogos do século XIX que se debruçavam sobre a temática. Em seu capítulo V, *Os motivos dos chistes: os chistes como processo social*, Freud nos mostra como temos a necessidade de propagar a piada que acabamos de ouvir, “ninguém pode se contentar em fazer um chiste apenas para si mesmo” (FREUD, 2017, p. 204), afirmando que o circuito só se completa quando ele é compartilhado com o outro:

O impulso de comunicar o chiste está inseparavelmente ligado ao trabalho do chiste; aliás, esse impulso é tão forte que com frequência se realiza negligenciando importantes considerações. Também no caso do cômico, comunicá-lo a outra pessoa dá prazer, ainda que não seja tão imperativo; pode-se ter prazer pelo simples fato de topar com algo cômico. No chiste, em contrapartida, somos forçados a comunicá-lo; o processo psíquico da formação do chiste não parece encerrado quando ele ocorre a alguém; resta algo, que completará o desconhecido processo de formação do chiste com sua comunicação a alguém (FREUD, 2017, p. 204).

Para Freud, o chiste é “a mais social de todas as fruições psíquicas que objetivam o ganho de prazer” (FREUD, 2017, p. 255) e, desse modo, o circuito cômico só se completa quando ele é compartilhado com outro. Assim, Freud sustenta que o chiste necessita,

frequentemente, de pelo menos três pessoas envolvidas em sua estrutura: o que cria o chiste, o que é objeto do chiste e o que escuta o chiste, a “terceira pessoa” (FREUD, 2017, p. 205).

Mas o psicanalista adverte que existem condições subjetivas em que o chiste pode esbarrar na “terceira pessoa”, e, assim, “pode tornar inatingível o objetivo de despertar o prazer” (FREUD, 2017, p. 206). Vejamos como o autor exemplifica esse fenômeno:

O sucesso de um gracejo está no ouvido
De quem o escuta, jamais na língua
De quem o faz [...].
(SHAKEASPEARE, apud FREUD, 2017, p. 206)

De acordo com Freud, “[...] a prontidão para rir de um excelente chiste obsceno pode não se estabelecer se o desnudamento visa uma pessoa próxima e muito estimada pela terceira pessoa” (2017, p. 206). O mesmo ocorre para o chiste inofensivo e para o tendencioso, constatando que é “uma condição indispensável que a terceira pessoa colabore na conclusão do processo do chiste” (FREUD, 2017, p. 207).

O psicanalista nos diz que para compreender um chiste “é precioso ser da paróquia”, “[...] cada chiste demanda assim seu próprio público, e rir dos mesmos chistes é uma prova de grande compatibilidade psíquica” (FREUD, 2017, p. 215). Dessa forma, o chiste encontra um meio de circular entre o espectador/público, desde que ele autorize a transgressão da “primeira pessoa”. Essa transmissão transgressora, viabiliza novas possibilidades identificatórias e novos modos de sociabilidade, “neste sentido, ao se transmitir um chiste ou um dito humorístico, busca-se compartilhar a crítica social e a denúncia das hipocrisias que sobrevivem em qualquer agrupamento (KUPERMANN; SLAVUTZKY, 2005, p. 24).

Podemos inferir que um chiste “lançado” não tem o mesmo efeito em todas as pessoas pertencentes ao grupo social; há um código simbólico na cultura para captar o sentido. Portanto, o humor possibilita um vínculo social e proporciona também um aspecto transgressivo e questionador do sentido estabelecido; “e uma vez que o riso – não todo riso, é verdade, mas certamente o riso com o chiste – é um sinal de prazer, nós nos inclinaremos a relacionar esse prazer à suspensão do investimento que havia até então” (FREUD, 2017, p. 211).

Acreditamos ser importante destacar que as piadas podem não só subverter a autoridade através do riso, mas também fortalecê-la. Os chistes podem ser direcionados à crítica política, ao rompimento de padrões sociais, mas também podem ser direcionados a determinados grupos sociais (“segunda pessoa”). Peter Gay, em sua obra *Lendo Freud*, faz uma análise bastante pertinente da última situação que mencionamos. “Uma piada a respeito de um ditador ou de

profissões bem estabelecidas, como a advocacia ou a medicina, é uma coisa” (GAY, 1992, p. 204). Porém “uma piada à custa de um grupo social relativamente impotente – seja ele representado pelos negros, pelos ciganos ou pelos judeus – é outra” (GAY, 1992, p. 204), pois a piada poderá banalizar as ofensas bastante graves. É nesse fato que consiste às análises das fontes do nosso trabalho. O riso ocasiona o enfraquecimento de uma possível indignação justificável e abrandando a energia necessária para remediar a injustiça. Dessa forma, o riso ou gargalhada podem tomar lugar da ação (GAY, 1992, p. 204). Por fim, podemos dizer que, quando o chiste praticado tiver como alvo um grupo étnico, quem o pratica escolhe grupos não semelhantes ao seu como alvo, destacando as diferenças e fortalecendo as divisões estabelecidas entre os dois grupos. Dessa forma, o riso é simultaneamente parte e uma reflexão sobre a estrutura social que habita.

O chiste para Freud é uma junção de técnica e conteúdo e a sua graça resulta de ambos. Mas o psicanalista não definiu a dimensão entre a importância desses elementos. A partir da leitura da obra, podemos inferir que os chistes, na concepção freudiana, são expressões do inconsciente, assim como o sonho, o ato falho. Neles cabe o preconceito racial.

Luigi Pirandello, em seu ensaio *O Humorismo*, de 1908, estabelece uma diferenciação entre comicidade e o humorismo. Apesar de ambos explorarem a contradição do riso, as formas dessa exploração são distintas. Para o dramaturgo, o cômico nasce de uma percepção do “advertimento do contrário” que provoca o riso; o humor, por sua vez, é o “sentimento do contrário”, provocado pela atividade da reflexão, ou seja, uma aproximação do ridendo e do risível que provoca o riso. No “sentimento do contrário”, Pirandello propõe uma interpretação diversa da de Bergson, pois considera o humorismo como um modo peculiar de aproximação “daquele que ri” e “daquele que se ri”, ou seja, do ridendo e do risível. Já os estudos do filósofo francês, essa proximidade anulava o riso devido ao vínculo emotivo.

O dramaturgo siciliano, para exemplificar o “advertimento do contrário” e o “sentimento do contrário”, utiliza-se da cena cômica na qual descreve uma velha senhora que se maquia, colore os cabelos e se veste com roupas juvenis. O riso é provocado, pois a velha senhora é o contrário do que uma velha senhora respeitável deveria ser e isso produz o efeito cômico do “advertimento do contrário”. Continua sua reflexão, e aquela velha senhora pode não sentir prazer em se vestir daquela forma, mas o faz para esconder do marido, mais novo, as suas rugas e os seus cabelos brancos. Uma reflexão que vai além da impressão inicial percebe o sofrimento da senhora ao achar que através da dissimulação de seu estereótipo se tornaria mais atraente para o seu jovem marido; assim, o riso se faz contido, é o “sentimento contrário” (PIRANDELLO, 1999, p. 147). Nesse sentido, para o historiador Saliba, “o humorismo seria a

reflexão que se exercita antes ou depois do fato cômico, conservando a possibilidade do contrário, mas eliminando o nosso distanciamento e a nossa superioridade” (2002, p. 25).

Conforme Pirandello, todo humorista é também um crítico, visto que a dinâmica do humor proporcionará o efeito daquela “tal perplexidade entre o pranto e o riso, depois o ceticismo de que se colore toda observação, toda pintura humorística, e, por fim, seu proceder minuciosamente e também maliciosamente, analítico” (PIRANDELLO, 1999, p. 143). Para o pensamento pirandelliano, o humorismo não deixa de ser uma encenação:

Tudo é fábula e tudo é verdadeiro, porque é fatal que creiamos serem verdadeiras as vãs aparências que brotam de nossas ilusões e paixões; iludir-se pode ser belo, mas quando se é levado a imaginar em demasia sempre se chora depois o engano: e este engano se nos parece cômico ou trágico, conforme o grau de nossa participação nas vicissitudes de quem dele padece, segundo o interesse ou simpatia que aquela paixão ou aquela ilusão suscitam em nós, segundo os efeitos que aquele engano produz. (PIRANDELLO, 1999, p. 117)

Ao remover a máscara do personagem, o humorista a veste em seu público/espectador. Podemos compreender o humorismo como superação da máscara, pois ao nos aproximarmos do objeto risível, como o exemplo da velha senhora, poderemos rir mais de perto, o riso da superioridade; porém do “sentimento ao contrário” do humor, no qual “o que ri” se aproxima por reflexão “daquele que se ri”, como o reflexo no espelho, podemos inferir que ambos poderão vestir a mesma máscara. No contexto de nosso trabalho, “o que ri” (“brancos duvidosos”) e “daquele que se ri” (negros e seus descendentes), o reflexo de ambos no espelho representa, para os primeiros, os anseios e desejos frustrados com a república e, para os últimos, o malogrado sonho de “liberdade”, pois como seria alcançada a almejada liberdade, se a república os excluía política, econômica e socialmente?

1.1.2 Teorias antropossociológicas sobre o Humor

Os estudos sobre humor na área da Antropossociologia não se concentram na questão do por que rimos, mas sim no contexto social e cultural no qual o humor é produzido e, nesse sentido, contribui para a nossa análise, pois os negros e seus descendentes estão dentro de um contexto social, cultural e também político no Brasil e as suas representações dialogam com esse contexto. Ou seja, é necessário compreender as consequências do humor e a sua influência nas relações sociais. Os sociólogos destacam a importância dos estudos sobre o humor na vida

cotidiana, estudos que compreendam as várias teorias sobre o impacto social do humor. Essa perspectiva é um dos pontos de convergência com a História Cultural do Humor, pois o “humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas e nos oferece um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura” (DRIESSEN, 2000, p. 251).

Entre as teorias antropossociológicas, optamos por considerar as Teorias de Manutenção, que nos mostram como o humor é utilizado para manter os papéis sociais; Teorias de Negociação, nas quais o papel do humor envolve agentes, situação e interação social; e, por fim, as Teorias de *Frame*, que trabalham o humor não como parte da realidade social, mas como rupturas dessa realidade social. Foram leituras importantes para realizarmos as análises de nossas fontes documentais.

1.1.2.1 Teorias de Manutenção

Para as Teorias de Manutenção, o ato do humor é utilizado por indivíduos para manter os papéis sociais estabelecidos dentro de uma sociedade. Dessa forma, essas teorias contribuem para a consolidação de papéis familiares, no ambiente de trabalho, identidades nacionais, qualquer situação estabelecida em que há oposição “nós” e “eles”.

Iniciaremos com uma pequena análise dos trabalhos onde o antropólogo, etnólogo e professor britânico Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955)¹⁰ desenvolveu sua teoria, a saber, os artigos “*On Joking Relationships*”¹¹ e “*Further Note on Joking Relationships*”¹². A ironia no trabalho de Radcliffe-Brown consistiu em se tornar um referencial para os estudos antropológicos mais que uma contribuição significativa para os estudos sobre humor. Segundo seus estudos, o humor era utilizado dentro de organizações sociais para estabelecer um “equilíbrio social” (1949, p. 135).

---

¹⁰ Os estudos do professor Radcliffe-Brown foram revistos pela antropóloga Mary Douglas em seu livro *Implicit meanings: essays in anthropology* (DOUGLAS, Mary. **Implicit meanings: essays in anthropology**. Londres: Routledge, 1975). Entretanto optamos por inseri-lo no trabalho, pois os seus estudos de humor se originaram de “observações” de sociedades africanas.

¹¹ RADCLIFFE-BROWN, A. R. On Joking Relationships. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 13, nº 3, p. 195-210, jul. 1940. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1156093?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 01 set. 2017.

¹² RADCLIFFE-BROWN, A. R. Further Note on Joking Relationships. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 19, nº 2, p. 133-140, abr. 1949. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/1156517?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 01 set. 2017.

Radcliffe-Brown analisou, em várias sociedades africanas, a existência de relações sociais em que há o direito ao insulto. Essas relações ou alianças pelo humor de acordo com costume são permitidas:

Exemplos de “relações de humor” entre parentes pelo casamento são comumente encontradas na África e em outras partes do mundo. Assim Mademoiselle Paulme registra que, entre os Dogon, um homem possui um relacionamento jocoso com as irmãs de sua mulher e suas filhas. Frequentemente a relação existe entre um homem e ambos os irmãos e irmãs de sua esposa. Mas em alguns casos, há uma distinção, segundo a qual é permitido ao homem “relações jocosas” com os irmãos e as irmãs mais jovens de sua esposa, porém esta relação não ocorre com os irmãos mais velhos de sua esposa. Esta jocosidade com os irmãos e irmãs da esposa é geralmente associada a um costume de exigir respeito extremo, muitas vezes evitando parcial ou completamente o contato entre um genro e os pais de sua esposa. (RADCLIFFE-BROWN, 1940, p. 196)

O autor observa que, ao serem codificadas em seu significado certas relações familiares, as “relações de humor” são rituais compreendidos e esperados por todas as partes envolvidas. O seu uso marca, dentro de um grupo ou família, a valorização das diferenças. Essas relações não são igualitárias, são unidirecionais ou assimétricas. Por exemplo, “o sobrinho é desrespeitoso com o seu tio que aceita o desrespeito” (RADCLIFFE-BROWN, 1940, p. 204) e, como tal, é evidente que ambas as partes reconhecem o sobrinho como sendo o superior. A relação é codificada pelo sistema social em que opera no nível de “desrespeito privilegiado e liberdade ou mesmo de licença” (RADCLIFFE-BROWN, 1940, p. 208), que é permissível. Segundo o antropólogo, as relações de humor reconhecem os limites e que estes não devem ser ultrapassados.

Em estudos contemporâneos, podemos associar as funções do humor para a construção e manutenção de estruturas sociais, como nos trabalhos do pesquisador e professor Christie Davies. Entre as pesquisas que realizou, o sociólogo britânico analisa as piadas étnicas nas quais os grupos ridicularizados não são os inimigos da sociedade que pratica o ato de rir, mas os personagens alvos das piadas são locais, ou seja, os personagens das piadas étnicas não são escolhidos porque são estrangeiros, e sim, porque são semelhantes. Segundo Davies, há uma necessidade real de destacar as diferenças e dessa forma, manter uma distinção entre os membros do grupo e os de fora do grupo:

Em geral a relação (do cômico com o alvo da piada) pode ser descrita como do centro para a periferia. O centro ri da alegada estupidez da periferia, as pessoas que se vê não como estrangeiras, mas sim, como versões cômicas de si mesmas. (DAVIES, 1988, p. 48)

O autor analisa o humor como um passatempo útil e produtivo, pois as piadas, “fornecem ao narrador uma súbita superioridade” (DAVIES, 1988, p. 45). Também compreende que as piadas são exemplos da ordem espontânea mais livre e, por esse motivo, seriam indicativos de como a sociedade lida com as convenções sociais sobre o que pode ou não pode ser dito. Dessa forma, as piadas são direcionadas a grupos de pessoas “sobre as quais o script cômico tradicional colocou uma qualidade indesejável” (DAVIES, 2011, p. 6).

Davies trabalha mais com o conteúdo da piada e trata muito pouco da forma, da estrutura e do conceito. Pelo ponto de vista etnográfico, de acordo com Driessen, há a necessidade de ressaltar esse fato, pois “a evidência desse estudo difere em muitos aspectos da evidência de campo sobre a efetiva narração da piada” (DRIESSEN, 2000, p. 256-257). Portanto, para compreendermos as suas interpretações, estas devem ser comparadas com a narração efetiva de piadas em contextos multiétnicos.

Outro estudo pertinente para esta análise é o do professor e sociólogo Roy G. Francis¹³, pois o autor trabalha com piadas étnicas dentro de uma cultura de opressão e de uma pressuposta superioridade branca. O próprio fato de uma sociedade estar predisposta a dizer, rir e aceitar os valores codificados no texto de uma piada demonstra que “alguns temas, certas palavras e situações são adequadas e apropriadas para uma piada” (FRANCIS, 1988, p. 160). Considerando essa análise, por exemplo, judeus, pretos, entre outros, se tornam sinônimo de estupidez, preguiça, mesquinhez, ressaltando que as piadas étnicas comunicam valores específicos para povos específicos. O autor ressalva que os pressupostos de testes com o humor somente se tornarão uma expressão valorizada se o humor for validado pela razão.

1.1.2.2 Teorias da Negociação

Um dos representantes da Teoria da Negociação é o sociólogo e filósofo Anton C. Zijderveld¹⁴. O autor analisa o humor não como um texto, mas como um evento que envolve agentes, situação e interação:

---

¹³ FRANCIS, R. G. Some Sociology of Humor. **International Social Science Review**, v. 63, nº 4, p.158-164, 1988. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41881834?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 12 ago. 2017.

¹⁴ ZIJDERVELD, A. C. Trend Report: The Sociology of Humour and Laughter. **Current Sociology**, v. 31, nº 3, p. 1-59, 1983. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/sociology-of-humour-and-laughter/oclc/730505729>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Como a maioria dos prazeres da vida humana, o humor necessita de pelo menos um parceiro. O naufrago solitário em uma ilha pode ser alvo de muitas piadas, mas ele mesmo tem muito pouco motivo para rir e poucas oportunidades para se envolver em aventuras bem-humoradas. (ZIJDERVERELD, 1983, p. 34)

O autor argumenta que o humor é uma experiência de grupo e que seu significado é a interpretação de quem vivencia o ato de humor: “o observador é quem define [...] o engraçado” (ZIJDERVERELD, 1983, p. 08). Em um contexto social, por exemplo, as narrativas incongruentes não são engraçadas até percebemos que os critérios utilizados para realizar os julgamentos são social e culturalmente informados.

As piadas são espaços vazios que podem ser preenchidos com o significado do ouvinte. Nesse sentido, a importância da codificação social aparece quando esta é utilizada para fornecer uma compreensão sociológica dos métodos tradicionais das teorias do humor. Com a constatação de que incongruência, agressão e alívio são culturalmente informadas e especificam fenômenos, os efeitos do humor se tornam relevantes para a compreensão da experiência cotidiana. Para Zijderveld, ao preencher um texto com os nossos valores e suposições, o humor pode nos mostrar as pausas e os nossos fluxos de compreensão destacando os falsos pressupostos e nos conduzindo às revelações. Durante a interação social, a piada pode, imediatamente, revelar as regras que regem a interação que nos leva para o permitido. O autor torna a experiência de um humor intersubjetivo.

Chris Powell, em seu artigo *A Phenomenological Analysis of Humour in Society*¹⁵, sugere que o riso em ações inadequadas depende de uma série de critérios sociais, incluindo posição social e relacionamento. Para o sociólogo, em todas as sociedades existem diferenças de poder e ressalva que o humor é utilizado para reforçar a aceitação das crenças daqueles que estão no topo da pirâmide:

O controle último é de fato o ponto de vista de que esperamos da realidade social e da nossa compreensão do lugar que nós e outras pessoas ocupamos dentro dela, incluindo as nossas resistências as ações e crenças dos outros das quais discordamos e repudiamos. A vida consiste essencialmente de uma constante negociação do nosso entendimento com outras pessoas [...]. Pode-se sugerir que o humor desempenha um papel fundamental nessas negociações. (POWELL, 1988, p. 99)

ZIJDERVELD, A. C. Jokes and their Relation to Social Reality. **Social Research**, v. 35, nº 2, p. 286-311, 1968. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40969908?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 ago. 2017.

¹⁵ POWELL, Chris. A Phenomenological Analysis of Humour in Society. In: Powell, Chris and Paton, George E. C. (Orgs.). **Humour in Society: Resistance and Control**. Basingstoke: Macmillan, p. 86-105, 1988.

Powell argumenta que o humor é um objeto que demanda uma considerável atenção de seus estudiosos, pois pode ser um guia útil para a compreensão das crenças dominantes encontradas em uma determinada sociedade:

Inevitavelmente, o que é reforçado através do humor e, raramente desafiado, é a posição ideológica dominante. Pode-se ir além e afirmar que em qualquer sociedade o humor é um recurso de controle que opera em contextos formais e informais para o benefício dos grupos poderosos. (POWELL, 1988, p. 100)

Chris Powell reconhece que a ideologia dominante é desafiada a tempos, mas ele atenua o significado desses casos de resistência. Nessa perspectiva, humor é tolerado e, talvez, até mesmo incentivado, uma vez que é um meio de alívio de tensão da sociedade (BERGER, 1998, p.135). A resposta humorística é, frequentemente, utilizada onde não há percepção de ameaça pessoal ou social significativa. O objeto ou agente do riso que instiga o humor é definido como “não sério” ou como “impervio à mudança”. Dessa forma, a comunicação da reação humorística serve como um meio de controle brando que pode ser exercido informalmente (em resposta a uma pessoa concreta específica e ao seu comportamento), ou formalmente (em resposta a representações simbólicas de pessoas ou comportamentos) (POWELL, 1988, p. 93).

1.1.2.3 Teorias do *Frame*¹⁶

As Teorias do *Frame* foram, inicialmente, utilizadas na lingüística e sugerem que as piadas e gracejos espontâneos não são parte da realidade social, mas são rupturas dessa realidade social.

A antropóloga Mary Douglas¹⁷ afirma, em seu artigo “*The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception*”, que a piada, o cômico e o seu contexto social e histórico estão totalmente interligados; ela argumenta que há uma ligação inegável entre a cultura social e a piada e que a “[...] dimensão social entra em todos os níveis para a percepção de uma piada, [...] mesmo a sua padronização típica depende de uma avaliação social dos elementos” (DOUGLAS, 1968, p. 365).

---

¹⁶ Como não há na língua portuguesa uma palavra que expresse o real significado de *frame*, utilizaremos o termo em inglês.

¹⁷ DOUGLAS, Mary. *The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception*. **Man, New Series**, v. 3, nº 3, p. 361-376, set. 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2798875>. Acesso em: 02 set. 2017.

A importância dos estudos antropológicos sobre o humor não está na forma de como uma piada pode funcionar para a manutenção dos papéis sociais, mas no contexto social em que a piada é compartilhada. Segundo a autora, só é possível reconhecer uma piada a partir do conhecimento da cultura de quem a produziu. Somente dessa forma o observador poderá ler os regulamentos culturais que estão sendo ridicularizados:

O humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas e nos oferece um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura. (DRIESSEN, 2000, p. 251)

A piada é simultaneamente parte e uma reflexão sobre a estrutura social que habita. É uma referência simbólica para a forma social e, portanto, um rito fora do caráter normal do discurso cotidiano.

Joan P. Emerson¹⁸, em seu artigo “*Negotiating the Serious Import of Humor*”, analisa o fato de que há no humor a possibilidade de testar a aceitabilidade de um tema; dessa forma, há uma sondagem do sentimento da outra pessoa sobre o determinado tema sondado para a “negociação” (EMERSON, 1969, p. 173). Ao introduzir um assunto potencialmente constrangedor para uma determinada sociedade em um *frame* humorístico, o humorista minimiza o risco de rejeição e abre potencial para a desculpa “era somente uma brincadeira”. Para a socióloga, o humorista pode defender os seus comentários, porém tem que assumir a responsabilidade e as implicações de seu ato.

O sociólogo Michael G. Flaherty¹⁹, em seu artigo “*A Formal Approach to the Study of Amusement in Social Interaction*”, possui a perspectiva do *frame* humorístico como “jogo da realidade” (FLAHERTY, 1984, p. 75). O “jogo da realidade”, para o autor, é “mais ou menos inócuo e um esvaziamento transitório com expectativas normativas que são, elas próprias, constitutivas da realidade” (FLAHERTY, 1984, p. 80). Nessa concepção de humor, todas as partes envolvidas estão satisfeitas de escapar da “triste, as vezes alienada carga de realidade” e a “regularidade monótona que de outra forma deveria preencher nossas vidas” (FLAHERTY, 1984, p. 76 e p. 80). No seu entendimento, a interação social – público/piada – aceitará o *frame* sem discussão ou negociação, a fim de demonstrar solidariedade e igualdade como parte de

¹⁸ EMERSON, J. P. Negotiating the Serious Import of Humor. *Sociometry*, v. 32, nº 2, p. 169-181, jun., 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2786261>. Acesso em: 30 Set. 2017.

¹⁹ FLAHERTY, M. G. A Formal Approach to the Study of Amusement in Social Interaction. In: Norman K. Denzin (Ed.) *Studies in Symbolic Interaction*, London: JAI Press, v. 5, p. 71-82, 1984. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288845811_A_formal_approach_to_the_study_of_amusement_in_social_interaction. Acesso em: 30 set. 2017.

uma socialização e se desviar, temporariamente, da suposição padrão. Dessa forma, para Flaherty, todos os momentos do “jogo da realidade” são de humor.

Outro estudo que contribui para a teoria do *frame* e a terminologia inerente à sua visão do “modo bem-humorado” é a de Michael Mulkay²⁰. Segundo o autor, a mudança de perspectiva do discurso sério para um *frame* humorístico pode permitir que as pessoas, ao entrarem em negociações com paradoxos e ambiguidades a que estão expostas, tanto no discurso improvisado quanto nas piadas (enlatadas), ao se depararem com as contradições, sejam encorajadas a descartá-la como falhas de discurso. Podemos sintetizar a teoria básica de Mulkay como uma mistura da teoria da incongruência com análise do discurso. Ressalvamos, que as bases teóricas de seus estudos se concentram em Jerry Suls e Victor Raskin.

A Teoria do *Frame* de Mulkay não explica e nem analisa quando e como as mudanças do *frame* ocorrem. O sociólogo argumenta que os sinais vocais e físicos são usados e as ações, gestos e inflexões, indicam mudanças; porém não há uma análise, uma explicação do que esses sistemas de códigos podem ser. Sugere que o humor é uma delicada forma de interação social:

Não se deve esquecer que o discurso humorístico conta com alusões sutis e delicadas nuances de significados. [...] Particularmente, o humor espontâneo que muitas vezes se intercala com o discurso sério, seria inadequado para marcar a transição para o humor em sua forma explícita, neste caso, a dualidade e alusão do humor seriam destruídos por tentativas de fornecer explicações interpretativas que podem ser adequadas em determinados contextos sérios. (MULKAY, 1988, p. 50)

Se as mudanças na inflexão vocal fazem parte do jogo de *frame* de Mulkay, possivelmente, deve haver algo antes que atua como um indicador dessa mudança. Se não podemos observar e estabelecer tais sinais, há pouca alternativa, a não ser aceitar a versão do autor do modo humorístico: nada mais é que uma construção acadêmica. Ou seja, os estudos de Mulkay são incertos sobre onde os modos de jogo realmente começam e terminam, bem como, se eles são essencialmente cooperativos ou se é possível entrar no modo bem-humorado sozinho.

As leituras das teorias antropsociológicas do humor, ainda que apresentadas sinteticamente, nos proporcionou uma análise mais arguta das fontes documentais que constituem este trabalho e que serão apresentadas nos próximos capítulos, nos permitindo uma reflexão sobre as percepções sociais e culturais que nos serviu como suporte de análise em perspectivas e conceitos para fundamentarmos algumas discussões de significados e funções simbólicas do comportamento jocoso.

---

²⁰ MULKAY, Michael. **On Humor**: Its Nature and Its Place in Modern Society. Cambridge: Polity Press, 1988.

Como já mencionamos, as fontes documentais deste trabalho são constituídas de textos e poemas satíricos, assim como, de charges e caricaturas, dessa forma, acreditamos ser pertinente discorrermos sobre esses componentes do humor.

1.1.3 Categorias do Humor

1.1.3.1 Sátira

A sátira está ligada a diversos meios de expressão de acordo também com os seus diversos interesses é instrumentalizada pela arte, literatura, pintura, canção, sermão, entre outros. Salvatore Attardo, em sua *Encyclopedia of Humor Studies*, nos diz que, atualmente, a sátira é reconhecida como “um modo de entretenimento da mídia: humor ou comédia com conteúdo social”, mas a visão acadêmica a estabelece “como gênero literário”. O autor nos mostra a dificuldade de definição que a palavra sátira apresenta, pois é uma “derivação metafórica do Latim *satira*, que é uma miscelânea” de diversos elementos. De acordo com Attardo, Quintiliano “sustentava que a sátira era uma invenção romana”, porém parecia ter em mente os versos hexâmetros latinos de conteúdo moral que, provavelmente, “foi uma reação a hegemonia cultural helênica à qual os romanos eram sensíveis” (ATTARDO, 2015, p. 661).

Após algumas leituras de estudiosos do tema, o único consenso entre os teóricos refere-se à dificuldade de uma única definição para sátira.

Peter Petro, em seu livro *Modern Satire: Four Studies*²¹ (1982), na Introdução da sua obra, nos apresenta alguns estudos sobre a temática. Uma análise bastante pertinente que o autor realiza é a comparação da sátira com a matemática. De acordo com o professor, não deveria ser tão problemática a sua definição, pois “em outras palavras ambas são termos ‘guarda-chuvas’”. O autor exemplifica que a “matemática inclui álgebra, aritmética e geometria; e a ‘sátira’ inclui um número de subgêneros ou gêneros menores” (1982, p. 8), que abarcam sob seu espectro de significados várias categorias diferentes. Petro complementa a dificuldade de definição da sátira realizando uma analogia ao personagem “*Proteus*” da *Odisseia* de Homero, o qual assume

---

²¹ Em seu capítulo Introdutório Peter Petro apresenta um panorama dos problemas centrais da sátira como gênero. Para uma história detalhada do termo ver Van Roy. Para informações sobre as opiniões modernas sobre a sátira romana ver Coffey e Anderson. Obras recentes sobre as expansões dos estudos ingleses sobre sátira ver Rawson e Guilhamet. No item “The definition of satire a obra de Elliott é uma investigação, apesar de breve, sobre a dificuldade de definição de sátira. O autor também nos proporciona um excelente referencial bibliográfico.

diferentes formas quando quer escapar a perguntas e apresenta Carl Friederich Flögel como o primeiro a utilizar esta analogia (PETRO, 1982, p. 5).

Em sua obra, Petro também se utiliza das definições de Leonard Feinberg, para o qual a “sátira é uma distorção crítica e alegre do familiar” sendo também “um gênero amorfo” (FEINBERG, apud PETRO, 1982, p. 5); e de Northrop Frye, que a define como “um aspecto ou qualidade da arte que nós podemos encontrar em qualquer forma”, com dois aspectos essenciais: “a esperteza ou humor” e o “objeto de ataque” (FRYE, apud PETRO, 1982, p. 5-6). Para Frye, a palavra sátira significa um “princípio ou atitude estrutural, que temos chamado de *mythos*”, a “atitude satírica”, é “uma combinação de fantasia e moralidade” (FRYE, apud PETRO, 1982, p. 5-6).

O professor Petro também argumenta, em sua Introdução os estudos de Alvin B. Kernan, que, apesar de respeitar o trabalho de Northrop Frye, “declina” das terminologias utilizadas por ele. Portanto, os “mitos” de Frye são os “gêneros” de Kernan; e os “gêneros” de Frye são os “modos” de Kernan. Há também os termos chave que Kernan opera: “trama, ação e insensibilidade”. A “insensibilidade” é a “inércia, o movimento pesado, o olhar vazio, é uma ocupação, velocidade e uma audácia também; a “ação” é uma “qualidade ativa essencial na sátira, é uma qualidade verbal anterior à qualquer palavra particular e não localizada em qualquer forma ou substância”; a “trama” é um termo que “não deve carregar qualquer prescrição para um tipo particular de agência, integração de eventos, ou tipo de ação, deve somente levar em consideração aquele aspecto de um trabalho literário que envolve movimento e relação das partes que ocorrem em diferentes momentos” (KERNAN, apud Petro, 1982, p. 6-7).

Outra avaliação que Peter Petro realiza diz respeito à obra de Edward W. Rosenheim Jr., que, de acordo com aquele autor, representa a “abordagem histórica”. Segundo o estudioso, para Rosenheim Jr., a “sátira não é somente um ataque; é um ataque sobre particulares autênticos historicamente discerníveis”, se instrumentaliza da palavra “espectro”, pois a “sátira se encontra entre a retórica e a comédia” (ROSENHEIM JR., apud PETRO, 1982, p. 6).

Conforme Petro, Rosenheim Jr. insiste em seu trabalho que o leitor deve estar “apto a reconhecer o indivíduo, grupo, instituição, costume, crença ou ideia que está sobre ataque”. Continua sua análise acrescentado que a construção ficcional tem referências definidas no mundo real, ou seja, os alvos da sátira não são ficção. Dessa forma, esses “alvos ou objetos” são a representatividade da realidade, portanto, existem ou existiram; e a ilusão da ficção é, inevitavelmente, dissipada assim que o leitor reconhece o alvo da sátira (ROSENHEIM JR. apud PETRO, 1982, p. 17).

Petro aborda duas implicações dessa abordagem histórica. Na primeira, o alvo satírico tem uma contrapartida ideal: “um ideal platônico ou sua aproximação com a realidade”. Como exemplo, menciona um “oficial corrupto que é alvo de uma sátira, que tem como contraparte um oficial modelo, um homem incorruptível” (PETRO, 1982, p. 17). Na segunda, a contrapartida ideal, seja “explícita (raramente) ou implícita (geralmente), é a norma pela qual o alvo satírico é uma aberração”. O autor discute essa incerteza do relativismo ético, que alguns estudiosos chamam de “moralidade do elitismo encontrada em alguns satiristas, críticos e intérpretes da sátira e, finalmente, do espírito geral do nosso tempo” (PETRO, 1982, p. 17-18). Permite-se parafrasear Juvenal ao dizer que é “tão difícil não escrever sátira hoje, quanto escrevê-la” (PETRO, 1982, p.18).

O professor Paulo Astor Soethe nos mostra que, ao contrário de Peter Petro, Jürgen Brummack realizou uma pesquisa específica sobre o conceito e a teoria da sátira. De acordo com Soethe, foi devido à essa dificuldade da abrangência e da pluralidade da sátira que o “teórico se propôs a fazer do dilema seu objeto de estudo” e “a abordagem criteriosa do percurso histórico torna clara a amplitude semântica do termo sátira” (SOETHE, 1988, p. 8). Vejamos os estudos de Brummack apresentados no artigo de Soethe. Ressalvamos que a citação é longa, porém, necessária:

- (I) A palavra remete, em primeiro lugar, a um gênero histórico, definido já a partir da tradição clássica (com desdobramentos até a era moderna) – seja pela vertente lucílica (também denominada romana), seja pela vertente menipeia (ou luciânica). Em rápidas palavras, a sátira de tradição lucílica caracteriza-se pela utilização regular de hexâmetros e pela finalidade moralizadora dos textos; nela o riso é utilizado como meio de denúncia dos vícios da humanidade. Os romanos a consideravam uma invenção sua. Já a tradição menipeia, de origem grega, foi introduzida na literatura latina por Varrão. Ele se dizia continuador do grego Menipo, que figurava como personagem em seus textos. Nessa tradição, há nas obras uma miscelânea de diferentes metros, inclusive de prosa e verso em um mesmo texto. O riso é sua marca distintiva, sem assumir, no entanto, o caráter exclusivamente moralista da tradição romana.
- (II) Em segundo lugar, o termo remete a uma determinada *maneira de perceber a realidade e à expressão dessa forma de percepção*. Sob essa última perspectiva, “sátira” pode assumir vários significados.
- (IIa) No uso cotidiano, pode referir-se à qualquer imitação troceira e irreverente. É comum, por exemplo, ouvir nos noticiários de tevê quadros dedicados à sátira política.
- (IIb) Em literatura, o termo pode referir-se a qualquer obra que procure a punição ou ridicularização de um objeto através da troça e da crítica direta; ou então, a meros elementos de troça, crítica ou agressão, em obras de qualquer tipo.
- (IIc) A partir desse último significado, ainda bastante amplo, é que a teoria da literatura atribui um sentido mais específico à sátira, qual seja o de representação estética e crítica daquilo que se considera errado (contrário à norma vigente). Isso implicaria, na obra, a intenção de atingir determinados objetivos sociais. (BRUMMACK, apud SOETHE, 1988, p. 8-9)

Soethe também nos apresenta outros significados do texto de Brummack, já em desuso:

(III) Durante alguns séculos os termos “sátira” e “satírico” serviram também para designar ou referir-se aos “dramas satíricos” – peças dramáticas semelhantes às tragédias, de origem grega e cultivadas até a época romana, que se caracterizavam por aproveitar detalhes grotescos das lendas antigas ou dar um tratamento grotesco a elas. Nos dramas satíricos – e isso explica a origem de seu nome – os coreutas caracterizavam-se como sátiros (em grego “sátyroi”, em latim “satyri”). Assim, na verdade, o termo para designar especificamente “drama satírico” – “satyra” – era grafado com “y”, e deveria opor-se àquele usado para designar a sátira tal como entendida em (I) e em (II). Havia, no entanto, para esta última, a coexistência indistinta das grafias “satira” e “satyra”, o que revelava, afinal, a indefinição em torno de sua origem etimológica. Mesmo hoje coexistem várias explicações para a origem do termo em sua acepção moderna. Uma delas liga-a aos dramas satíricos da Antiguidade; outras, a partir de um ponto diverso, convergem para um mesmo aspecto: a) a explicação que liga “sátira” à expressão “lanx satura”, por exemplo, refere-se ora a “prato cheio de frutos sortidos oferecidos a Ceres, deusa das sementeiras” (cf. MOISÉS, 1982, p. 469), ora a “iguaria composta de vários ingredientes” (cf. HARVEY, 1987, p. 453); b) ao lado dessa, outra explicação baseada na expressão “lex satura”, refere-se a “uma legislação específica do tempo da República, que abrangia ao mesmo tempo muitos temas isolados” (ARNTZEN, 1989, p. 3). A relação entre as três hipóteses está em que a sátira também seria, do ponto de vista formal, uma miscelânea, “cuja variedade pode consistir nos assuntos escolhidos, ou na forma (diálogo, fábula, historieta, preceitos, versos de metros variados, combinação de verso e prosa), ou em ambos” (cf. HARVEY, loc. cit.).

(IV) Outro dos empregos da palavra, de uso mais restrito, designou palavras compostas construídas a partir de uma miscelânea filológica (“mixtum compositum”), ou seja, vocábulos formados a partir de palavras de diferentes origens etimológicas.

(V) Finalmente, um último exemplo remete ainda a “sátira” como designação atributiva para um gênero intermediário qualquer. Esse sentido estabeleceu-se por analogia com os dramas satíricos, considerados por Horácio e outros comentadores um gênero intermediário entre a tragédia e a comédia. (BRUMMACK, apud SOETHE, 1998, p. 9-10)

O excerto de Jürgen Brummack proporciona uma breve reflexão teórica acerca da sátira no contexto europeu. No Romantismo, a sátira foi relegada a um segundo plano e, em seu lugar, os estudiosos se dedicaram às teorias do humor, do cômico, do chiste. Segundo a análise de Soethe, para Brummack a consequência desse depreciamento dos estudos da sátira proporcionou, no início do século XIX, a “forma de uma literatura de conveniência”, ou seja, “o tratamento de uma forma literária específica, que dispusesse de problemática, forma de interpretação e função própria”. Já no século XX, constata a mudança dessa situação, pois um dos fatores que teria despertado novamente o interesse pela sátira teria sido a sua função social (BRUMMACK, apud SOETHE, 1998, p. 10).

Não podemos deixar de mencionar que a sátira está associada a uma série de figuras estereotipadas que, em última instância, nos levam a grupos ou indivíduos marginalizados, onde a figura do “marginalizado” está intrinsecamente ligada aos desvios da norma e se contrapõe aos princípios de ideais de comportamentos defendidos pelo grupo dominante. Nesse sentido, a sátira é a “[...] resposta mais comum ao marginal quando este não é visto como uma ameaça imediata aos conceitos estabelecidos de poder e prestígio” (HERNÁNDEZ, 1993, p. 17).

O riso satírico, no caso do nosso trabalho, pode ser despertado pela língua, costumes, religiosidade, cor da pele, valores. Ele contém uma implícita reafirmação das pautas políticas, sociais, morais, éticas do grupo dominante. Como nos mostra o professor João Adolfo Hansen:

[...] por exemplo, o "mulato"; *preceituário ético*, pelo qual é aristotelicamente mau, porque misturado e excessivo; *regulamentação jurídica*, pelo qual se classifica na "gente baixa", quando livre, e fora do corpo político, quando escravo; *troca sexual*, pela qual é "puta" e "bestial"; *fundamentação teológica*, pela qual é naturalmente escravo, descendente de Cam; *classificação hierárquica*, no fim do fim, abaixo dos brancos mais baixos; *pragmáticas de precedências, trajes e formas tratamento*, pelas quais é "atrevido", "vão", "arrogante", "desavergonhado"; *referência letrada*, pela qual é "ladino" ou "boçal" *convençam poética*, pela qual é "astuto", "rufião", ou "pícaro"; transação econômica, pela qual é mercadoria e peça; *ortodoxia religiosa*, pela qual é gentio ou herege, feiticeiro dado ao calundu, à necromancia, ao sexo nefando, a Satanás etc. (HANSEN, 1989, p. 164-165)²²

Como observamos ao longo do texto, a sátira se apresenta de forma mais direta e, por vezes, grosseiramente. O estereótipo, no caso dos negros e seus descendentes brasileiros, é objeto de ridículo e maus tratos. Esse rebaixamento serve, principalmente, para reforçar as diferenças e distanciá-los das “normas estabelecidas” pela sociedade vigente. Nesse caso, a sátira “[...] reforça as normas estabelecidas, porque as figuras cômicas são seres inofensivos, não desafiam os valores e símbolos do *status quo*”. Dessa forma, “o ataque satírico tem o propósito primário de ridicularizar e invalidar as interpretações e os princípios normativos das vítimas que são retratadas com desrespeito” (HERNÁNDEZ, 1993, p. 21).

A sátira parece estar reservada àquele desvio que está personificado, na grande maioria das vezes, na figura de um indivíduo ou grupo que, de alguma forma, põe em risco a hegemonia das regras sociais. Essas questões criam as condições que permitem prosperar a sátira, pois possui uma relação direta com a História Cultural do Humor, ou seja, uma variedade de mecanismos retóricos destinados à representação de quem está à margem da sociedade.

1.1.3.2 Humor Negro

Na antiguidade clássica, Hipócrates e Aristóteles explicavam a melancolia pelo excesso da presença de bile negra no corpo. Melancolia é um termo que vem do grego *melan* (negro) e *cholis* (bílis), ou seja, *bile negra*. Hipócrates caracterizava a doença com os respectivos

²² Os itálicos apresentados no excerto foram realizados pelo seu autor.

sintomas: “aversão à comida, falta de ânimo, insônia, irritabilidade e inquietação” (CORDÁS, 2002, p. 20). A “teoria dos humores” de Hipócrates (sec. IV a.C.) retira a melancolia do seu status “sagrado” e a coloca no aspecto físico (corporal) ou biológico.

Para a “teoria dos humores”, a patologia era constituída pelo desequilíbrio – excesso ou escassez – de substâncias corporais. Esses fluidos seriam: bile amarela, bile negra, fleuma, sangue, produzidos, respectivamente, pelo fígado, baço, cérebro e coração.

Originalmente, pensou-se que esses humores eram resíduos de alimentos ingeridos e se considerou, principalmente, os humores, secreção (ligados ao frio e à umidade) e a bile (ácida e amarga), vinculando-os aos fluidos corporais vinculados a doenças como secreções e vômitos, e ordenando-os de acordo com o “sabor”: salgado, doce, azedo, amargo, entre outros. A discussão se concentrou em um número indeterminado de “humores”; depois foi simplificada e reduzida o número de humores para quatro²³ – o sangue²⁴, a fleuma, a bile amarela e a bile negra:

Segundo a doutrina dos quatro humores, o sangue é armazenado no fígado e levado ao coração, onde se aquece, sendo considerado quente e úmido; a fleuma, que compreende todas as secreções mucosas, provém do cérebro e é fria e úmida por natureza; a bile amarela é secretada pelo fígado e é quente e seca; a bile negra é produzida no baço e no estômago e é de natureza fria e seca. (REZENDE, 2009, p. 51)

Conforme já foi explicitado, o excesso ou deficiência de qualquer um desses humores provocariam um desequilíbrio que motivariam as doenças. Na concepção hipocrática da patologia humoral, quando uma pessoa está enferma, há a tendência natural para a cura; a natureza (Physis) encontra meios de corrigir a desarmonia dos humores (discrasia), restaurando o estado de harmonia (eucrasia). Resulta disso as expressões “bom humor”, “mau humor”, “bem humorado”, “mal humorado”, reminiscências dos conceitos de eucrasia e discrasia (REZENDE, 2009, p. 52).

Aristóteles, por sua vez, via o desequilíbrio dos humores²⁵ necessário para o “gênio” ou “sujeitos de excessão”: filósofos, poetas, artistas, pois esse desequilíbrio produzia um excesso

²³ O número “quatro” exerce um fascínio para várias civilizações. Na Bíblia, por exemplo, Deus em hebraico se escreve com quatro letras, assim como Adão. Na passagem do Apocalipse, surge o número quatro: quatro cavaleiros, quatro pragas, quatro anjos. Quatro são os pontos cardeais. Quatro são as estações do ano. Quatro são as fases da Lua. Para os filósofos da escola pitagórica o universo é formado por quatro elementos: terra, ar, fogo e água.

²⁴ A adição do humor sangue resultou em uma problemática, pois está arraigada na ideia de que é um líquido nobre e importante para o corpo e não somente um resíduo. Isso motivou as questões de superioridade, descendência e de nobreza do sangue.

²⁵ O conceito de humor era entendido pelos gregos como uma substância que se encontrava dentro do organismo e que agitava a vida e foi retirado de Hipócrates e posto em relação à doença melancólica, que é considerada presente, principalmente, entre os conhecidos como sujeitos de exceção.

de bile negra capaz de torná-los melancólicos. “Todos os que atingiram a excelência na filosofia, na poesia, na arte e na política, mesmo Sócrates e Platão, tinham características físicas de um melancólico; na verdade, alguns até sofriam da doença melancolia” (SOLOMON, 2002, p. 267).

Galeano, no século II d. C., revisitou a teoria humoral relacionando-a com a teoria dos quatro temperamentos: humor **predominante** e seu correspondente **temperamento**:

- Bile amarela – colérico (Humor ligado à raiva, força, violência; está associado com o verão, ao seco e quente).
- Bile negra – melancólico (Humor ligado à noite, reflexão; está associado ao outono, ao frio e seco).
- Fleuma – fleumático (Humor ligado à música, alimento, prazer; está associado com o inverno, ao frio e úmido).
- Sangue – sanguíneo (Humor dos arrebatados pela paixão; está associado com a juventude, a primavera, ao quente e úmido). (REZENDE, 2009, p. 51)

A patologia humoral perdurou na prática médica por muitos séculos, porém, com os avanços tecnológicos e com o desenvolvimento do microscópio, foi substituída pela patologia celular que representou uma evolução não somente na teoria, mas também, na prática da medicina.

Para compreendermos as características do Humor Negro devemos considerar as teorias sobre humor analisadas neste capítulo, pois o humor negro não corresponde a uma dimensão diferente de humor e é, acima de tudo, o humor levado ao seu extremo capaz de suspender ou resgatar nossos preconceitos morais. Porém o que o diferencia dos outros tipos de humor é o riso que ele incita, o qual transita entre o amargo, o medo, o constrangimento e o engraçado:

A perspectiva do humor negro é a de uma visão de distância segura que simultaneamente compreende a vida como ridícula e mortalmente séria. Despreza a limitação do racional e favorece o fantástico, irreal e grotesco, e o humorista negro, percebendo as insolúveis antíteses, não espera nenhuma reforma. Ao contrário, traz o seu público para a mesma posição horrorizando-o e, depois, desvia o seu medo nascente por meio de alguma mudança cômica ou espirituosa. Essa posição é vista como liberal, como uma independência humana que reconhece as dores e os medos da vida e os transcende. (WINSTON, 1972, p. 270)

O uso original do termo “Humor Negro”, como vimos na Teoria dos Quatro Humores, está relacionado à bile negra, que se acreditava ser a causadora da melancolia. Em 1939 André Breton organizou o livro *Anthologie de l'humor noir*²⁶ e foi nessa obra que reutilizou o termo

---

²⁶ André Breton é considerado por muitos o “criador” do Humor Negro, porém Mark Polizzotti – autor da Introdução da versão da *Anthologie de L'humour noir* para o inglês em 1997 – advertiu que: “apesar de sua aparência de modernidade, a prática do Humor Negro retrocede a um tempo bem anterior a Breton e chega a

para identificar os quarenta e cinco autores, em sua maioria europeus. Nessa obra, o autor lançou o Humor Negro como um gênero literário que admite o desvio do comum, das normas e convenções sociais, literárias e artísticas, para o qual não há limites ou imposição: “o humor negro é o oposto da jovialidade, da sabedoria ou do sarcasmo. É parcialmente macabro, parcialmente irônico, sempre um insurreto absurdo do espírito e inimigo mortal do sentimentalismo; é, além disso, uma revolta superior da mente” (BRETON, 1997, p. vi).

O Humor Negro é uma forma de expressar revolta se instrumentalizando de temas ou situações, muitas vezes, consideradas tabus e, para muitos, não engraçadas. Mas, ao tentar transformar esses temas tabus em algo engraçado, o humorista provoca uma tensão, um desconforto, proporcionando um humor que abrange desde um riso malicioso à humilhação mais cruel de uma situação, fato ou indivíduo. Dessa forma, o riso se apresenta como um destruidor, ignorando os preceitos que marcam o seu limite; seu objetivo não é, necessariamente, o risível.

Acreditamos que a melhor definição do que é ou do que não é o Humor Negro sempre dependerá do lugar de onde se olha e, por isso, o observador poderá alterar o resultado. Dessa forma, está intrinsecamente ligado ao contexto social em que o humor é compartilhado e, conseqüentemente, “daquele que se ri”.

Como vimos anteriormente, há uma diversidade de teorias e categorias do humor e muitos caminhos e desvios a serem traçados, trilhados e também descobertos. Nesta seção da tese, procuramos, ainda que de maneira sucinta e incompleta, apresentar o suporte teórico e metodológico das concepções de humor que, por opção nossa, utilizamos neste trabalho. Faz-se necessário, entretanto, uma ressalva. As teorias do riso e do humor precisam ser compreendidas – como a própria sátira, a charge, a caricatura, entre outras –, não apenas no contexto em que foram produzidas, mas também precisam ser analisadas social e culturalmente como construções de sentido que se referem às organizações específicas de poder, pois via riso podem ser perpetuados e difundidos preconceitos e estereótipos.

Na próxima seção, trabalharemos com a questão da miscigenação. Esse tema, que dividia a *intelligentsia* brasileira do período estudado, será de fundamental importância para a compreensão das análises dos próximos capítulos.

Jonathan Swift, no início do século XVIII” (BRETON, 1997, p. vi). Breton também considera o escritor anglo-irlandês “o verdadeiro precursor do humor negro e surrealista”. (BRETON, 1997, p. vii)

1.2 BRASIL: UM PAÍS DE NEGROS, MACACOS E MEIA DÚZIA DE BRANCOS DUVIDOSOS²⁷

A questão da miscigenação começou a ser pensada pela elite nacional a partir do movimento de Independência, período em que a Colônia Portuguesa na América agenciou uma gradual autonomia em relação à Coroa, compelindo essa elite a produzir suas próprias ideologias para legitimar as suas especificidades internas. Em 1821, um ano antes da Independência, o médico e filósofo português Francisco Soares Franco, em seu *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil*, nos apresenta o que, para ele, seria um lento processo de emancipação:

Os mestiços conservarão só metade, ou menos, do cunho Africano; sua cor é menos preta, os cabelos menos crespos e lanudos, os beiços e nariz menos grossos e chatos, etc. Se eles se unem depois à casta branca, os segundos mestiços têm já menos da cor baça, etc. Se inda a terceira geração se faz com branca, o cunho Africano perde-se totalmente, e a cor é a mesma que a dos brancos; às vezes mais clara; só nos cabelos é que se divisa uma leve disposição para se encresparem. (FRANCO, 1821, p. 18).²⁸

Ao analisar a esgarçada situação política, econômica e social do Império, Franco acreditava que o Estado deveria não apenas incentivar a imigração de colonos europeus, mas também elaborar leis que estimulassem os casamentos entre mestiços e brancos, assim como leis que coibissem casamentos entre mestiços e negros e mestiços com outros mestiços. Desse modo, o intelectual português acreditava que a “raça negra” poderia ser “reduzida” em três gerações e poderia se construir aqui nos trópicos uma “nação livre” com condições para o seu desenvolvimento e independência.

Apesar da distância temporal dos estudos de Franco, uma parcela da elite política e intelectual republicana – talvez mesmo sem se apropriar dos seus estudos – estava de acordo com os princípios do médico e filósofo, pois o que o intelectual português pregava era o branqueamento da colônia estimulado por leis. Porém outra parcela dessa elite concordava – no tocante ao “problema negro” – somente no que dizia respeito aos ex-escravos e seus descendentes, que se transformaram em um signo de degradação para a República nascente.

---

²⁷ A frase consta no livro de Luís Joaquim de Oliveira Castro (CASTRO, Joaquim de Oliveira. **Le Brésil Vivant**, 3ª Ed. Paris: Editora Librairie Fischbacher, 1891. p. IX, 3, 5. (Acervo IEB/USP – Coleção Geral). O livro foi publicado em Paris e o autor, nas páginas citadas, analisa a necessidade de desenvolvimento do Brasil e de técnicos, como por exemplo, engenheiros, maquinistas. Menciona também que o país era muito amplo e não conseguia atrair a atenção do velho continente, pois o conhecimento que seus amigos franceses possuíam sobre o Brasil era que havia negros, macacos e meia dúzia de brancos de cor duvidosa.

²⁸ O livro encontra-se disponível em: <https://archive.org/stream/ensaiosobreosmel00fran#page/18/mode/2up>. Acesso em: 30 abr. 2017.

Essa parte da elite comungava com as teorias científicas de inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e a degenerescência do mestiço, motivo pelo qual se dividia sobre o tema miscigenação – degeneração ou salvação – do povo brasileiro:

Não havia nenhuma rigidez dos letrados quanto a filiações teóricas, fontes e matrizes ideológicas da cultura europeia *fin-de-siècle*: positivismo, cientificismo, darwinismo social, spencerianismo, evolucionismo e outros tantos *ismos* foram misturados numa receita que se prestava aos usos mais diferenciados, alterados ao sabor de circunstâncias diversas e temperados conforme a mudança de opinião. (SALIBA, 2012, p. 240)

De fato, era um grande caldeirão que continha variadas pitadas de *ismos* utilizados ao bel-prazer desses intelectuais que buscavam um conjunto de características no qual pudessem encaixar o que “entendiam” por ser brasileiro. A missão se tornava mais complexa à medida que os elementos do progresso e da civilização deveriam constar nesse entendimento.

A miscigenação se transformava em um tema polêmico, visto que a elite política e intelectual não tinha como negar o problema racial sedimentado nas bases da República. Discursos que estavam vinculados aos projetos de cunho nacionalista e a discussão “contra” ou a “favor” à miscigenação eram verdadeiros dilemas da *intelligentsia* brasileira:

Autores racistas como Gobineau, Ammon, Lapouge, Spencer, Chamberlain, Haeckel eram citados indistintamente pelos intelectuais brasileiros. Entre estes, Le Bon, um dos autores mais vendidos pelas livrarias do Rio de Janeiro até meados dos anos vinte, nos seus livros condenava ao fracasso todos os países de raça mestiça. Ao negar o papel das massas no processo histórico, afirmava que o progresso era produzido por uma “elite de homens”, por “grandes homens” das ciências, indústrias e artes. Nas suas palavras, “todos os países que apresentam um grande número de mestiços estão, por esta única razão, condenados a uma perpétua anarquia, a menos que eles sejam dominados por uma mão de ferro. Tal será fatalmente o caso do Brasil. Ele não conta senão com um terço de brancos. O resto da população se compõe de negros e mulatos”. (SILVA, 1987, p. 97)

As teorias racialistas aportaram nas terras brasileiras tardiamente, porém as instituições Estado, Educação e Pesquisa, por exemplo, se debruçaram sobre o tema e com afincos:

Que lugar atribuir ao africano e a seus descendentes, ex-escravos recém-libertos? Como garantir a vitória da civilização sobre a barbárie em uma terra povoada por uma maioria de negros, índios e mestiços? De que forma manter a unidade de uma nação marcada por diferenças raciais, culturais e regionais de toda espécie? Como escolher os governantes pelo voto, se grande parte da população era analfabeta e inculta? Estas foram algumas das questões debatidas pelos intelectuais [...]. Os letrados se mostravam divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu. Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não-brancas e das culturas não-europeias, ao mesmo tempo que buscavam as raízes da identidade brasileira em manifestações compósitas ou mestiças. Observado por viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por

cientistas europeus e norte-americanos, temido por boa parte das elites locais, o cruzamento de raças era tomado como pista para explicar a possível inviabilidade do Brasil como nação. (VENTURA, 2000, p. 331)

O desconforto dessa elite política e intelectual republicana com o “problema negro” pode ser exemplificado tanto no contexto de reformulação dos símbolos nacionais²⁹, quanto nos Decretos Federais.

O “problema negro” era uma realidade, visto que a República legitimava a discriminação racial³⁰. O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, sujeitava a entrada de indígenas da Ásia e África à autorização especial do Congresso Nacional:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país, **excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.**

Art. 2º Os agentes diplomáticos e consulares dos Estados Unidos do Brasil **obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes, comunicando imediatamente ao Governo Federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar.**

Art. 3º A polícia dos portos da República impedirá o desembarque de tais indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes. [...] (BRASIL, 1890)³¹

O decreto, de certa forma, pode ser visto como uma resposta daqueles que não viam na mestiçagem uma alternativa válida para a solução do “problema negro”. A política de branqueamento prescreveu um remédio anódino para solucionar o “problema negro”. Porém,

²⁹ Um bom exemplo foi o concurso realizado em 1889 para a escolha do Hino Nacional. Os vencedores do concurso foram Leopoldo Américo Miguez (1850-1902) e José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (1867-1934). A letra foi elaborada apenas um ano após o final da escravidão e menciona: **Nós nem cremos que escravos outrora** / Tenha havido em tão nobre País.../ Hoje o rubro lampejo da aurora / Acha irmãos, não tiranos hostis. / **Somos todos iguais!** Para os autores, a escravidão na História brasileira havia ocorrido em tempos remotos e culmina com a frase “somos todos iguais”.

³⁰ A legitimação da discriminação racial pelo Estado também foi estabelecida no Império, por exemplo:

- **Lei nº 1 de 1837** em seu artigo 3º “são proibidos de frequentar as escolas públicas”, em seu § 2º: “Os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>, acesso em: 15 mar. 2019.

- Na **Consolidação das Leis Civis de 1858**, os escravos pertenciam a classe dos bens móveis ao lado dos semoventes. Juntamente com os semoventes os negros configuravam nos contratos de terras como bens acessórios dos imóveis (FREITAS, 1896, p. XXXVII).

- **Lei nº 1237 de 1864** em seu artigo 4º “a hipoteca convencional deve ser especial, com quantia determinada e sobre bens presente”, em seu § 2º: “A hipoteca convencional compreende todas as benfeitorias, que acrescerem ao imóvel hipotecado, assim como, as acessões naturais nas quais se consideram incluídas as crias nascidas das escravas hipotecadas”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1237-24-setembro-1864-554789-publicacaooriginal-73725-pl.html>, acesso em: 15 mar. 2019. Optamos para a atualização do texto ao novo acordo ortográfico.

³¹ O Decreto encontra-se disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102013&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PU> B. Acesso em: 10 abr. 2017. Optamos para a atualização do texto ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

apesar de o remédio ser anódino, a sua profilaxia teve eficácia, pois a política de incentivo à imigração europeia teve como corolário a não integração dos negros às novas sociedades urbanas que surgiam.

O estudioso Abdias do Nascimento, ao analisar o “problema da mestiçagem” no período em questão, chamou essa política e ideologia de “genocídio do negro brasileiro”. O autor considera que o discurso da mestiçagem dissimulou o racismo através de elogio a um futuro mestiço para o Brasil:

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-do-mato, feitor, e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa “democracia racial”. Nele se concentraram a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. (NASCIMENTO, 2002, p. 113)

Para o professor Nascimento, o processo de incentivo à miscigenação significava a diluição da cor preta e a materialização do racismo institucional. Esse fato pode ser percebido pelo Decreto nº 6.455, promulgado em 19 de abril de 1907:

Art. 1º O serviço de povoamento do solo nacional será promovido pela União, mediante acordo com os Governos Estaduais, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações outras, e particulares, observadas as garantias necessárias à sua regularidade, na conformidade das presentes bases.

Art. 2º **Serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros menores de 60 anos, que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou inválidos, chegarem aos portos nacionais com passagem de terceira classe, à custa da União, dos Estados ou de terceiros; e os que, em igualdade de condições, tendo pago as suas passagens, quiserem gozar dos favores concedidos aos recém-chegados. [...]**

Art. 3º Aos imigrantes que se estabelecerem em qualquer ponto do país, e se dedicarem a qualquer ramo de agricultura, indústria, comércio, arte ou ocupação útil, são garantidos o exercício pleno da sua atividade; inteira liberdade de trabalho, desde que não haja ofensa à segurança, a saúde e aos costumes públicos; liberdade de crenças e de culto; e, finalmente, o gozo de todos os direitos civis, atribuídos aos nacionais pela Constituição e leis em vigor.

Art. 4º A União dirige ou auxilia, de comum acordo com os Estados e sem embargo de ação idêntica por parte destes, a introdução e localização de imigrantes que se disponham a fixar-se como proprietários territoriais; protege e guia os imigrantes espontâneos que careçam de patrocínio para a sua primeira instalação; e, só em casos excepcionais, introduzirá, a sua custa, imigrantes que se destinem a trabalhar sem aquisição de terras, onde venham residir. [...] (BRASIL, 1907)³²

---

³² O decreto encontra-se disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.h._ Acesso em: 11 mai. 2016. Optamos para a atualização do texto ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

O Decreto de 1907, diferentemente do de 1890, não menciona “excetuados os indígenas da Ásia ou da África”, porém elucida os procedimentos de incentivo à imigração e colonização agrícola que tacitamente quer dizer imigração europeia e branca, não inclusa as características apresentadas em seu artigo 2º. Segundo Thomas Skidmore, o período alto do pensamento racial no Brasil perdurou entre as décadas de 1880 a 1920, pois a ideologia de branqueamento ganhou a legitimidade científica (SKIDMORE, 1989, p. 63).

Uma das expressões da linha “científica”³³ de inferioridade do negro nesse período foram os estudos do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Não podemos deixar de mencionar em nossa análise que Nina Rodrigues era descendente de africanos (ou como eram chamados os mestiços no período – mulato) e estudioso de etnologia afro-brasileira e medicina legal. O médico foi o primeiro pesquisador brasileiro a estudar sistematicamente a influência africana no Brasil e se posicionava contra a mestiçagem, pois para ele:

O problema “*o negro*” no Brasil tem, de fato, feições múltiplas: uma do passado – estudo dos negros africanos que colonizaram o país; outra do presente – negros crioulos, brancos e mestiços; a última, do futuro – mestiços e brancos crioulos. (RODRIGUES, 1935, p. 28)

Ou seja, a população do país se resumiria a mestiços e brancos crioulos, logo não teríamos um futuro promissor, pois para Nina Rodrigues – apesar de ser produto da mestiçagem – a população que se deslumbrava era degenerada. Os mestiços eram considerados uma ameaça para a pouca raça branca existente no país, pois se a miscigenação fosse praticada em larga escala correr-se-ia o enorme risco de se dissolver na massa de “brancos crioulos”. Rodrigues era propagado entre os que se interessavam pelo assunto; era respeitado e ganhou notoriedade, porém as suas ideias racistas ortodoxas o deixaram à margem da principal corrente do pensamento brasileiro, porque, como republicanos, muitos deles abolicionistas, não poderiam assumir as doutrinas raciais do cientista, pelo menos, publicamente.

Outro adepto à teoria do branqueamento foi Joaquim Nabuco (1849-1910), uma das grandes lideranças abolicionistas do século XIX, fundador da “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão” (1880). Em sua obra clássica, *O Abolicionismo*, podemos ler:

---

³³ Colocamos científica entre aspas porque o debate sobre a inferioridade do negro esteve longe de ser orientado por critérios científicos. Ver, por exemplo, a avaliação de Guerreiro Ramos sobre os trabalhos do médico maranhense: “Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época que viveu. Não há exemplo, no seu tempo, de tanta basbaquice e ingenuidade. (...) Sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras”. RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. São Paulo: Editorial Andes, 1957. p. 144-145.

Compare-se com o Brasil atual da escravidão o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, **a imigração europeia traga sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásico, vivaz, enérgico e sadio, com que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper mais a nossa raça [...]**. (NABUCO, 2000, p.170)³⁴.

A imigração chinesa no Brasil não era o único perigo, para Nabuco, à preservação da nossa raça, pois, para o autor, o principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi assim africanizá-la, saturá-la de sangue preto (NABUCO, 2000, p. 97-98). O prezado jurista reconheceu que os negros e seus descendentes ajudaram a construir o país, mas os principais habitantes não pensaram o que preparavam para o futuro, um povo composto na sua maioria de escravos (NABUCO, 2000, p. 97). Monteiro Lobato, realizou uma análise análoga: “[...] os negros da África, caçados a tiro e trazidos a força para a escravidão, vingaram-se do português da maneira mais terrível – amulatando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios a tarde[...]” (LOBATO, 1944, p. 132).

Mas ao contrário do nobre literato infantil, Joaquim Nabuco via na miscigenação uma solução para o futuro do país: só uma operação nos poderá salvar – à custa da nossa identidade nacional –, isto é, a transfusão do sangue puro e oxigenado de uma raça livre (NABUCO, 2000, p. 4).

Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), importante jurista, jornalista e Presidente do Rio de Janeiro entre os anos de 1896-1900³⁵, desde sua época de estudante, participou ativamente das questões republicanas e abolicionistas. Ao terminar seus estudos em Recife, retornou ao Rio de Janeiro e fundou, em Niterói (29 de julho de 1889), o jornal *O Povo*, periódico contra a monarquia e o regime escravocrata. Alberto Torres, ao contrário dos seus pares citados neste capítulo, criticou a recepção acrítica das concepções raciais importadas da Europa:

A dúvida sobre o valor das raças do Brasil, nos centros intelectuais das nossas cidades, é mais um resultado do preparo – todo receptivo – dos que nos dirigem a opinião, que os conduz a tomar por dogma tudo quanto os livros estrangeiros nos trazem, inclusive as suas sentenças condenatórias, arestos com que o instinto político das nações adiantadas, dando por superioridade absoluta a superioridade eventual e relativa que mostram hoje, fazem títulos à dominação das que chamam ‘raças inferiores’. (TORRES, 1915, p. 7).

³⁴ Os destaques são nossos.

³⁵ De acordo com os estudos de sua obra, foi a partir desse cargo que Alberto Torres se desiludiu com o regime republicano, constatando que, tanto na política, quanto na administração pública, a mediocridade era o que imperava. Segundo Florestan Fernandes, “um confronto entre os critérios formais de reconhecimento da democracia e a realidade política vigente”. E continua sua análise: “as condições reais da vida política brasileira são incompatíveis com o modelo europeu ou norte-americano de organização democrática da ordem legal.” (FERNANDES, 1979, p. 94)

Para o autor, a *intelligentsia* brasileira sofria uma profunda influência cultural das “nações adiantadas”, ou seja, adotar como dogma “tudo que os livros estrangeiros nos trazem” e as suas sentenças condenatórias a levava a aceitar, de modo acrítico, a doutrina da hierarquia racial. Torres não corroborava a ideia de “degeneração racial” do povo brasileiro e nos diz que esse posicionamento é um “hábito de menoscar do nosso sangue, de depreciar a nossa idoneidade física e moral, de nos dar por um povo degenerado, corrompido, em franco estado de abatimento corpóreo e moral” (TORRES, 1978, p. 79).

Alberto Torres também via outro grande problema do Brasil que era a não existência do Estado e também de uma sociedade que, segundo seu entendimento, ocorria de uma ausência do “tecido de relações e interesses práticos”:

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum. (TORRES, 1978, p.63)

Em resumo, na concepção do autor, éramos país “sem”, talvez fosse essa a nossa unidade nacional. Relativizou a questão racial, porém entendia a raça como decorrência da adequação do homem ao seu meio por “determinações mesológicas”:

Duas ideias capitais devem dominar o espírito na solução deste problema: a de que não há raças superiores, em absoluto, e a de que a raça, ou representa um ramo originário da espécie humana, como pretendem os poligenistas, ou representa uma variante, produzida na evolução da espécie, em período remoto, só se pode explicar como efeito de fatores mesológicos e, acentuadamente, do clima. Isto posto, a afirmação mais segura que é lícito fazer, com relação às raças atuais do Brasil, é que a raça colocada em posição mais vantajosa em relação às condições de adaptação, e, por conseguinte, a mais apta, é a dos autóctones, vindo em segundo lugar a dos negros, originários de um clima evidentemente mais semelhante, e em terceiro, a dos europeus de origem mediterrânea ou ibérica, produtos, em geral, de uma longínqua fusão eurafricana ou eurasiática e nascidos em regiões de climas mais aproximados aos nossos. (TORRES, 1978, p. 77)

O autor não via na miscigenação um problema, mas sim o “efeito de fatores mesológicos” e das condições de adaptações ao meio, de acordo com a teoria darwinista, a sobrevivência do mais apto. Ao contrário de muitos intelectuais do período, advertia como equivocado o incentivo à mistura das raças para o embranquecimento da nação:

É preciso não confundir o cruzamento étnico com as uniões entre indivíduos da mesma raça, a título de aperfeiçoar a descendência com a compensação de **elementos hereditários que favoreçam disposições progressivas e neutralizem ou combatam tendências retrogressivas ou de degeneração**. Aconselhar o cruzamento de

indivíduos de raças diferentes, para corrigir, ou para evitar, diversas tendências ou disposições patológicas ou degenerativas, importa confundir problemas distintivos: a hereditariedade étnica tem condições e obedece a processos peculiares; se a união de indivíduos predispostos à moléstia ou à decadência orgânica é um dos meios de regeneração fisiológica da estirpe, não é possível dar por assentada a ideia de que estas uniões devem, ou podem consistir em cruzamento entre indivíduos de raças diferentes, - e isto porque se o indivíduo de uma das raças for fisiologicamente mais sã, a vantagem do cruzamento pode ser anulada pelo desequilíbrio orgânico resultante da fusão de raças caracterizadas por qualidades profundamente inculcadas durante muitos séculos de diferenciação. [...] uma política eugênica bem inspirada, sincera e conscientemente preocupada de facilitar e favorecer o desenvolvimento espontâneo do homem brasileiro, nas melhores condições de adaptação e de progressividade, emancipada dos levianos prejuízos de amor próprio e de esnobismo circulante, deve procurar, esforçadamente, manter puros os tipos étnicos aclimados, para que eles, evoluindo naturalmente, manifestem e desenvolvam os caracteres próprios. [...] as conclusões que se impõem sobre a questão dos cruzamentos são estas: **não tem nenhuma base científica a opinião corrente entre nós de que o cruzamento é um meio de aperfeiçoamento étnico; os dados de observação e as mais prováveis induções científicas inclinam antes evitar do que a procurar os cruzamentos.** (TORRES, 1978, p. 76-8)³⁶

Como observamos no excerto, o autor advertiu que não poderíamos confundir o “cruzamento étnico com as uniões entre indivíduos da mesma raça”, por não acreditar em sua eficácia, pois “a hereditariedade étnica tem condições e obedece a processos peculiares”, além de destacar a ausência de base científica. Mas, segundo o autor, para obtermos uma política eugênica “bem inspirada, sincera e consciente” precisamos procurar manter “puros os tipos étnicos aclimados”, porque estes deverão evoluir naturalmente e desenvolverão características próprias.

Para Alberto Torres o problema da mestiçagem era “social” e não “étnico”:

Há aqui, como em toda parte, um preconceito contra o mulato do povo; mas este preconceito resulta, antes, do fato que eu chamarei de “mestiçagem social”, do que a “mestiçagem étnica”. O mulato ocupa um lugar intermediário entre duas camadas da sociedade; elevado acima dos pretos, não encontra apoio para se incorporar aos brancos; e fica, assim, desclassificado entre nobres e “párias”, desprezado por uns e invejado por outros. Do fato social resulta a disposição psíquica que caracteriza o tipo ambíguo e instável do mulato das ruas. (TORRES, 1978, p. 69)

Podemos perceber que, ao se posicionar contra o consenso vigente a respeito do papel da mestiçagem no branqueamento da nação, não significava que Torres tenha rejeitado a tese da superioridade racial dos brancos. O mestiço não possui um lugar na sociedade, “ocupava um lugar intermediário”. Para o autor, o mulato está acima dos pretos, mas não é incorporado pelos brancos, portanto, está à margem da sociedade.

---

³⁶ Os destaques são nossos.

José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) foi jornalista, professor, crítico e historiador literário. Paraense de nascimento, defendia a política de branqueamento da população mestiça, visto que, para o autor, “nenhuma grande civilização se poderia levantar com povos mestiços” (VERÍSSIMO, 1899)³⁷. Em 1889, na obra *Estudos Brasileiros*, Veríssimo analisou as possibilidades de uma literatura genuinamente nacional e escreveu:

Para se compreender perfeitamente o espírito de um povo é necessário estudar os diferentes elementos que o compõem. É sobre este critério que assentamos o nosso modo de pensar de que é do estudo bem feito dos elementos étnicos e históricos que compõe o Brasil, da compreensão perfeita do nosso estado atual, de nossa índole, de nossas crenças, de nossos costumes e aspirações que poderá sair uma literatura que se possa chamar conscientemente de brasileira à qual ficará reservado o glorioso destino de fazer entrar este país, pela forte reação de que falamos atrás numa **nova via de verdadeira civilização e verdadeiro progresso** (VERÍSSIMO, 1889, p.13).³⁸

Sabemos o que José Veríssimo e a intelectualidade entendiam como civilização e progresso: ser branco e europeu. Falta, agora, saber o que o intelectual tinha a nos dizer sobre os elementos étnicos que formaram o Brasil:

E como não havia de ser assim se desde o berço até o túmulo, **bebendo-lhe o leite, ouvindo-lhe os contos ao serão, folgando com ela, recebendo dela suas crenças fetichistas – essa raça desgraçada e tornada má pela escravidão é nossa companheira e auxiliar?** Isto, no entanto, **escapou aos nossos literatos que não viram que havia na nossa sociedade alguma coisa pitoresca e alguma coisa atroz a combater.** (VERÍSSIMO, 1889, p.10-11)³⁹

A detração dos africanos nesta passagem de Veríssimo deixa explícitos os motivos da degenerescência da população brasileira. Porém escreve de um modo como se os africanos tivessem imposto a sua presença no território brasileiro e obrigado os descendentes diretos de europeus residentes no Brasil a se corromperem. Nos excertos, o intelectual ainda afirma que a escravidão tornou os africanos maus e que os literatos não perceberam que “havia na nossa sociedade alguma coisa pitoresca e alguma coisa atroz a combater”. A *intelligentsia* brasileira via a cultura africana e afro-brasileira como não civilizada e exótica, digna de análise e estudos. José Veríssimo seguiu a exortação de Silvio Romero: “[...] nós vamos levianamente deixando morrer os nossos negros da costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos [...]. O negro não é só uma máquina *econômica*; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de *ciência*”⁴⁰ (ROMERO, 1888, p. 11).

³⁷ Artigo publicado no Jornal do Comércio, intitulado *O País Extraordinário*, em 04 de dezembro de 1899.

³⁸ Foi feita adaptação ao novo acordo ortográfico. Ressalvamos também que os destaques são nossos.

³⁹ Os destaques são nossos.

⁴⁰ Os itálicos são do original.

Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 1899, é possível obter a resposta à questão do “problema negro”. Para Veríssimo,

Não há receio, como supõe, o Sr. Oliveira Lima, de que surja o problema negro no Brasil. Antes de surgir, foi aqui resolvido pelo amor. O cruzamento tirou do elemento negro toda a importância numérica, diluindo-a na população branca. O mulato aqui, desde a segunda geração, quer ser branco, e o branco mesmo, ainda sem deixar-se iludir, e salvo exceções insignificantes, recebe-o, estima-o, liga-se com ele. A mistura de raças tendendo, como asseguram os etnólogos e pode à primeira vista ser reconhecido exato, a fazer prevalecer a superior, acabará forçosamente, em período mais ou menos curto, por *extinguir* a raça negra daqui. Já vai isso evidentemente acontecendo, e quando a imigração, que penso é o problema capital do Brasil, vier numerosa, apressará, com misturas novas, que aqui se farão sempre, a seleção. Enquanto nos Estados Unidos oito milhões de negros parecem aos seus nacionais brancos um perigo e uma ameaça, contra o qual só lhes antolham meios violentos de defesa, **aqui ninguém cura deles, que desaparecem simplesmente pelo crescimento da população branca, não pura em sua maioria é verdade, mas cuja mescla vai também ganhando do lado branco e aproximando-se cada vez mais, segundo a regra da antropologia, do tipo superior.** Sem nenhum preconceito patriótico, penso, é verdade que tenho razões pessoais para isso, que mais demorada que a americana, a nossa evolução é, se posso dizer assim, **mais justa e mais humana.** Mesmo nos duros tempos coloniais, **não dividíamos jamais a humanidade em duas partes.** (VERÍSSIMO, 1899).⁴¹

O excerto acima faz parte da análise realizada por José Veríssimo da obra *Nos Estados Unidos – Impressões Políticas e Sociais*⁴², do intelectual pernambucano Manuel de Oliveira Lima (1867-1928). Podemos notar que o intelectual paraense não via a possibilidade de o “problema negro” estadunidense surgir no Brasil. No caso brasileiro, a questão seria resolvida pelo “amor”. Devemos compreender “amor”, neste contexto, como o cruzamento massivo entre as raças, que também podemos denominar mestiçagem eugênica ou “genocídio do negro brasileiro”, pois, para ele, o “elemento negro” seria diluído na população branca. Concluiu sua análise asseverando que nem mesmo no período colonial, ou seja, no auge da desumanização da escravidão, ao contrário da “crueldade americana”, o Brasil jamais dividiu a humanidade em duas partes.

O artigo publicado por José Veríssimo sintetiza os postulados da política de branqueamento, baseados nos ideais de “civilidade”, sustentando a hierarquia racial e, consequentemente, a extinção dos afro-brasileiros, porém com muito “amor”. Os intelectuais apresentados nesta seção já foram analisados por historiadores e pesquisadores, alguns dos quais subsidiaram o nosso trabalho. A *intelligentsia* brasileira expressou em livros e artigos o

⁴¹ Texto publicado em 04 de dezembro de 1899. Houve adaptação ao novo acordo ortográfico e os destaques são nossos.

⁴² A obra produzida foi em decorrência da estadia de Oliveira Lima em Washington, D.C., como diplomata de carreira na década de 1890.

que ambicionava para a República e o que concebia sobre a miscigenação e o “problema negro”. Nesse sentido, esta análise se instrumentalizará dos registros humorísticos sobre questões que, até o momento, eram analisadas e discutidas “seriamente” pelos intelectuais republicanos. Esses registros humorísticos ganham peso, à medida que os grupos sociais se apropriam dos valores e concepções que estão implícitos nas piadas, ou seja, ao adquirir sentido coletivo, o riso agrega uma função social. Henri Bergson, em seu conhecido ensaio “*O Riso*”, enfatiza a função social do riso, a “intenção da sociedade quando ri”:

O riso parece precisar de eco [...]. O nosso riso é sempre o riso de um grupo [...]. Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se, sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social. [...] O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social. (BERGSON, 1980, p. 13-14)

Ao considerarmos o riso⁴³ como uma prática social e política⁴⁴, utilizada pela sociedade como um subterfúgio para lidar com questões propiciadas pelo advento da República, ao estudarmos a produção humorística sobre o negro na *belle époque* brasileira aos anos de 1920, atrelamos o ato de rir a uma relação estreita com o objeto – daquele que se ri.

Como vimos, a sociedade brasileira não vislumbrava um futuro promissor para um país de negros e mestiços. A análise dessa sociedade, pelo riso, nos proporciona uma leitura mais elucidativa, pois o riso possui um compromisso com o “não normativo”, “não sério”, o “indizível”. São inúmeras as teorias que “tratam do riso no contexto de uma oposição entre a *ordem* e o *desvio*, com a conseqüente valorização do não-oficial e do não-sério, que abarcariam uma realidade mais essencial do que a limitada pelo sério” (ALBERTI, 1999, p. 12).

O riso percorre um caminho tênue entre o individual e coletivo, porém ambos estão intrinsecamente associados, visto que o ato individual do riso possui ressonância no seu significado socialmente construído. A estudiosa Verena Alberti ressalva que as teorias do riso precisam ser compreendidas - assim como a própria piada, o humor, a charge, etc. - não apenas no contexto em que foram produzidas, mas também precisam ser analisadas politicamente como construções de sentido que se referem a organizações específicas de poder (ALBERTI, 2011, p. 20).

---

⁴³ Ressaltamos que há muitas pesquisas que atrelam o riso ao humor e utilizam os dois termos com o mesmo sentido. Apesar de o humor e o riso estarem intimamente relacionados, sabemos que não são a mesma coisa. O riso pode ser resultado do humor, mas nem todas as situações humorísticas provocarão o riso. Da mesma forma, os seres humanos podem rir sem a percepção de humor.

⁴⁴ Em seu ensaio, Bergson aponta o caráter político, contingente e retórico de toda a teoria do riso, porém não desenvolveu esse caráter em sua obra.

O humor buscou historicizar as representações dos conflitos políticos, econômicos, culturais e sociais que ocorreram do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, como as questões ligadas à nação, à identidade nacional e à política de branqueamento. O riso se transformou em uma possibilidade para a sociedade brasileira resolver os seus conflitos identitários nas vivências sociais:

Cada imaginação nacional, da mesma forma que produz a sua própria narrativa, produz também sua peculiar representação humorística; cada uma forja suas peculiares línguas e falas cômicas, que se expressam, [...], naqueles estereótipos concisos, sintéticos e rapidamente inteligíveis, mas também cheios de subentendidos, de omissões, de silêncios e de não ditos. (SALIBA, 2002, p. 31)

O “problema negro” é maquiado em uma embaraçosa construção de identidade nacional, fundamentada em uma política de branqueamento, colocando o mestiço em categorias intermediárias. O mestiço ocupa espaços limítrofes, lugares de conciliação, que sedimentam a sua imagem entre o intermediário do preto e do branco. O riso, através do “não sério”, do “indizível”, procurou reconduzir cada um ao seu lugar, ou seja, os negros e mestiços às suas condições iniciais de submissão e passa a ser empregado como simbólico.

CAPÍTULO II

2.1 O IMPÉRIO NOS TRAÇOS E NAS TROÇAS⁴⁵: A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA GUERRA DO PARAGUAI, AS LEIS PROTELATÓRIAS DA ABOLIÇÃO E A ABOLIÇÃO

Brava gente brasileira
 Vosso rei vos fez servil
 Não terei a pátria livre
 Sem varrê-lo do Brasil
 Um real trampolineiro
 Vos pregou um logro vil
 Porque o grito do Ipiranga
 Foi a morte do Brasil.

Encyclopedia do Riso e da Galhofa⁴⁶

A epígrafe nos oferece um bom exemplo de publicação humorística do período: a *Encyclopedia do riso e da galhofa*⁴⁷, inicialmente, publicada em fascículos e reunida em dois volumes no ano de 1863, com quase 800 páginas cada um. Possuía um subtítulo muito original: “Repertório de anedotas joviais. Nacionais e estrangeiras, bernardices impagáveis, bons ditos, carapuças escolhidas, casos galantes, chalaças estrambóticas, contos jocosos, curiosidades brasileiras, definições esquisitas, ditos agudos, epigramas, epitáfios, fatos históricos, legendas, lembranças que parecem esquecimentos, letreiros, lograções, maganeiras, materialidades, máximas sublimes, palhaçadas asnáticas, pensamentos felizes, pilherias peregrinas, quadros, quinquilharias, raios, ratices, repentes, sátiras, sentenças, sobrescritos, tradições e trivialidades

⁴⁵ Título inspirado no Samba Enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro: “*Traços e Troças*” de 1983. Autores do Enredo: Augusto César Vannucci e Lan; Compositores do Samba Enredo: Bala e Celso Trindade:

Só rio de quem me impede de sorrir,
 A minha pena não tem pena nem perdoa,
 Mexe com qualquer pessoa,
 Ela quer se divertir.
 (...)

Gozar, traçar, ferir,
 Fazendo de novo meu povo feliz,
 Riscando aquilo que ele não diz.

⁴⁶ No humor realizado pela *Encyclopedia do riso e da galhofa*, não faltavam críticas à família imperial, assim como, a política desenvolvida pelo Império. A paródia do Hino da Independência publicada pela *Encyclopedia* foi extraída de: DEL PRIORI, Mary. Coisas de Homem: cafés e livrarias. In: **História da gente brasileira – Império**. São Paulo: Leya Editora, 2016. V. 2.

⁴⁷ Sobre a *Encyclopedia do riso e da galhofa* ver os estudos do professor Elias Thomé Saliba em “Um enciclopedista do riso” (SALIBA, Elias Thomé. Um enciclopedista do riso. In: SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira da belle époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-56.

de bom gosto”. Foi compilada por Pafuncio Semicupio Pechincha, ou simplesmente, Patusco Jubilado, que, de acordo com os estudiosos dos irmãos Laemmert, seria pseudônimo do seu editor e organizador Eduardo Laemmert. Era realmente uma enciclopédia que reunia anedotas e piadas, embora seu formato fosse constituído em:

Um esforço para inspirar-se nos moldes oitocentistas clássicos das enciclopédias, que buscavam uma classificação rigorosa dos acontecimentos, todo o resto é de uma notável anarquia, assumindo muito mais o feitio de folhetins e folhas volantes do que o de uma obra sistemática de verbetes e versículos. É bem provável que a sua organização em verbetes visasse atender a demanda de leitores, já habituados aos manuais, dicionários e guias publicados pela Laemmert. (SALIBA, 2002, p. 49)

O processo de modernização da imprensa chegou tardiamente ao Brasil e, infelizmente, essa publicação antecedeu o desenvolvimento da imprensa ilustrada. A enciclopédia, assim como todas as obras publicadas pela Editora Laemmert, tornou-se raras, pois o depósito que a empresa mantinha com os exemplares publicados desde sua fundação foi destruído em um incêndio no ano de 1909; no mesmo ano, em decorrência desse episódio, a livraria encerrou suas funções⁴⁸.

Havia também, no período, jornais que circulavam diariamente, como o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), *Jornal do Comércio* (1827-2013), *Gazeta de Notícias* (1875-1972), entre tantos outros com maior ou menor tempo de atividade. Mas, a despeito de sua importância, o Segundo Reinado ficou marcado, com relação aos impressos, pela considerável produção de periódicos ilustrados publicados, mais precisamente, em suas três últimas décadas.

Segundo o historiador Elias Thomé Saliba, o século XIX “foi aquele que viu nascer as revistas humorísticas, estimuladas pelos avanços nas técnicas de impressão que possibilitaram o aumento nas tiragens e o consequente aumento do público leitor”⁴⁹ (SALIBA, 2002, p. 38). O que esses periódicos possuíam em comum era abordar as notícias do cotidiano da Corte com humor:

⁴⁸ Para informações sobre os irmãos e a editora e livraria Laemmert, ver as obras: HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua história**. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1985. p.157-176; BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos**. São Paulo: Pólis/ Brasília: INL/MEC, 1979. p. 63-65.

⁴⁹ Faz-se necessário apresentar alguns esclarecimentos sobre o “público leitor” existente no Brasil no período em questão. De acordo com o censo de 1876, em seu **item IX sobre Instrução**, a população livre recenseada que sabia ler era de 1.563.078 e os que não sabiam ler de 6.856.594. Portanto, o censo concluiu que em mil pessoas livres 185,65 eram alfabetizadas e 814,3 eram analfabetas completas. Porém, temos que considerar outras práticas culturais do período e a forma de veiculação do texto escrito via oralidade em ambientes não exclusivamente de letrados. Também devemos considerar a hipótese de, por serem revistas ilustradas, as imagens detalhadas facilitar a compreensão da população de analfabetos sobre os temas abordados. Ver: Relatório e Trabalhos Estatísticos – Recenseamento de 1876, p. 19. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>. Acesso em: 29 Out. 2017; BESSONE, Tania Maria Tavares. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

O humor sempre foi uma marca da imprensa brasileira. Mesmo as grandes folhas do século XIX, com sua péssima encadernação, seu amontoado de colunas e notas, sem manchetes e sem fios a destacá-las, reservam sempre um espaço, ainda que pequeno, para a quadrinha, a nota maliciosa sobre figuras importantes do tempo, ou mesmo para a simples e pura anedota. (LUSTOSA, 1989, p. 53)

Esses periódicos podem ser considerados precursores de uma imprensa irreverente, que, através do humor, expunha as notícias ou críticas à sociedade. A grande marca das revistas ilustradas foram os desenhos que possuíam um traço preciso. Apesar da precisão artística, as ilustrações cômicas representavam situações políticas, econômicas e sociais do Império.

Nesse período também ocorreram lançamentos de alguns periódicos que merecem destaques⁵⁰: *Semana Ilustrada* (1861-1876), *A Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mosquito* (1869-1877), *O Mequetrefe* (1875-1893) e a *Revista Ilustrada* (1876-1898), e outros que tiveram pouco tempo de circulação, como *A Comédia Social* (1870-1871).

Os próprios periódicos diziam a que vinham. O lema da *Semana Ilustrada* era: “*ridendo castigat mores*”⁵¹ (01 de 16 dezembro de 1860); *A Vida Fluminense* possuía um tom mais ameno que buscava “agradar a todos os paladares [...] será uma folha joco-séria, publicará retratos, biografias, caricaturas, figurinos de modas, músicas, romances nacionais e estrangeiros, artigos humorísticos, crônicas, etc.” (04 de janeiro de 1868); já em sua apresentação *O Mosquito*⁵² possuía como objetivo: “Beliscar, sutilmente, a humanidade. Enterrar mesmo o ferrão em certos preconceitos e alusões da nossa sociedade sem deixar calombo ou comichão, é essa a missão deste pequeno filho do Adão mosquitil da criação” (19 de novembro de 1869); *O Mequetrefe* afirmava:

Em poucas palavras podemos resumir o nosso programa. Periódico essencialmente caricaturista, procurará sempre tomar nos acontecimentos a nota cômica que vá despertar a hilaridade. Em todo caso, será sempre alheio à política, e aos grupos em que ela se divide. Não quer isto dizer que fuçamos a encarar o assunto político, a pretexto de escabroso. Em vez, porém, de apreciarmos os fatos em suas generalidades

⁵⁰ Há outros semanários que também circulavam pela Corte carioca, como *A Lanterna Mágica* (1844-1845); *A Revista o Museu Universal: Jornal das famílias brasileiras* (1838-1844); *Jornal das Senhoras* (1852-1855); *Ilustração Brasileira* (1854); *Universo Ilustrado* (1858-1859); *L'Iride Italiana* (1854-1856); *O Brasil Ilustrado* (1855/1856). Todos esses periódicos citados eram produzidos no Rio de Janeiro, porém, de acordo com os estudos Rafael Cardozo, o crescimento da circulação de revistas satíricas semelhantes à revista francesa *Le Charivari* (1832-1937) e à inglesa *Punch* (1841-1992) acontece com o lançamento da *Semana Ilustrada* em 1860, assim como os outros periódicos mencionados no corpo do texto. Para obter maiores informações ver: CARDOZO, Rafael. Origens do projeto gráfico no Brasil. In: CARDOZO, Rafael (Org.). **Impresso no Brasil – 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009. / CARDOZO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo (Org.). **Revistas Ilustradas: modos de ler e ver o Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

⁵¹ Rindo castigam-se os costumes.

⁵² *O Mosquito* incorporou, em 1871, o periódico *Comédia Social*. Ver: HERMAN, Lima. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 104.

e os indivíduos em suas particularidades, procuraremos sempre apanhar o ridículo nos acontecimentos e a caricatura nas individualidades. (O MEQUETREFE, 1892)⁵³

A *Revistas Semana Ilustrada*, na sua primeira página, traz os dizeres: “O meu programa é o mais simples e pode ser resumido nestas poucas palavras: falar a verdade, sempre a verdade, ainda que por isso me caia um dente. Quem se zangar, fique certo que perde o latim. Estão prevenidos?” (SEMANA ILUSTRADA, 1876)⁵⁴; e, por fim, dentre os periódicos escolhidos, A *Comédia Social*, que apresentou os escopos que a revista propõe:

Tem por fim a educação do povo e sua regeneração física, intelectual e moral; reivindica seus direitos e interesses legítimos até hoje desatendidos e habilitá-los por uma transição lenta e pacífica a governar a si mesmo e a fazer do Brasil uma nação grande e respeitada. O meio que emprega é a crítica satírica dos vícios e abusos que corroem a nossa sociedade da corrupção, da descrença, da intriga, da mentira, da indolência, da ignorância e do charlatanismo. Na luta externa do bem e do mal é um humilde, porém fervoroso apóstolo do bem. (A COMÉDIA SOCIAL, 1870)⁵⁵

---

⁵³ Texto publicado em abril de 1892.

⁵⁴ Publicado em 01 de janeiro de 1876.

⁵⁵ Publicado em 03 de fevereiro de 1870. Os textos foram adaptados ao novo acordo ortográfico.

SEMANA ILLUSTRADA

LATERNAS MAGICAS
VENDO Castigat MORES

La Senhores, que nos quizerem honrar com artigos e desenhos terão a bondade de remette-los, em carta fechada á Redacção da Semana Illustrada, na Rua do Ouvidor N.º 87, livraria de F. L. Pinto & C.ª

N.º 1.
Publica-se todos os Domingos

Subscreve-se:

Corte	Provincias
Trimestre 5\$000.	Trimestre 6\$000.
Semestre 9\$000.	Semestre 11\$000.
Anno 16\$000.	Anno 18\$000.

Avulso 500 rs.
Na livraria de F. L. Pinto & C.ª, Ouvidor 87.

Sol lucet omnibus

AMERICA DESCONHECIDA
Floresta virginea
Lima
Rio

A Semana Illustrada começa sua viagem humoristica pela America Meridional.

Figura 1 – Semana Illustrada – Ano 1861 – Edição 01⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

I-6,8.

11-95.

8

A VIDA FLUMINENSE

FOLHAS

JOCO-SERIA-ILLUSTRADA

PUBLICA

REVISTAS. CARICATURAS. RETRATOS. MODAS.
VISTAS. MUZICAS. ETC. ETC.

ASSIGNA-SE

RUA DO OUVIDOR

59

SOBRADO

PREÇOS.

CORTE		PROVINCIAIS	
Um mez	2:000	Semestre	11:000
Trimestre	5:000	Anno	21:000
Semestre	10:000	Avulso	500
Anno	20:000		

O PAGAMENTO É SEMPRE ADIANTADO

BIBLIOTECA NACIONAL
SLR
P. 148
195

11-95.
8 5 P. 112
15

Figura 2 – A Vida Fluminense – Ano 1868 – Edição 01⁵⁷

⁵⁷ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

Figura 3 – O Mosquito – Ano 1872 – Edição 121⁵⁸

⁵⁸ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

Figura 4 – O Mequetrefe – Ano 1875 – Edição 02⁵⁹

⁵⁹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

I-6,20. 11-27. 1876

Rio de Janeiro 1º de Janeiro de 1876 Anno 1 Nº 1.

REVISTA ILLUSTRADA
publicada por
ANGELO AGOSTINI
ASSIGNA-SE
Na Rua do Ouvidor Nº 65 na livraria do Sr. GARNIER
e na Rua da Assembleia 44, Officina Lithographica a vapor
da REVISTA ILLUSTRADA
As correspondências e reclamações deverão ser dirigidas
à Rua da Assembleia Nº 44

CÔRTE
Anno ..... 16 \$ 000
Semestre ..... 9 \$ 000
Trimestre ..... 5 \$ 000

PROVÍNCIAS
Anno ..... 20 \$ 000
Semestre ..... 11 \$ 000
Avulso ..... 500 Reis

Apparece a Revista Illustrada. é mais um; não importa o campo e vasto ....

Figura 5 – Revista Ilustrada – Ano 1876 – Edição 01⁶⁰

⁶⁰ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

Assigne-se Rua da Ajuda N.º 16

A COMEDIA SOCIAL

Anno I HEBDOMADARIO POPULAR SATIRICO N.º 1

Advertencia.
 Dão-se a quem quiser mandar artigos ou desenhos para a *Comedia social*, se dirigiu de comitê ao a redação - Rua do Rozario N.º 13, Landas, onde se incluem assignaturas.

Preço das Assignaturas

CORTÉ E XITHÉBOHY		Para as Provincias	
Anno	84000	Anno	104000
Semestre	41500	Semestre	61000
Numero Avulso	200		

O Novo Aristophanes, redactor em chefe da *Comedia social*, certo de que ha na sua terra grande falta de homens ilustres, apresenta-se ao respeitavel publico, a quem pede bom acolhimento, e promete formar um selado dos seus interesses, na pessoa de Theodoros, indio muito intelligente e patriota.

Figura 6 – A Comédia Social – Ano 1870 – Edição 01⁶¹

⁶¹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

Como podemos notar, as revistas ilustradas possuíam como objetivo comum, sucintamente, provocar o riso através de assuntos onde o texto e a imagem estavam intrinsicamente ligados.

As ilustrações escolhidas nesta seção do capítulo, em sua grande maioria, são do ilustrador Ângelo Agostini (1843, Vercelli-Itália / 1910, Rio de Janeiro-Brasil). O ilustrador é reconhecido pelas sátiras políticas do Brasil imperial e atuava em diversos periódicos: *O Diabo Coxo* (SP); *O Mosquito* (RJ), *O Arlequim* (RJ); *Vida Fluminense* (RJ); *Revista Ilustrada* (RJ). Na ocasião de sua morte, o jornal *O Paiz*, de 24 de janeiro de 1910, publicou que a “sua ação abolicionista é um traço inconfundível de sua vida”.

Devemos confessar que, ao pesquisarmos as revistas ilustradas para a seleção das fontes, não nos ativemos aos ilustradores, mas sim como eram representados os negros. Após essa seleção, ao realizar a apreciação, percebemos que muitas das ilustrações eram de autoria de Ângelo Agostini e que muitos trabalhos historiográficos realizados enalteciam a sua luta pelo fim da escravidão. Porém, em nosso trabalho, buscamos analisar em seus traços como os personagens negros protagonistas nas ilustrações selecionadas estavam representados, como a tonalização das ilustrações, nas quais não conseguimos distinguir o negro livre, escravo ou mestiço. Como bem observa o historiador Sidney Chalhoub, nas décadas de 1860 e 1870, a suspeição de ser escravo estava orientada pelo estigma da cor, que se manteve determinante das práticas de pessoas comuns, assim como nos agentes do Estado também nos anos de 1880⁶². Outro exemplo, é o reforço do estereótipo, onde os negros sempre estão representados descalços, com roupas brancas e surradas⁶³.

A Guerra do Paraguai (1864-1870)⁶⁴, ou a Guerra da Tríplice Aliança, marcou indelevelmente a História contemporânea da América Latina. Entre as contribuições

⁶² CHALLOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶³ LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, humor e caricatura**: a questão dos estereótipos. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011; LUSTOSA, Isabel (Org.). **Agostini – Obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil (1843-1910)**. Rio de Janeiro: Casa de Ruy Barbosa, coleção FCRB Estudos, 2014. v. 15. ; KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELOSO, Mônica Pimenta (Orgs.). **Revistas ilustradas**: modos de ler e ver no segundo reinado. Rio de Janeiro: Mauad, 2011; BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

⁶⁴ Primeiramente, esclarecemos que não faz parte deste trabalho realizar uma análise da Guerra do Paraguai, mas elucidaremos, de maneira concisa, os seus agentes. Muitos historiadores enfatizavam que as causas da origem da guerra foram as disputas territoriais entre Argentina, Brasil e Paraguai, que envolviam a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai. Havia também um crescente interesse do Império brasileiro, mas precisamente, da província do Rio Grande do Sul no Uruguai. A Argentina, por sua vez, estava preocupada em manter a sua unidade política sob o comando do presidente Bartolomeu Mitre (1862-1868) e via essa estabilidade ameaçada pela política expansionista de Francisco Solano López desde 1862. Entretanto, os estudos que compreendem o final da década de 1960 e de 1970 afirmavam que o Paraguai havia sido vítima da agressão capitalista e imperialista. Esta análise açambarcou historiadores desde concepções marxistas até os nacionalistas. Segundo os estudos desses historiadores, Argentina e Brasil estariam agindo em prol dos interesses britânicos. Para o historiador Leslie

importantes para o Império brasileiro destacamos o aporte ao reforço da ideia de Estado-Nação, abrindo o caminho para uma nova concepção do papel das Forças Armadas na vida nacional. Teoricamente, as Forças Armadas brasileira foram constituídas com a Independência do Brasil, porém não significava que existiam, de fato, inclusive em sua organização burocrática.

De acordo com os estudos de Vitor Izecksohn, as atividades militares eram para indivíduos vistos como socialmente indesejáveis⁶⁵:

Esse serviço possuía implicações penais, dado o caráter disciplinar de sua ação sobre indivíduos considerados desclassificados, apartando-os do restante da sociedade por longos períodos. Um deputado com larga experiência em assuntos militares resumiu bem a condição dos recrutas ao enfatizar que “a maior desgraça em todo universo é ser um recruta no Brasil. É realmente um castigo, um soldado comum é considerado como um escravo miserável. (IZECKSOHN, 2009, p. 398)

A falta de um sentimento nacional também provocava várias justificativas para não serem recrutados⁶⁶:

Declarações que alegavam idade insuficiente, doenças incuráveis, atividade profissional isenta, arrimo de família também abundavam, e nelas se afirmavam e negavam evidências, testemunhos e contra evidências. Como último recurso, alguns desesperados recorriam à automutilação, evidência terrível e indiscutível. (MENDES, 2004, p. 127)

Se o trabalho de um soldado comum era comparável ao de um escravo e essa atividade era para “indivíduos socialmente indesejáveis”, podemos concluir quem era o alvo principal de recrutamento – negros recém libertos e escravos. Segundo Izecksohn⁶⁷:

Desde o começo da campanha contra o Paraguai, ex-escravos reforçaram as fileiras das forças brasileiras. Esses homens eram recrutados à força, doados por seus proprietários, ou substituíam homens com status social superior [...]. (IZECKSOHN, 2015, p. 99)

Bethell, a “Grã-Bretanha e as supostas ambições imperialistas – não podem mais ser utilizadas como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil, e, em escala menor ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai. [...] Foi uma guerra civil regional, embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota!” (BETHELL, 1995, p. 283). Ver: BETHELL, Leslie. O Imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, nº 24, mai./ago.1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁶⁵ IZECKSOHN, Vitor. A guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) **O Brasil Imperial II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 398.

⁶⁶ MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 127.

⁶⁷ IZECKSOHN, Vitor. O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, p. 96-110, 2015. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie7.pdf. Acesso em: 11 nov. 2017.

A princípio, o Estado Imperial desonerou a participação de negros escravos e libertos do conflito, pois acreditava que a guerra iria ser curta e que os paraguaios cederiam em um embate mais significativo. Mas, como sempre, as expectativas iniciais não saíram conforme o planejado pelo Estado e a população livre se recusava a ir para a guerra, a substituição foi uma prática corriqueira no conflito:

Usando substitutos, os proprietários podiam isentar seus protegidos do serviço militar. A substituição não violava os direitos de propriedade, situação que apaziguava conflitos potenciais entre os proprietários escravistas e o estado imperial. Dessa forma a substituição funcionava como uma válvula de escape não desprezível nos primeiros anos da campanha, e assim um mercado de substitutos floresceu com ambos, escravos e livres promovendo possibilidades de troca. Tanto os soldados alistados como seus parentes podiam apresentar substitutos. [...] O Ministério da guerra registrou 948 substituições por escravos em todo território imperial durante os quase cinco anos da campanha. A cidade do Rio de Janeiro promoveu o maior número de substitutos, com 437 indivíduos, seguida pela província do Rio grande do Sul, com 305. (IZECKSOHN, 2015, p. 99)

Medeiros e Albuquerque, em sua autobiografia⁶⁸, relata que em os batalhões negros na Guerra do Paraguai “se diziam voluntários, mas eram quase sempre recrutados a força”. A elite da corte se referia as tropas negras como “Voluntários da corda” ou “Voluntários a pau e corda” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1945, p. 112).

Como podemos observar na Figura – 7, o recrutamento forçado se assemelhava à prisão e muitos escravos eram capturados enquanto simplesmente caminhavam pelas ruas ou trabalhavam para os seus senhores:

---

⁶⁸ MEDEIROS E ALBUQUERQUE. **Quando Eu Era Vivo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Globo, 1945.

Legenda da figura:

Recrutamento de negros Minas - que mina para o governo⁶⁹

Figura 7 – Recrutamento de negros⁷⁰

Os recrutadores recebiam um bônus pelo número de recrutados que conseguiam angariar para o serviço “voluntário” e óbvio, com a escassez de “voluntários”, os escravos se tornavam uma fonte substancial de substitutos. Também não podemos desconsiderar os ataques que os agentes recrutadores sofriam. Ocorreram registros na região norte, São Paulo e em Minas Gerais, sendo necessário esses agentes serem escoltados na sua empreitada de busca de novos servidores das forças armadas:

A situação militar entre 1866 e 1868 criou uma percepção de crise em escala nacional que tornou o recrutamento de escravos ‘um mal menor’ aos olhos desses agentes, reforçando o apelo do governo Imperial aos senhores por contribuições a serem coordenadas pelo Estado. (IZECKSOHN, 2015, p. 102)

Não foram poucas as iniciativas do Estado para encorpar as tropas brasileiras, até mesmo, por meio de decretos. Dois bons exemplos foram o Decreto 3.371, de 07 de janeiro de

⁶⁹ Negros Minas são originários da Costa da Mina (Continente Africano).

⁷⁰ A VIDA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, nº 1, ed. 01, p. 6, 4 jan. 1868. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 set. 2017.

1865⁷¹, e o Decreto 3.725-A, de 06 de novembro de 1866⁷². O Decreto 3.371 criou os Corpos de Voluntários da Pátria; os artigos que o constituíam possuíam vários benefícios para quem se alistasse. Entre os benefícios, destacamos: com a paz declarada, os soldados poderiam requerer passagens que seriam entregues imediatamente, inclusive, para transporte marítimo; teriam direitos a empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações a quaisquer outros indivíduos; os familiares teriam direito à pensão em caso de morte do soldado e, caso o mesmo ficasse inutilizado por ferimentos, receberiam, enquanto estivessem vivos, o valor do soldo em dobro. O Decreto 3.725-A concederia liberdade gratuita aos escravos da nação designados para o serviço do exército.

Legenda da figura:

Diálogo de negros minas

- Entonce pai Zuaquim; vossuncê tem mêmô medo de recrutamento?
- Xi! Não fala nesse não! Minha corpo está tremendo tudo!...
- Medroso! Pois eu está querendo que seu moço urbano me agarra.
- Padre, fio e escrito santo! Cale essa boca, Zunzé!
- Esta enganado. Quero vortá lá do sú feito generá, com um penacho bem grande ni cabeça como sinhô velho Camamú, para ve tuda as criolinha de olhinho terno para mim.

Figura 8 – A Vida Fluminense – janeiro 1868 – Edição 2⁷³

⁷¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁷² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

⁷³ A VIDA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, nº 2, p. 9, 11 jan. 1868. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 set. 2017.

Muitos membros da sociedade possuíam o mesmo sentimento representado na ilustração acima que ironiza o papel do negro no conflito, pois se um tem medo da Guerra o outro quer “vortá lá do sú feito generá”. Ou seja, via humor, o ilustrador sugeriu que acreditava não ser conveniente e que ambos, o “corajoso” e o “medroso, não deveriam ser armados e levados a defender a honradez nacional. Na análise no *front*, o negro que possuía medo prejudicaria a tropa, não possuía preparo para um confronto bélico. Já o negro corajoso ascenderia socialmente, voltando da guerra com o penacho grande na cabeça. Porém ambos são representados como incapazes, “deslinguados” devido ao diálogo com um linguajar característico e, portanto, não deveriam ser recrutados para a defesa da pátria.

Os proprietários de escravos também eram escrachados pela imprensa, principalmente, os que viam no recrutamento uma possibilidade de ganho, pois venderia a sua “propriedade” para o Estado, além da possibilidade de se “livrarem” dos escravos que não eram “mais úteis”. Como o jornal *O Alabama*, periódico crítico e chistoso baiano, de 01 de agosto de 1867, nos apresenta o poema humorístico intitulado “*Exemplo de Patriotismo*”⁷⁴:

Eu tinha um mau escravo, adoentado,
Verdadeiro tormento endiabrado:
Libertei-o, ao governo o ofereci
A fim de eu ser condecorado.
O que era meu desgosto, é minha glória;
De quem era capoeira fiz soldado!
O querido decreto publicou-se,
Enfim, também fui condecorado!
Lá vai a guerra o grande capadócio;
Da rosa o peito eis adornado;
É belo assim servir a pátria nossa,
É belo assim ser condecorado!
Ingênuo patriota! Não, não ide
Sofrer de uma campanha o escuro fado!
Ficai, livrai-vos de maldito escravo
E aqui mesmo sereis condecorado!
(O Pipoca – Jornal do Brasil)

Os versos chistosos explicitam como eram patriotas os donos de escravos e como zelavam pelo estado brasileiro sem nenhum interesse. Porém as Forças Armadas do Império temiam que as tropas brasileiras se tornassem menos combativa, pois receavam que os “selecionados” não possuíam os atributos necessários para serem combatentes em guerra, inclusive, pela falta de treino bélico.

---

⁷⁴ Disponível em: http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/986/5/Agosto_1867.pdf. Acesso em: 12 Dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

Estudos sobre os números de escravos libertos que participaram da Guerra do Paraguai divergem, alguns mencionam dados significativos como a pesquisa realizada por Julio José Chiavenatto⁷⁵, em uma proporção de quarenta e cinco negros para cada soldado branco. Outros dois estudos apresentam dados mais modestos e utilizaram os arquivos do Ministério da Guerra, que são dos historiadores Ricardo Salles⁷⁶ e Jorge Prata de Sousa⁷⁷. O “*Mapa dos libertos que tem assentado praça desde o começo da guerra*”, elaborado pelo Ministério da Guerra, apresentou, até abril de 1868, um total de 3.897, assim distribuídos: 287 ex-escravos de nação; 67 substitutos da Casa Imperial – compreendemos porque o D. Pedro II foi o primeiro a constar na lista dos Voluntários da Pátria; 753 gratuitos, 95 de conventos; 1806 da conta do governo e mais 889 substitutos.

Após as leituras realizadas, não há como negar a participação de escravos “alforriados” na Guerra do Paraguai. Em nossa análise, entendemos que a dificuldade de determinar o número de escravos que combateram no conflito está intrinsecamente ligada a dois motivos: primeiramente, ao fato do Império ser escravagista. Isto é, o número e a contribuição desses negros provavelmente foram subestimados, pois, o Estado Imperial almejou ocultar o quanto dependeu dos negros para defender a pátria que os escravizavam e acreditava que eram inferiores pela cor da sua pele. O segundo motivo está ligado às deserções. Há pesquisas sobre o aumento dos números de quilombos no período da Guerra. A historiadora Luiza Rios Ricci Volpato⁷⁸, ao realizar um mapeamento dos quilombolas na Província de Mato Grosso, apresenta:

A escravidão assumiu também contornos especiais em Mato Grosso, por ocasião da guerra do Paraguai: a província foi palco de combate, especialmente sua região sul, ocupada pelas tropas inimigas. Como o restante da população, os cativos enfrentaram o medo de uma invasão paraguaia, mas souberam utilizar brechas que a guerra abria no sistema de dominação. O estado de guerra foi habilmente utilizado pelos escravos, quando, aproveitando as dificuldades enfrentadas pelas autoridades provinciais, ampliaram consideravelmente os quilombos existentes na província. (VOLPATO, 1996, p. 218)

---

⁷⁵ CHIAVENATTO, Julio José. **O Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p.111.

⁷⁶ SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990, p. 64-65.

⁷⁷ SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Mauad, ADESA, 1996, p. 81.

⁷⁸ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em áreas de fronteira. In: João JOSÉ REIS, João; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Outro trabalho que corrobora o aquilombamento dos desertores negros é o do historiador Mário Maestri⁷⁹ o qual descreve um “auto de perguntas” realizado em fevereiro de 1867 a um soldado paulista de 35 anos, Benedicto Santa Ana de Arruda, que era desertor do 3º Batalhão de Infantaria da 7ª Companhia (Voluntários da Pátria), e vivera no quilombo Camizão, localizado na Província do Rio Grande do Sul:

Após desertar de seu batalhão no tempo do “conflito” do “Passo de São Sepé”, caminhara serra adentro até rincão do Valos, onde, durante uma caçada, avistara “um aldeamento ou quilombo, de cima de um parão [perau]” em que trepara, composto de “pessoas vestidas, crianças, mulheres e homens”.

O quilombo, no fundo de um barranco, “dentro de uma muralha de pedras”, teria umas 150 pessoas, sendo que cinquenta em condições de combate. Ao se apresentar-se na única entrada do quilombo, uma guarda de “seis homens” lhe somara “fazer alto” com uma “salva” de armas de fogo. [...] O soldado desertor entrevistou-se com o chefe do quilombo, “um pardo de nome “Camizão”. Benedicto foi aceito [...]. (MAESTRI, 1996, p. 320)

Portanto, a estabilidade do Império estaria em jogo, pois o escravismo era indiscutível no sistema do Estado brasileiro e o aproveitamento efetivo dos negros abordaria discussões que não eram muito bem-vindas, assim como a abolição. Além da dificuldade de assumir que um sistema fundamentado no trabalho escravo proporcionou a fuga e o incremento dos quilombos nas Províncias, através de Decretos que estimulavam o alistamento e recrutamento desses escravos.

Com o fim da Guerra do Paraguai, movimentos a favor da abolição começavam a pulular a partir da década de 1870. Não podemos ignorar que, no início dessa década, foram criados o Partido Republicano, a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Também ocorreu a aprovação da lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, que em seu artigo 1º estabelece que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”⁸⁰.

⁷⁹ MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: João JOSÉ REIS, João; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 21 dez. 2017. Houve adaptação ao novo acordo ortográfico.

No cano da bicicleta na placa vem a data de 28 de setembro. Na pedra no caminho está escrito: Eleição Senatorial Província do Rio de Janeiro.

Legenda da figura:
Empecilhos a marcha do Brasil – Eis aí para o que serve a nossa política. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

Figura 9 – O Mosquito – março de 1872 – Edição 132⁸¹

A ilustração na capa da revista troça com a Lei do Ventre Livre que é representada por uma bicicleta frágil, dirigida por um índio ciclista que representa o Brasil. Porém desconjuntado, que percorre um caminho repleto de obstáculos, aparentemente, de terra (“selvagem”), com pedras e rumo ao progresso. A bicicleta realiza um pequeno desvio que se assemelha mais a um desequilíbrio que seria a lei em referência⁸². O ilustrador evidencia a sua crítica à lei de 28 de setembro de 1871 e às dificuldades enfrentadas pelos novos senadores

⁸¹ O MOSQUITO. Rio de Janeiro, nº 132, 23 mar. 1872. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 Set. 2017.

⁸² A capa da revista não foi elaborada aleatoriamente. No dia 03 de março de 1872 foi realizada uma festa em comemoração à promulgação da lei promovida pelo grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, casa maçônica, o senhor Visconde do Rio Branco. Ele ostentava também os títulos de Presidente do Conselho de Ministros e era o principal responsável pela Lei do Ventre Livre. A comemoração promoveu um desajuste religioso, pois Rio Branco convidou o padre e maçom Almeida Martins para ser orador oficial do evento. O Bispo do Rio de Janeiro, seguindo as orientações de documentos pontifícios que condenava a maçonaria, suspendeu de ordens o padre maçom. Para maiores informações ver BARROS, R. S. M. de. A questão religiosa. In: **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo II – O Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971. v. 4, p. 338-365.

eleitos, ligados, em sua grande maioria, à lavoura/escravagismo e, portanto, não tão favoráveis à abolição do trabalho escravo. Porém, se a intenção era criticar a Lei do Ventre Livre, que se referia ao trabalho escravo de negros africanos e de seus descendentes, faltou apenas um elemento – o negro.

A lei libertava os filhos a partir da data de sua promulgação, mas não as suas mães. Porém o seu parágrafo 1º tranquilizava essas mães, pois “os filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores e de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a essa idade, o senhor da mãe terá a opção ou de receber do estado a indenização ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de vinte e um anos completos [...]”⁸³

Mas se havia algo nessa lei que os negros pudessem “celebrar” foi o reconhecimento formal de famílias escravas. Em seu artigo 8º, a lei instituiu a matrícula geral, na qual o governo mandaria “proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida”⁸⁴. Dessa forma, a matrícula era um documento de Estado que comprovava a posse do escravo. Essa lei, como podemos perceber, era uma solução parcial e gradativa, e pretendia acalmar tanto os ânimos dos negros e de seus descendentes que ansiavam por liberdade quanto os senhores de escravos, que não faziam questão de esconder a sua insatisfação. Também não podemos esquecer que, em seu artigo 3º, estabelecia a criação do Fundo de Emancipação, o qual reuniria fundos pecuniários que seriam destinados a cada Província do país e a distribuição desses recursos se daria conforme a proporcionalidade do número de escravos residentes em cada Província. Ou seja, uma indenização aos desolados proprietários de escravos:

A lei de 28 de setembro de 1871 de fato pode ser interpretada como uma forma de intervenção direta na relação senhor/escravo, significando, para os senhores, a perda de certas prerrogativas, quando lhes é retirado o direito único de concessão da alforria, e, para os escravos, a aquisição de alguns direitos. Não se pode perder de vista, no entanto, o principal objetivo da lei, também observado na elaboração dos regulamentos relativos à atuação do Fundo. Ao prever que um valor indenizatório para os proprietários, preserva-se o direito à propriedade, objetivo amplamente defendido nas arenas políticas imperiais. (SANTOS, 2009, p. 35)

---

⁸³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em: 21 dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

⁸⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 21 dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

Para a historiadora Christiane Laider⁸⁵, a lei de setembro de 1871 “não significou mais do que uma forma de dar segurança aos proprietários e legitimar a manutenção da instituição”, isto é, “[...] um artifício para garantir o público sossego por mais uma geração” (LAIDER, 2011, p. 169), pois o assunto “abolição” provocava sobressaltos desde a Guerra do Paraguai e os dilemas enfrentados pela nação desde o conflito, que foram vastamente utilizados para arrastar as discussões sobre o tema. Também se preocupavam com as influências externas, como a Guerra da Secessão (1861-1865), que ocorreu nos Estados Unidos e dividiu o país sobre a questão da abolição dos negros; ou, algo mais grave, como a insurreição dos negros escravos que havia incidido com a Revolução do Haiti (1791-1804). Dessa forma, as emendas apresentadas pela comissão de 1871 foram todas aprovadas. Os deputados, demonstraram um grande cuidado para que não houvesse brechas na lei e, conseqüentemente, sem prejuízos da autoridade dos senhores e de seus direitos “adquiridos” em relação aos seus escravos.

A década seguinte aos anos de 1880 que se iniciava também não traria calma para o Império em relação ao tema abolicionista, não que em outros assuntos obtivera algum êxito. Nesse mesmo ano, foi fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e em 1883 a Confederação Abolicionista.

---

⁸⁵ LAIDER, Christiane. A lei do ventre livre; interesses e disputas em torno de um projeto de “abolição gradual”. *Revista Escritos*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 169-205, 2011.

Anno 5 Rio de Janeiro, 1880. Nº 229

REVISTA ILUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI A correspondência e reclamações devem ser dirigidas à Rua da Assembleia 44 Officina Lithographica da Revista Illustrada	PROVINCIAS	
Anno	16\$ 000		Anno	20\$ 000
Semestre	8\$ 000	Semestre	11\$ 000	
Trimestre	5\$ 000	Avulso	\$ 5,00	

Uma nuvem que cresce cada vez mais.

Figura 10 – Revista Ilustrada – novembro de 1880 – Edição 229⁸⁶

⁸⁶ Na nuvem negra ao fundo da imagem está escrito EMANCIPAÇÃO. Legenda da figura: Uma nuvem que cresce cada vez mais. REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, nº 229, s/d 1880, capa. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 set. 2017.

A imagem nos mostra um senhor de escravos assustado e impotente segurando um guarda-chuva que, para a tempestade que se armava no horizonte próximo, era inútil; ao mesmo tempo tentava proteger o seu escravo. Esse guarda-chuva o representa e a sua ideologia escravista, ameaçada pela “a nuvem emancipatória”, que representava os abolicionistas. A representação dos traços do negro e de sua condição reforçam os estereótipos característicos a ele, era só um detalhe. Dessa forma, compreendemos que eram incapazes de lutar pela sua própria liberdade e a sua sorte estava na mão de um grupo (abolicionistas) ou de outro (escravagistas); ou seja, os negros eram vistos como incapacitados e destituídos de vontade própria⁸⁷.

E como a ilustração previa, os dias seriam difíceis para os escravagistas e simpatizantes. No ano 1884, a abolição foi extinta nas Províncias do Amazonas e do Ceará. E nos anos subsequentes, 1885 e 1886, mais duas leis, respectivamente: 3.270, de 28 de setembro⁸⁸, que regulava a extinção gradual do elemento servil, concedia a liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade; e a 3.310, de 15 de outubro⁸⁹, que “revoga o artigo 60 do Código Criminal e a lei nº 4 de 10 de junho de 1835 na parte que impõe a pena de açoites”; ou seja, proibia o “castigo” dos açoites como pena aos escravos.

A Lei dos Sexagenários, de 28 de setembro de 1885⁹⁰, foi compreendida, pela lavoura escravagista, como a última concessão ao emancipacionismo, pois acendeu novamente as discussões sobre o fim da escravidão, levando essas discussões para dentro dos partidos políticos, inclusive, do Partido Republicano. Ao levar o debate sobre abolição para a esfera legislativa, o Parlamento se viu envolto em acalorados bate-bocas, os quais apresentaram como consequência a renúncia do presidente da Câmara, assim como a dissolução e formação de uma nova Assembleia Geral e a escolha de um novo presidente.

---

⁸⁷ Estudos historiográficos, desde os anos 80 do século passado, derrubaram por terra a tese de que os negros eram incapacitados para lutar pelos seus próprios direitos no contexto da escravidão. Muitos trabalhos realizados buscaram compreender a escravidão a partir do ponto de vista do escravo e foi comprovado que homens e mulheres são sujeitos de sua própria história participando ativamente das suas lutas e conquistas, sem precisarem de representações de Joaquins Nabucos (como vimos no capítulo anterior). Ver historiadores como: Thomas Skidmore, Sidney Chalhoub, José Murilo de Carvalho, Célia Maria Marinho de Azevedo, Marcelo Balaban, Hebe Maria Matos, Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, entre outros.

⁸⁸ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179463>. Acesso em: 21 dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

⁸⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3310.htm. Acesso em: 21 dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

⁹⁰ Ver, por exemplos, as obras: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Em 15 de julho de 1884, o deputado Rodolfo Dantas, representante do Partido Liberal, apresentou, na Câmara, o Projeto de número 48, cuja proposta era a emancipação dos escravos por idade igual ou superior a 60 anos e a emancipação se daria pela omissão do proprietário na não realização e/ou a não apresentação da matrícula do registro legal, pelos fundos de emancipação e pela infração de domicílio, que consistia, basicamente, em levar o escravo de uma província a outra sem a devida autorização. Mas havia um adendo importantíssimo no Projeto Dantas que era a indenização aos proprietários dos escravos alforriados. Os ânimos ficaram acirrados e mesmo deputados do Partido Liberal foram contra ao projeto; o Partido Conservador, que era tradicionalmente contra a abolição, dissentiu por total do Projeto. O presidente da Câmara se demitiu e a crise só fez crescer, ao ponto de, em setembro de 1884, a Câmara ser dissolvida pelo Imperador que alegou a incompatibilidade dessa Câmara com o gabinete de ministros.

Assume como presidente do Conselho de Ministros, em agosto de 1885, o nobre senador do Partido Conservador, João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe), que apresentou e iniciou negociações de uma nova proposta, agora do nobre José Antônio Saraiva, do Partido Conservador, que substituiria o Projeto Dantas.

O Projeto de Saraiva, modificou, basicamente, o “adendo” de indenização ao proprietário. A indenização deveria ser feita pelo próprio escravo liberto com 60 anos ou mais, o qual se via obrigado a prestar serviços para o seu “ex-senhor” por três anos ou mais até atingir a idade de 65 anos e também estabelece uma tabela de preços com base na faixa etária. Em 25 de setembro de 1885, a proposta foi aprovada no Senado e, no dia 28 de setembro de 1885, foi promulgada, pelo Imperador, a lei que também ficou conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe.

Legenda da figura:

Manchou o Parlamento impondo-lhe uma tabela de preços para a carne humana, o que reduziu a Câmara dos deputados a um mercado de escravos, como disse Joaquim Nabuco.

Figura 11 – Revista Ilustrada – agosto de 1885 – Edição 416⁹¹

Legenda da figura:

Já que os nossos humanitários estadistas não estabelecem diferença entre a carne humana e a de vaca, completem a obra e mandem abrir açougues para a venda do gênero retalho. Nem todos têm meios de comprar uma peça inteira.

Figura 12 – Revista Ilustrada – agosto de 1885 – Edição 416

⁹¹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, nº 416, p. 4, s/d 1885. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 set. 2017.

As ilustrações são sequências. Realizamos a separação para que houvesse uma melhor diagramação com o texto. A primeira, Figura 11, ironiza os preços estipulados pela Câmara, detalhando que o escravo que valia menos estava na faixa etária de 55 a 60 anos, com a observação que o valor das escravas teria um abatimento de 25%. À frente, segurando a tabela, o autor do projeto, o Ministro José Antônio Saraiva, na bancada, em pé com o dedo indicador apontando incisivamente a tabela, o nobre Joaquim Nabuco. Entre o senhor Saraiva e a bancada dos deputados ao chão, há três negros “sentados”, apesar de dois estarem ajoelhados. À esquerda da imagem, com uma criança no colo, e o outro à direita da imagem, nitidamente ajoelhado com braços cruzados, e, à frente dos dois homens, uma mulher sentada de mãos juntas. Ambos de cabeças baixas, com fisionomias de desgraçados, a mulher nitidamente descalça, todos de roupa brancas e surradas. Aguardavam, resignados, os “nobres senhores” discutirem o seu destino. A descrição da ilustração vai contra o seu objetivo, já que o ilustrador se mostrava indignado com o “valor da carne humana”, que faltou mencionar que era negra e escrava. Ou seja, não era qualquer carne humana a ser tarifada, além dos reforços de estereótipos apresentados.

A segunda ilustração, Figura 12, representa um açougue, no qual há um animal pendurado que, pela legenda, podemos inferir que é uma vaca e junto existem dois corpos humanos (um homem e uma mulher) e alguns pedaços dessas pessoas. Mas a tonalização dos corpos não nos permite identificar a cor preta, já que a carne humana oferecida no açougue era dos escravos africanos e seus descendentes. Tanto os corpos, quanto a cabeça pendurada, não representam um homem/mulher pretos e se confundem facilmente com as características fenotípicas de um mestiço que, nessa época, em sua grande maioria, já era livre. O homem a desossar, mais precisamente, a retirar as entranhas de um corpo humano de costas, é o nobre Ministro José Antônio Saraiva que, de acordo com o seu crítico, para ele as peças humanas não passavam de meras mercadorias. Dessa forma, podemos concluir que o escravo seria para os “nossos humanitários estadistas” o que a vaca seria para um açougueiro.

A lei era extremamente controversa, pois a liberdade dos escravos, mesmos depois dos prazos e preços estipulados, ainda era controlada, vigiada. O escravo liberto era obrigado a trabalhar e permanecer por cinco anos na sua província de domicílio, caso não respeitasse e se ausentasse de seu domicílio, seria considerado um transgressor. Logo, poderia ser preso e, a grande ironia, ser condenado a trabalhos forçados. Nesse caso, apesar de tantos pesares, a Lei dos Sexagenários, permitiu que os escravos fizessem contratos de trabalho, nos quais seus empregadores pagariam aos seus senhores pela sua alforria.

Em 15 de outubro de 1886, foi aprovada a Lei 3. 310, que aboliu a pena dos açoites em escravos, ou seja, essa lei revogou o Código Criminal de 1831 em seu artigo 60, que instituía a sentença de açoites para cativos julgados nos tribunais do Império. Ao abolir os açoites, ficavam as de galés e a de prisão com trabalho, portanto, penas que eram muito próximas às aplicadas para homens livres. Os nossos “humanitários estadistas” chegaram a argumentar que a prisão por trabalho seria um melhoramento de sua condição de escravo. É óbvio que os mecanismos legais instrumentalizados para manter a escravidão eram um meio de adiamento da abolição de fato:

Até as vésperas da abolição, o controle político do governo pelos conservadores praticamente pôs fim aos debates sobre a libertação dos escravos na Câmara. Por isso, entre 1886 e 1887, o Senado passou a ser a arena desses debates [...]; não foi à toa, portanto, que a maioria absoluta dos projetos de abolição desses anos foi apresentada por senadores, embora o próprio Senado se encarregasse de recusá-los sumariamente. (ROCHA, 2009, p. 164)

Nesse contexto de discussões sem fim e improfícuas realizadas no Senado, surge a abolição, mas permanece a pena do açoite.

Figura 13 – Revista Ilustrada – setembro de 1887 – Edição 466⁹²

⁹² Legenda da figura: Enquanto no parlamento só se discursa e nada se resolve, os pretinhos raspam-se com toda a ligeireza. Os lavradores mal podem segurá-los. REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, nº 466, p. 4, s/d 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8 set. 2017.

Enquanto as legislações dissimulavam um caminho para a liberdade, os escravos tratavam de regular sua própria vida buscando diversos meios para conseguir a liberdade, como a prestação de serviços, as ações de liberdade e negociações com o seu senhor. Como mostra a ilustração acima, homens e mulheres “pretinhos” com suas trouxas nas costas, a mulher carregando o filho em um braço e a trouxa no outro, todos descalços e correm descontrolados e amedrontados em diferentes sentidos para escaparem do seu senhor.

A lei de abolição dos açoites, na prática, teve pouco ou nenhum efeito sobre o “espírito e/ou convicções de determinados senhores, embora houvesse entre eles os que adotassem outras estratégias de controle, entre as quais figuravam as promessas de alforria, as alforrias gratuitas sob condição”⁹³ (COSTA, 2014, p. 9). Entretanto, uma ressalva se faz importante, em seu texto a abolição do açoite foi limitada apenas no âmbito público-institucional, ou seja, proibia a justiça e a polícia de aplicar a pena dos açoites. Dessa forma, a lei não eliminava o açoite no âmbito privado, o antigo direito senhorial sobre sua peça não foi extinto⁹⁴ (ROCHA, 2009, p. 165). Podemos inferir que as legislações buscavam expurgar a instituição da escravidão de seus elementos mais brutais, que os republicanos consideravam impróprios os quais não condiziam com a civilidade ambicionada para o Brasil:

Terminara a guerra do Paraguai; nascera e morrera o movimento abolicionista; era preciso, portanto, um novo motivo para agitação deste país de pasmaceira e tropa forra. [...]

Só havia um recurso – a República. Mas, que diabo vinha a ser república? Perguntava o Brasil a si mesmo, apavorado com a ideia metida de supetão na densidade de sua incultura.

Que viria a ser República?

Era esta a pergunta do burguês, do lavrador e do Brasil, em suma.

Conheciam-na os estudantes pobres, que não podiam morar em hotéis, conheciam-na ainda os Srs. Ruy Barbosa, Benjamin Constant, Quintino e mais ninguém. [...]

O Brasil, com a sua tendência a idolatrar abstrações, sentia já uma acentuada simpatia pela República, mesmo sem a compreender como ainda há pouco mostrou grande entusiasmo pela **Causa da Civilização**, como se ele, pobre Brasil, compreendesse o que vem a ser a civilização [...]. (MENDES FRADIQUE, 1923, p. 155-156)⁹⁵

⁹³ COSTA, Francisca Raquel. Além da liberdade: práticas de reescravidão de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888. **Contraponto**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, Teresina, v. 3, n. 1, p. 9, 2014.

⁹⁴ Ver a obra: ROCHA, Antônio Penalves. **Abolicionistas brasileiros e ingleses**: a coligação entre Joaquim Nabuco e British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902). São Paulo: UNESP, 2009, p. 165.

⁹⁵ O livro *História do Brasil pelo método confuso*, de Mendes Fradique (pseudônimo de José Maria de Freitas – 1893-1944), era pura irrisão. O autor se utilizou do humor para mostrar a sua versão sobre a História nacional. A princípio publicou na imprensa carioca a partir de 1917 sempre acompanhado de ilustrações não menos jocosas, sendo publicada em livro em 1920. MENDES FRADIQUE. **História do Brasil pelo Método Confuso**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923. p. 155-156. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico e o destaque é do autor.

Em seu texto, Mendes Fradique deixa explícito que um grupo de políticos almejava a República e não havia como negar o avanço do Partido Republicano. Porém, nesse momento, todas as pressões estavam voltadas para a abolição. Os escravos se amotinavam e seus senhores exigiam mais horas de trabalhos e o tratamento dado a eles se tornava mais virulento, afinal, com o fim da escravidão, o capital imobilizado em escravos provocaria um grande prejuízo. Esses fatos aumentaram o número de fugas de escravos, ataques violentos aos fazendeiros e seus feitores e não a ingênua fuga apresentada na ilustração acima da Edição 466.

Mas o nosso grande abolicionista, em Londres, nas páginas iniciais do seu livro enfatizou:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o seu senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. (NABUCO, 2000, p. XV)

Faz-se necessário lembrarmos que, apesar da afirmação do “baluarte da abolição”, periódicos e os autos de inquéritos policiais desse período⁹⁶ não nos mostram esse contato entre as duas raças “isento de asperezas”. Tanto é contraditório que não haveria a necessidade de existir uma lei que coibisse os açoites. A contradição também se apresentava nos discursos dos abolicionistas, que oscilavam entre a generosidade dos senhores de escravos e as denúncias das crueldades e crimes que cometiam contra seus escravos. Havia, basicamente, duas correntes: os moderados, cujo maior representante foi Joaquim Nabuco; e os radicais, dentre os quais podemos citar José do Patrocínio e Luís Gama. Porém os discursos de Patrocínio também não estavam imunes a ressalvas, de acordo com o historiador Humberto Fernandes Machado⁹⁷:

Nos editoriais de Patrocínio escritos na Gazeta da Tarde os escravos eram tratados de forma paternalista. Ao creditar à propaganda abolicionista a responsabilidade pelo aumento do sentimento de repúdio ao cativo e pela eliminação do “torpor” existente entre os membros da sociedade que rejeitavam o escravismo e louvavam a liberdade, o periódico defendeu que a “libertação” seria feita por uma “pátria livre”, ou seja, pelos abolicionistas, e não por aqueles “entes abandonados de toda proteção humana e divina, vergados a um trabalho excessivo, sem pátria, sem família, sem a própria liberdade do suicídio. (MACHADO, 1999, p. 12)

Segundo Machado, Patrocínio nunca assumiu, de fato, uma ruptura total com a sociedade tradicional, mas a utilizava como ameaça para lutar pela abolição imediata. Um bom

⁹⁶ Ver: PIROLA, R. F. **O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil**: Justiça, imprensa e política no século XIX. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123682>. Acesso em: 14 dez. 2017.

⁹⁷ MACHADO, Humberto Fernandes. José do Patrocínio: paternalismo na campanha abolicionista. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: A biblioteca, v. 116, 1999.

exemplo dessa faceta de José do Patrocínio foi às vésperas da proclamação da abolição, quando ele publica um artigo no jornal *Cidade do Rio*, onde opinou pela permanência dos alforriados nas fazendas:

Os libertos, correspondendo aos sentimentos dos seus ex-senhores, honrarão as esperanças nacionais e os compromissos dos propagandistas da abolição. Os novos cidadãos desistirão de salários que lhes eram oferecidos desde já, declarando que trabalhariam sem remuneração alguma até o final da colheita, desmentido desse modo os prognósticos dos terroristas e mostrando que estão perfeitamente aptos para a liberdade [...]. (PATROCÍNIO, 1888)⁹⁸

E conclui seu artigo, com “beijamos as mãos destes bem feitores da humanidade”. José Murilo de Carvalho⁹⁹ diz que, muito provavelmente, Patrocínio tenha tido coerência em seus atos por ter afirmado por várias vezes de proclamar a abolição imediata da escravidão e no máximo até 1889, data do centenário da Revolução Francesa. Para o historiador, Patrocínio pautava “seu comportamento em função de seu objetivo. O que fosse útil para atingir seu alvo, ele apoiava, o que não fosse, não apoiava. Se, em determinado momento, um partido ou um político lhe pareciam dispostos a ajudar, podiam contar com a sua adesão” (CARVALHO, 1999, p. 92). Foi dessa forma que se agravou a sua briga com os republicanos.

Mas o rompimento se deu de fato em 1888, quando Isabel e João Alfredo decidiram proclamar a abolição. Patrocínio aderiu a Monarquia e no ato da assinatura beijou a mão da princesa e a chamou de redentora. De acordo com José Murilo de Carvalho, “os republicanos nunca o perdoaram e moveram campanhas sistemáticas de desmoralização para as quais não faltaram insultos racistas, passou a ser chamado de o último negro vendido” (CARVALHO, 1999, p. 95).

O periódico *O Mequetrefe*, de maio de 1888, na ilustração abaixo, representou o “sentimento” dos republicanos em relação a José do Patrocínio. Nos mostra a Princesa Isabel, “Redentora”, em toda sua altivez e Patrocínio em sua pequenez/insignificância.

⁹⁸ Periódico *Cidade do Rio*, de 24 de abril de 1888, Ano II, Edição 93. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 Dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo. José do Patrocínio, a Monarquia e a Abolição. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 116, Rio de Janeiro: A biblioteca, 1999.

S.A.I. a PRINCEZA REGENTE.
ENTREGA AO POVO BRASILEIRO A SUA CARTA
DE LIBERDADE.

Figura 14 – Mequetrefe – maio de 1888 – Edição 453¹⁰⁰

¹⁰⁰ O MEQUETREFE. Rio de Janeiro, nº 453, p. 7, s/d 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 set. 2017.

A década de 1880 realmente não foi fácil para a Monarquia. D. Pedro II, que se demonstrava apático e alheio às discussões e disputas que aconteciam na Câmara e a situação se agravou com sua viagem em 30 de junho de 1887 para o continente europeu. A capital do Império estava a se esfarelar, principalmente, porque, quanto mais cresciam as questões abolicionistas, proporcionalmente, a discussão sobre a República aumentava.

Ao assumir o trono, a princesa Isabel teve que lidar com as trocas de cadeiras. Barão de Cotegipe é substituído por outro conservador, João Alfredo de Oliveira, e o seu gabinete se tornaria responsável pela aprovação da Lei Áurea. E, nesse momento, a monarquia se viu em meio a um grande dilema, como no ditado popular, “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come”. Nesse caso, ou cedia à pressão abolicionista e concedia a abolição, porém cairia; ou não faria a abolição, mas cairia assim mesmo. Era inevitável a queda da monarquia, pois, ao abolir a escravidão, contrariaria os interesses dos proprietários de escravos e esse sistema não contaria mais com o apoio desses proprietários. O apoio popular à monarquia até que existia, mas não era suficiente para mantê-la no poder e o exército já havia rompido com o Imperador havia muito tempo.

A lei foi aprovada na Câmara por 85 votos a favor e 9 votos contra. A princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, fez saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretara e ela sancionara a Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, que em seu artigo 1º estabelecia: “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil”¹⁰¹.

A abolição acabaria ocorrendo mesmo que não fosse realizada pela princesa, pois o movimento abolicionista estava disseminado pelas ruas do país inteiro. Os escravos, como vimos, já estavam fugindo e os imigrantes estrangeiros já estavam chegando aos milhares. Portanto, se a Monarquia não sancionasse a abolição, os republicanos abolicionistas usariam esse argumento para derrubá-la.

A *Revista Ilustrada* do dia 19 de maio de 1888, em sua edição 498, comemorativa da Lei Áurea, traz em sua primeira página, escrita com letras garrafais e com destaque, “**PÁTRIA LIVRE**”:

Desde 13 de maio, às 3 horas da tarde, que raiou para o Brasil uma Era Nova!
A integridade nacional é, hoje, um fato, tornando realidade o artigo primeiro da nossa Constituição, que diz: “O Brasil constitui uma Nação livre e independente”.
Com orgulho, podemos levantar a cabeça e encerrar as nações livres do nosso continente e do mundo e fraternizar com elas, pois a palavra *escravo* deixou também de ter significação na língua que falamos.

¹⁰¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 22 dez. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

Uma grande glória temos a escrever em nossos *Anais*: o Brasil extinguiu a escravidão, como nenhum outro povo, asfixiando-a em um dilúvio de flores, ao som de hinos festivos, aos vivas da multidão, derramando lágrimas de júbilo sobre a raça redimida e levantando um altar ao esquecimento!

Glória aos propugnadores da grande reforma!

Somos, finalmente, um povo livre!

(AGOSTINI; ANDRADE, PEREIRA NETTO; HARLING; MENDES, HARLING)¹⁰²

A abertura comemorativa, ao nosso entender, se apresenta de forma bastante romantizada. As dificuldades de inserção social dos ex-escravos, na mesma sociedade que deu “vivas”, que “derramou lágrimas” e “festejou” a abolição, não apresentou uma proposta concreta para alterar as relações excludentes e hierarquizadas já existentes. A sociedade que participou ativamente da campanha abolicionista e compreendia o fim da escravidão como uma concessão dos abolicionistas aos escravos. De uma certa forma, no entanto, não a extinguiu por completo. Vejamos, por exemplo, a ilustração de maio de 1888 da *Revista Ilustrada*:

Legenda da figura:

A lavoura e os atuais libertos.

Ué! Ontem tanta lambada para trabalhar, e hoje só dinheiro e adulação. Eh! eh!

Ué! Ontem tanta lambada para trabalhar, e hoje só dinheiro e adulação. Eh! eh!

Figura 15 – Revista Ilustrada (Capa) – maio de 1888 – Edição 499¹⁰³

¹⁰² Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 set. 2017. Adaptação ao novo acordo ortográfico.

¹⁰³ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 set. 2017.

Como já observamos em outras ilustrações, a representação do negro é fortemente marcada por uma visão racializada. A ilustração está comemorando o dia 13 de maio. O negro é apresentado como figura central na imagem, porém continua na lavoura, descalço, com uma pá na mão, roupas brancas e surradas. É importante lembrar que a ilustração o representa no pós-abolição. Também traz um sorriso em proeminência no rosto, ou seja, a própria imagem da inépcia. Está ladeado por dois ex-senhores de escravos representados pelas botas e paletós que trajam. O da esquerda o segura no ombro com dinheiro na mão e o da direita o segura pelo antebraço também com dinheiro na mão, ambos, de certa forma, parecem tentar aliciar o negro, agora liberto, que, de certa maneira, também representa a manutenção da sua situação servil. Uma comemoração, digamos, singular, preconceituosa, porém significativa para a ocasião. Não era a liberdade do escravo que estava em jogo, mas a necessidade de modernizar o país e permitir uma construção nacional com “civilidade”, “consumada a abolição, nada foi feito em benefício dos ex-escravos. O progresso do indivíduo era secundário” (CARVALHO, 1998, p. 63).

2.2 ENFIM REPÚBLICA! “AGORA NÓIS SAMU TUDO CIDADÃO”, SERÁ?!

Que diferença de mundos! Na Grécia, a beleza; aqui a deformidade. Aquiles lá; Quasimodo aqui. [...]. Estive uns dias no Rio. Que contra Grécia é o Rio! O mulatismo dizem que traz dessoramento do caráter. Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso na moral – e no físico, que feiura! Num desfile, à tarde, pela horrível rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má formas humanas – todas, menos a normal. Os negros da África, caçados a tiro e trazidos a força para a escravidão, vingaram-se do português da maneira mais terrível – amulando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios a tarde. E como vão apinhados como sardinhas e há um desastre por dia, metade daquela gente não tem braço ou não tem perna ou falta-lhes um dedo, ou mostram uma terrível cicatriz na cara. Que foi?’ ‘Desastre da Central’.¹⁰⁴

Monteiro Lobato

¹⁰⁴ Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, datada de 03/02/1908, na qual relatou suas impressões de viagem ao Rio de Janeiro. Encontra-se no livro: **A Barca de Gleyre: Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1944. p. 132.

O fim legal da escravidão chegou. O novo século, que estava próximo, vislumbrava mudanças que envolviam as perspectivas políticas, econômicas e sociais, afinal o Brasil caminhava para a civilização, pois estávamos vivendo no contexto da *belle époque*:

Revolução Científico-tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e de trabalho, o mundo que então se estabelece já nos parece francamente familiar. Seus potenciais são medidos em escalas técnicas abstratas de estrito valor matemático como volts, watts, ampères, hertz [...]. (SEVCENKO, 1998, p. 11)

A *belle époque* se caracterizou pelos avanços técnicos e científicos da segunda metade do XIX e se estendeu até a véspera da Primeira Guerra Mundial. A paisagem urbana se transformava com a substituição dos lampiões a gás, pela energia elétrica, os bondes, os jornais diários, os telégrafos, telefones, cinematógrafos. A dinâmica das cidades se modificava dando lugar à experiência moderna, acelerada, ruidosa, com os carros, fábricas, bondes:

[...] os processos de desestabilização das regiões periféricas do mundo, gerados pela revolução tecnológica e científica [...] vieram consagrar a hegemonia europeia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar ver e agir transformados em modelos inspiradores de novas guinadas culturais. (SALIBA, 2012, p. 239)

O Brasil não ficou alheio desse processo de desestabilização, apesar de, no nosso caso, a *belle époque* ser, digamos, pitoresca. Para o historiador Nicolau Sevcenko, “o próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca” (SEVCENKO, 2003, p. 38). A Capital do Império, que se tornou a Capital da República, procurou seguir o fluxo intenso da modernidade, porém não acompanhava, em estrutura, as demandas dos “novos tempos”:

As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, do impaludismo, da varíola e da febre amarela endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles [...]. Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade. (SEVCENKO, 2003, p. 40-41)

Como vimos, a descrição do Rio de Janeiro, que era a cidade mais desenvolvida e servia de espelho para as demais cidades brasileiras, não condizia muito com as características

explicitadas da *belle époque*, afinal o calor não era a única contradição com a *belle époque* europeia. Para o historiador José Murilo de Carvalho (1991, p. 15-17), entre as mudanças que ocorreram no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX destacam-se: o gradual processo da abolição e as consequências desse fato: o aumento da mão de obra livre e o êxodo rural que resultou na conglomeração urbana; o aumento da imigração, especialmente, de portugueses, a cidade absorveu cerca de 200 mil novos habitantes; o rápido crescimento populacional e o acúmulo de pessoas em ocupação mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Essa população poderia ser comparada:

[...] às classes perigosas ou potencialmente, perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. (CARVALHO, 1991, p. 18)

Sem mais delongas, a hegemonia do grupo social dominante não demorou a se consolidar e a exibir os seus resultados. O Rio de Janeiro passou pelo “projeto beleza”¹⁰⁵ e de “higienização”; de forma frenética já podia exaltar a “sua restauração”, como nos dizia Olavo Bilac em umas de suas crônicas na *Revista Kosmos* em janeiro de 1904: “a higiene, a beleza, a arte, o conforto já encontram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidos, por um decreto da Indiferença e da Ignomínia coligadas”.

Um dos primeiros símbolos civilizatórios a ser ostentado foi a inauguração da Avenida Central em 1904, onde, para a sua construção, o passado colonial foi literalmente destruído: os casarões, as ruelas estreitas e fétidas e, conseqüentemente, a população pobre, os escravos recém libertos e seus descendentes, que, nesse momento, eram os habituais frequentadores que se aglomeravam no Centro da cidade.

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável o número de casas modestas, destinadas a moradia da gente pobre, – porque substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? Viram na agonia da gente

¹⁰⁵ Em 1902, o então Presidente da República, Rodrigues Alves, convidou o engenheiro Francisco Pereira Passos para assumir a Prefeitura da Capital Federal, o qual permaneceu nesse posto até 15 de novembro de 1906. Nesse período Pereira Passos comandou o “bota baixo” que foi um processo de reforma no tecido urbano do Rio de Janeiro, inspirado na transformação da capital francesa realizada por Georges Haussmann, que Pereira Passos acompanhou de perto enquanto aluno de engenharia em Paris. Reformulou as áreas centrais e o sistema viário, assim como tentou “moldar” os hábitos dos habitantes da cidade.

pobre uma boa fonte de renda e aumentaram o preço dos prédios. É uma crise completa e terrível: há poucas casas para os humildes, e essas poucas casas alugam-se por um preço que não é acessível ao que possuem os poucos favorecidos de fortuna [...]. (VERÍSSIMO, 1907)¹⁰⁶

A Capital Federal se regenerava, a expressão “é por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana” (SEVCENKO, 2003, p. 43). O conjunto dessas transformações, somadas ao processo de abolição, provocou uma desestabilização social e cultural na sociedade da *belle époque* carioca, pois o surgimento do ideal de civilidade convivía com a realidade de miséria, violência e injustiça social¹⁰⁷:

No Rio de Janeiro, os que descem na escala da vida vão morar para o alto, instalando-se na livre assomada das montanhas, pelos chãos elevados e distantes, de difícil acesso. Entre os dois montes, é o Castelo, vizinho ao mar, o de maior relevo, o mais povoado e de aspecto melhor. [...] as ladeiras que trepam para o morro são maltratadas e sujas. Tem, porém, uma vida intensíssima, servindo, como servem, à imensa colmeia humana, ativa e rumorosa que aí se instala e vive. Estão sempre cheias de povo, essas ladeiras. Gente que sobe, gente que desce. (EDMUNDO, 2003, p. 121,125)

---

¹⁰⁶ VERÍSSIMO, José. Crônica. **Kosmos**, Ano IV, nº 10, out. 1907.

¹⁰⁷ A partir de 1888, teve início uma “série de crises econômicas conjunturais”, com a “depressão da economia cafeeira aliada aos gastos vultosos das campanhas militares empreendidas no processo de consolidação do regime, até 1897”. Ocorreu também a “crise bancária de 1900 e a grande crise industrial-comercial de 1905 a 1906, esta última aliada às transformações urbanas do período” (SEVCENKO, 2003, p. 74). Uma das consequências dessa crise: as camadas mais pobres da sociedade, compostas, majoritariamente, de negros e mestiços, insatisfeitas com os preços abusivos da alimentação, aluguel, convulsionavam motins urbanos espontâneos e desornados, tendo como consequência um aumento ainda maior de uma tensão social.

Figura 16 – Descendo o Castelo¹⁰⁸

Legenda da figura:

Ela: Você me disse que isto aqui era uma terra civilizada... Muita bonita civilização. Antes o meu sertão! Querem arrasar o morro? Pois arrasem, mas se não há casas, façam barracões para a gente pobre! Isto assim é uma pouca vergonha de desaforo, que, se eu fosse homem, havia de pintar o diabo! Ele: Cala-te, mulher! Cala-te e vai puxando a trouxa! Isto aqui é como em toda parte: tratam-se os ricos nas palminhas e os pobres aos pontapés! Mas o dia da vingança há de chegar! Olá, se há de!

Os republicanos ansiavam pela modernidade, porém a tradição escravista e colonial impedia o desenvolvimento das liberdades civis. A Capital Federal passava pelo processo de demolição, entretanto seu alicerce estava, definitivamente, sedimentado em uma sociedade hierarquizada e excludente, “o que mais pesava nesse lastro eram as concepções do determinismo biológico e étnico, que por si mesmas, já acentuavam os estigmas de inferioridade das populações brasileiras” (SALIBA, 2012, p. 240).

O momento político da proclamação da república era complexo e questões como a formação da nação estavam intrinsecamente ligadas às questões da escravidão e da diversidade racial que foram relegadas pelo Império, apesar da abolição à escravidão em 1888. Coube aos republicanos discutir, redefinir e costurar os retalhados herdados do antigo sistema, entre eles a árdua inserção dos escravos libertos à vida social, pois o 13 de maio de 1888 libertou os escravos, mas não rompeu com a mentalidade escravocrata de “seus senhores”. O “defeito de

¹⁰⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, nº 155, p. 20, 2 set. 1905. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 ago. 2017.

cor”¹⁰⁹ persistia na nascida República, oficiosamente, o *status quo* racial foi mantido e passou a ser utilizado para garantir as diferenças sociais e o distanciamento dos libertos e seus descendentes do poder político e econômico. Vejamos, por exemplo, a ilustração:

Legenda da figura:
Cor Privilegiada Em São Paulo

Legenda da figura:
- Ah! Sim, hein? Querem só gente branca na poliça? Disaforo! Anda, seu Manué! Passa bem essa brocha! Dá uma boa caiação, qui eu quero sentá praça e fazê um estrupício danado! Branco, só cá ou papé d'escrevê!

Figura 17 – O Malho – fevereiro de 1906 – Edição 177¹¹⁰

Portanto, a ascendência era um fator que preocupava e muitos descendentes de africanos se ocupavam de esconder suas origens, principalmente, os que já ascendiam socialmente, ou seja, “os limites sociais da sua mobilidade dependiam sem dúvida da aparência¹¹¹ (quanto mais

¹⁰⁹ No Brasil Colônia e ainda no início do Império, os negros livres e seus descendentes que ocupassem cargos civis, militares e, principalmente, eclesiásticos que eram reservados aos brancos deveriam peticionar e assinar o documento “**dispensa do defeito de cor**” no qual solicitavam oficialmente que não se levasse em consideração sua cor e origem. Por exemplo, ver os artigos de Ronald Raminelli (Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal. **Varia Hist.**, Belo Horizonte, v. 28, nº 48, jul./dez. 2012) e de Anderson José Machado de Oliveira (Suplicando a “dispensa do defeito de cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. **Encontro de História ANPHU**. Rio de Janeiro, 2008. Sugerimos também a leitura do romance **Um defeito de cor** (2006), de Ana Maria Gonçalves.

¹¹⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, nº 177, p. 32, 3 fev. 1906. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

¹¹¹ Estudos realizados sobre a origem do racismo como os do Carlos Moore, *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo* (2007); e Vulindlela Wobogo, *Cold Wind for the north* (2011), fazem com que compreendamos de maneira mais adequada as origens do racismo. Para Moore o “racismo é um fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (MOORE, 2007, p. 38). Segundo o etnólogo, “desde seu início, na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada única

‘negroide’, menos móvel) e do grau de ‘brancura’ cultural (educação, maneiras, riqueza) que era capaz de atingir” (SKIDMORE, 1989, p. 56).

Para perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes ao seu caráter de não-cidadão. (MATTOS, 2013, p. 107)

Um bom exemplo de que os “limites sociais de mobilidade dependiam da aparência” é o texto publicado no primeiro número da revista humorística *Careta*, de 1908, intitulado *Henriette*¹¹², assinado pelo pseudônimo de Frei Antônio:

Paulo Gomes era um homem feliz, mas, como não há ventura completa, tinha, como todos os mortais, um grande desgosto – ser negro, porque Paulo Gomes era negro e legítimo: retinto e de ventas esborrachadas.
Era rico. Em São Paulo, por morte de um fazendeiro, que passava por seu pai, [...] recebeu por herança vastíssimas fazendas. [...]
Cobiçou a felicidade de ser instruído. Adquiriu bibliotecas, tomou professores, estudou. [...] O saber trouxe-lhe a natural ambição de viajar [...].
Viu mares e [...] pisou todas as terras, exceto as africanas, pois não queria conhecer a tostada terra de onde lhe viera, com seus antepassados, a cor pretíssima.
Instalou-se em Paris, onde o seu dinheiro fazia esquecer as inconveniências da sua cor.
Mas em Paris teve a notável desventura, talvez ventura, de apanhar a sua primeira paixão.
Apaixonou-se por uma francesinha sabiamente loira [...].
Muito sofreu, com essa paixão [...].
Ela tão loira, ele tão preto! [...] Ela francesa, ele brasileiro! [...]
Mas teve fim a sua desventura. [...]
Casaram-se. Vieram residir no Brasil. [...]
Paulo Gomes rico, erudito, viajado e doidamente amado, [...] sentia, perpétua, ferir-lhe a alma a invencível tristeza de ser negro.

---

e exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia”. (MOORE, 2007, p. 22). Exemplificamos com as sentenças de *Rig-Veda*, escritas pelo menos um milênio antes de Cristo: “o Indra protegeu seus súditos arianos durante as batalhas, subjugou a gente sem leis para o bem de Manu e conquistou a pele negra”; “você Indra, matador de Vrittra, destruidor das cidades, tem dispersado os *dasyu* gestado por um ventre negro”; “a cor negra é ímpia” (MOORE, 2007, p. 52). Também há os escritos dos sábios do *Talmude*, datado do século VI depois de Cristo: “E já que você me desrespeitou [...] fazendo coisas feias na negrura a noite, os filhos de Canaã nascerão feios e negros! Ademais, porque você torceu a cabeça para ver minha nudez, o cabelo de seus netos será enrolado em carapinhas, e seus olhos vermelhos; outra vez, porque seus lábios ridicularizam a minha má fortuna, os deles incharão; e porque você descuidou da minha nudez, eles andaram nus e seus membros masculinos serão vergonhosamente alongados! Os homens dessa raça serão chamados de negros, seu ancestral Canaã os mandou amar o roubo e a fornicção, se juntar em bandos para odiar os seus senhores e nunca dizer a verdade”. (Citação extraída da obra de NASCIMENTO, Elisa. **Pan-Africanismo na América do Sul**, São Paulo: Vozes, 1981. p. 26). Já para Wobogo, o “racismo branco é o abuso racialmente motivado baseado no reconhecimento do fenótipo ou ancestralidade praticado por brancos/europeus, suas instituições e seus aliados” (WOBOGO, 2011, p. 23). A despeito das diferenças existentes nas definições dos autores, eles concordam que o racismo pode ser compreendido como um sistema social estruturado para distribuir privilégios políticos, econômicos, culturais ao grupo racialmente hegemônico. Também há concordância dos autores no que diz respeito ao fato de que esse sistema produz ideologias que, para justificar esta modalidade de dominação, desumanizam o grupo considerado racialmente inferior.

¹¹² Optamos para a atualização do texto ao novo acordo ortográfico.

Por isso, ansioso, cheio de esperanças, palpitou-lhe o coração, quando, lendo uma revista norte-americana, deparou com o anúncio de um remédio maravilhoso que transformava a negríssima cor dos pretos na cor alvíssima dos brancos. [...]

Recebeu-o, por fim. [...]

Bebeu-o e dormiu feliz.

Ao outro dia acordou infeliz. Aos gritos escandalizados da esposa, que o desconhecia [...]. Oh! Que desventura, a cor branca dava-lhe um destaque hediondo a chateza brutal das ventas, a grossura africana dos beijos, aos duros crespos da carapinha.

Henriette fulminou-o:

– Separemo-nos. Vai-te. És horrível, pareces um macaco pintado de branco. [...]

– Deixa-me! Perdeste o que eu amava. [...] amava a tua cor. Amava o preto e detesto o branco. [...]

Maldito remédio!

São muito esquisitas as francesas!

(REVISTA CARETA, 1908, p.13)¹¹³

O texto humorístico materializava em Paulo Gomes as tensões raciais existentes na sociedade da *belle époque* carioca. Apesar de rico, instruído e viajado, a sua aparência “negroide” incomodava essa sociedade. A cor da pele, a textura do cabelo, os lábios grossos, entre tantas outras características fenotípicas que particularizavam o negro, podiam ser amenizadas pelo seu nível social. Disso vem o adágio brasileiro – “dinheiro branqueia – se bem que este, na prática, só se aplicava a mulatos bem disfarçados” (SKIDMORE, 1989, p. 55), que, como vimos, não era o caso de Paulo Gomes. A sua insatisfação com a aparência o levou a forjar sua descendência “transformando-se” em branco. No entanto, notamos que, apesar da força ideológica do branqueamento, a esposa de Paulo Gomes, Henriette, não gostou do fato de seu marido ter forjado o seu embranquecimento. Muito provavelmente, o autor trabalha jocosamente com a fascinação da *intelligentsia* brasileira pelo chamado “modelo francês”, que incluía também a valorização de “inventários folclóricos”; ou, como Antônio Torres denominou, “país dos antropoides”. O casal Paulo Gomes e Henriette representam as tensões de convivência na sociedade do período ora em análise, pois a possibilidade de ascensão dos negros e seus descendentes despertava uma indisposição e reforçava a ideia – “quanto mais branco melhor”:

[...] chamar a atenção para a cor de pele escura (ou “traços raciais negroides”) de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras “negro” e “preto” estavam intrinsecamente associadas à vida escrava, a cor branca estava ligada ao status de pessoa “livre”. (HOFBAUER, 2003, p.78)¹¹⁴

¹¹³ REVISTA CARETA, p.13, 6 jun. 1908. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

¹¹⁴ HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos/ UFSCAR, nº 42 e 43, jan./jul. 2003. Disponível em: www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/57/47. Acesso em: 10 ago. 2017.

O problema da inserção social dos negros e seus descendentes não se restringia somente às questões políticas e sociais, mas também às culturais. Um bom exemplo é o do *Club Dançante Familiar Anjos da Meia Noite*, que, no dia 5 de julho de 1913, recorreu ao Supremo Tribunal Federal para que não fosse fechada a sua sede e caçada a licença de funcionamento. Um fator que intrigou os membros da Suprema Corte foi o “perfil profissional e étnico de seus componentes”, apresentavam-se “um operário do Arsenal da Marinha, um trabalhador da Light, um estivador do cais do porto”, este último era o presidente do clube. Semelhante era “também o tipo de atividade de seus fundadores, dentre os quais foi possível identificar trabalhadores braçais como César Neves de Carvalho, um cocheiro e David Francisco Carvalho, foguista” (PEREIRA, 2013, p. 98).

Os requerentes perpetraram um *habeas corpus* para que o Supremo garantisse o “direito de continuar a realizar bailes e outras atividades recreativas na Saúde”. Declararam também que foram: “constrangido, violentamente, pelo Sr. Dr. Chefe de Polícia a não funcionar [...]”; alegaram ainda que, “com a proibição, o clube seria extinto e dissolvido” (PEREIRA, 2013, p. 98).

Os “clubes dançantes” não foram uma criação dos moradores do bairro da Saúde, havia uma “febre” desses clubes a se espalharem pelos bairros da capital federal. Olavo Bilac¹¹⁵ nos mostra, em seu artigo, como a dança estava intrinsicamente ligada à condição econômica, social e também à descendência étnica dos seus praticantes:

---

¹¹⁵ A dança no Rio de Janeiro. **Revista Kosmos**, nº 5, p. 49-51, mai. 1906. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 set. 2017. Utilizou neste artigo o pseudônimo de “Fantasio”.

EM BOTAFOGO

Figura 18 – Dança em Botafogo

Em Botafogo não dança como Catumbi, a Tijuca não dança como a Saúde. Cada bairro tem a sua dança que é sua fisionomia característica, rigorosa e inconfundível. [...] Em Botafogo a dança é serena e majestosa como um rito religioso. Cada um daqueles cavalheiros severos, amortilhado na sua casaca negra, garroteado na sua gravata branca, parece um sacerdote. Cada uma daquelas damas, esbeltas ou pesadas, arrastando caldas de rainha, parece estar cumprindo uma obrigação cultural. Os gestos são medidos e solenes, as mãos apenas se tocam, os pés arrastam-se sem barulho. (FANTASIO, 1906, p. 49)

NA SAÚDE

Figura 19 – Dança na Saúde

Na Saúde, a dança é uma fusão de danças, é o *samba*, — uma mistura do *jongo* e dos *batuques* africanos, do *canavade* dos portugueses, e da *poracé* dos índios. As três raças fundem-se no samba, como num cadinho. O *samba* é a *opoplocia* do cortiço, é a *pírrica* da Estalagem. Nele o reinol pesado conquista a leve mameluca. Nele, desaparece o conflito das raças. Nele se absorvem os ódios da Cor. O *Samba* é — se me permitis a expressão — uma espécie de bule, onde entram, separados, o café escuro e o leite claro, e de onde jorra, homogêneo e harmônico, o híbrido café com leite. (FANTASIO, 1906, p. 51)

Não podemos deixar de elucidar que o bairro da Saúde, localizado na região central carioca, nas imediações do porto, era um ponto de concentração de negros e seus descendentes. Uma área abarrotada de cortiços e onde se respirava a autêntica tradição africana, como a prática do candomblé, o jogo da capoeira e o maxixe dança onde:

[...] os pares enlaçam-se pelas pernas e pelos braços, apoiam-se pela testa num quanto possível gracioso movimento de marrar e, assim unidos, dão a um tempo três passos e três passos para trás, com lentidão. De súbito, circunvoluteiam e vão avançando e retrocedendo, como a quererem possuir-se. (CHAGAS, João apud SALIBA, 2012, p. 266)

Muitos intelectuais almejavam que os costumes e tradições dos ex-escravos e seus descendentes fossem soterradas junto com os escombros do “bota abaixo”. O processo de miscigenação ou embranquecimento estava implicitamente ligado à incapacidade da “nova” sociedade republicana de absorver e integrar os pretos e seus descendentes, ideia esta, que representava a suposta “homogeneização” dessa sociedade.

Mas havia uma insatisfação tanto da *intelligentsia* quanto por parte da *raté* com a República. Para o professor Saliba, a “instabilidade e a indefinição geradas pelos primeiros governos militares e a consolidação da República com os governos civis mostraram que a realidade do Brasil estava muito distante das projeções [...] almejadas” (SALIBA, 2012, p. 241). Além das instabilidades sociais, indiferença das elites, o aprofundamento da miséria, o “proibido e o ‘feio’ tratava-se de um universo que teimava em sobreviver, em aparecer empanando o brilho e maltratando as ilusões daquela que seria a ‘bela época’ brasileira” (SALIBA, 2012, p. 272).

O desolamento do Brasil aprofundou-se. Um bom exemplo da nossa ineficiência foi durante a deflagração do primeiro conflito mundial (1914-1918), que expôs as fragilidades científicas, tecnológicas do nosso país em relação à cobertura da guerra:

O período da Primeira Guerra Mundial acentuou o isolamento do Brasil em relação aos países europeus. Apesar da forte integração mundial ocorrida nas décadas iniciais do século XX, a primeira grande conflagração global escarnava a realidade de um país que continuava ainda bastante subalterno, isolado dependente [...]. (SALIBA, 2012, p. 273)

Mas o velho sentimento de desprezo à cultura africana acentuava-se proporcionalmente à frustração com a República. Desprezo este notório na caricatura “A velha orgulhosa”:

Figura 20 – Careta – dezembro de 1917 – Edição 494¹¹⁶

Enquanto os continentes Americano e Asiático (representados por estereótipos) “amparavam” o continente Europeu (representado por uma senhora idosa), o continente Africano (representado por um negro com traços reforçados, o qual se assemelhava a um não humano) continuava subserviente prestando serviços “abanando” e permanecendo atrás dos continentes, como a caricatura sugere.

A elite política e intelectual do país se debruçava sobre a questão do “problema negro”¹¹⁷, pois a “nova sociedade” republicana que surgia necessitava ser reconhecida como branca e fugir da cor preta. Havia os que viam a mestiçagem como a degeneração do povo brasileiro e os que entendiam que a mestiçagem seria a possibilidade de “diluição” da cor negra. A produção humorística, como já vimos, participou ativamente desse embate:

Entre as décadas finais do Império e os dois primeiros governos republicanos os exemplos são inúmeros e, em sua grande maioria, já esquecidos. Trata-se da produção humorística muito circunstancial, ligada a ódios e rancores de momento, com referências muito particularizadas e com objetos de escárnio muito bem definidos. O mais interessante nessa produção é que, embora a chacota seja dirigida contra algo ou

¹¹⁶ CARETA. Rio de Janeiro, nº 494, p.15, 8 dez. 1917. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹¹⁷ Expressão utilizada pelo literato José Veríssimo em artigo publicado no Jornal do Comércio em 04 de dezembro de 1899, que trabalharemos no decorrer do capítulo.

alguém, há sempre alguns momentos nos quais seus autores parecem perder o controle – momentos em que é possível desnudar ou desmistificar, para além dos meros objetos da sátira ou da derrisão, alguns aspectos ou elementos coletivos ou sociais. (SALIBA, 2002, p. 57)

Entre os intelectuais e humoristas que participaram ativamente das discussões travadas nesse conturbado início de República, estão os humoristas escolhidos para a análise apresentada neste trabalho: Antônio Torres, Emílio de Menezes e Manoel Bastos Tigre.

Antônio Torres (1885-1934)¹¹⁸, humorista mineiro, residiu um bom período de sua vida no Rio de Janeiro e destacou-se por confusões e polêmicas com as quais se envolveu durante sua trajetória, em particular, pelo seu humor ácido, corrosivo e lusofóbico, ou “tamancofobia”, para utilizarmos o termo empregado pelo autor:

Tenho honra e prazer em comunicar aos meus inúmeros admiradores mourejantes no jornalismo tamancófilo da minha pátria infeliz – que esta é a terceira edição do presente livro. Quisera dizer deste livro redentor. Não no digo, por saber ser impossível redimir o irredimível. O caso do Brasil em relação à mentalidade portuguesa não se pode diluir em vagas teorias sociológicas. O Brasil é um simples, mas enorme caso de eugenia e de saúde pública. Melhor dizendo: o Brasil, enquanto for português (como desgraçadamente é), nunca será uma nação. (TORRES, 1925, p. IX)

As posições lusofóbicas de Antônio Torres provocaram muitos desafetos, entre eles João do Rio, que não se importava com a opinião corrente do “movimento nativista” da Ação Social Nacionalista, da qual Torres era membro. O cronista carioca ignorava o rótulo de antinacionalista e fazia questão de manter relações com intelectuais lusitanos. Mas uma frase do excerto utilizado nos chama a atenção: “o Brasil é um simples, mas enorme caso de eugenia e de saúde pública”.

Também a saúde pública poderia ser resolvida por processos higienistas. Pregava-se a interferência nas condições de vida da população com o intuito de melhorar as condições de moradia, de saúde e de educação do povo a fim de regenerá-lo de sua suposta inferioridade racial, de suas doenças, de seus supostos males e vícios para que o Brasil pudesse encontrar o seu lugar no concerto das nações ditas civilizadas (CHALHOUB, 2006).

---

¹¹⁸ Nasceu em Diamantina (Minas Gerais) e faleceu em Hamburgo (Alemanha). Sua formação inicial foi na Escola Normal e completou seus estudos em 1902 no Seminário da cidade onde nasceu. Obteve suas ordens sacramentais de menorista e presbítero em 1908, através de licença especial, pois não havia completado 24 anos de idade exigidos para o sacerdócio. No seminário foi professor de português, latim, geografia, música e catecismo. Devido a sua irreverência e opiniões polêmicas, deixou o sacerdócio em 1912 e transferiu-se para o Rio de Janeiro no mesmo ano. Na capital federal atuou como jornalista, onde se distinguiu na imprensa como temido polemista. Em 1920 ingressou na Diplomacia; na época de sua morte era cônsul adjunto. De acordo com Gilberto Freyre, Antônio Torres era muito feio e dono de uma “gaforinha horrível”.

De acordo com Bastos Tigre, Torres “não via problema algum em ser mestiço. Antes desacatava os que também o sendo, pretendiam passar por branco, do mais puro sangue ariano” (TIGRE, 1992, p. 84). Outra faceta da verve de Torres, que possivelmente é fantasiosa, mas que contava para os seus amigos na roda da Colombo, foi a criação do “Clube dos Mulatos”:

Certa vez – dizia ele – convoquei pelos jornais todos os mestiços do Rio para a fundação de uma sociedade de mútuo auxílio e reabilitação da raça: “Clube dos Mulatos”. Na hora e o local indicados – um primeiro andar na Rua do Ouvidor, estava eu pontualíssimo. Esperei meia hora, uma hora. Por verificar ser eu o único mulato confesso do Rio de Janeiro, vi que alguém batia a porta, esbaforido. Um retardatário, pensei. Fui abrir era o professor Hemetério José dos Santos! (TIGRE, 1992, p. 85)

Bastos Tigre, ao narrar o fato em seu livro *Reminiscências: a alegre roda da Colombo e algumas figuras do tempo de antigamente*, aproveitou para fazer uma nota de esclarecimento, também com uma verve ácida e corrosiva para “os leitores da atual geração”: “o professor Hemetério, muito ilustre catedrático de português da Escola Normal, era preto retinto, preto carvão, de piche, de noite escura” (TIGRE, 1992, p. 85).

Antônio Torres estava tratando, com jocosidade, algumas sociedades e irmandades de que negros e mestiços faziam parte, como a Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro, as Irmandades de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Alguns intelectuais negros do período, como o Professor Hemetério e o Deputado Federal Monteiro Lopes, ascenderam socialmente¹¹⁹, participavam dessas sociedades e irmandades, mas ressaltamos que a vidas desses negros não se tornaram fáceis devido a essa ascensão – o preconceito racial persistia.

---

¹¹⁹ Apesar de alguns negros e descendentes conseguirem ascensão econômica e social, outros não obtiveram o mesmo sucesso. Um bom exemplo é o escritor Affonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), que desde a infância teve a sua vida atribulada. Perdeu a mãe quando tinha 7 anos, amargou os dissabores da miséria com o desemprego e a doença do pai e possuía três irmãos mais novos. De acordo com o professor Francisco de Assis Barbosa, as agruras sofridas em sua infância deixaram marcas profundas na sua personalidade, assim como, em sua obra. Apesar das dificuldades estudou no Colégio Pedro II e, em 1897, ingressou no curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica. Em 1903, abandonou o curso de Engenharia e ingressou, por concurso público, na Secretaria de Guerra, sendo que em 1905 iniciou uma série de reportagens no *Correio da Manhã* sobre o Morro do Castelo. Em 1909, publicou seu primeiro romance *Recordações do escrivan Isaias Caminha* e, em 1911, publicou *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Nesse momento, Lima Barreto já estava entregue ao álcool e à vida boêmia. O contexto republicano, como vimos, não via com bons olhos o acesso social, cultural e econômico de negros e seus descendentes. Portanto, as portas foram fechadas para Lima Barreto e teve que permanecer na insignificância da repartição pública em que trabalhava. Em 1914, iniciou uma série de crises mentais semelhantes às de seu pai, culminando com sua internação no Hospício Nacional de Alienados onde permaneceu até outubro do mesmo ano. Em 1918, aposentou-se de seu cargo na Secretaria de Guerra e mudou-se para o subúrbio carioca de Todos os Santos, local em que viveria até sua morte, na extrema pobreza. Lima Barreto foi assolado pela sociedade republicana que classificava os cidadãos por critérios marcadamente raciais, excluindo os que “não se encaixavam”. Esse intelectual negro “não se encaixou” nessa sociedade que tão bem traduziu em suas obras. O historiador Nicolau Sevcenko o resume de forma brilhante: “[...] Lima Barreto [...] pôde encarar a ciência não como cientista, mas como paciente. Ver o centro da cidade embelezar-se durante suas idas e vindas para o subúrbio. Encarou o crescimento da concorrência da perspectiva do derrotado. Percebeu a vitória do arrivismo como quem perde uma situação duramente alcançada. Assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado” (SEVCENKO, 2003, p. 234). Para maior detalhamento, ver as obras: BARBOSA, Francisco de

Vale lembrar que as teorias raciais estavam intrinsecamente relacionadas ao “mau riso” praticado na *belle époque* e um dos personagens não poupado foi o professor Hemetério¹²⁰ que, de certa forma, encontrava-se no centro dessa rota de colisão que o levou a polemizar, sempre em torno das questões raciais, a omissão e a prática de racismo de alguns dos representantes da elite intelectual do país. Considerado um homem polêmico, protagonizou calorosas discussões. Algumas provocaram reações violentas, como a crítica que fez a Machado de Assis logo após a sua morte, publicada na *Gazeta de Notícias* em 1908. Nessa carta, o professor Hemetério acusava Machado de negligenciar o “problema negro”, que, para o professor, era fundamental na vida da nação brasileira. Mas como Hemetério também não possuía limites em sua escrita, concluiu que Machado partiu de “ideias preconcebidas contra sua cor de procedência”, enveredando também para o chiste, zombando dos problemas oftalmológicos de Machado, por conta dos seus olhos “vesgos e zarolhos”¹²¹.

As críticas a Machado provocaram reações ríspidas de seus pares, tornando a vida de Hemetério e o seu trânsito pelo campo intelectual ainda mais árduo, promovendo a sua fama de polêmico. Dentre os pares de literatos do Machado – mesmo não sendo tão pares assim – está Emílio Nunes Correia de Menezes (1866-1918)¹²², humorista que também possuía a fama de ser polêmico.

Hemetério era um alvo habitual de Emílio de Menezes; em sua *Obra Reunida* há poemas satíricos em “homenagem” ao professor, nos quais a agressividade que transborda dos versos explicitam o “mau riso”, mas não chegam a surpreender por serem de Emílio de Menezes, um intelectual com temperamento virulento e de fundo moralista que, provavelmente, manifestava em seus versos as contradições e fragilidades da sociedade carioca.

Assis. **A vida de Lima Barreto** – 1881-1922. 11ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017; SCHWARCZ, Lília M. **Lima Barreto**: Triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹²⁰ Nasceu em 1858 em Codó (Maranhão) e faleceu no Rio de Janeiro em 1939. Gramático, filólogo e literato, em 1878 já era professor do Colégio Pedro II. Em 1890, foi nomeado Professor Adjunto do curso secundário do Colégio Militar; após oito anos na função, foi designado professor para ministrar aula de português do curso de adaptação do mesmo colégio. Posteriormente, foi nomeado professor vitalício e recebeu a patente de Major do Exército indo servir na escola de Artilharia e Engenharia do Colégio Militar, chegando a obter a patente de Tenente-Coronel Honorário.

¹²¹ Hemetério José dos Santos dirigiu carta aberta a Fábio Luz, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 16/11/1908.

¹²² Nasceu em Curitiba (Paraná) e faleceu no Rio de Janeiro. Escritor e crítico do simbolismo, tornou-se colaborador das colunas humorísticas de jornais e revistas. De acordo com os arquivos da Academia Brasileira de Letras (ABL), Rio de Janeiro, Emílio de Menezes teria sido um dos fundadores da ABL, mas havia preconceitos contra a sua maneira boêmia de viver. Foi eleito para a Instituição em 15 de agosto de 1914, sucedendo a Salvador de Mendonça e deveria ser saudado por Luís Murat. O discurso de posse elaborado por Emílio revelava que nada compreendia de Salvador de Mendonça, nem na expressão de atuação política e diplomática, nem na superioridade de sua realização intelectual de poeta, ficcionista e crítico. A mesa não permitiu o discurso e o sujeitou a “algumas emendas”. Emílio protelou o quanto pode aceitar essas emendas e, quando faleceu, quatro anos depois de ter sido eleito, ainda não havia tomado posse de sua cadeira. Segundo ocupante da cadeira 20, impossibilitado de deixar o leito por motivo de doença, solicitou tomar posse por carta datada de 24 de abril de 1918. No dia seguinte seu pedido foi aceito em sessão, mas não tomou posse.

Nessa mesma perspectiva, pesquisaremos Manoel Bastos Tigre (1882-1957)¹²³ intelectual de múltiplos talentos, que, apesar de ter construído sólida carreira como bibliotecário, não há como negar a sua contribuição para os primeiros passos da publicidade brasileira. Para este trabalho interessa o Bastos Tigre humorista e diretor/proprietário da Revista *D. Quixote*, pois a publicação se configura como um local onde se permitia a divulgação de ideias que um grupo de humoristas colaboradores já realizavam em outras revistas, como a *Careta* e a *Fon-Fon!*. As revistas humorísticas eram destinadas, principalmente, à classe letrada e pretendiam estabelecer um diálogo com a sociedade e com a modernidade carioca ao debochar do engodo que era a *belle époque* pretendida e os anos subsequentes. Através do “não sério” representavam as mudanças políticas e de costumes, os novos ritmos sociais, os lugares sociais dos negros e mestiços e o ideal de brancura. Um bom exemplo dessa representação é a caricatura publicada pela revista na data comemorativa dos vinte nove anos da Lei Áurea:

Figura 21 – D. Quixote – maio de 1917 – Edição 1¹²⁴

¹²³ Manoel Bastos Tigre, nasceu em Recife (Pernambuco) e faleceu no Rio de Janeiro. Possuía múltiplos talentos e profissões; formou-se engenheiro, mas também atuou como jornalista, poeta, compositor, teatrólogo, humorista, publicitário e, especialmente, bibliotecário. Prestou concurso para Bibliotecário do Museu Nacional em 1915, transferindo-se mais tarde para a Biblioteca da Universidade do Brasil, onde trabalhou por mais de 20 anos. Exerceu a profissão de bibliotecário por mais de 40 anos e é considerado o primeiro bibliotecário por concurso no Brasil.

¹²⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 1, p. 7, 16 mai. 1917. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 set. 2017.

Na legenda, a senhora negra diz: “*andi di pressa, moço! São duas horas e já devia de estar no instituto di beleza*”. É nítida a crítica de inversão de valores: uma mulher negra sendo atendida por um homem branco de joelhos e cobra agilidade em seu atendimento. Ressaltado na escrita os traços de oralidade e africanidade que eram constantes no humor¹²⁵ praticado sobre os negros.

O humor produzido por Antônio Torres, Emílio de Menezes e Manoel Bastos Tigre, publicados em jornais, revistas e livros do período, nos permite uma análise da produção humorística e de sua representação, pois, ao transitarem em uma linha tênue entre o individual e coletivo, estão intrinsecamente associados, visto que o ato individual do humor possui ressonância no seu significado socialmente construído. Ou seja, quando o humor praticado for étnico, quem pratica o ato do humor escolhe grupos semelhantes ao seu como alvo, destacando as diferenças e fortalecendo as divisões estabelecidas entre os dois grupos. Dessa forma, o humor é, simultaneamente, parte e uma reflexão sobre a estrutura social que habita.

Nos próximos capítulos, trabalharemos mais detalhadamente os humoristas escolhidos para compor este trabalho.

---

¹²⁵ Reforçamos que, neste momento, estamos trabalhando com o termo humor no seu sentido amplo. No decorrer da tese entraremos nas especificações quando se fizerem necessárias.

CAPÍTULO III

3.1 ANTÔNIO TORRES E EMÍLIO DE MENEZES – O RISO CONSTRANGEDOR¹²⁶

3.1.1 Antônio Torres, o escritor irrealizado¹²⁷

Apareceu no Rio um Antônio Torres, que sabe o que diz, diz o que quer e prende sempre. É um que se quisesse apanhar o bastão substituiria, e até com vantagem, ao velho Veríssimo. Ele ou o Medeiros – se já não estivesse de miolo mole.

Monteiro Lobato¹²⁸

Figura 22 – Consulado em Berlim (1934)¹²⁹

¹²⁶ Este capítulo não se pretende biográfico. As biografias de Antônio Torres e Emílio de Menezes somente serão utilizadas quando necessárias para compreender contextos e atitudes dos humoristas. Ressalvamos que optamos por colocar os dois humoristas no mesmo capítulo por ambos serem satíricos.

¹²⁷ Expressão utilizada por Gilberto Freyre. FREYRE, Gilberto. Antônio Torres, escritor irrealizado. In: **Vida, forma e cor**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. p. 52-58.

¹²⁸ Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel, datada de 01/10/1916. Encontra-se no livro: **A Barca de Gleyre**: Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1944.

¹²⁹ Acervo da Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-Minas Gerais (MG).

Antônio dos Santos Torres (1885-1934) não segue o famoso adágio popular: “mineiro come quieto”. Muito pelo contrário. O mineiro de Diamantina possuía um temperamento combativo, polêmico e não fazia questão de ser discreto. Em seus artigos, realizava austeras críticas sociais, políticas e literárias. As suas análises impiedosas vociferavam com uma franqueza acachapante, que muitas vezes o envolveu em várias situações, digamos, bastante embaraçosas.

Filho do ourives Vicente Pereira de Guimarães Torres e da dona de casa Maria Amélia dos Santos Torres (Mariquinha), Antônio era o filho mais velho de uma família de dez irmãos. Não eram abastados, mas os Torres gozavam de certo prestígio na sociedade diamantinense. Porém uma família numerosa requeria gastos, principalmente, quando o assunto era a continuidade dos estudos dos filhos.

Todas as biografias analisadas mostraram um certo ressentimento que Antônio Torres possuía com relação à educação que o pai proporcionou, sobretudo no quesito severidade e austeridade. Em carta datada de 24 de dezembro de 1913, Antônio Torres em uma espécie de desabafo ou talvez pela comoção da data, véspera de natal, relatou a prima Heroína Torres Brasil a difícil relação com o pai e a falta de intimidade com ele, responsabilizando-o por ser tornar padre:

A minha vida, Heroína, é das mais tristes. [...]

A vida com meus pais seria intolerável. Entretanto, eu adoro meus pais. O meu sonho era viver ao lado de minha mãe. Tenho por meu pai a mais profunda gratidão. Mas não tenho com ele a liberdade necessária a uma vida íntima. Ele foi muito rigoroso comigo. O seu sistema de educação era péssimo. Eu até hoje não tenho coragem de conversar umas tantas coisas. [...]

Eu nunca tive intimidade com o meu pai. O seu sistema de educação era dominar pelo temor. Se eu fosse amigo íntimo de meu pai, não me teria ordenado e teria assim evitado este irremediável desastre de toda minha vida; porque eu me abriria melhor com ele; e ele, com seu bom senso e com a sua experiência, me teria posto ao fato de muitas coisas que eu ignorava quando me ordenei e que só vim a conhecer depois, quando já era tarde...

Hoje estou inteiramente perdido, desanimado, cansado antes dos trinta anos, neurastênico, desgostoso, infeliz, por quê?

Antes dos vinte e três anos estava padre! Belíssimo! Padre! Na idade que meus companheiros estavam pelas academias, conhecendo a vida como ela é, vivendo como moços fortes e sãos eu estava respirando a atmosfera empestada das sacristias, ouvindo os cochichos de beatas nos confessionários, metido nas baixas intrigas do clero! Enquanto os outros da minha idade respiravam o perfume da vida, eu respirava incenso! (TORRES, 1913)¹³⁰

Figura 23 – Padre Antônio Torres¹³¹

¹³⁰ Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹³¹ O jovem padre Antônio Torres, caminhando por uma rua de Diamantina-MG. Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG.

O excerto escolhido nos permite inferir alguns aspectos intrigantes da vida de Torres. Apesar de destacar adoração aos pais, não deixa de manter a escrita crítica e ao mesmo tempo de registrar ressentimentos sobre a sua educação e seu relacionamento com o pai. Sua narrativa nos leva a compreender a sua opção pela vida solitária, apesar de nutrir, em seu percurso, um círculo reduzido, porém tinha bons e fiéis amigos¹³². Também nos mostra, no privado, um homem insatisfeito com sua vida e formação acadêmica, mencionou palavras como “triste”, “infeliz”, “desgostoso” e “neurastênico”. E, por fim, manifestou uma verdadeira ojeriza à sua função de padre. A batina, para Torres, o imobilizava e impedia de prosseguir com seus verdadeiros objetivos. Sentia-se preso e ansiava por liberdade, principalmente, a liberdade intelectual.

Não é à toa que uma das suas primeiras rugas por causa de seus artigos ácidos foi com a Igreja ao criticar a catequese realizada pelos missionários católicos estrangeiros aos indígenas. Esse fato é comentado nas três biografias analisadas – João Dornas Filho (s/d, p. 21)¹³³, Gastão Cruls (1950, p. 20) e Raul de Sá Barbosa (2002, p. 15-16) – mas nenhuma menciona em qual periódico foram publicados ou trechos dos artigos. Em busca em acervos, inclusive, na Biblioteca Antônio Torres (Diamantina-MG) e no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio (Diamantina-MG), esses artigos também não foram encontrados. Mesmo sem os fatídicos textos, seus biógrafos afirmam que esse posicionamento o indispôs com o Cardeal Arcoverde, que o transferiu para Botucatu (São Paulo)¹³⁴, onde foi atribuída ao Padre Torres uma paróquia em Bela Vista do Tatuí (hoje a cidade de Tatuí).

Outra versão para seu “desentendimento” com o Cardeal Arcoverde foi apresentada por Raimundo de Menezes:

Espírito exaltado, constantemente revoltado contra tudo e contra todos, o padre Antônio Torres amava sobremodo as polêmicas de imprensa. Assim é que iniciou no jornal local a publicação de uns terríveis artigos assinados, em que, a par de amargas,

¹³² Outro bom exemplo é este trecho de carta enviado a Gastão Cruls, datado de 25 de agosto de 1929: “Acho um crime gerar filhos. Para quê? Se eu não existisse, não sofreria como sofro. Gerar filhos é a maior prova do mais negregado egoísmo que um casal de feras humanas no cio pode dar de si. O infanticídio é um ato de amor”. Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações.

¹³³ João Dornas Filho, relata que os artigos eram muito violentos e excessivos, “acreditava” que era publicado no “O Imparcial”. (DORNAS FILHO, s/d, p. 21)

¹³⁴ De acordo com a biografia de João Donas Filho, um de seus entrevistados, Leônidas Caldeira Brant, colega de seminário de Torres, relatou que tudo começou com um forte desentendimento com o bispo auxiliar de Diamantina, D. Serafim Gomes Jardim, quando este era redator-chefe da “Estrela Polar” e o padre Antônio Torres era um dos colaboradores. Os desentendimentos se iniciaram em virtude das censuras e mutilações que os textos escritos por Torres sofriam. O padre também batia de frente com os padres franceses do Seminário onde era professor e secretário do bispado. Desses fatos nasceram a iniciativa de transferi-lo de Minas para evitar consequências mais graves. Daí sua ida ao Rio de Janeiro, na qual pleiteou com o Cardeal Arcoverde a sua permanência na Capital Federal. Segundo Brant, o Cardeal teria se oposto e o transferiu para o interior de São Paulo e, complementa, foi aí que Torres despiu a batina e a mandou a presente para o Cardeal (DORNAS FILHO, s/d, p. 20).

violentas diatribes, revelava um estilo aprimorado. Atacava rudemente os adversários que se abalçavam a repetir suas ideias políticas e literárias.

Tão desenvolta atitude do cura provinciano scandalizou os fiéis, desacostumados a fatos dessa ordem. O escândalo foi tamanho que o boatejar cresceu e chegou aos ouvidos do Arcebispo da Diocese. Este, temeroso talvez de enfrentar o desabusado vigário, achou melhor alvitre encaminhar o ruidoso caso ao próprio Cardeal Arcoverde. Assim é que um belo dia o Padre Torres foi convidado a comparecer urgentemente ao palácio de São Joaquim, na praia da Glória, no Rio de Janeiro, afim de ter uma audiência com a sua Eminência. [...]

Tratou logo depois de avistar-se com o chefe hierárquico que o mandara a chamar. Apresentou-se e a conversação se azedou em pouco tempo. Arcoverde o admoestou pelo comportamento pouco exemplar, que se coadunava com as severas funções eclesiásticas.

O Padre Torres rebelou-se e rodou os calcanhares, esbaforido e apoteótico, descendo de quatro em quatro os degraus da escadaria, quando o Cardeal agastado lhe dissera:

- Vá, meu filho; e não me obrigue a dar-lhe penitência maior! (MENEZES, 1947, p. 6)¹³⁵

Menezes continuou seu texto: “cedamos a palavra a Humberto de Campos que nos relata o final do interessante episódio”:

Chegado ao hotel, vestiu uma calça, uma camisa de colarinho, pôs gravata que comprara no andar térreo, enfiou seu paletó de lustrim com que andava em casa na sua cidadezinha de Minas. Em seguida, embrulhou a batina em um pedaço de papel, sobrescreveu o embrulho e tomou o bonde. No largo da Lapa, entrou em uma porta, em que funcionava uma agência de “mensageiros”. E, meia hora depois, o porteiro do palácio São Joaquim desembulhava uma batina, dentro da qual havia um bilhete com estas palavras: “Remete Antônio Torres, ex-padre”. (MENEZES, 1947, p. 6)¹³⁶

É óbvio que as “mutilações” e a “censura” em seus artigos o irritava, mas acreditamos que a sua transferência para uma cidade no interior de São Paulo foi a gota d’água para copo do Padre Torres transbordar, pois restringia ainda mais o espaço intelectual e de destaque que tanto almejava frequentar¹³⁷ e, como vimos em sua carta citada acima, não suportava a rotina e seus deveres eclesiásticos. Mas para Dornas Filho foi apenas falta de vocação:

Torres foi sempre compreensivo e inteligente demais para se deixar arrastar pela frivolidade de motivos desse porte. O caso da sua deserção tem razões mais profundas e extensas, certamente, a perfeita incapacidade moral e intelectual para os sacrifícios da carreira, aquilo que vulgarmente e justamente se chama vocação. (DORNAS FILHO, s/d, p. 19)¹³⁸

¹³⁵ MENEZES, Estado de São Paulo, 03 de dezembro de 1947, p. 6.

¹³⁶ MENEZES, Estado de São Paulo, 03 de dezembro de 1947, p. 6.

¹³⁷ De acordo com Dornas Filho, “o brilho da sua (Antônio Torres) inteligência e a seriedade da sua cultura prognosticavam-lhe um futuro de impressionante destaque, e logo após a sua ordenação os colegas já o viam alçado as honrarias de bispo” (DORNAS FILHO, s/d, p. 17). Há cartas enviadas ao Padre Alexandrino que comprovam esse desejo de Antônio Torres. Ver, por exemplo, a datada de 30 de setembro de 1909. Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações.

¹³⁸ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

Digamos que sua transferência para Tatuí serviu como um “estímulo” para que arrancasse a batina que o asfixiava¹³⁹. Em poucas semanas já frequentava as rodas boêmias e surgia no cenário jornalístico do Rio de Janeiro para compor uma das figuras mais curiosas dessa imprensa:

Trocando a batina pelo jaquetão profano, surgiu nele o jornalista combativo e destemeroso cujos artigos faziam a delícia dos leitores, exceto dos que eram vítimas impiedosas, mas lançadas com imensa graça e em português de lei [...]. (TIGRE, 1992, p. 83)

Os artigos elaborados por Antônio Torres, que apresentavam um estilo “escandaloso” e “desaforado”, caíram no gosto dos leitores, proporcionando uma popularidade da qual sabia desfrutar tanto nos meios sociais, quanto na boemia carioca. Como no clero, nem tudo seria glória para o jornalista. Os seus textos corrosivos não deixavam nada escapar dos seus olhos críticos: costumes e pessoas, livros e autores, apóstolos e ideias, tudo e todos passavam por sua análise impiedosa. O artigo *Degenerescências*¹⁴⁰, de maio de 1912, em *O Paiz*, é um bom exemplo:

Dá para pensar porque tudo decai, tudo degenera em nosso meio.

As coisas mais sérias, mais graves, mais elevadas, que nos outros países assumem formas de instituições acatadíssimas, ao serem transplantadas para o meio brasileiro, decaem imediatamente. As coisas simples na Europa constituem, não digo instituições, mas enfim, objetos de mera utilidade passageira e local, **transportada para o meio indígena, degradam-se** até acanhar-se de todo modo.

Machado de Assis, em palestra íntima com um amigo, fazia observações sobre o quiosque. **O quiosque originariamente, na Europa**, não é mais do que uma simples agência de informações, a que se pode dirigir qualquer cavalheiro respeitável, qualquer senhora honesta, qualquer virginal menina de quinze anos, sem suscitar reparos, nem censura.

Trouxeram o quiosque para o Rio de Janeiro.

Que sucedeu? O que na Europa representava uma utilidade, **teve que receber aqui o batismo nacional** e eis que logo introduziram no quiosque a **venda de bilhetes de loteria, o bicho e a aguardente.**

O resultado foi que o quiosque de tal arte se **abastardou com palavrões obscenos** que ali ouviam, de tal maneira se **acanalhou com as bulhas e facadas de que se fizera centro**, que a polícia se viu na contingência de suprimi-lo sob severas penalidades.

O mesmo acontece com as coisas sérias. Seria prudente falar da República? A República que sonhavam seus propagandistas era um governo ideal, era pelo menos, um governo sério, um governo honesto, **como em alguns países estrangeiros.**

Bastou ser proclamada no Brasil e decorreram alguns anos, para vermos a República Brasileira com licença da palavra, transforma-se em uma verdadeira casa de Orates, onde mandam os tenentes e desmandam os presidentes.

Citemos outro exemplo.

Naquele tempo reuniram-se alguns homens de boa vontade, ilustrados, alguns deles oradores, vários romancistas, quase todos poetas, e, com o louvável propósito de elevar o nível literário do país resolveu criar a Academia Brasileira de Letras.

¹³⁹ De acordo com a biografia de Gastão Cruls, Vicente Torres, informou que em carta enviada a mãe seu irmão Antônio Torres afirmou que não nasceu para viver em um lugar tão pequeno e que não aguentava mais a vida em Tatuí. Acrescentou ainda, que permaneceu por um tempo maior porque encontrou um excelente professor de inglês (CRULS, 1950, p. 21).

¹⁴⁰ Os destaques são nossos.

Elaboraram os estatutos, fizeram discursos, fundaram revistas, fizeram propagandas nos jornais e ficou o Brasil tendo sua academia, para qual entraram homens de letras de incontestável valor.

Dias correram, anos passaram. E um belo dia, tivemos esta prodigiosa revelação: a academia transformara-se numa igreja, **num corrilho**; a **academia fizera como a República: degenerara**. Já não se olhava mais para os méritos literários dos candidatos as cadeiras de imortais; olhava-se apenas para sua posição política, para as conveniências pessoais, etc...

Só assim se explica a eleição do funambulesco autor da *Condessa Herminia*¹⁴¹, ou do senhor Oswaldo Cruz, cientista notável, mas de modo nenhum um literato, com preterição de individualidade de Emílio de Menezes¹⁴². Será influência do vício? [...] Em suma, que significa essa preferência dos militares pelas transações políticas, com que se arranjam “as coisas boas da vida”, como dizia Eça de Queiroz, em vez de preocuparem instruir-se cada vez mais, em contínua e incessante progressão, no mister que abraçaram?

Significa que no Brasil ninguém toma coisa alguma a sério: e ninguém toma coisa alguma a sério, porque o meio é hostil as posições definidas e as intransigências que formam o apanágio dos caracteres de escol. E por que, Santo Deus, por que é que se nota esse fenômeno desolador? Falta de lições práticas de civismo? **Ausência de formação definitiva em uma raça, que ainda não se apurou no crisol misteriosos em que se devem fundir os seus diversos tipos formadores?**

Ignoro-o: o que é certo é isto: desde o quiosque até o exército, **tudo no Brasil tende a degenerar**, a baixar de temperatura, a decair... (RUBIM, 1912)¹⁴³

A citação extensa se fez necessária para exemplificar como Torres ao mesmo tempo que se apresentava como “mulato”¹⁴⁴, portanto de descendência negra, também se utilizava do termo “degeneração”, tão controverso no período, para mostrar a inferioridade “de quem” ou “do quê” atacava. Valeu-se da discussão a respeito de a miscigenação ser ou não uma “degeneração da raça brasileira” para criticar o Brasil republicano e as instituições que se consolidavam. Tudo que o autor considerava “civilizado”, leia-se europeu, ao cair “para o meio indígena, degradavam-se”: os costumes, o Exército, a própria República e a “ausência de formação definitiva de uma raça formadora que ainda não se apurou no crisol misterioso em que se devem fundir”, ou seja, uma profunda rejeição as manifestações culturais associadas a um “Brasil antigo e africano”, não branco.

Torres valeu-se do satírico para estigmatizar o que é “indizível”, pois dessa forma, diz algo e não possui a responsabilidade de tê-lo dito, afinal é só uma sátira, troça... Há os que dizem que não há a intenção de inferiorizar, porém não será essa ausência de intenção, de despreocupação, que inferioriza? Ou seja, o satírico faz com que inexista um discurso

¹⁴¹ Obra de 1883, de autoria de Emídio **Dantas Barreto** (1850 [PE]-1931 [RJ]), Marechal do Exército, historiador, militar, jornalista, romancista e teatrólogo. Segundo ocupante da Cadeira 27, foi eleito em 10 de setembro de 1910, sucedeu a Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/dantas-barreto/biografia>. Acesso em: 20 abr. 2018.

¹⁴² Discutiremos o caso de Emílio de Menezes na seção destinada a ele.

¹⁴³ Um dos muitos pseudônimos de Antônio Torres. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁴⁴ Utilizaremos o termo mulato, pois era assim que ele se descrevia.

preconceituoso formal, dessa forma, descaracteriza a intenção do discriminador¹⁴⁵. Lima Barreto, em “*Negócios de Maximalismo*”¹⁴⁶, corrobora nossa argumentação:

A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que pudermos empregar, é bom e é útil.
Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo.
O ridículo mata e mata sem sangue.
É o que aconselho a todos os revolucionários de todo o jaez. [...]
É assim que todos nós devemos fazer.
Troças, troças e mais troças.

(REVISTA CARETA, 1919)

O riso provocado pelo que discrimina, reforça, de modo desprezioso, os estereótipos, onde o satírico ou troças sentenciam ao caricato e abrandam a inferiorização. Dessa forma, a troça ou o texto satírico funcionam como um instrumento demarcador que afasta o humorista do objeto que provoca o riso; há um distanciamento “do que ri” e “daquele que se ri”.

A sua condição de “mulato” para o contexto em que Antônio Torres vivia era extremamente lesiva a sua posição, visto que era discriminado até pelos ditos “amigos”:

Apavorado com **seu aspecto de mulato cacogênico e temeroso** de apresentar um compatriota tão **ostensivamente feio**, além de **ostensivamente homem de cor**, aos meus amigos nórdicos da velha Universidade – um filho de lorde e da melhor e mais antiga nobreza inglesa – eu me acovardara inventando dificuldades para sua permanência, por uns dias. (FREYRE, 1962, p. 55)¹⁴⁷

A descrição – sobre o “amigo” Antônio Torres – realizada acima é de autoria de Gilberto Freyre. Antes de descrever um agradável passeio que os dois realizaram pelas ruas de Berlim em uma “bela manhã de outono”. Sim, o mesmo autor que propalou a “democracia racial” brasileira em sua mais refinada formulação. Porém, pelo visto, nem ele mesmo acreditava, dada a descrição e o sentimento de “pavor” que sentiu do mulatismo cacogênico de Antônio Torres; o fato aconteceu enquanto escrevia o seu famoso livro *Casa-Grande e Senzala*. Nesse mesmo artigo, afirma que Torres foi o primeiro a ler as notas principais de sua famosa obra ainda no prelo: “já com as notas principais para o ensaio que depois viria a publicar sob o título de Casa-

¹⁴⁵ Frantz Fanon, ao discorrer sobre o processo colonial de subalternização da alteridade, nos diz: “Entretanto, pode-se argumentar que não há intenção nem desejo de afligi-lo. Concordamos, mas é justamente esta ausência de intenção, esta desenvoltura, esta desconcentração, esta facilidade em enquadrá-lo, aprisioná-lo, primitivizá-lo, que é humilhante”. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008. p. 45.

¹⁴⁶ BARRETO, Lima (L. B.). *Negócios de Maximalismo*. **Revista Careta**. Rio de Janeiro, Edição 0587, set. 1919, p. 20. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 abr. 2017. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁴⁷ Os destaques contidos na citação são nossos.

Grande & Senzala, procurei mostrar a Torres, resumindo aquelas notas” (FREYRE, 1962, p. 54).

Antônio Torres, “o mulato” aparentemente assumido, ao encontrar, principalmente, desafetos que escondiam a descendência negra, fazia questão de se referir a eles com a frase: “você sabe, nós os mulatos...”, para constranger o seu interlocutor:

Era [Antônio Torres] alegre e expansivo, espirituosos e cordial. “**Gostava de fazer blague e chacotear com a vaidade alheia. Com os mulatos empafiosos** às vezes iniciava a conversação assim:

- Você sabe, **nós os mulatos...**

- Ninguém sabia imitar tão bem como ele a certas pessoas que **apresentavam falhas pitorescas**. (DORNAS FILHO, s/d, p. 27)¹⁴⁸

Como vimos no Capítulo I, ser “mulato” ou de descendência negra no Brasil no final do século XIX início do XX – não que seja muito diferente no século XXI, guardadas as devidas historicidades – implicava que essa condição designava um lugar social: de subordinação ou de exclusão. A política de branqueamento, é obvio, não suprimiu a discriminação racial, e sim a pluralizou, matizou, modalizou, como já vimos anteriormente, de acordo com a intensidade de melanina, visto que a cor da pele “ludibriava” a origem do indivíduo:

É pura ficção pensar que a miscigenação reduz o racismo. Pelo contrário, ele o magnifica e o potencializa, tornando a vida nessas sociedades multirraciais um verdadeiro inferno em torno às feições, cor da pele, forma do nariz e textura do cabelo. As sociedades que pertencem à tipologia pigmentocráticas veem um verdadeiro desdobramento do racismo: pela ação de destruição miscigenadora praticada pelo segmento dominador, por uma parte, e pelas estratégias de evasão e assimilação do novo “setor intermediário do mestiço”, por outra. Essas ações são efetivadas em puro detrimento do segmento do qual surgiu a realidade biológica mestiça – o segmento dominado – e redundam unicamente em benefício do segmento superior e dominante. É com este último, portanto, que o “mestiço” tenderá geralmente a identificar-se. (MOORE, 2007, p. 263)

Essa “identificação” com o elemento “dominador” proporciona incentivos tanto psicológicos, quanto benefícios materiais além de favorecer a criação de uma falsa identidade racial. Antônio Torres em “*A Vitória dos Mulatos*”¹⁴⁹, publicada em julho de 1917 na Revista *D. Quixote*, “delata”, jocosamente, “algumas pessoas que apresentavam falhas pitorescas”, inclusive o próprio autor:

Ainda hoje no Brasil muita gente que mantém certa prevenção contra os homens de cor. É uma injustiça. Os homens de cor têm atingindo as mais altas posições nas letras, nas ciências, nas artes, no jornalismo, nas finanças, etc. Já não

¹⁴⁸ Os destaques contidos na citação são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁴⁹ Os destaques contidos na citação são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

queremos recordar os exemplos históricos de André Rebouças, José do Patrocínio, Machado de Assis e outros muitos de que nunca teve notícia a nossa erudição que aliás é notável nesse ponto, como vamos provar.

Quantos **mulatos** vemos nós nestes tempos ascender à Glória sem ir ao outeiro do mesmo nome nem ao largo do Machado? São inúmeros, deixemos de histórias. Assim temos no alto clero Sua Eminência o Cardeal Arcoverde, **que passa por descendência de índia com fidalgo italiano, mas que pertence claramente a nobre raça... Na alta política é tipo representativo** o Sr. Nilo Peçanha, nosso eminente chanceler, que forma com o Sr. Lauro Muller **tal contraste, que começa pela cor...** Na prefeitura temos o dr. Amaro Cavalcanti, **honra da raça.**

No senado além do Dr. Rivadavia Correia, **que é mulato disfarçado**, temos o jovem Eloy de Souza, que ainda há pouco declarou que não podia viver com menos de cem mil reis diários. **Este é o tipo perfeito de mulato cheiroso.** Temos lá ainda o formidável Lopes Gonçalves, **mulatão 420**, rico e que sabe falar inglês, embora só para si. Temos também o senador Índio do Brasil, **índio apenas no nome**, pachola como Nilo e contra mirante reformado, que enjoa se pisar no tombadilho do navio. **É um mulato delicado...** na Câmara temos, entre muitos, o Dr. Augusto de Freitas.

Na ciência um Juliano Moreira, que comanda o estado maior dos malucos, **que são brancos em sua maioria.** Cabe aqui também o Dr. Mauricio de Medeiros, que é da Faculdade de Medicina.

Nas artes temos inúmeros: de uma vez podemos colher dois – os irmãos Timóteo, exímios pintores; o nosso querido Calixto Cordeiro, mestre entre os mestres **do lápis tanto preto quanto de cor...**

Na música temos os maestros Francisco Nunes, professor do Instituto, seu irmão José Nunes e Paulino do Sacramento, isto sem falar no grande Carlos Gomes e no padre José Mauricio, que **também eram da bela raça.**

Nas letras aí estão Coelho Neto, glória do seu sangue; Lima Barreto, o nosso primeiro romancista vivo; Hermes Fontes, **que costuma apelar para o índio, mas que não pode escapar a esta lista de grandes mulatos;** Paulo Barreto, cronista, acadêmico, amigo do Sultão da Turquia e **um dos tipos mais curiosos das qualidades de adaptação que caracterizam a inteligência da raça.** Pereira da Silva, poeta admirável e profundo; Antônio Torres, **que depois que começou a andar com Cipriano Lage, tem querido tangenciar para o índio**, dizendo-se descendente de Ceci e de Peri (aquele índio cacete que costumava cantar no lírico), mas que também deve ser reivindicado para o grêmio...

No jornalismo aí estão Irineu Marinho e Marques da Silva, diretores da *Noite*, que conseguiram fazer aliança do comércio com a literatura; Viriato Correia, diretor da *Rua*, *conteur* notável e coração de ouro; João de Melo, redator do *Jornal do Commercio*, presidente da Associação de Imprensa, consumado jornalista; Raymundo Silva, articulista do *Correio da Manhã*, brilhante espírito; Mauro de Almeida, repórter dos mais ativos da letra *Terna rolinha, sinhô! Sinhô! Poesia dengosa que só um mulato era capaz de compor...*

Na tribuna judiciária temos o grande e bigodudo Evaristo de Moraes. Na administração pública temos o Dr. Affonso Costa, ex-deputado federal, diretor do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura. Na etnografia temos o Dr. Sérgio de Carvalho, do Museu Nacional, **que acerta a origem de qualquer tipo que não seja o seu. Nisso é que ele erra sempre, confundindo mulato com índio...**

Na elegância temos Basílio Vianna, o *petit chocolat*, coqueluche das francesas, **inglês oxidado...**

No teatro temos, entre tantos outros, J. Brito, autor de *Gabiru*, sendo ele também **um dos maiores gabirus** da zona de Martins Pena.

Nas finanças aí está o Benedicto Hypolitto, chefe na zona do Tesouro. Enfim **não há espaço para citar mais mulatos ilustres.** E si não citamos o Elpidio Boa Morte, o jornalista José Maria dos Santos e o professor Hemetério José dos Santos, **é porque estes ainda não são mulatos, mas sim pretos, como São Benedicto e outros santos também muito inteligentes, posto que sem interesse para a História.** (BRANCO ALVIM)¹⁵⁰

¹⁵⁰ Um dos muitos pseudônimos de Antônio Torres.

O texto satírico delatário de Torres “expõe” os “mulatos” que circulavam no clero, na política, na ciência, na arte, na música, na literatura, no jornalismo, no judiciário. O ser mulato ou descendente de negros nos é apresentado como se fosse algo depreciativo nas vidas dos denunciados, como se escondessem um “crime hediondo” do passado – eram africanos disfarçados. De acordo com Torres, optaram pela “descendência indígena”, preterindo a origem negra e, para escrachar, assina o texto como “Branco Alvim”.

O texto satírico é visto como uma crítica, o que para nós não é equivocado, pois a sátira pode ser motivada por uma insatisfação, ou seja, a crítica consiste em uma reação contra um estado de coisas que o satirista julga inadequado. Nesse caso, “a obsessão com a ‘mestiçagem’, vista como a necessidade de ‘apagar’ o fenótipo do Outro Total, é, desde cedo na história, uma das mais salientes características das sociedades tipologicamente pigmentocráticas” (MOORE, 2007, p. 264). Em *A Vitória dos Mulatos*, o autor assina como “Branco Alvim” para demonstrar a sua irritação com os descendentes de negros que forjam a sua verdadeira descendência, porém, novamente, vale-se “do que critica” para “escarnecer”.

A política de branqueamento pela qual passaram os negros e seus descendentes no pós-abolição, certamente, provocou uma crise de identidade dos indivíduos, pois, além de tentar modificar o seu fenótipo, procurava branqueá-los culturalmente e, como consequência, há o enfraquecimento das relações entre os descendentes de negros que passaram pelo processo de branqueamento e os negros indisfarçáveis:

Estes, por sua vez, interiorizam os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros “puros” caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso abrindo mão da formação de sua identidade de “excluídos”. (MUNANGA, 2004, p. 96)

Antônio Torres não estava imune em sofrer as consequências da política de branqueamento, inclusive, a assimilação cultural. Outro fator importante para a nossa análise: muitos dos “denunciados” em *A Vitória dos Mulatos* constavam na lista de desafetos do autor.

Iniciamos a lista de desafetos com Machado de Assis, o qual não constava entre os seus desagregos, porém a instituição que representava e se tornou presidente (Academia Brasileira de Letras), constava nessa lista. Inicialmente, idealizada por Afonso Celso Júnior (ainda no Império) e Medeiros de Albuquerque (já na República), que manifestaram o interesse de conceber uma Academia Nacional aos moldes da Academia Francesa. José Veríssimo endossou o grupo. Em 19 de novembro de 1896, foi divulgada a primeira notícia relativa à fundação da

ABL pela *Gazeta de Notícias*, que expôs as sessões preparatórias, e, na primeira sessão, Machado de Assis foi aclamado presidente¹⁵¹.

Em 28 de janeiro de 1897, em sua sétima e última sessão preparatória, foi instituída a ABL. Compareceram: Araripe Júnior, Arthur de Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, **Machado de Assis**¹⁵², Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay, **Coelho Neto**, Filinto de Almeida, **José do Patrocínio**, Luís Murat, Valentim Magalhães, Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, **Pereira da Silva**, Rui Barbosa, Silvio Romero e Urbano Duarte. Eram trinta membros, porém a Academia Francesa, musa inspiradora, era composta por quarenta membros. E os presentes elegeram mais dez membros: Aluísio de Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azevedo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça.

A ABL, instituição cultural, foi inaugurada em 20 de julho de 1897 e o discurso de seu presidente foi curto e objetivo:

Senhores,

Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de letras pela consagração da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

Não é preciso definir esta instituição, iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se moldou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias, às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. [...]. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles o transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão. (ASSIS, 1897)¹⁵³

Antônio Torres, ao seu modo peculiar, criticava que ao passar dos anos a ABL se desfigurou do seu objetivo inicial – a “unidade literária”. Em seu discurso inaugural, Machado de Assis propôs que, como a Academia Francesa, a nossa sobrevivesse aos acontecimentos de toda a casta, às escolas literárias e transformações civis e que seus membros transmitissem aos

¹⁵¹ Disponível em: <http://www.academia.org.br/>. Acesso em: 18 mai. 2017.

¹⁵² Os nomes destacados estão entre os “desafetos” citados em *A Vitória dos Mulatos*.

¹⁵³ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academia/discurso-de-machado-de-assis>. Acesso em: 18 mai. 2017. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

seus sucessores as “sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira”. Porém, para Torres, a ABL se transformara em um verdadeiro “corrilho” ou a famosa “panelinha”, na qual “os méritos literários dos candidatos” já não eram necessariamente um critério, mas sim a sua posição política e famas fabricadas pacientemente pelas “igrejinhas” em artigos “louvaminheiros” publicados insistentemente pelos jornais¹⁵⁴.

Agripino Grieco, em sua obra *Evolução da prosa brasileira*¹⁵⁵, descreve, perfeitamente, o “transbordamento” de Antônio Torres com relação aos “corrilhos literários”. De acordo com Grieco, Torres possuía contra si o preconceito e a burrice que o indigitavam nas ruas como um prófugo e um ímpeto desprezível; e, vindo de uma Província, enfrentava audaciosamente os círculos fechados das igrejinhas e corrilhos literários do Rio, em que pouco tempo se fez notado pela “força de sua escrita”. Porém, ao fugir da intolerância e da incompreensão provinciana que nunca o perdoaram por ter rompido com os laços mortificantes que o asfixiaram, encontrou também no Rio os restos de uma desconfiança que lhe exigiram atitudes decididas e radicais (GRIECO, 1933).

Agripino Grieco traduz os textos satíricos e polêmicos de Torres, o qual nos mostra que a vida literária se tornou mais importante que a literatura, assim como as relações sociais contavam mais do que o valor literário. Em *Degenerescências*, Torres explicitou seu descontentamento com a Academia Brasileira de Letras e com as “igrejinhas” que delas derivavam, e, mesmo obtendo sucesso na carreira como jornalista, o excluía pelo seu provincianismo e por seu mulatismo cacogênico, ou, como bradejava seu outro “amigo” Bastos Tigre, que deveria adotar como divisa “o Africano” (TIGRE, 1992, p. 84).

A sua “Eminência, o Cardeal Arcoverde” que, de acordo com Torres, declarava-se descendente “de índia com fidalgo italiano”, como já vimos, superior direto do jovem padre em Diamantina, o escolheu para tentar “conter” os seus ímpetos jornalísticos. Porém fracassou, segundo os biógrafos de Torres, pois, ao tentar colocá-lo nos trilhos punindo-o com um exílio forçado para a cidade Bela Vista do Tatuí, o jovem rebelou-se. A discussão entre ambos azedou de tal forma que acabou com o impulsivo padre enviando-lhe a batina por um emissário com um bilhete delicadíssimo: “remete Antônio Torres, ex-padre”.

Seu ressentimento com o Cardeal não amenizou com o tempo. Em um artigo publicado em 1922, onde dissertou satiricamente sobre a democracia brasileira, enumerou as causas que, ao seu ver, concorriam para a desorganização geral do país; entre elas, consta a “apatia da Igreja

---

¹⁵⁴ Anotações dispersas encontradas no Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações.

¹⁵⁵ GRIECO, Agripino. *Evolução da prosa brasileira*. Rio de Janeiro: Ariel, 1933.

Católica no Brasil”, que, de acordo com Torres, seus “ministros interpretam a separação como sendo uma espécie de libertação compulsória dos deveres mais iniludíveis do apostolado”. Complementa sua análise sobre a igreja insultando o seu desafeto: “A Igreja, completamente inativa, apática, paralítica, tendo por chefe um homem como o sr. Cardeal Arcoverde, que parece ter nascido já empalhado para figurar em museus como o de Madame Tussaud” (DORNAS FILHO, s/d, p. 68-69).

Torres, ao afirmar a condição de “empalhado” do Cardeal, corrobora com a sua opinião sobre a situação da Igreja Católica na República: inativa, paralisada; assim como, o seu principal condutor no Brasil. Podemos inferir que a situação dessa instituição no país reflete o seu condutor maior.

E os desafetos continuam... Hermes Fontes que, segundo o ex-padre, costumava “apelar para o índio”, era ironizado por Torres que o descrevia como “microscópio cravo das ferraduras de Pégaso”¹⁵⁶; e também por Fontes constar entre os “mensageiros das verdades belas”¹⁵⁷ do xarope Bromil, que ficou famoso pelo poema-reclame “Bromiliadas”, de Bastos Tigre, o qual era uma paródia de *O Lusíadas* de Luís Camões. Mas Torres não teve complacência com o poeta quando este se candidatou à vaga de Olavo Bilac na Academia Brasileira de Letras. Em artigo publicado na *Gazeta de Notícias* sob o título a “Arte, asnos e rabichos”, vocifera:

O único candidato que se apresentou ostensivamente a vaga de Bilac foi o sr. poeta Hermes Fontes, em comunicado que enviou aos jornais [...]. Como se vê, divide o sr. Hermes Fontes os homens de letras em duas categorias: os homens de letras negociastas e os homens de letras de rabicho. [...] seu único merecimento resta-lhe apenas um recurso: apelar para o critério dos expoentes. Se na Academia estão os sr. Austregésilo, expoente da clínica pernóstica, general Lauro Müller, expoente da engenharia, Marechal Dantas Barreto, expoente dos quarteis, e tantos outros expoentes de coisas várias e não menos perigosas, nada impede, cuido eu, que o sr. Hermes Fontes, funcionário postal, seja eleito como expoente da Diretoria Geral do Correios, posição em que poderá prestar serviços relevantíssimos serviços as letras pátrias como estafeta da Academia. (TORRES, 1921, p. 87-94)¹⁵⁸

Como podemos perceber, Torres acometeu Hermes Fontes, mas não deixou passar incólume a ABL, assim como a escolha de seus membros “negocistas” e de “rabichos”, os quais

¹⁵⁶ DORNAS FILHO, s/d, p. 62.

¹⁵⁷ De acordo com o historiador Marcelo Balaban, Hermes Fontes constava na lista de poetas que realizaram propaganda para o xarope Bromil na revista *D. Quixote* sob direção de Bastos Tigre. A lista era ilustre; também relatam a eficácia do xarope: Emílio de Meneses, Olavo Bilac, Mucio Teixeira, Leopoldo Fróes, o arcebispo Dom Cláudio José, entre outros. Eram ditos como “depoimentos voluntários”, mas como toda propaganda, devem ter sido remunerados pelos “depoimentos espontâneos”. Ver: BALABAN, Marcelo. **Estilo Moderno**: Humor, literatura e publicidade em Bastos Tigre. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

¹⁵⁸ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

exemplificou nominalmente, que são “expoentes” em diversas áreas, menos a que interessa: a literária.

Outros dois “mulatos” mencionados por Torres estão relacionados ao sentimento lusofóbico que o satirista desenvolveu: Nilo Peçanha e João do Rio, que, para complementar a sua ira, eram amigos. Nilo Peçanha, ainda no cargo de deputado fluminense, indicou João do Rio para ser revisor no jornal *A Gazeta de Notícias*. Não entraremos nos meandres da forte imigração portuguesa, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Explicaremos questões pontuais para que possamos compreender a virulência de Torres aos portugueses que descambou para o movimento nativista o qual desaguiaria no integralismo.

Na segunda metade do século XIX, a imigração portuguesa era individual, a “alegoria” do imigrante português era do homem que chegava para “fazer dinheiro”, trabalhar no comércio. Nesse período os portugueses constituíam a maior colônia de estrangeiros no país. Mas, à medida que os incentivos governamentais para a imigração europeia aumentavam, devido à política de branqueamento, os imigrantes portugueses migravam com a família para o trabalho na lavoura, porém eram os centros urbanos que miravam e almejavam.

A disputa por trabalho se tornava acirrada na capita federal, pois havia os negros recém libertos tentando se encaixar no mercado de trabalho formal e na sociedade e havia a massiva entrada de imigrantes portugueses e dos demais imigrantes europeus, que transformaram a cidade em uma legião de pobres urbanos. Os negros e seus descendentes não eram cogitados a integrar a sociedade e, em sua grande maioria, já estavam inseridos ao trabalho informal. Os nacionais já estavam habituados a vê-los pelas ruas na sua condição de subalternidade, mas a imigração portuguesa encontrou muitos entraves e resistências dos cariocas devido à concorrência no comércio e pelo sentimento antilusitano no Brasil cultivado, principalmente, por setores nacionalistas mais exasperados¹⁵⁹.

Esta imigração efetiva de portugueses provocou um mal-estar e dividia as opiniões; constituíram-se dois grupos distintos: os simpatizantes (lusofilia) e os não simpatizantes (lusofobia). Um bom exemplo de como os “não simpatizantes” enxergavam a imigração portuguesa são os autores Luís Edmundo (Rio de Janeiro do meu tempo) e Gastão Cruls

---

¹⁵⁹ Nas primeiras décadas do século XX, os laços que uniam Brasil e Portugal andavam bastante estremecidos. Um dos fatores que fomentaram esse rompimento diplomático em 1894, se deu devido ao levante de oficiais da marinha brasileira contra o governo de Floriano Peixoto (Revolta da Armada). Estes oficiais rebelados foram acolhidos pelos navios de guerra portugueses. Apesar de as relações entre os países terem sido oficialmente restabelecidas em 1895, os ânimos demoraram a se atenuarem. Para maiores informações sobre o rompimento das relações diplomáticas ver, por exemplo: CERVO, Amado. *A Revolta da Armada e a ruptura das relações diplomáticas*. In: ALVES, Dario de C.; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas**: as relações entre Brasil e Portugal (1808-200). Brasília: Editora UNB, 2000. p. 214-224.

(Aparência do Rio de Janeiro). Em suas obras, eles descreveram os imigrantes portugueses com animosidade e, digamos, um certo preconceito. Edmundo descreve a população portuguesa residente no Rio como “descalça e malvestida, as suas toscas lojas de comércio [...] o homem de feição árabe, roliço e porco, ao fundo vendendo mercadoria”¹⁶⁰. Cruls, por sua vez, avaliava os imigrantes portugueses inferiores aos demais imigrantes europeus, os considerava uma influência negativa para o mercado carioca já que eram donos de pequenos e pobres estabelecimentos de comércio¹⁶¹. São exemplos do forte ambiente de rejeição ao português, o qual também era manifestado em outras formas de linguagem, como a caricatura, as famosas piadas e “adjetivos”, entre os quais destacamos: galegos, pés-de-chumbo, burros sem rabo, mondrongos, calcanhares de frigideira¹⁶².

Com a proclamação da república de Portugal, em 1910, os dirigentes republicanos se esforçaram para consolidar e legitimar o novo regime, tanto nacional como internacionalmente. Esses dirigentes utilizaram um discurso nacionalista, cuja proposta era apresentar a existência de uma comunidade lusófona, que se propunha a defender uma unidade cultural, linguística e histórica em comum entre Portugal e as suas antigas e atuais colônias. E, nesse contexto, o Brasil era o melhor exemplo dessa capacidade colonizadora e da existência de uma comunidade lusófona.

Os imigrantes portugueses no Brasil possuíam um papel essencial e estratégico para as pretensões do governo republicano português. Fixaram-se nos centros urbanos, onde surgia uma elite de negociantes e intelectuais que se disseminaram em todo o território nacional, cujas presenças econômica e social mais expressivas concentraram-se nas cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Belém, Manaus, Recife e Salvador. Gradativamente constituíram uma rede de instituições culturais, filantrópicas e recreativas, como: os gabinetes de leitura, os liceus literários, as beneficências e os clubes ginásticos, que transformaria a comunidade portuguesa em a mais bem articulada no Brasil¹⁶³.

Essas instituições exerciam uma função significativa social, cultural e desportiva na sociedade brasileira. Assim como compensavam a inexistência de assistência das autoridades

---

¹⁶⁰ EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 26.

¹⁶¹ CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro**: notícia histórica e descritiva da cidade. V.1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. p. 308-309.

¹⁶² MONTEIRO, Mário. **Bilac e Portugal**. Lisboa: Agência Editorial Brasileira, 1936. p. 136.

¹⁶³ Ver, por exemplo, as obras: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles, relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: FGV, 2006; MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1889-1930). Rio de Janeiro: UERJ, 1997; RIBEIRO. Gladys Sabina. **Mata Galegos**: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

consulares portuguesas aos seus imigrantes menos favorecidos¹⁶⁴, assumindo também o papel lusófono que se pretendiam. As instituições dependiam das doações desses imigrantes portugueses que as realizavam não apenas pelo benemérito, mas para reforçarem a sua representatividade na sociedade, assim como se apresentarem os legítimos representantes do governo português, logo, garantias política, econômica e prestígio social.

A elite portuguesa possuía um papel muito presente também na vida intelectual do país, em particular, na imprensa brasileira. Um número expressivo de portugueses escrevia nos principais jornais e alguns foram dirigidos por eles. Um bom exemplo é o do comendador português Antônio Rodrigues Ferreira Botelho que, em 1915, passou a ter o controle acionário do *Jornal do Commercio*, tornando-se diretor até 1923. Porém, desde 1908, possuía o cargo de gerente. Prevaleceu-se de sua diretoria e instalou a sede da *Câmara Portuguesa de Comércio e de Indústria do Rio de Janeiro* da qual também era presidente no mesmo prédio do jornal.

Outro exemplo é o jornal *O Paiz*. Criado e dirigido pelo brasileiro João José dos Reis Júnior que, apesar de ser descendente direto de “portugueses de estirpe”, era carioca de nascimento, considerado uma personalidade importante do meio comercial e financeiro da capital federal. Em 1902, o imigrante português João de Sousa Lage, “grande capitalista, grande homem de negócios”, assume o controle acionário do jornal. Como seu patrício Botelho, de gerente, passou a diretor; aproveitou-se da grave crise financeira que o jornal atravessava, sabia “o caminho da salvação e enveredou por ele como muita tranquilidade” (SODRÉ, 1999, p. 284). Segundo Nelson Werneck Sodré, João de Sousa Lage se prevaleceu do controle que teve sobre um dos principais jornais brasileiros para desenvolver os seus negócios, afirmando que esse “tipificou, realmente, o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal” (SODRÉ, 1999, p. 332).

Antônio Torres também teve um papel emblemático em “denunciar” esses favorecimentos. Associava a colonização portuguesa à opressão e à exploração; com discursos hostis, acusava a massiva imigração portuguesa como recolonizadora, pois se envolviam indevidamente na política, “dominavam” a economia e não assimilavam a nossa cultura:

[...] não sei o que me impedirá de reconhecer, em voz alta e em letra de forma, que os portugueses são atrasados e decadentes. O que não se me afigura decoroso é fazer como a grandíssima parte de nossa imprensa que vive diariamente a exclaimar, com olho no anúncio pago ao balcão: – “Portugal, nação irmã! Os nossos irmãos de além-mar! A laboriosa colônia portuguesa! Esse povo que tem feito a nossa riqueza!” e

¹⁶⁴ No início do século XX ocorreu um fluxo contínuo de imigrantes portugueses iletrados e sem especialização profissional. José Barbosa calculava em 445.775 o número de imigrados para o Brasil entre os anos de 1890 e 1908. BARBOSA, José. **As relações luso-brasileiras a imigração e a “descolonização” do Brasil**. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1909. p. 44.

outras armadilhas para pilhar o dinheiro ao luso incauto, quando todos indubitavelmente sabemos que, como matéria de fato, não há brasileiro que intimamente não despreze o português, como não há português que não deteste o brasileiro. Essa posição é que sempre me repugnou. (TORRES, 1925, p. 10-11)

Torres compreendia o passado colonial, o colonizador e o imigrante português como os grandes responsáveis dos problemas sociais e econômicos que acometiam o Brasil. Era tenaz e irredutível a todos que o combatessem ou que tomassem partido dos portugueses. Esses estavam automaticamente incompatibilizados com ele. Entre os que tomavam partido ou que eram simpatizantes, estavam os portugueses Malheiro Dias, João de Barros e Filinto de Almeida. Já entre os brasileiros destacamos Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque, Antônio Austregésilo e João **Paulo** Emílio Cristóvão dos Santos Coelho **Barreto** (João do Rio). Este último era atacado veementemente pelo ex-padre, que o descrevia como “manta de toucinho com dois olhos [...] **que se diz fidalgo, apesar de beijorra etiópica e de seu prognatismo camítico**”¹⁶⁵ (TORRES apud. MAGALHÃES JR., 1978, p. 368). Ou, como é descrito em *Vitória dos Mulatos*, “cronista, acadêmico, amigo do Sultão da Turquia e um dos tipos mais curiosos das qualidades de adaptação que caracterizam a inteligência da raça”.

Não faltaram artigos de Torres que atacassem João do Rio. Em seu livro *Razões da Inconfidência*, há o capítulo intitulado “Um carnaval macabro”, no qual, entre outros ataques, afirma que felizmente estava fora da capital quando João do Rio “estourou dentro de um táxi”. Essa foi a forma que descreveu a morte precoce do autor em 23 de junho de 1921 aos 39 anos. O cortejo até o cemitério São João Batista foi seguido por quase cem mil pessoas, todavia Antônio Torres o descreve como “uma jazz-bandada, que não sabia bem se era carnaval ou enterro”:

Ora, uma bela noite estoura Paulo Barreto dentro de um táxi. Paulo passou a ser um super-homem. Pudera não! Pois se era prestigiado pela portuguesa! Hurrah! Pela imprensa independente! O certo é que o enterro de Paulo foi enorme. Os motoristas portugueses deram automóvel de graça a quem quisesse acompanhar o cadáver. [...] o acompanhamento foi maior do que o de Rui Barbosa e de Rio Branco! Certo amigo meu ouviu dizer a um portuga que o enterro de Paulo era uma “manifestação de força”. E era. É esta a ideia dominante do português que vive no Brasil. Fracos no seu país, desmoralizados perante o mundo, incapazes de governar e valorizar as suas próprias colônias, os portugueses, a sombra da liberdade criminosa das nossas leis, tem a mania de manifestar força! (TORRES, 1957, p. 47-50)

Antônio Torres, considerava João do Rio uma espécie de símbolo do luso-brasileirismo, pois, além de apoiar a aproximação entre Portugal e Brasil, não rechaçava a herança cultural portuguesa. O ex-padre acreditava ser premente o enfrentamento da “doença (Portugal)” pelo

¹⁶⁵ Os destaques na citação são nossos. Novamente, para agredir ou inferiorizar os seus “oponentes”, Antônio Torres ressaltava o fenótipo negroide de seus interlocutores.

“corpo vivo (Brasil)”, pois, caso o Brasil não se afastasse da “mentalidade portuguesa (cadáver em putrefação)”, morreria e não concretizaria efetivamente a sua independência (TORRES, 1957, p. IX). Não podemos desprezar o fato de Torres ser ex-padre e, por motivos óbvios, não conseguia esconder o seu moralismo, que se embatia com o homossexualismo de João do Rio, difusamente reconhecido na época.

As acusações à comunidade portuguesa eram truculentas e de mau tom, mas as coisas se agravaram para Antônio Torres com o romper da Primeira Guerra Mundial. Escreveu dois artigos “*A liga dos gatos pingados*” (1917) e “*Yunkers, negros e yankees*” (1918). O título do artigo “*A liga dos gatos pingados*” já era jocosidade com a *Liga Brasileira pelos Aliados*¹⁶⁶, formada, principalmente, por intelectuais da capital federal, dos quais destacamos, José Veríssimo, Graça Aranha e Rui Barbosa. Em 17 de março de 1916, no *Jornal do Commercio*, Antônio Reis Carvalho publica o artigo “*Liga Brasileira pelos Aliados*”:

Na Casa Garnier, em 19 de fevereiro de 1915, teve lugar o que se pode chamar a “conferência dos quatro”, eram estes os Srs. Elyseu Montarroyos, José Veríssimo e eu. Ficou deliberado nessa conferência que se constituiria a uma associação para defesa moral da causa dos aliados [...]. (CARVALHO, 1916, p.5)¹⁶⁷

O artigo marcava a comemoração de um ano da *Liga Brasileira pelos Aliados*. Mesmo o governo do Marechal Hermes da Fonseca estabelecendo por decreto¹⁶⁸ a neutralidade do Brasil na guerra entre as potências estrangeiras, a *Liga* tinha como objetivo demonstrar apoio público aos aliados. A principal estratégia de divulgação de propaganda e de defesa à Tríplice Entente foi por intermédio de boletins publicados na imprensa carioca. A imprensa foi um dos principais veículos em que se esgrimiram argumentos e desenrolaram controvérsias em relação ao conflito. A “batalha” de ideias acaloradas se constituíam entre os favoráveis à Tríplice Entente (aliadófilos) e os em favor das potências centrais (germanófilos).

Torres não deixaria passar incólume esse apoio à Tríplice Entente e, no artigo “*A liga dos gatos pingados*”, elaborou duras críticas à *Liga Brasileira pelos Aliados*; portanto era um simpatizante da germanofilia. Inicia seu texto mencionando que, quando na “história do grotesco do nosso país, um dos capítulos mais curiosos, se for escrito com talento e bom humor será relativo à *Liga pelos Aliados*” (TORRES, 1921, p. 21). Segundo Torres, à base de muita

¹⁶⁶ Análises sobre *A liga Brasileira pelos Aliados*, consultar, por exemplo, as obras: COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014; GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

¹⁶⁷ CARVALHO, Antônio Reis. *Liga Brasileira pelos Aliados*. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 mar. 1916. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁶⁸ Decreto nº 11.037 de 04 de agosto de 1914. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>. Acesso e: 29 jun. 2018.

ironia, alguns cidadãos foram convocados por Graça Aranha para se reunirem em agremiação e resolverem da Avenida Rio Branco defender a França contra a barbárie alemã. Investiu contra os Estados Unidos para interceder a favor da Alemanha:

É verdade que nem na Alemanha, nem nas colônias alemãs da África se queimam negros na praça pública, tal como se sucede nos Estados Unidos. Mas isso pouco importava. O essencial era provar que a Alemanha era um país de bárbaros. (TORRES, 1921, p. 22)¹⁶⁹

Continua seu artigo e no empenho de salvaguardar a Alemanha e por tabela defender a política de branqueamento no país. Isso mesmo, se declarava “mulato” e defendia a supremacia branca:

Debalde os alemães tinham, durante quase um século, concorrido poderosamente para o progresso do nosso país, mandando-nos milhões de colonos de ambos os sexos, fortes, robustos, sãos, honestos, trabalhadores, dedicadíssimos a agricultura e tão amigo da nossa terra a maioria deles, uma vez aqui chegada, por aqui ia ficando, por aqui se casava e por aqui ia deixando os ossos. Mas isso pouco importava. Era preciso ficar estabelecido que os alemães eram bárbaros. (TORRES, 1921, p. 22)¹⁷⁰

Ao bom e velho estilo de Torres, argumentou que, após fundada a *Liga*, os seus principais feitos foram atacar a pátria de Goethe para “salvar a civilização”. Graça Aranha, seu principal fundador, foi para França e José Veríssimo, o primeiro presidente, morreu. E conclui sua análise: após quatro anos a “civilização venceu”. Os alemães “pediram armistício e depois assinaram a paz imposta em Versalhes”. Antônio Reis de Carvalho e “seus comparsas” resolveram pela extinção da *Liga Brasileira pelos Aliados*, pois essa já não tinha razão de ser. E, de acordo com Torres, após certa hesitação, a *Liga dos gatos pingados* se dispersou, “[...] Reis para alfandega, este para o Tesouro, aquele para qualquer outra secretaria, indo cada qual tratar de seus negócios, visto estar salva a Civilização” (TORRES, 1921, p. 25).

É obvio que o artigo não agradou, principalmente, aos simpatizantes dos aliados, mas como para Torres polêmica pouca era bobagem, continuou sua ofensiva em defesa da Alemanha. Publicou um novo artigo “*Yunkers, negros e yankees*”, no qual, ao analisar o livro *Face to Face with Kaiserism*¹⁷¹, de autoria do estadunidense James Watson Gerard, realizou uma defesa mais enfática da Alemanha, comparando o tratamento que a Alemanha imperial

¹⁶⁹ Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁷⁰ Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁷¹ Livro lançado em 1918 pela Editora George H. Doran Company de Nova York. O autor James Watson Gerard foi embaixador dos Estados Unidos na Alemanha permanecendo no país de 1913 a 1917. Publicou em 1917 *My four years in Germany* (Meus quatro anos na Alemanha). O livro *Face to Face with Kaiserism* (Cara a Cara com o Kaiserismo) é uma continuação do primeiro e, ambos relatam as suas impressões e experiências sobre o período em que residiu na Alemanha.

oferecia aos judeus ao que os Estados Unidos democratas proporcionavam aos seus cidadãos negros.

Logo de início faz elogios à obra e ao seu autor. Porém afirmou que o livro “estava imbuído do antigermanismo a *panache*, que tão cômicos torna os jornais franceses” (TORRES, 1922, p. 187). E parte para o ataque:

E, se compararmos a história do poderio alemão com a história do poderio norte-americano, verificaremos que os Estados Unidos estão muito longe de poder atirar pedras no Império Alemão [...], a pretexto de liberdade de povos e vagos princípios wilsonianos. O México aí está para atestar até que ponto pode chegar a voracidade quilométrica dos *yankees*. [...]

Não quero dizer que fosse justo atirar-se a Alemanha prospera e forte contra a França desarmada e decadente; mas verdade é que, além de razões econômicas e financeiras, subsistiam motivos históricos, ódios tradicionais, que, se não justificam, pelo menos explicam a guerra entre as duas nações. Mas agora pergunto eu: que mal fez o México aos Estados Unidos? Um grande mal: possuir jazidas de minérios preciosos que excitam a cobiça dos *yankees*. (TORRES, 1922, p. 189-190)

Sua defesa aos alemães prossegue¹⁷²:

Como, pois, atribuir só a vontade do Kaiser uma catástrofe que nasceu de causas tão complexas? O rei da Prússia pode ter concorrido para a guerra; mas isso não absolve de culpa e pena os vários reis da Finança e da Indústria de todos os países, os quais reis tinham na guerra interesses tão diretos como os monarcas dos impérios centrais da Europa. [...]

O que, porém, **nunca se viu na Alemanha foi perseguição, sistemática e impune, a cidadãos alemães por motivos de diferenças epidérmicas. Os judeus na Alemanha imperial podiam talvez viver em situação mais ou menos precária; mas esta situação político-social promanava do direito consuetudinário, das tradições nacionais e de leis positivas devidamente votadas e sancionadas pelo poder competente. Não sucede o mesmo nos Estados Unidos, onde um preto não tem direito de assentar-se em um bonde ao lado de um branco que é linchado na praça pública por qualquer motivo fútil. O judeu na Alemanha imperial podia ver diante de si, na sua vida, algumas portas fechadas, mas ao menos tinha a certeza de que sua vida era respeitada. O negro nos Estados Unidos vive em um regime pior do que o do tempo de Abraham Lincoln, porque naquele tempo a sua vida era poupada como um valor econômico de renda imediata, ao passo que hoje o negro, cidadão americano, que fala a língua inglesa e dá seu sangue pelos Estados Unidos como provou durante a última guerra, [...] sem garantias políticas, sem horizontes sociais, e antevendo, como único prêmio da sua dedicação a Pátria madrastra, a probabilidade de ser linchado ou queimado vivo em qualquer praça pública da Democracia dos Peles Vermelhas. Isso nunca se viu na Alemanha. [...]** [Os Estados Unidos] Povo que por tal forma procede não tem direito em falar ao mundo em nome da Civilização. Civilização não é progresso material apenas. A Civilização consiste principalmente no respeito que a vida humana inspira a cada indivíduo pertinente a uma coletividade. (TORRES, 1922, p. 193-196)

¹⁷² Os destaques no texto são nossos.

O texto satírico levado ao extremo não se distingue do humor negro. E, realmente, podemos considerar a sátira praticada por Torres, em alguns textos, humor negro. A maneira como adjetivou a morte de João do Rio, “estourou dentro de um táxi”, e os dois artigos que escreveu para defender a Alemanha e atacar os Estados Unidos valendo-se de negros e judeus para suas “argumentações”.

Em a “*Liga dos gatos pingados*”, nos passa a importante informação de que a Alemanha não queima os negros de suas colônias no continente africano, ao contrário dos Estados Unidos que queimam seus cidadãos negros e praça pública. Como se a Alemanha tivesse o direito de subjugar os seus colonizados, mas como era “civilizada” e “piedosa” não praticava tais atos bárbaros. Defendeu até mesmo a política de branqueamento praticada no Brasil, que embutia em seu cerne o genocídio dos negros brasileiros, adjetivando os alemães como “fortes”, “robustos”, “sãos”, “honestos”, “trabalhadores” que vieram para cá “contribuir com o progresso” do nosso país.

As justificativas injustificáveis prosseguem. “Os judeus na Alemanha podiam talvez viver em situações precárias”, mas essa situação era legitimada pelo “direito consuetudinário e de leis positivas devidamente votadas e sancionadas pelo poder competente”. Portanto, para Torres, tudo bem. Os judeus podiam passar pelos absurdos que passaram durante e pós primeira guerra, pois as “leis” permitiam tais barbaridades. Mas, para o ex-padre, a situação norte-americana não era legítima, pois “os negros não tinham o direito de se sentarem nos bondes e eram linchados ou queimavam em praça pública por motivos fúteis”. Nesse caso, tais atos, para Torres, significavam a barbárie, pois não havia “leis positivas devidamente votadas e sancionadas”, não havia algo que legitimasse, a não ser o “fútil racismo”¹⁷³.

A legitimidade basta para que seres humanos sejam diminuídos e excluídos socialmente? O Capítulo I deste trabalho, em *Brasil: um país de negros, macacos e meia dúzia de brancos duvidosos*, nos dá uma amostragem de Decretos que envolveram, direta ou indiretamente, os negros e seus descendentes¹⁷⁴; porém Torres não comentou esses, afinal estavam legitimados.

---

¹⁷³ Para reforçar nossa argumentação, nos serviremos de Frantz Fanon que escreve: “O racismo não é, pois, uma constante do espírito humano. É, vimo-lo, uma disposição inscrita num sistema determinado. E o racismo judeu não é diferente do racismo negro. Uma sociedade é racista ou não é. Não existem graus de racismo. Não se deve dizer que tal país é racista, mas que não há linchamentos ou campos de extermínio. A verdade é que tudo isso, e muito mais, existe como horizonte. Estas virtualidades, estas latências, circulam dinâmicas, inseridas na vida das relações psicoafetivas, econômicas...” (FANON, 1980, p. 45)

¹⁷⁴ Sobre o tema, ver o artigo: PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 83, p. 135-149, 1988.

A reação aos dois artigos tornou praticamente inviável a presença de Antônio Torres na capital federal. De espírito inconvertível e truculento e em suas idiossincrasias inexplicáveis, havia se incompatibilizado em diversos círculos. Seus artigos provocaram “desconfortos” até mesmo entre os seus colegas jornalistas, após seu apoio notório e público à Alemanha. E não podemos nos esquecer que o governo brasileiro, em junho de 1917, revogou o decreto de neutralidade e apoiou os Aliados na Guerra. E, em maio de 1918, entrou em confronto com o envio da Divisão Naval em Operações de Guerra. De acordo com o seu biógrafo Dornas Filho, foi por intermédio de Nilo Peçanha, que era Ministro das Relações Exteriores em 1917, juntamente com a influente colônia portuguesa, que “lhe deram um cargo consular para se ausentar do país. Em 14 de novembro de 1918 foi nomeado como Auxiliar de Consulado”¹⁷⁵ (DORNAS FILHO, s/d, p. 33). Em 30 de junho de 1919, foi demitido por não querer se retirar do país. Para Dornas Filho, Torres era “teimoso e persistente nos seus caprichos, e, porque também conhecia os verdadeiros motivos de sua nomeação” (DORNAS FILHO, s/d, p. 33).

Já para Raul de Sá Barbosa, Torres “era amigo pessoal do Ministro de Estado Nilo Peçanha”, o mesmo que, em *A Vitória dos Mulatos*, o descreve como o “Sr. Nilo Peçanha, nosso eminente chanceler, que forma com o Sr. Lauro Muller tal contraste, que começa pela cor [...]”. Porém Barbosa comenta a “modéstia do cargo” para o qual Antônio Torres fora nomeado (BARBOSA, 2002, p. 22). Ressalvamos que não encontramos nos arquivos de Torres nenhum documento que comprovasse esse vínculo “próximo” com Nilo Peçanha. Todavia encontramos uma carta datada de 29 de dezembro de 1928 destinada a Paulo Prado¹⁷⁶ que, ao final, apresenta uma referência acrimoniosa a Nilo Peçanha:

Organize-se esta, oriente a plebe e haverá um Brasil melhor, como já houve, apesar dos erros do Império. A província do Rio em 1888 tinha mais escolas primárias do que quando deixou o governo do Estado pela segunda vez o seu presidente, o grande Nilo Peçanha, ídolo dos revoltosos Izidoros, Joãoes Franciscos *et reliqua*. (TORRES, 1928)¹⁷⁷

Ao mencionar Nilo Peçanha, após quatro anos de sua morte, a reminiscência foi de sua incompetência administrativa e divergências políticas. Dessa forma, podemos inferir que não

---

¹⁷⁵ De acordo com Gastão Cruls, Torres realizou concurso em 8 de novembro de 1918, tendo logrado a aprovação e nomeado auxiliar de terceira classe a 14 de novembro de 1918. Imediatamente foi expedida uma designação para servir no Consulado em Paris, a qual foi por ele recusada, pois os vencimentos eram irrisórios e não compatíveis com os custos de vida da cidade. Foi-se deixando ficar por aqui, e somente dois anos depois partiu para o estrangeiro. (CRULS, 1950, p. 66-67)

¹⁷⁶ Esta carta, inicialmente, é de agradecimento a Paulo Prado pelo envio do exemplar *Retratos do Brasil*. Mas, como nem tudo com Antônio Torres é calma, aproveita a missiva para apresentar a sua leitura crítica da obra.

¹⁷⁷ Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

era “amigo pessoal” de Torres. Em 28 de maio de 1920, fora readmitido no mesmo cargo, sendo designado para servir em Londres.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, ocorreu um abalo internacionalmente nas convicções políticas e intelectuais no progresso, na ciência, na humanidade. E as convicções nacionalistas¹⁷⁸ que já eram propagadas no Brasil antes do conflito, se tornaram mais fortes e o pensamento autoritário ganhou contornos mais definidos. A crítica ao estrangeirismo era uma cantilena reiterada diuturnamente por esses intelectuais que comungavam com o pensamento nacionalista.

Esse nacionalismo militante era herdeiro dos movimentos republicanos do final do século XIX e possuía como base o antilusitanismo. Os intelectuais acreditavam estar imbuídos de uma missão de “salvação nacional”, na qual o Brasil era encenado como um conjunto de problemas a serem resolvidos, sendo imperativo uma intervenção política.

Nesse contexto, teve início a propagação no país de inúmeras organizações e publicações nacionalistas que abrangiam uma diversidade de ideologias, as quais divulgavam programas de uma “nova” organização política, econômica e social. Entre as publicações nacionalistas que pululavam essas ideologias estão as revistas *Brazileia*¹⁷⁹ e *Gil Blas*¹⁸⁰, as quais não hesitavam em “denunciar” a ameaça de recolonização do Brasil que acreditavam estar implícita na *Confederação Luso-Brasileira*¹⁸¹.

---

¹⁷⁸ Acreditamos ser pertinente uma explanação pelo que estamos compreendendo por nacionalismo, a considerar que o termo não comporta um sentido único. Benedict Anderson, resumidamente, conceituou “nação” como uma “comunidade imaginada” pelo fato de ser forjada e, aparentemente, organizada a partir de interesses comuns, em um processo nem sempre consciente (ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1980. p. 20). A assertiva nos faz dialogar com o que Eric Hobsbawm denominou de “tradições inventadas”, ou seja, a produção de um passado que reivindica símbolos, valores, bandeiras, hinos, que é legitimada a partir de uma releitura, reinterpretação da História (HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence O. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 15). Dessa forma, podemos compreender o nacionalismo como uma apropriação histórica e cultural de valores e tradições, por diferentes tendências do espectro político.

¹⁷⁹ A revista mensal *Brazileia* era publicada no Rio de Janeiro, em sua primeira fase, entre os anos de 1917 e 1918, possuía como subtítulo *Sociologia, Arte e Crítica* e, ao contrário das revistas ilustradas, sua diagramação assemelhava-se a de um livro. Defendia, basicamente, a nacionalização das instituições brasileiras e combatia o elemento estrangeiro. A direção do periódico era de Álvaro Bomílcar, que contava com o apoio de Jackson Figueiredo e Arnaldo Damasceno Vieira. Ver, por exemplo, a obra: BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**: ensaio de crítica social e histórica. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1920.

¹⁸⁰ Resumidamente, o jornal *Le Gil Blas*, periódico francês, lançou, em 1891, o suplemento semanal que originou a revista *Gil Blas Illustré*, que se tornou mais conhecida do que o próprio jornal. A revista francesa, por sua vez, “inspirou” a revista *Gil Blas* cujo subtítulo era “diário da tarde, social, artístico e satírico”, lançada no Rio de Janeiro em 1895 pelo jornalista V. Godinho. Porém, em 1919, o título *Gil Blas* volta a circular no Rio de Janeiro, sob a direção do advogado e escritor Alcebíades Delamare, e tinha como lema: *dizer a verdade em benefício do povo*. Possuía como objetivo ser “portadora de uma proposta salvacionista para o país”. Ver, por exemplo, a obra: JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. ISBN 9788579833588. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109239>. Acesso em: 29 jun. 2018.

¹⁸¹ Brevemente, a Confederação Luso-brasileira era um dos temas mais renitentes aos contrários ao luso-brasileirismo, pois defendia uma união política entre os dois países, provocando o questionamento sobre a autonomia e a liberdade de cada país tendo em vista que a proposta considerava um governo superior comum para

Já entre os movimentos nacionalistas, é possível destacar a *Ação Social Nacionalista* (ASN), cuja sessão inaugural ocorreu em 13 de fevereiro de 1920 no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)* no Rio de Janeiro. A sessão foi aberta pelo seu presidente, Affonso Celso¹⁸²; a mesa solene foi constituída por Alcebíades Delamare, diretor e redator da *Gil Blas*, e Álvaro Bomílcar, chefe da Propaganda Nativista e fundador da *Brazileia*; também fazia parte do grupo Antônio Torres e Eptácio Pessoa¹⁸³ como presidente de honra. Muito provavelmente, a escolha de nomes influentes, tanto no cenário político quanto no intelectual, foi para dar uma maior legitimidade à ASN. O discurso de Affonso Celso versou sobre a missão da *Ação Social Nacionalista* que consistia em uma:

Instituição sem caráter político nem religioso, em torno da qual se podem agremiar todas associações patrióticas e cívicas do país, bem como todos os brasileiros que, de boa vontade queiram propugnar a causa da nacionalização da nossa Pátria, não tem o menor intuito agressivo, ofensivo, ou hostil, contra quem quer que seja. [...] O Brasil é, tem sido e deverá ser amigo dos estrangeiros que se mostraram, se mostram e se mostrarão seus amigos; reconhece e agradece os serviços que muitos deles tem prestado e prestam a sociedade brasileira. [...] Mas cumprem se estabeleçam em condições claras e precisas as relações entre os hóspedes e os donos da casa. Receber hóspedes é um favor de quem fornece a hospedagem e nunca um direito de que disso tira comodidade e proventos. (CELSON, 1920, p. 2)¹⁸⁴

Como podemos notar, postulavam um nacionalismo mais agressivo e combatia o imperialismo das grandes potências que surgiram com o pós Primeira Guerra Mundial, mas o seu papel principal era a valorização do povo brasileiro. Entre os principais aspectos dessa valorização era a xenofobia, principalmente, contra os portugueses:

“Gil Blas”, – único órgão nacionalista da imprensa carioca, que tem, com todo desassombro e coragem, metido o ferro e a brasa de sua criativa altiva na chaga purulenta do lusitanismo audaz e cupido que vem desde 1500, tentando desvirilizar e desfibrar a nossa nacionalidade, o que não conseguiu ainda, graças as energias de outras raças caldeadas no sangue de nosso povo, – “Gil Blas” publica integra a ata da instalação da *Propaganda Nativista*, instituição eminentemente

---

Brasil e Portugal. Os nacionalistas compreendiam que a ideia confederativa era uma tentativa de recolonização por parte de Portugal. A revista *Atlântida*, que circulou entre os anos de 1915-1920, dirigida por João do Rio (Brasil) e João de Barros (Portugal), estabeleceu-se como um espaço de defesa desta aproximação cultural de ambas as nações e publicou vários artigos sobre a proposta confederativa, um dos principais motivos dos ataques ferozes de Antônio Torres a João do Rio. Ver, por exemplo, o artigo: MIRANDA, Luciana Lilian de. Uma confederação luso-brasileira: entre o eloquente e o polêmico (1902-1922). Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4982/3812>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

¹⁸² Affonso Celso possuía o prestígio de ser, nesse contexto, Diretor da Faculdade Nacional de Direito e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁸³ Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa foi o Presidente do Brasil no período de 1919-1922.

¹⁸⁴ CELSON, Affonso. **Gil Blas**. Rio de Janeiro, Edição 54, p. 02, 19 fev. 1920. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 jun. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

patriótica, essencialmente brasileira, lidimamente nacional a que se devem ligar todos os filhos desta grande terra, que **a sabe amar acima de tudo, de preconceitos de raças**, de interesses, de obrigações, de deveres e de necessidades. (GIL BLAS, 1919, p. 10)¹⁸⁵

A revista não esconde o seu caráter lusofóbico, que via o imigrante português como lesivo por excelência à nação brasileira. O amor à pátria estava acima de tudo, até dos “preconceitos de raça”. Outro bom exemplo para ilustrar o nacionalismo feroz da revista foi a visita do português João de Barros, diretor português da revista *Atlantida*, no período de abril e maio de 1920. A *Gil Blas* acompanhou, digamos, de maneira muito próxima, o ilustre visitante e um dos seus colaboradores, que conhecemos bem Antônio Torres; publicou um artigo extremamente polêmico e agressivo intitulado “*União Luso-Brasileira*” em 27 de maio de 1920:

---

¹⁸⁵ GIL BLAS. Rio de Janeiro, Edição 33, p. 10, 25 set. 1919. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 jun. 2018. Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

Como podemos perceber, o artigo foi publicado um dia antes de Antônio Torres ser readmitido no mesmo cargo pelo Itamarati e, ser designado para servir em Londres. Coincidência?

O texto traz as imagens de João de Barros (à esquerda) e de João do Rio (à direita). As legendas das imagens eram irônicas e com certo tom agressivo. Respectivamente: “*João de Barros autor de ‘A... teu...’, que veio cavar seus ‘cobrinhos’ ... no Brasil*”, faz referência ao livro “*Anteu*”. Já, “*Dr. João do Rio, escritor internacional, que bate ardorosamente pelo preconceito de raças no Brasil*”, neste último não deixou de atacar a descendência negra.

Antônio Torres empregou, novamente, a sátira ao extremo. Inicia atacando João de Barros e o acusou de receber dinheiro dos paulistas, mas que fez muito bem em aceitar, afinal os “portugueses não vêm aqui para outra coisa, senão para explorar e furtar. Isto já é história antiga”. Também zomba do sotaque português: “[...] o Vrasil é óvra nossa. A nação vrazileira é a ovrá-prima de Portugal”. Os acometimentos continuam e, para ilustrar suas afirmações, prevaleceu-se dos estudos de Oliveira Martins citando as obras *História de Portugal* e *O Brasil e as colônias Portuguesas*, asseverando que Portugal “nada fez para o Brasil senão mandar para aqui ladrões degradados e prostitutas expulsas de Lisboa, roubar, degolar, enforcar, espalhar pestes”.

Prosseguiu com um tom nacionalista virulento:

Assim meu caro, João de Barros, queira V. dizer lá em Portugal que o Brasil foi feito pelos brasileiros e pertence aos brasileiros; e **que dos estrangeiros residentes no Brasil, os portugueses e os turcos mascates, são os menos úteis, pois que não se dão à agricultura, não impulsionam indústrias, nem movimentam capitais, preferem ficar pelas cidades marítimas exercendo a profissão de agiotas, médicos, taverneiros, carregadores, literatos aproximadores de Portugal e Brasil, falsificadores de gêneros alimentícios, jornalistas e oradores de assembleias anarquistas.** Quando ajuntam algum dinheiro, compram apólices, adquirem prédios e são comendadores. **Os portugueses e os asiáticos formam colônias parasitárias, que vivem de transações, nem sempre lícitas.** Demais a mais, os portugueses não perdem a ocasião de revelar a sua animosidade para conosco. As casas de comércio portuguesas não admitem empregados brasileiros, com poucas exceções. A casa Sotto Mayor e Comp., por exemplo, leva seu desprezo mais longe ainda: se algum dos seus empregados portugueses se casa com mulher brasileira, é logo despedido. Eis aí um belo exemplo de aproximação luso-brasileira. [...]
Na Europa só temos interesse verdadeiro em manter relações com a Inglaterra, a Alemanha, a Itália e um pouco com a França, com esta cada vez menos. O mais nos importa, e as glórias da África não nos comovem...
 Seu inaproximável confrade,
 Antônio Torres (TORRES, 1920)¹⁸⁷

¹⁸⁷ Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

Antônio Torres não faz apenas um discurso de aversão ao estrangeiro, mas a estrangeiros não brancos, como os turcos, asiáticos e africanos. Os alemães (arianos), como vimos, vieram para “contribuir com o progresso do Brasil”. Já os portugueses e turcos são “menos úteis”, os portugueses e asiáticos são “colônias parasitárias” e os africanos “não nos comovem”.

Na mesma edição da *Gil Blas*, Carlos Maul¹⁸⁸ também tratou, em artigo, da visita de João de Barros, intitulado “*A confusão luso-brasileira*”:

Em todo caso é necessário contraditar, principalmente aqueles como o senhor João de Barros, **nos creem de uma ingenuidade só comparável a das tribos de Angola que trocam pepitas de ouro e diamantes por tecidos vermelhos e frascos de gim.**

Há uma quinzena que o poeta de “Anteu” viaja entre Rio e São Paulo como um urso de feira, conduzido por seu Paulo Barreto. “Pelo Brasil, por Portugal”, gritam esses pândegos, e com tal simulação de sinceridade que dá náuseas de observá-los.

Mas no momento o que me preocupa não são as atitudes cômicas desses dois paladinos. O que nos move a uma apreciação da campanha que eles sustentam é o entusiasmo com que Dr. João de Barros deseja que a “aproximação entre os dois países tome uma forma *legal, definitiva e definida*; expressando em tratados, em reciprocidade de relações entre os governos, em permanente e efetivo contato intelectual, artístico e econômico entre as duas nações”.

Assim explicou o poeta itinerante o seu ponto de vista [...].

Que mais quer o dr. João de Barros? S. S. quer o seu *Portugal maior* a custo do Brasil. Nós queremos apenas o Brasil do mesmo tamanho, e sem confusões com Portugal... (MAUL, 1920, p. 6)¹⁸⁹

O que nos chamou a atenção inicialmente, nesse artigo, é como permanece o estereótipo do africano, “ingênuos” que trocam “ouro e diamantes” por “panos vermelhos e gim”, ou seja, “burros e bêbados”. O senhor Maul somente reforça o racismo contra os não brancos, mesmo a ASN sendo “eminentemente patriótica”, cujo objetivo era “ligar todos os filhos desta grande terra, que sabe amar acima de tudo”, inclusive do “preconceito racial”. Seria cômico, mas é sério.

Mas seu artigo possuía uma preocupação maior, apesar de seu tom enfático. Mostrou-se apreensivo e preocupado com as propostas realizadas pelo Dr. João de Barros, que deixava os gritos de ordem “pelo Brasil, por Portugal” de lado e passava a bradar por medidas políticas e comerciais.

E, em às voltas com discussões acaloradas sobre a visita de João de Barros ao Brasil, Antônio Torres é readmitido em 28 de maio de 1920 e parte para Londres de onde foi removido

¹⁸⁸ Nascido em Petrópolis, Rio de Janeiro (1887-1974), era descendente de alemães. Transferiu-se para a capital federal com o intuito de concluir os estudos e se firmou como jornalista, escritor e poeta. Também foi Secretário Geral do Conselho Supremo da Ação Social Nacionalista.

¹⁸⁹ MAUL, Carlos. *Gil Blas*, Rio de Janeiro, Edição 68, p. 06, 27 mai. 1920. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 jun. 2018. Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

para Roma. Todavia o sossego de seus opositores durou exatos três anos, pois ele regressou ao Rio de Janeiro em 1923 em comissão à Secretaria de Estado. Em 13 de fevereiro de 1924, é promovido a cônsul de 2ª classe; a sua vida em nada se alterou, inclusive, a sua incansável luta lusofóbica permaneceu inabalável.

Em 21 de abril de 1924, em comemoração à Inconfidência Mineira, Antônio Torres, a pedido do Centro Mineiro do Rio de Janeiro, promoveu uma conferência em homenagem a Tiradentes na Associação dos Empregados do Comércio. A apresentação chocou a plateia e não faltaram burburinhos no salão:

O auditório ampliou, trovejou e tonitruou sobre mim e o meu modesto trabalho aplausos espontâneos e estrepitosos. Por quê? Eloquência do orador? Beleza do seu falar? Elegância de seu estilo? Aprimorado do seu discorrer? Solidez de seu argumento? Clareza do seu raciocínio?

Não. Nada disso.

O que fez vibrar o meu auditório foi o esplendor da verdade, ou daquilo que nós supomos ser a verdade. Eu disse o que todos pensam, mas ninguém tem a coragem, o mesmo ânimo, e vem tudo isto a significar: – o desprezo pelo perigo de assumir a responsabilidade do que profere e do que escreve. (TORRES, 1957, p. XXVIII-XXIX)¹⁹⁰

O fato é que, um ano depois, essa conferência se transformaria no livro *As Razões da Inconfidência*, reeditado três vezes devido ao seu enorme sucesso. Em sua segunda edição, no mesmo ano de 1925, ressalta o sucesso de seu livro e cutucou a “nobre” imprensa:

Porque a nobre imprensa do Rio, amordaçada como vive pelo terror do português, açaimada com a focinheira do capital, não teve coragem de noticiar-lhe o aparecimento. [...]

Pobrezinhos famintos, que ladram noite e dia a ver se mais tarde conseguirão regalar-se com alguma migalha de bacalhau que porventura venha cair da mesa do português. (TORRES, 1957, p.10)¹⁹¹

Torres faz duras críticas a seus pares e denuncia que não noticiaram o lançamento de seu livro por estarem com a “focinheira do capital português”, que, segundo ele, são os verdadeiros responsáveis pela imprensa em que trabalham. Os desaforos não pararam; não compreendia tal objeção, pois até o momento atacava somente “os patrões da imprensa vendida”, não havia “tocado a campainha para chamar os lacaios” (TORRES, 1957, p. 10).

Segundo Agripino Grieco, na quarta edição do livro, a parte central de *Razões da Inconfidência* era irrefutável, porque Torres baseou-se nos estudos de José Pedro Xavier da

¹⁹⁰ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁹¹ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

Veiga (*Ephemerides mineiras*), Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos (*História antiga das Minas Geraes*) e Joaquim Felício dos Santos (*Memórias do Distrito Diamantino*)¹⁹², pois os autores mencionados corroboravam a tese de espoliação colonial. Grieco também apontou o mal-estar que causava em alguns intelectuais nacionais a aproximação luso-brasileira:

Frisemos agora que o livro do Sr. Antônio Torres, livro intrépido, bem pensado e bem escrito, livro de um dos primeiros polemistas da nossa língua, tem ampla justificativa, é mesmo, quaisquer que sejam os furores críticos, necessário, se o tomarmos como um justo revide à história da colonização portuguesa no Brasil, que os lusos, com uma indiscrição comprometedora, acabam de estampar.

Já era tempo de alguém da nossa geração, mais desabusado que os outros, corrigir a inábil insistência com que os nossos irmãos de além-mar vivem chamando o Brasil de “outra banda de Portugal”; de “Portugal maior” quando capciosamente, como Sr. Agostinho de Campos, **não nos chama de crioulos**.

De fato, nada mais irritante que isso de viverem eles a proclamar que somos o melhor produto da Lusitânia, fingindo desconhecer que nós fizemos quase sempre sozinhos e muitas vezes contra a vontade deles. (GRIECO apud TORRES, 1957, p. 15-24)¹⁹³

Como podemos notar, para o senhor Agripino Grieco, chamar o povo brasileiro de “crioulos” era capciosamente uma ofensa.

O livro de Antônio Torres era composto por duas partes. A primeira, intitulada “*Preâmbulo*”, constituía-se de uma nota explicativa do porquê de sua obra e treze artigos que preenche quase a metade do livro, que não deixam de acometer a imprensa e a colônia portuguesa. Já a segunda, “*As Razões da Inconfidência*”, traz a conferência proferida e também uma nota introdutória, que é a transcrição de uma parte da sentença de morte de Tiradentes, a qual fora proferida pela Coroa portuguesa em 18 de abril de 1792 na cidade do Rio de Janeiro.

Torres não possuía limites. Em um artigo indicou que a Constituição de 1891 era “infame” e “cranco”, pois considerava a Constituição uma obra antinacional, criada por ideólogos e alucinados civis e militares que deu aos estrangeiros diretos iguais aos dos brasileiros. E considerava os portugueses, entre os estrangeiros, os mais odiosos, pois, “quando nos tratavam de irmãos, fazem-no com fito de apunhalarmos” (TORRES, 1957, p. LXVIII).

Também não deu trégua aos patricios que, novamente, são aviltados pelo autor, como quando se utilizou de José Valentim Fialho D’Almeida para argumentar que os portugueses eram malvistas dentro do próprio país, “excetuando talvez um terço de Lisboa, e um quinto ou sexto de Coimbra e Porto, o resto do país vive na coação da força retrógada, emparedado em imundices de gueto, bestialidades de cerdo, idolatrias de negroide, falido para toda e qualquer

¹⁹² GRIECO. Agripino. A História através da sátira. In: TORRES, Antônio. **As razões da Inconfidência**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1957. p. X. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁹³ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

reação purificante” (D’ALMEIDA apud TORRES, 1957, p. 72-73). Ou seja, para o feroz autor, os portugueses não serviam nem para a sua nação – Portugal.

Em 31 de março de 1926 foi designado novamente para Londres, mas dessa vez não retornaria mais ao seu país. Muito espaçadamente enviava colaboração para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (DORNAS FILHO, s/d, p. 33).

Por não ser pertinente ou objeto de nosso trabalho, não entraremos, neste trabalho, na discussão se *Confederação Luso-Brasileira* era ou não catastrófica para ambos os países e se as posições polêmicas de João do Rio estavam certas ou equivocadas. O nosso objetivo é mostrar como a política de branqueamento influenciou os negros e seus descendentes, inclusive, em seu branqueamento cultural. Em uma amostragem selecionada, os textos de Antônio Torres permitem inferir a sua aversão ao não branco.

Mais um exemplo do seu descaso com a representatividade da cultura negra é o seu artigo intitulado “*A crápula*”, no qual faz considerações sobre o carnaval e o maxixe. Afirma que os brasileiros “não são devassos porque sobeja a juventude”, mas sim “**porque traz ainda no sangue a força e o ímpeto das profundas sensualidades**”, ou seja, a descendência negra africana. E se justifica: “**as distinções musculares dos membros inferiores, os movimentos quase arrítmicos, os passos acelerados pela cadência lesta da canalhesca música negra americana**”. Para o autor o maxixe é a “nossa ausência de bom gosto”, o qual se “enquadra admiravelmente dentro da canalhice barbara”. E conclui dizendo que seria difícil a um estrangeiro acreditar que no Rio de Janeiro uma população inteira sai à rua para aplaudir “freneticamente carros que só valem pelo tamanho desproporcionado”, que ostentam “**mulheres gordas como polacas de exportação**” para “excitar a cobiça comercial de açougueiros”. Esses estrangeiros não acreditariam na pretensão da cidade carioca de passar por “civilizada” e que queria “ser tomada a sério **pelo estrangeiro civilizado**”¹⁹⁴ (TORRES, apud DORNAS FILHO, s/d., p. 65-66).

Em seu artigo “*União Luso-Brasileira*”, nos deixou explícito o que considera “estrangeiro e civilizado”: os ingleses, os alemães e os italianos e, um pouco, os franceses. Os portugueses¹⁹⁵ (considerados miscigenados), turcos, asiáticos e africanos, ou seja, os não brancos, esses eram “colônias parasitárias”. O fato também se repete em sua defesa apaixonada da Alemanha no contexto da Primeira Guerra Mundial, onde operacionalizou negros e judeus,

¹⁹⁴ Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

¹⁹⁵ Os portugueses, apesarem de “demonstrar que já era mestiço não deixava de ser a raça superior, aristocrática”. Ver: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 56.

dois povos com contextos históricos, econômicos e sociais díspares, entretanto ambos sabem o que é ser desumanizado, o que é perder sua condição de humano. Sobre o seu apoio e simpatia pela Alemanha, acreditamos que as pessoas possuem livre arbítrio para tomar suas decisões e assumir as responsabilidades e consequências sobre suas escolhas.

Também utilizava as características negroides para distribuir desaforos aos seus desafetos, empregando frases compostas por adjetivos racistas, como: “raça que ainda não se apurou no crisol em que devem se fundir os diversos tipos formadores”; “Calixto Cordeiro mestre entre os mestres do lápis tanto preto quanto de cor”; “poesia dengosa que só um mulato era capaz de compor”; “inglês oxidado”; José Maria dos Santos e professor Hemetério José dos Santos são “pretos, como São Benedito e outros santos também muito inteligentes, posto que sem interesse para a História”; João do Rio “se diz fidalgo, apesar de beijorra etiópica e de seu prognatismo camítico”¹⁹⁶.

Antônio Torres sofreu as consequências devastas proporcionadas pela política de branqueamento, não somente a da pele, mas também a cultural. Essa política faz emergir setores de uma população fenotipicamente variados e que circulam no polo social dominante – o branco. Muitas vezes o racismo praticado pelos “brancos disfarçados” pode ser até mais agressivo devido à diferença fenotípica observável (MOORE, 2007, p. 260-261). Portanto as sociedades que passaram por essa política anseiam a brancura porque, como bem exemplificou Torres em “*A vitória dos mulatos*”, a camada dominante, não era “branca pura”.

Torres negava sua origem negra e preferia o termo que, para época, já era pejorativo – mulato. Os textos de sua autoria trabalhados neste capítulo trazem fortes indícios do desejo de descender de outra etnia, pois usa a sua própria para ofender, desqualificar, diminuir e, ao mesmo tempo, se distanciar de sua origem. Ele não se coloca como um descendente de negros. Guerreiro Ramos analisa esse fenômeno:

As minorias “brancas” [...], de longa data têm mostrado tendência para não se identificar com a sua circunstância étnica imediata. Sentem-na como algo inferiorizante, e por isso, lançam mão, tanto quanto podem, de recursos que camuflam as suas origens raciais. Estes recursos são inumeráveis, desde os mais sutis até os mais ostensivos.

Um desses processos de disfarces étnicos, [...] é a tematização do negro. Ao tomar o negro como tema, elementos da camada “branca” minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se do seu arquétipo estético – que é o europeu. (RAMOS, 1957, p.181)

---

¹⁹⁶ Camitas é a denominação dada aos povos ao norte do Continente africano. De acordo com o Gênesis seriam descendentes diretos de Cam.

E é nesse contexto que devemos compreender Antônio Torres. Como bem denominou Gilberto Freyre, um “escritor irrealizado”; mas não somente o escritor, o ser humano era irrealizado. Em sua característica sempre altiva, viu seus sonhos de ser bispo, cardeal descerem junto com ele furiosamente pelas escadarias do Palácio São Joaquim, na fatídica reunião com o Cardeal Arcoverde. A sua carreira jornalística e de escritor obtiveram certo êxito, mas foram ofuscadas pelas suas excessivas ofensas causando mal-estar com seus pares nas redações em que trabalhou. Torres não conseguia distinguir alusões, ataques pessoais e crítica.

A sua carreira no Itamarati foi como seu cargo afirmava “cônsul de segunda classe”; não passava de um objeto decorativo nas embaixadas para as quais era designado. Em várias cartas mostrou o seu descontentamento com o trabalho e o excesso de tempo vago, pois não possuía afazeres a serem realizados. Um bom exemplo é a carta destinada a Gastão Cruls de Londres em 14 de setembro de 1922: “Quanto a mim estou vegetando [...]. Eu quase nada faço. Leio”. Ou a enviada ao amigo Cipriano Lage, também de Londres, em 06 de maio de 1928: “[...] Quanto a mim, por aqui continuo a carregar o fardo da minha melancolia e do meu isolamento [...]”¹⁹⁷.

A solidão e o distanciamento dos amigos também estavam presentes em suas cartas. Em 10 de novembro de 1921 (Londres), reclama a Castilho, seu editor, de sua ausência: “Estou absolutamente desgostoso, não chegou ainda a me dar nenhuma bofetada, mas tem feito coisa muito pior: não me escreve e nem se quer responde as minhas cartas! Por quê? Estará por acaso mal comigo? [...] V. chega ao ponto de me mandar as cartas que me são dirigidas para a sua livraria, sem acrescentar uma simples palavra de afeto!”. E concluía sua carta: “Do seu esquecido, mais sincero amigo – Antônio Torres.” Também se queixou a Alberto Ramos em 05 de outubro de 1927 (Londres): “É incrível que hajais passado tanto e tão longo tempo sem me mandar uma linha se quer! [...] Nada sei da nossa terra. A não ser a *Gazeta*, de São Paulo, nenhum jornal mais recebo nem vejo. A própria *Manhã* (a qual ainda pertenço) nunca mais lhe pus a vista desde que de lá vim. [...] Do Godoy, que tem a obrigação sagrada de me escrever, não recebo uma linha. Onde estão os amigos? O Agripino Grieco é para mim uma coisa tão distante como as nevasdas dos Abruzzos, de onde ele veio por via paterna e materna. O Gastão Cruls de vez em quando me manda umas linhas breves e datilografadas. [...] E o senador

---

¹⁹⁷ Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

Gilberto? E o Joaquim Sales? E o José? O Pelágio? Ora bolas! Ninguém se lembra de mim! [...]”¹⁹⁸.

Nessa última, não cobrava a ausência apenas do destinatário, mas de todos os amigos que o abandonaram e que acreditava ter. O seu colérico nativismo, com o tempo, irradiou dos portugueses, como vimos, para diversas colônias estrangeiras e sua admiração e simpatia para com a Alemanha intensificou-se após sua designação para Hamburgo em outubro de 1929, cidade onde viria a falecer em 17 de julho de 1934.

Antônio dos Santos Torres foi relegado tanto pela História quanto pela Literatura brasileira; “em toda sua vida de expatriado e, em linguagem canônica renegado, [...] seu lugar é entre os muitos escritores irrealizados, em uma espécie de limbo densamente povoado” (Freyre, 1962, p. 58). E, nesse “limbo densamente povoado”, Antônio Torres optou por sua independência solitária.

---

¹⁹⁸ Acervo Biblioteca Antônio Torres – Diamantina-MG, Caixa Antônio Torres: caderno, cartas, bilhetes, notícias, anotações. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

3.1.2 Emílio de Menezes, um homicida pela palavra¹⁹⁹

Na arte e na pessoa e Emílio, havia, também, esse amálgama de meiguice e brutidão. Agressivo e generoso, irreverente e compadecido, ele era, ao mesmo tempo, leão e cordeiro. Os seus amigos tornavam-se, para ele, inatacáveis: eram diamantes sem jaça, almas sem pecado, pérolas sem defeito. Os seus inimigos não tinham virtudes: arvoredos sem fruto, espinheiro sem flor, terreno sem cultura, sem préstimo, sem utilidade. Havia nele, alternadamente, a humildade e a irreverência. Lisonjeava ou feria. A sua espada era de pluma ou de aço. Tudo dependia, nos combates, do alvo e da ocasião. [...]

Entre o humorista e o satírico aprofunda-se um fosso insoterrável. O humorista zomba do mundo, e de si mesmo. São-lhe defesos a lisonja, o louvor, o elogio individual. O satírico zomba do homem, selecionando os indivíduos, e pode ser lisonjeiro, áulico, palaciano.

Humberto de Campos²⁰⁰

Figura 25 – Emílio de Menezes

Emílio de Menezes

¹⁹⁹ Notas de esclarecimentos: **1.** A expressão “homicida pela palavra” foi retirada do discurso de posse de Humberto de Campos na Academia Brasileira de Letras, eleito em 30 de outubro de 1919, sucessão da Cadeira 20 de Emílio de Menezes. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D221/discurso-de-posse> Acesso em: 28 de jul. 2018; **2.** Em nossas pesquisas, encontramos o sobrenome de Emílio grafado tanto com “s” (Meneses), quanto com “z” (Menezes). “Meneses” encontramos, por exemplo, em sua biografia na Academia Brasileira de Letras e no livro biográfico de Raimundo de Menezes. “Menezes” nas capas de seus livros. Tínhamos que fazer uma opção e, por essa razão, utilizaremos o seu sobrenome grafado com “z”, de acordo com as capas de seus livros e de sua assinatura, como podemos observar abaixo de sua fotografia.

²⁰⁰ Excertos extraídos do discurso de posse de Humberto de Campos na Academia Brasileira de Letras, eleito em 30 de outubro de 1919, sucessão da Cadeira 20 de Emílio de Menezes. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D221/discurso-de-posse>. Acesso em: 28 de jul. 2018. A fotografia e assinatura de Emílio de Menezes foi retirada do livro: MENEZES, Raimundo de. *Emílio de Menezes: o último boêmio*. São Paulo: Martins Fontes, 1945.

Emílio Nunes Correia de **Menezes**²⁰¹ (1866-1918), filho de Emílio Nunes Correia de Meneses, funcionário público da Repartição de Terras Públicas e um dos percussores da poesia parnasiana em Curitiba, e de Maria Emília Lopes Correia de Meneses. Dessa união nasceram oito filhos²⁰², seis meninas e dois meninos, entre eles o nosso personagem Emílio de Menezes.

Ainda muito jovem começou a frequentar as rodas literárias e saraus em Curitiba. Nesse período, era alto, esbelto, possuía uma vasta cabeleira negra e bigode e recebeu a alcunha de “Dr. Mosquito”. Curitiba se tornou pequena para Emílio e, aos 20 anos, em 1887, desembarcou na Corte. Segundo os seus biógrafos, os motivos que o levaram ao Rio de Janeiro divergem: para Raimundo de Menezes, “fugiu do ambiente que o saturava” (MENEZES, 1945, p. 30); já para Francisco Leite, foi para “cursar a Faculdade de Medicina, mas acabou se formando em Farmácia” (LEITE, 1969, p. 13). De acordo com nossas leituras, Emílio trabalhou, por volta dos quatorze anos, na farmácia de seu cunhado em Curitiba e manipulou algumas medicações. Segundo Humberto de Campos, foi desse convívio com o “ácido prússico, da macela, da noz-vômica, da genciana e da centáurea-menor, que o seu espírito desabrochante se impregnou do amargo violento e dos princípios corrosivos que o haviam de particularizar, mais tarde, sobre a terra. O convívio dos venenos havia, fatalmente, envenenar-lhe a ironia”²⁰³. Já para o amigo Bastos Tigre, “foi tentar a vida” (TIGRE, 1992, p. 57).

A chegada de Emílio de Menezes ao Rio de Janeiro foi sem desassossegos. Por indicações, foi recebido na casa do Comendador Antônio Álvares Pereira Coruja. Após um ano instalado na residência do Comendador, casou-se com a sua filha mais nova, Maria Carlota Coruja, mãe de seu único filho Plauto Sebastião. Com a influência de seu sogro, Emílio conseguiu trabalho no Banco do Brasil, mas, simultaneamente, começou a colaborar em jornais e ganhar notoriedade nas rodas boemias literárias.

---

²⁰¹ Emílio de Menezes não possui um arquivo no qual possamos pesquisar suas obras, correspondências, anotações e informações pessoais. Justificaram seus biógrafos que a documentação organizada pela sua companheira de vida, Rafaelina de Barros, foi “extraviada”, se perdeu quando seu corpo foi trasladado, em 1927, do Rio de Janeiro (RJ) para Curitiba (PR), sua cidade natal. Portanto utilizamos, para a nossa pesquisa, biografias, textos dispersos de amigos que relataram “causos” e como era a sua personalidade, assim como seus livros e suas colunas humorísticas que também estão dispersas em várias fontes, como: *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *A Imprensa*, *Fon-Fon*, *Dom Quixote*, entre outros.

²⁰² Ana Cândida Correia de Meneses Guimarães Alves; Maria Esméria de Meneses Requião; Francisca de Meneses; Carolina de Meneses Saboia; Leocádia de Meneses Teixeira; Emília de Meneses Saldanha; Emílio Nunes de Correia de Menezes (recebeu o nome do pai); Nestor Correia de Meneses (faleceu aos sete anos de idade) (MENEZES, 1945, p. 20-21).

²⁰³ Excerto extraído do discurso de posse de Humberto de Campos na Academia Brasileira de Letras, eleito em 30 de outubro de 1919, sucessão da Cadeira 20 de Emílio de Menezes. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D221/discurso-de-posse>. Acesso em: 28 de jul. 2018.

Sempre é bom lembrar que chegou ao Rio de Janeiro antes da abolição e da república e, desse modo, vivenciou a proclamação e o auge do encilhamento. Aplicou na Bolsa como tanta gente e fez fortuna. João Luso diz que não apurou a denominação e nem a especialidade comercial de Emílio de Menezes. Porém disseram a ele, vagamente, que era um negócio com ferro. Mas isso pouco importava, pois o interessante para esse caso é saber que o rimador se tornou um *brasseur d'affaires* (cervejeiro de negócios), cujas mãos robustas e febris acumulavam e distribuíam fortunas (LUSO, 1935, p. 160). Porém, quanto mais o dinheiro entrava, mais Emílio gastava:

Emílio não tinha mais dinheiro. Sobrava-lhe, porém, talento, espírito, irreverência, alegria. Em pouco tempo dominou a roda, conquistou amigos, uns por admiração, muitos por medo da sua língua que era um florete pela agressividade e pela elegância do ataque. (TIGRE, 1992, p. 57)

Se há um adjetivo para elucidar Emílio de Menezes seria excêntrico. Ostentava carruagem a cavalo de raça, criava cães com “pedigree” e trajava roupas elegantes. Porém, com o passar dos anos, as noitadas de bebedeira e comilança o tornaram gordo. João Luso o descreve²⁰⁴:

[...] arvorou o chapelão formidável, a gravata de laço espalmado e adejante [...]. Os bigodes triunfavam, como triunfava a sua bengala de Hércules e a enorme rosa vermelha que lhe inflamava a botoeira; e tudo isso, por entre os corretores e zangões da rua da Candelária, passava um escândalo e uma afronta – aos quais não fosse prudente condenar nem mesmo comentar. A corpulência de Emílio e a maneira como ele a ostentava, impunham um respeito modelar. (LUSO, 1935, p. 160-161)

Figura 26 – Emílio de Menezes²⁰⁵

²⁰⁴ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

²⁰⁵ Fotografia retirada do livro: MENEZES, Emílio de. **Poesia lírica e satírica**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

A vida boêmia e desregrada de Menezes não combinava com as obrigações do matrimônio e em uma tentativa de sobrevivência, em 1890, consegue outro trabalho como funcionário público no Departamento da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, mas esse em Paranaguá (Paraná). Óbvio que não daria certo, pois amava a boemia carioca e a efervescência dos acontecimentos políticos que estavam acontecendo. No mesmo ano retorna ao Rio de Janeiro e volta à sua rotina boêmia e ao trabalho de jornalista.

A excentricidade de Menezes atingiria a sua vida amorosa²⁰⁶. Em meados da década de 1890, conheceu, via correspondência, Rafaelina de Barros (1878-1943), natural de São Paulo. De acordo com os biógrafos, era jovem, bonita e inteligente. Dona Rafaelina era casada com o comerciante Francisco Marcondes Machado e residia na Avenida Tiradentes; gostava de ler poesias e era uma admiradora dos versos de Emílio, que, prontamente, respondeu à carta da “interessante desconhecida”. As correspondências intensificaram-se e Emílio foi à São Paulo conhecê-la pessoalmente.

Óbvio que os vizinhos estranharam e alcovitaram as constantes visitas realizadas em uma esquina próxima à rua em que morava, chegando ao ouvido do marido traído. Se atualmente traições conjugais ainda causam um certo mal-estar, imagine o escândalo que causou no período. Em uma noite de encontro, enquanto estavam entregues à paixão, Francisco Marcondes Machado, o marido traído, pegou-os de surpresa e Emílio de Menezes levou, acreditamos, a maior surra de sua vida, pois teve como consequência alguns dias hospitalizado na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Dona Rafaelina ficou com o amado durante todo o período de internação e os dois nunca mais se separaram. Logo, tanto Emílio quanto Rafaelina abandonaram os respectivos cônjuges e foram viver a sua história de amor na cidade carioca. Tornou-se a sua musa e paciente companheira²⁰⁷, pois, por mais que amasse a companheira também amava, com a mesma intensidade, a boemia.

Emílio de Menezes, como a sua mais conhecida autobiografia o intitulou, o último boêmio, realmente o foi. A boemia passou, mas Emílio continuou. E continuaram também as piadas, os epigramas, os sonetos satíricos e, nas horas que o dinheiro faltava, as propagandas, as quais também possuíam tons humorísticos²⁰⁸. Os boêmios de sua geração, os que

²⁰⁶ Para maiores informações consultar: MENEZES, Raimundo de. **Emílio de Menezes: o último boêmio**. São Paulo: Livraria Martins, 1945. p. 69-70.

²⁰⁷ Nota explicativa: Nos referimos à Rafaelina de Barros como “companheira” de Emílio de Menezes, pois, apesar de deixarem os respectivos cônjuges, não legalizaram a situação. Legalmente a esposa de Emílio continuou sendo Maria Carlota Coruja; os biógrafos de Emílio adotaram o termo e decidimos utilizá-lo também.

²⁰⁸ A maioria eram assinadas pelos pseudônimos de Emílio de Menezes: Gaston d’Argy; Zangão; Neófito; Gabriel de Anúncio; Emílio Pronto da Silva; Carmem da Silva; Emílio de Miranda Neto; e autorias coletivas como Cirano & Cia. da Seção “Pingos e Respingos”, do jornal *Correio da Manhã*.

sobreviveram, mudaram de hábito e preferiram não sucumbir à mocidade. Outros casaram e se transformaram em “homens sérios”, “pais de família”, abstêmios. João Luso resume em uma frase: “a boemia carioca, deu-se a mais decisiva debandada – uns para morte, outros para a regeneração” (LUSO, 1935, p. 159).

A boemia carioca perdeu o seu prestígio e a geração que surgia preservava a saúde, exercício físico, trabalhava, possuíam vida metódica e pautada de bons burgueses. Frequentavam os *clubs*, salões e não desperdiçavam tardes, noites e madrugadas em frente de copos recitando poemas, epigramas e anedotas que circulavam de boca em boca para outros bares ou confeitarias, desfigurando a composição original. Emílio isolou-se. Talvez por opção, nunca saberemos. Mas podemos afirmar que continuou com sua vida desregrada e manteve seu “escritório” na Confeitaria Colombo, como nos descreve Bueno Monteiro no artigo intitulado “*Um pouco de Emílio de Menezes*”²⁰⁹:

Uma da tarde a hora verde do absinto, no meio da elegante multidão rumorosa que enxameara entre os monumentais espelhos da sala da Colombo, a beber nas mesas e a merendar a volta dos balcões, apresentam-nos a Emílio de Menezes. A mesa uma das primeiras de que ali entra, sentavam-se, além dele, Olavo Bilac e um oficial do Exército. Fez-nos sentar. Ofereceu-nos whisky. Daí a pouco, chegavam Bastos Tigre e Goulart de Andrade. Armara-se roda. A palestra não se estabelecia a um propósito: era feita de rápidos, diferentes comentários e de pilhérias. Ninguém tomava a palestra por mais de dois minutos. E falavam de literatos, de políticos, de mulheres [...]. (MONTEIRO, 1919, p. 1)²¹⁰

A tarde, muito provavelmente, foi regada a absinto e whisky como tantas outras com o mesmo protocolo, às vezes, diversificando o público. Essa vida dissoluta de Menezes não agradava à nova Instituição que surgia – a Academia Brasileira de Letras. Mas a Academia também não agradava a Menezes. Porém, por vaidade ou necessidade, precisava ser reconhecido e representado pela consagração da instituição.

Acreditamos que os desagrvos tiveram início, para Emílio, com a fundação da Academia Brasileira de Letras, pois seu nome não constava na lista dos quarenta fundadores. Poderíamos inferir que o seu comportamento desregrado e boêmio contribuiu para a ausência de seu nome. No entanto, essa inferência não se sustentaria, pois um número significativo dos seus companheiros de boemia constava na lista dos quarenta nomes.

Para compreendermos melhor a exclusão de Menezes, é preciso termos em conta que no Rio de Janeiro havia três rodas literárias principais que se dividiam em: Grupo Garnier,

²⁰⁹ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

²¹⁰ MONTEIRO, Bueno. Um pouco de Emílio de Menezes. **Correio Paulistano**, Edição 20.224, p. 1, out. 1919. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>. Acesso em: 25 ago. 2018.

liderado por Machado de Assis; Grupo dos Simbolistas, liderado por Cruz e Souza; Grupo dos Boêmios, liderado por Paula Nei e **Olavo Bilac**²¹¹. Emílio de Menezes, como sabemos, participava do Grupo dos Boêmios o qual possuía entre os seus membros influentes escritores. Além dos líderes e do próprio Emílio, faziam parte: **José do Patrocínio**, **Pardal Mallet**²¹², **Guimarães Passos**, **Luís Murat**, Plácido Junior, Bastos Tigre, Demerval da Fonseca, Padre Severiano de Resende, **Pedro Rabelo**. Os nomes em destaque constam na lista dos quarenta, portanto, não foi o caráter boêmio que decidiu a inserção ou não inserção na ABL. O grupo se reunia, inicialmente, na Confeitaria Pascoal, mas desentendimentos com o gerente fizeram-no migrar para a Confeitaria Colombo.

Na obra *Minhas memórias dos outros*²¹³, Rodrigo Octavio indica rugas de Machado de Assis com Emílio de Menezes:

Machado entendia, e não cessava de o dizer, que a Academia devia ser, também, uma casa de boa companhia; e o critério das boas maneiras, da absoluta respeitabilidade pessoal, não podia, para ele, ser abstraído dos requisitos essenciais para que ali se pudesse entrar. Por esse tempo, alguns de nossos colegas andavam procurando criar no ânimo de Machado uma ambiência favorável à aceitação da candidatura de certo poeta, de notório talento, mas de temperamento desabusado e assinalado sucesso em rodas de boêmios. Nesse dia o nome do poeta veio à tona; a controvérsia fora acalorada. Machado não interveio nela; conservou-se calado; mas, quando o levávamos para o bonde, na Avenida, ao chegar ao canto da Rua da Assembleia, ele nos convidou a que seguissemos por essa rua, e, a dois passos, nos fez entrar em uma cervejaria, quase deserta nesse momento. Não sabendo de todo o que aquilo significava, nós o acompanhamos sem dizer palavra, e vimo-lo deter-se no meio da sala, entre mesinhas e cadeiras de ferro, e, também sem dizer palavra, estender o braço, mostrando, ao alto de uma parede, um quadro, a cores vivas, em que, meio retrato, meio caricatura, era representado em busto, quase do tamanho natural, grandes bigodes retorcidos, cabelo revoltado na testa, carão vermelho e bochechudo, o poeta, cuja entrada no seio da imortalidade se pleiteava, sugestivamente empunhando, qual novo Gambrinus²¹⁴, um formidável vaso de cerveja... A cena causou em todos profunda impressão e, tal era o respeito havido por Machado, que, em vida dele, não se falou mais na candidatura de Emílio de Menezes [...]. (OCTAVIO, 1979, p. 53-54)

A atitude de Machado nos surpreendeu, pois, de acordo com seus estudiosos, era avesso às discussões políticas e, extremamente, discreto na manifestação de seus pontos de vista. Essa vaga que alguns membros imortais queriam que Emílio disputasse era a Cadeira nº 21 de José do Patrocínio, morto em 29 de janeiro de 1905. Mas, como nos conta outro imortal, Josué de

²¹¹ Para maiores informações: VELOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 35.

²¹² Após três anos de sua morte – 24 de novembro de 1894 – ao fundar a Academia Brasileira de Letras, o poeta e jornalista Pedro Rabelo escolheu-o como patrono da cadeira por ele fundada. A Academia acolheu um escritor que fora contemporâneo dos fundadores e bem mais jovem que a maioria deles. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/pardal-mallet/biografia>. Acesso em: 25 ago. 2018.

²¹³ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

²¹⁴ Gambrinus, lendário rei do povo de Flandres e o patrono não oficial da cerveja. Também pode estar se referindo à marca de uma cerveja Tcheca originária de 1869.

Souza Montello, Machado vislumbrava outro candidato à vaga, seu amigo Mário de Alencar²¹⁵ (MONTELLO, 1986, p. 39).

Emílio de Menezes, possesso, mais do que era normalmente, escreveu um soneto satírico²¹⁶ atacando a eleição de Mário de Alencar²¹⁷:

Para a cadeira vaga na Academia de Letras
É certa a eleição de Mario de Alencar

A “Panelinha” de literatura
Que ferve no fogão da Academia,
Vai frigar, em tenríssima fritura,
O “*enfant-prodige*” da burocracia.

O êxito é todo da candidatura
De um nascituro poeta, e, – quem diria! –
Do Severiano e do Domingos²¹⁸ fura
A chapa o Mário, neste grande dia!

Glória das glórias, o **incipiente Mário**
Entra, senta-se e grita: “Eu aqui fico.
Vou completar o meu curso primário!”
Mostra a “bagagem”. Que pecúlio rico!

– **Calças curtas, a lousa, o abecedário**
E o primeiro exemplar do “Tico-Tico”!
(MENEZES, 1906)

É óbvio que, depois dessa sátira recheada de ódios e descréditos, sua candidatura foi descartada de vez. Emílio escracha ferozmente a candidatura, assim como, a eleição de Mário de Alencar à Academia Brasileira de Letras e, por tabela, a própria instituição, referindo-se a ela como a “Panelinha de literatura”. O “*enfant-prodige*” não está ligada à idade de Mário, que foi eleito aos 33 anos de idade, mas sim a imaturidade de seu trabalho. E reforça ao ironizar ao

²¹⁵ Filho de José de Alencar. Após a morte de Dona Carolina, Mário passou a ser uma figura constante junto a Machado. Na biografia machadiana, Mário de Alencar e Magalhães de Azeredo são considerados interlocutores privilegiados do escritor, aos quais Machado de Assis “votou grande afeição e confiança” e com os quais se correspondeu por largo espaço de tempo. Ver por exemplo, os volumes da Correspondência de Machado de Assis, que estão disponíveis para leitura no site da Academia Brasileira de Letras na Coleção Afrânio Peixoto. Disponível em: <http://www.academia.org.br/publicacoes/colecoes-da-abl/afranio-peixoto>. Acesso em: 25 jul. 2018.

²¹⁶ Encontra-se na REVISTA BRASILEIRA DE LETRAS. Fase VII, ano X., n. 40, p. 127, jul./ ago./set. 2004. Disponível em: <http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-40.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018. Os destaques são nossos.

²¹⁷ Mário de Alencar foi eleito o segundo ocupante da Cadeira nº 21 em 21 de outubro de 1905, sucessor de José do Patrocínio. A sua posse foi em 16 de agosto de 1906.

²¹⁸ Menezes está se referindo ao Padre Severiano de Rezende e a Domingos Olímpio que, juntamente, com Mário de Alencar se candidataram a vaga da Cadeira nº 21. Esperava-se que Domingos Olímpio vencesse, pois, além de contribuir com os principais jornais do país, era o autor de Luzia-Homem (1903), romance baseado na seca que ocorreu no Ceará em 1878.

final que o “novo eleito” complementar­á o seu “curso primário”, ou seja, a sua imaturidade literária.

Ao nos aprofundarmos na pesquisa sobre a candidatura de Emílio de Menezes à ABL, encontramos outro possível motivo para o “não” de Machado a Emílio. Duas cartas de Machado de Assis à Rafaelina de Barros, detalhe “em resposta”. Portanto a companheira de Emílio também enviou cartas ao imortal. Vejamos²¹⁹:

Carta 1

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1896.

Prezada Senhora Dona Rafaelina de Barros,

Só anteontem, recebi a sua carta de 6, e pode crer que me incomodou muito, a forçada demora desta resposta, mas a culpa não é minha. Na *Gazeta de Notícias* há um lugar para as cartas. É preciso ir buscá-las com frequência para não suceder que ali esperem muito tempo pelos destinatários, como já me tem sucedido, e agora me sucedeu.

Ontem, domingo, copiei o *Corvo*, e aqui o remeto incluso. **A letra verá que é minha**, mas tive de apertá-la por causa da estreiteza do papel, extensão de alguns versos e variedade de estrofes. Este *Corvo*, de que tanto gosto, deve saber que é apenas uma tradução minha. **Se lhe agrada, é porque fui feliz no trabalho.**

Sobre a outra promessa, pesa-me confessá-lo, há razão que só à vista lhe poderei dizer, e que me impede de a cumprir, como deseja cordialmente. Creio que o meu pesar é maior que o seu, por mais amável que seja da sua parte sentir algum.

Peço-lhe que me escreva dizendo se recebeu esta carta e o *Corvo*. Assim, como houve demora aqui, talvez a haja na Agência do Mendes, e ambos ficamos sem saber nada. Pode mandar a carta à *Gazeta de Notícias*. Adeus. **Ainda uma vez releve-me e creia no**

Seu admirador e obrigado

Machado de Assis

(ASSIS, 2011)

Carta 2

Rio, 25 de maio de 1896.

Excelentíssima Senhora Dona Rafaelina

Já tive ocasião de lhe dizer que a sua carta chegou às minhas mãos. Devendo-lhe, porém, esta resposta escrita, não quero demorá-la por mais tempo. Seria imperdoável. Que o *Corvo* tivesse produzido nessas serranias o efeito da ave alegre e feliz, **é notícia que me lisonjeia muito**, mas não atribua só a mim este grande regalo. É principalmente do poeta americano. Sem a beleza original da concepção, é certo que eu não chegaria a fazer coisa que prestasse. Como, porém, servi de intermediário à inspiração original, **fico satisfeito pela parte que tive nas suas comoções. Sobre as lágrimas de tempos idos não lhe digo mais nada, além do que falamos sábado. É memória que nunca perdi, e pode imaginar se me haverá penalizado tamanha dor sem culpas de um e por causa involuntária de outro.**

Não entendi bem o que me disse acerca da descida dos Mendes para o Méier. Tenho ideia de que é breve, mas não sei se definitiva. Se é para a sua felicidade, seja definitiva.

Espero que me escreva logo, para saber se esta carta chegou. Fui não esquecido, **mas demorado em responder à sua última**; estou certo de que não me imitará, e já tive prova disso, em relação à que ora respondo.

Creia-me sempre com grande estima,

Machado de Assis

(ASSIS, 2011)

²¹⁹ Ambas as cartas foram extraídas do livro: ASSIS, Machado. **Correspondências de Machado de Assis**: Tomo III, 1890-1900. In: ROUANET, Paulo Sérgio (Coordenação e Orientação); MOUTINHO, Irene; ELEUTÉRO, Sílvia (Organização e Comentários). Rio de Janeiro: ABL, 2011. p. 160 e 167. Os destaques são nossos.

Confessamos que nos chamou atenção a proximidade de Machado com a senhora Rafaelina. Temos conhecimento de que Emílio também realizou a tradução de “*O Corvo*” na década de 1890, porém a sua publicação ocorreu somente em 1917. Possivelmente, poderia ter solicitado à sua companheira a tradução de Machado, a qual foi publicada na *Gazeta de Notícias* no ano de 1888. Mas o tom “misterioso” das respostas de Machado.

Iniciamos com a carta datada de 20 de abril de 1896. A primeira passagem que chamou nossa atenção foi “como verá a letra é minha”. Fato que nos leva a inferir que Rafaelina conhecia sua letra, portanto não era a primeira missiva que trocavam. O imortal também mostra contentamento ao ver que seu trabalho a agrada: “se lhe agrada, é porque fui feliz no meu trabalho”. Após conversarem sobre a tradução solicitada, vem a parte “perturbadora” da carta na qual lemos “sobre a outra promessa, pesa-me confessá-lo, há razão que só à vista poderia lhe dizer”. Houve outras cartas ou encontros e o fato de não poder cumprir a promessa efetivada só poderia explicar à Rafaelina pessoalmente e ressalva que o “seu pesar” é maior do que o da companheira de Emílio, “por mais amável que seja” o da parte dela. E conclui pedindo que atenuie e que acredite nele, “releve-me e creia”. Nesse ponto, não saberemos se foi pela demora em responder à carta ou por não poder cumprir a promessa e finaliza com “seu admirador”. As leituras realizadas para o trabalho nos mostram que Rafaelina de Barros foi uma escritora, digamos, “discreta”. Iniciou com os contos *Almanara* (1902) e publicou *Bíblicos* (1923), também colaborou com jornais e revistas, mas nenhum trabalho expressivo para ter a admiração de Machado.

Já a carta de 25 de maio de 1896 é mais instigante. Machado fica lisonjeado por Rafaelina ter apreciado o poema, mas lembra que quem o escreveu foi o “poeta americano” se referindo a Edgar Allan Poe. Ele apenas o traduziu. E prossegue seu texto mencionando “sobre as lágrimas de tempos idos não lhe digo mais nada”. Fomos buscar, por meio tecnológico, o calendário do ano de 1896 e vimos que, tanto 20 de abril, quanto 25 de maio de 1896 caíram em uma segunda-feira, porém, no contexto da carta, Machado dá a entender que houve pelo menos um encontro presencial, “além do que falamos no sábado”. Também faz referências a reminiscências: “É memória que nunca perdi, e pode imaginar se me haverá penalizado tamanha dor sem culpas de um e por causa involuntária de outro”. Ele afirma que possui lembranças e que Rafaelina pode imaginar o quanto se penalizou a dor, porém sem culpas. Faz referência a duas pessoas, “culpa de um” e “causa involuntária de outro”. Continua aguardando nova missiva e conclui “creia-me sempre com grande estima”. Outro fato curioso que sublinhamos é que Machado de Assis não conservou as cartas de Rafaelina de Barros entre os seus papéis.

As trocas de cartas e os “subentendidos” que revelam podem nos oferecer uma nova abordagem sobre a “antipatia” que Machado nutria por Emílio de Menezes – a passionalidade –, um possível ciúmes de Dona Rafaelina. É óbvio que essa suposição merece um estudo mais aprofundado, que foge do escopo deste trabalho. Mas, enquanto pesquisadores, não podemos eliminar conjecturas. O fato é que somente após a morte de Machado de Assis, Emílio de Menezes teve novas chances de concorrer à “imortalidade”.

Entre as décadas de 1910 e 1920, foi implantada, na Academia Brasileira de Letras, a política de *grands seigneurs*, a qual possuía como proposição nomes de intelectuais que não estavam intrinsecamente ligados ao mundo literato, ao mercado editorial ou jornalístico. E algumas candidaturas causaram polêmicas, como a da sucessão da vaga de Raimundo Correia. Candidataram-se a vaga: Dr. Oswaldo Cruz (médico), Batista Cepelos (romancista) e os poetas Emílio de Menezes e Luís Guimarães Filho. Um dos primeiros a se manifestar contra a candidatura de Oswaldo Cruz foi Olavo Bilac, companheiro de boemia de Menezes. De acordo com Bilac, com a eleição do sanitarista “qualquer indivíduo sem vínculos com as letras teria o mesmo direito de disputar uma vaga na Academia” (EL FAR, 2000, p. 112).

Emílio, pelo menos desta vez, teve o direito de se candidatar, mas Dr. Oswaldo Cruz foi eleito pelos seus serviços prestados à nação brasileira e pelo valor literário de seus tratados médicos. Ah! Este texto não é humorístico; realmente, foi o que alegaram os acadêmicos que o escolheram para a Cadeira nº 5 em 11 de maio de 1912. Sua posse foi em 26 de junho de 1913.

Emílio de Menezes, aparentemente, não se deixou abater pela derrota e, nas rodas boêmias, já rareada que frequentava, mostrava até um certo bom humor. Mas, de fato, muitas de suas sátiras ficaram mais agressivas a alguns membros da Academia.

No ano seguinte à posse do Dr. Oswaldo Cruz, em 15 de agosto de 1914, enfim, Emílio de Menezes foi eleito para a imortalidade na sucessão de Salvador de Mendonça, ocupante da Cadeira nº 20. Sobre a sua eleição, Medeiros e Albuquerque afirmou que elegeram Emílio de Menezes por medo, medo da maledicência, quase sempre espirituosa, mas terrivelmente ferina (MENEZES, 1945, p. 254).

Porém, como tudo de Emílio tem controvérsias e excentricidade regada a humor corrosivo, seu discurso de posse foi censurado e protelou a sua posse o quanto pode:

Emílio compôs um discurso de posse, em que revelava nada compreender de Salvador Mendonça [a quem iria suceder], nem na expressão da atuação política e diplomática, nem na superioridade de sua realização intelectual de poeta, ficcionista e crítico. Além disso, continha trechos arguidos, pela Mesa da Academia, de “aberrantes das praxes acadêmicas”. A mesa não permitiu a leitura do discurso e o sujeitou a algumas

emendas. Emílio protelou o quanto pôde aceitar as emendas, e quando faleceu, quatro anos depois de ter sido eleito, ainda não havia tomado posse de sua cadeira.²²⁰

Os trechos que mais causaram “controvérsias”²²¹ referiam-se aos acadêmicos Afrânio Peixoto, que indicou Oswaldo Cruz para concorrer à Cadeira de Raimundo Correia, e Oliveira Lima, que também se opôs à sua candidatura, devido a chistes relacionados à sua esposa Flora Cavalcanti²²², assim como ao soneto O. L.²²³, escrito por Emílio. No que diz respeito a Afrânio Peixoto, temos o excerto:

Tive, é certo, um período, aliás, efêmero, de alto convívio social, voltando à primitiva modéstia, quando se me escoou das mãos inábeis e desinteressadas uma pequena fortuna, por mim adquirida, pois, se pobre nasci, rico me não casei, visto a **má vocação para caçador de dotes**, cousa, de tantos, **tão à feição**. Digo isto por talvez não faltarem moços e donzéis **que só ambicionem a imortalidade dos louros acadêmicos, como auxílio ornamental na pesquisa de herdeiras ricas**. (MENEZES, 1915)

Esse excerto faz referência direta ao casamento do imortal, Afrânio Peixoto, com Francisca de Faria Peixoto, filha do milionário Alberto de Faria. Menezes explicitou, no trecho destacado de seu discurso, que o respeitado médico se utilizou do prestígio de sua nomeação à Academia para conseguir um casamento bem-sucedido financeiramente, não passando de um caça dotes. No excerto que se refere a Oliveira Lima, Menezes diz:

Quando começou a haver uma quase certeza da minha eleição, os **inimigos rancorosos**, muito dos quais só o são por coisas cuja paternidade me foi emprestada, redobram de esforços demolidores. **Um a quem eu fizera um soneto inofensivamente humorístico, estabelecendo a proporção geométrica entre a sua possível vaidade e a sua enorme massa adiposa**, disse a pessoas diversas que eu,

²²⁰ O excerto citado está disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/emilio-de-meneses/biografia>. Acesso em: 28 Jul. 2018.

²²¹ Os excertos citados foram retirados do discurso original, que não constam no discurso disponibilizado pela ABL on-line. O discurso original encontra-se no Arquivo dos Acadêmicos (ABL), cedido gentilmente pela instituição. Os destaques são nossos.

²²² Ali vão a Flora e a Fauna brasileiras [...]. (MENEZES, 1945, p. 229)

²²³ De carne mole e pele bambalhona,
Ante a própria figura se extasia.
Como **oliveira** – ele não dá azeitona,
Sendo **lima** – parece melancia.
Atravancando a porta que ambiciona
Não deixa nem entra. É uma mania!
Dão-lhe por isso a alcunha brincalhona
De para vento da diplomacia.
Não existe exemplar na atualidade
De corpo tal e de ambição tamanha,
Nem para intriga igual habilidade.
Eis, em resumo, essa figura estranha:
Tem mil léguas quadradas de vaidade
Por milímetro cúbico de banha. (MENEZES, 1924, p. 43-44)

em tal soneto, havia ofendido a honra do seu lar. Depois disto, **só lhe centuplicando a área e a cubação será possível conseguir o imensurável âmbito em que se acomode tão insidiosa falsidade.** Choveram ápodos, granizaram intrigas. (MENEZES, 1915)

Nesse excerto o ataque está direcionado a um “inimigo rancoroso” que vetou, juntamente com Peixoto, sua indicação à Academia, Oliveira Lima. Além das constantes chacotas já mencionadas, o diplomata não via nenhum valor literário nos seus sonetos satíricos, apesar de Menezes ter sido indicado pela sua obra lírica. E, novamente, em seu discurso, faz troças com a forma física do poeta.

Medeiros e Albuquerque, que era Secretário Geral, solicitou que esses trechos fossem suprimidos. Emílio se negou a fazê-lo e disse que até poderiam cortar, mas na hora de proferir o seu discurso proclamaria de acordo com o que escreveu. E, durante os quatro anos, perdurou a discussão sobre o impasse do discurso. Mas nesse período a doença de Emílio de Menezes se agravou. Já acamado e totalmente acometido pela doença, redigiu um requerimento solicitando sua posse, dispensando as formalidades da cerimônia. Medeiros e Albuquerque deferiu por requerimento²²⁴ e concedeu à posse a Emílio de Menezes:

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1918.
Excelentíssimo Sr. Emílio de Menezes.
Em resposta ao vosso ofício hoje recebido, tenho a honra de comunicar-vos que fostes empossado na Cadeira para qual foi eleito, sendo-vos dispensadas as formalidades exigidas pelo regulamento da Academia.
Prevaleço-me desta oportunidade para vos apresentar os protestos de minha alta estima e muito grande consideração.

Medeiros e Albuquerque
Secretário-Geral
(MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1918)

Em 6 de junho de 1918, três meses após a sua posse, Emílio de Menezes faleceu. Acreditamos que essa análise da personalidade persistente, forte, difícil, ácida e corrosiva do poeta satírico fez-se necessária para compreendermos melhor os seus ataques a personagens não brancos, que é o objetivo desta seção, bem como o reforço de estereótipo desses personagens em seus sonetos satíricos.

Dos cinquenta e dois anos de vida, Emílio de Menezes viveu vinte e dois anos no contexto da escravidão. Não assumidamente, mas pelas suas palavras homicidas, corrobora como a cor marca a diferença e o local que os negros e seus descendentes deviam ocupar. Ressalvamos que a vida não era fácil para os que conseguiam se destacar na cena pública. O

²²⁴ MENEZES, Raimundo. **Emílio de Menezes**: o último boêmio. São Paulo: Livraria Martins, 1945. p. 326.

fato de ser negro ou seu descendente o evidenciava mais do que qualquer outro predicado, jornalista, poeta, literato, político, culto, influente, o negro era, antes de tudo, um negro.

Para iniciarmos a nossa análise, utilizaremos como exemplo inicial um amigo de Emílio de Menezes, José do Patrocínio (pai), que fazia parte do mesmo grupo de boêmios que se reuniam alegre e ruidosamente nos cafés e confeitarias cariocas.

José do Patrocínio era filho do padre João Carlos Monteiro e de Justina Maria do Espírito Santo, escrava do padre Monteiro. Patrocínio passou a infância na fazenda de seu pai e recebeu instrução; aos quatorze anos foi para o Rio de Janeiro prosseguir seus estudos, formando-se em Farmácia. Apesar de ser abolicionista e reconhecido pela sua luta incansável contra a escravidão e não fechar os olhos aos problemas que os negros recém libertos e seus descendentes possuíam, Patrocínio sempre teve uma atuação de “acolhimento” do discurso dominante, ou seja, branco.

Um bom exemplo desse “acolhimento” do discurso dominante é o artigo “*Renegado*”, publicado em 1900 no jornal *Cidade do Rio*, do qual era proprietário. Nesse artigo fez duras críticas à Marinha e ao senhor Campos Sales. De acordo com Patrocínio, a Marinha estava selecionando a tripulação pela cor da pele: “são preferidos brancos ou mulatos disfarçados na tripulação” do navio que conduziria o presidente Campos Sales ao Rio da Prata. Afirmou que a “seleção” foi solicitada pelo próprio senhor presidente. Continua seu artigo dizendo que Campos Sales “quer impedir que o Brasil seja reconhecido por sua vasta mestiçagem”; para que tal fato não ocorresse, era preciso tomar uma providência maior: não ir ao Rio da Prata. Inicia o artigo com uma descrição dos traços negroides do presidente:

Não há ninguém vendo **as pálpebras empapuçadas** de S. Ex., **o seu nariz carnudo**, **os seus beijos abringelados e grossos**, **a sua cor de prato de pó de pedra**, e sobretudo **a sua pera característica**, saudade involuntária **da sua verdadeira raça**; não há ninguém sobretudo em terra onde prepondere o branco, capaz de enganar-se **a respeito do sangue** de S. Ex. [...]

Se enxovalha o Brasil, gente que não seja legitimamente, genuinamente branca exercer funções públicas, por mais modestas que elas sejam, como ser soldado ou marinheiro, mais deve enxovalhar ocupar a presidência da república **um indivíduo que não passa de sepulcro caiado de raças tidas por inferiores**.

Qualquer estudante de antropologia descobre logo que no senhor Campos Sales a **testa do moçambique** e **os quadris do cabinda**, nas suas **pernas curtas o tapuia**, como no **chorado de sua voz o algarvio**, que serviu de veículo para as outras raças. Deu-se no Sr. Campos Sales o processo de **refinação do açúcar mascavo**: S. Ex. é **branco de segunda, como de segunda é essa qualidade de açúcar**. (PATROCÍNIO, 1900)²²⁵

²²⁵ JORNAL CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, Edição B00013, 12 out. 1900. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

Patrocínio fez algo muito semelhante a Antônio Torres, nosso velho conhecido. Para defender suas argumentações, parte para a agressão ao fenótipo mestiço do presidente chamando-o de “branco de segunda classe”. Ou seja, se possuía a intenção de valorização dos negros e seus descendentes, não foi isso que ocorreu. Muito pelo contrário, se instrumentalizou da “ciência Antropologia” para validar sua tese: a origem inferior de Campos Sales e, conseqüentemente, a dos soldados e marinheiros negros e mestiços que estava defendendo, pois Sales estava em igualdade com os que tentava discriminar.

Era o “Cícero da cor de chocolate”, como era chamado por Emílio de Menezes, seu amigo de boemia, para o qual a cor de seu “amigo” encobria suas outras características como ser abolicionista, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, o jornalista, ser poeta, ser romancista. Na ocasião da morte de Patrocínio, Menezes escreveu dois sonetos em sua homenagem. Destacamos “II”²²⁶:

Hoje afinal a Terra reconquista
 Todo o seu grande e maternal direito,
 Recebendo em seu seio o Filho Eleito,
 – O, da palavra, Poderoso Artista!

Que o nunca repousado **Jornalista**
 Tenha repouso, enfim, no eterno leito!
E aos funerais de um Justo e de um Perfeito,
 O mundo inteiro comovido assista!...

Ninguém mais rico em gênio, nem mais nobre.
 Entanto, esse que baixa à sepultura,
 É um nababo que morre humilde e pobre!
Negro feito da essência da brancura,
 Esse que a Terra hoje em seu seio cobre,
Sóis porejava pela pele escura!
 (MENEZES, 1909, p. 60)

Destacamos vários versos nos quais Menezes exalta as qualidades de Patrocínio como “poderoso artista”, “justo e perfeito”, “ninguém mais rico em gênio, nem mais nobre”; porém os predicados apresentados se justificam porque é um “negro feito da essência da brancura” que os “sóis porejava pela pele escura”, ou seja, a sua essência branca era determinante para todos os predicados indicados, não a negra. O soneto em homenagem pela morte de José do Patrocínio, presumimos, foi elaborado pelo seu sentimento de luto e admiração pelo autor, porém não menos aguerrido em sua última estrofe.

---

²²⁶ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

A sátira perpetrada por Emílio de Menezes é uma sátira visceral, de ataques baixos, de diminuição “daquele que se ri” da forma mais feroz e corrosiva possível. Inicialmente, mostraremos textos curtos, “tiras de jornal” que comentam fatos cotidianos, mas onde o “mau riso” sobre os negros e seus descendentes também se tornam trivial para o autor.

Uma dessas “prosas de circunstâncias”²²⁷ que nos chamou atenção foi publicada em *A Imprensa*, sobre a viagem à Londres do Dr. João Batista de Lacerda para participar do Congresso Universal das Raças realizado entre 26 e 29 de julho de 1911. Médico e intelectual de renome, foi escolhido para representar o Brasil nesse evento que reuniria várias especialidades, afinal, como sabemos, o país que representava desenvolvia uma política bem-sucedida de branqueamento. O propósito do Congresso era “os brancos, cuja consciência desperta com a ideia do dever, convidam os negros e os amarelos, seus irmãos, a estreitar os laços de amizade”. Em sua apresentação Lacerda menciona²²⁸:

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o ativismo e **purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro**. Graça a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, **no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil**, fato que coincidirá com **a extinção paralela da raça negra entre nós**. (LACERDA, 2011, p. 239)

Emílio de Menezes comentou esse trecho da apresentação do renomado doutor na seção *Colmeia*:

Corre perigo a vida do **Dr. João Batista de Lacerda**, que **escreveu que a grande maioria dos brasileiros é de mulatos**. Uma tão grande calúnia não pode ficar impune. Quando ele chegar, **os brancóides desta terra lincham-no e os netos dos negros comem-lhes os fígados**. **Provarão assim que são loiros e tem olhos azuis**. (ZANGÃO, 1911)²²⁹

O seu comentário, muito provavelmente, se referia ao período de um século, dado por Lacerda, para o desaparecimento dos mestiços e extinção dos negros no Brasil. Ironiza a apresentação do cientista e a “meia dúzia de brancos duvidosos”, que “sentenciou”: “somos um país de mulatos”, utilizando o termo “mulato”, pois era (e ainda é) pejorativo. Para Menezes, essa afirmação é “uma grande calúnia” e continua a sua sátira dizendo que Lacerda corria o risco de ser linchado pelos “brancos autênticos”, e os descendentes de negros comeriam o fígado do nobre cientista, remetendo-se ao canibalismo, considerado um ato primitivo. Dessa forma, tanto os “brancóides” quanto “os netos dos negros” teriam como “provar” a sua

²²⁷ Assim são denominados os textos curtos e humorísticos publicados em periódicos pelos memorialistas de Emílio de Menezes.

²²⁸ Os destaques são nossos.

²²⁹ A IMPRENSA. Rio de Janeiro, nº 1314, p. 1, 28 jul. 1911. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 de ago. 2018. Os destaques são nossos.

“brancura autêntica” ou a sua “Redenção de Cam”²³⁰. Como já vimos, os negros e seus descendentes ao conseguirem certa eminência social “escondiam” a sua origem negra.

Mais um exemplo de “texto curto”, escrito por Menezes, no qual sua sátira reforça o estereótipo dos negros. O texto aparece na seção *Colmeia*:

“O Século” deu, ontem, uma gravura do grupo que o tentou assaltar. **Com certeza, ainda estava indignado e carregou a mão, pois ela retrata os instintos os mais negros. Preto que nem breu!** Quem sabe os arruaceiros já haviam debandado? (ZANGÃO, 1911)²³¹

Nesse trecho, o satirista faz escárnio com a tentativa de assalto no periódico *O Século*, que fez uma “gravura” dos meliantes que eram negros e a publicou. A gravura provocou o riso jocosos de Menezes, pois retrata os “instintos os mais negros”, “preto que nem breu”, ou, talvez, devido à tamanha escuridão, os arruaceiros já haviam ido embora e por serem pretos, nem perceberam. O negro representado, nesse caso, possui um lugar determinado na sociedade: marginalizado. Está à margem, o seu lugar é a vadiagem, o subemprego, a favela, o meliante, o vagabundo.

Em seu livro *Mortalhas: os deuses em ceroulas* (versos humorísticos) de 1924, reúne uma série de seus sonetos satíricos. Entre os seus alvos privilegiados destacaremos os personagens Félix Pacheco, Antônio Monteiro de Souza, Bernardino da Costa Lopes (B. Lopes), Manuel da Mota Monteiro Lopes e, por fim, Hemetério José dos Santos. Exceto Pacheco, todos são negros que ascenderam socialmente, mas para Menezes a cor preta era o alvo de sua sátira fria, seca, amarga.

Iniciaremos por José Félix Alves Pacheco (1879-1935), advogado, jornalista, poeta, tradutor²³², membro da Academia Brasileira de Letras, Deputado Federal/Piauí (1909-1920), Senador/Piauí (1921-1922), Ministro das Relações Exteriores (1922-1926) e fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal, hoje denominado Instituto Félix Pacheco²³³. Ainda nos estudos primários em sua cidade natal no

²³⁰ A “Redenção de Cam” (1895) é um quadro do artista Modesto Brocos y Gómez (1852-1936) que ilustra o processo da mestiçagem no Brasil. Quatro personagens são representados na tela. De pé, à esquerda está uma velha senhora negra olhando para o alto com as mãos erguidas em forma de agradecimento pela graça alcançada. No outro extremo, um homem sentado de aparência jovem, de pele branca e, provavelmente, de descendência ibérica. Ao centro estão mãe e filho; mãe mestiça com traços atenuados segurando o filho com pele branca. A obra expressa o ideal de branqueamento. A criança, segunda geração da velha senhora negra, é branca, ou seja, o descendente de negro passando a branco, uma depuração da raça.

²³¹ A IMPRENSA. Rio de Janeiro, nº 1370, p. 1, 23 set. 1911. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 de ago. 2018. Os destaques são nossos.

²³² Félix Pacheco foi o primeiro tradutor de Charles Baudelaire no Brasil.

²³³ Pacheco foi representante do Brasil no III Congresso Científico Latino-Americano, realizado em Buenos Aires. Nesse evento conheceu as técnicas de identificação dactiloscópica e, ao regressar, trabalhou para sua implantação no Brasil. Dessa forma, organizou e renovou o Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do então Distrito

Piauí, o pai notou a impetuosidade do filho e, ao completar doze anos de idade, matriculou-o no Colégio Militar no Rio de Janeiro, ficando sobre a proteção de seu tio, o Senador Teodoro Alves Pacheco, cujo nome adotou. Ingressou na Faculdade de Direito e passou a frequentar os círculos literários em boêmios. Em 1901, de acordo Luís Edmundo, fez-se repórter de polícia no *Jornal do Commercio*²³⁴. Para o nosso memorialista, o jovem Félix Pacheco alarmava o estreito meio literário em que vivia com “gravatas estapafúrdias, frases loucas e as atitudes escandalosas”. Porém Félix Pacheco abandona a boemia e, logo após fundar o Clube dos Celibatários²³⁵, casa-se com Dora Viana Pacheco, tornando-se pai de duas filhas. Deixa o grupo dos simbolistas e junta-se ao grupo dos parnasianos. Félix se trãsfuga, para Edmundo, se desbota para a revolução de tal forma que bateria nas portas inicialmente, do Instituto Histórico, depois a Academia Brasileira de Letras e, ainda, as da Polícia, por meio das quais chegaria a Senador e Ministro de Estado (EDMUNDO, 2003, p. 565).

Como já discutimos neste trabalho, com a abolição e a política de branqueamento os negros e seus descendentes, em sua maioria, não foram inseridos nem no mercado de trabalho, nem na sociedade. Portanto, excluídos dos seus direitos civis, transitavam pelas ruas, habitavam em moradias insalubres e, de acordo com os “saberes científicos” da época, estavam propensos aos vícios, crimes e degeneração. Félix Pacheco queria menos “intromissões” científicas em um campo que considerava eminentemente policial, pois, dessa forma, o “saneamento social” seria muito mais eficaz. Tornou-se o grande entusiasta da datiloscopia (identificação por impressões digitais), um sistema policial de classificação para a determinação da identidade e uma prática científica para o estudo dos criminosos, considerando um avanço na direção do progresso da polícia científica. Entretanto “os alvos” das “autoridades” continuavam a ser os mesmos – os negros e seus descendentes.

Federal. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbete%20letra%20P.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

²³⁴ Félix Pacheco dedicou uma boa parte de sua vida ao tradicional e conservador *Jornal do Commercio*, que, de acordo com Luís Edmundo, ao ser contratado pelo jornal seus pares de boemia ficaram receosos que o jovem jornalista assumisse as características do ambiente em que trabalharia. Um bom exemplo de “neutralidade” do periódico, ainda no período do Império, foram as discussões no processo da abolição. Ao mesmo tempo que era favorável à abolição e criticava o regime de escravidão, lucrava com os anúncios dos navios oriundos do continente africano com “nova carga humana”; ou com os anúncios que “ofereciam recompensa a escravos fujões”, ou seja, o periódico “combatia a escravidão” e também lucrava com ela. O *Jornal do Commercio* soube se adaptar aos novos tempos de república, apesar que esses tempos não foram fáceis para a imprensa. Manteve a sua tradicional neutralidade e apoiou a república, mas sua neutralidade política ou apoio dependia do presidente que estava no poder. No governo de Floriano Peixoto, por exemplo, passou à oposição. Já no governo de Prudente de Moraes voltou a apoiar. Em 1915, o jornal passou a ser de propriedade de Félix Pacheco.

²³⁵ O clube dos Celibatários, fundado por Félix Pacheco, foi “inspirado” pelo seu homônimo francês que visava ao afastamento da sociedade comum para fugir de seus vícios e corrupções.

Ao contrário dos outros personagens que analisaremos, o soneto de Menezes não foi satírico, apesar de assim julgá-lo: “esta seção foi feita de troça”. Mas, de fato foi uma homenagem à “generosidade” de Félix Pacheco e à sua candidatura a ABL²³⁶. Ele exaltou o seu “espírito inovador” para com esta “caduca geração mestiça”:

Soneto Brinde²³⁷
A propósito da renúncia do Deputado F. P.

Esta seção foi feita de troça,
Porém, ama também fazer justiça.
Nesta época em que o mundo inteiro engrossa,
Ela não vai do engrossamento a missa.

Felix Pacheco o espírito remoça
Desta caduca geração mestiça,
Fator maldito da desgraça nossa,
Causa da improbidade e da cobiça.

Meu caro Felix, quanto te agradeço
Esse gesto em que tua alma altiva passa
Sem deter em qualquer tropeço.

A ti, que os poetas mostras que és de raça
Dos que ao ideal somente dão apreço,
Ergo, em quatorze vezos, minha taça.
(MENEZES, 1924, p. 97-98)

Os versos destacados objetivavam uma crítica à ideologia da mestiçagem, pois, para Menezes, a mestiçagem poderia causar adversidades sociais em concordância com o seu homenageado. Reforça, ironicamente, que a mestiçagem implantada era “caduca”; considerava-a um delírio que estava fadado ao insucesso. E ponderou que era um “fator maldito da desgraça nossa”, ou seja, desgraça da nossa nação e que acarretaria sérias consequências. Não podemos nos esquecer que a miscigenação estava ligada ao atraso, inferioridade, desonestidade, e reforça que era a “causa da improbidade e da cobiça”, ou seja, da concupiscência brasileira tanto de

²³⁶ Na sucessão a vaga de Raimundo Correia na ABL, a qual, como vimos, quem venceu foi Dr. Oswaldo Cruz. A relação inicial de possíveis candidatos à Cadeira apresentada era composta por: Emílio de Menezes, Baptista Cepellos, Porto Carrero, Nestor Victor, Luiz Guimarães Filho, Emiliano Pernetá, Araújo Jorge, Mário Pederneiras, Pereira Barreto, Barbosa Lima, Gastão Cunha e Félix Pacheco. Dados obtidos no artigo “A disputa de uma eleição agita nossos literatos” publicado em: A NOITE. Rio de Janeiro, nº 60, p. 1, 26 set. 1911. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 05 ago. 2018. Félix Pacheco desistiu de sua candidatura por acreditar que Emílio de Menezes era merecedor da Cadeira. Menezes publicou uma carta de agradecimento dirigida a Félix Pacheco, “a princípio meu antagonista na disputada cadeira vaga, de que veio a desistir com muita galhardia desde que soube que também a pretendia” publicado no jornal CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, nº 3730, p. 2, 4 out. 1911. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 05 ago. 2018. Ressalvamos que nesta eleição também havia a Cadeira de Araripe Júnior e Félix Pacheco foi eleito como seu sucessor em 11 de maio de 1912 e sua posse foi em 14 de agosto de 1913. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/felix-pacheco>. Acesso em: 05 ago. 2018.

²³⁷ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

bens materiais quanto pelos prazeres sensuais. O satirista vai de acordo com a *intelligentsia* que considerava a miscigenação a degeneração do povo brasileiro. O descontentamento de Emílio de Menezes com os negros e seus descendentes que ascendem socialmente fica explicitado nos próximos sonetos que analisaremos. Nesses textos, o seu riso se torna ainda mais cáustico, mordaz.

A primeira vítima de Menezes é o amazonense Antônio Monteiro de Souza²³⁸, formado em Odontologia, professor de matemática e jornalista, que, em 1905, exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Amazonas, foi Deputado Federal/Amazonas (1909-1917; 1924-1925 e 1929), foi Presidente da Assembleia Legislativa/Amazonas em 1927, exerceu interinamente o cargo de Governador do Estado do Amazonas. Autor dos livros: Aritmética Elementar (1910), A Educação Nacional (1918). A preocupação de Souza com a educação o levou a propor a criação da Repartição Geral do Ensino Público e Educação Nacional, com sede no Distrito Federal, e delegacias em cada uma das capitais brasileiras, na Sessão de 5 de junho de 1914²³⁹. Em sua justificativa alertou:

Não serão de certo esses 18 ou 20 milhões de analfabetos, em que podemos avaliar uma parte da população brasileira, que irão cumprir e fazer cumprir todos os direitos e deveres decorrentes do sufrágio universal. Isto supondo que a nossa população analfabeta não passe de 80%. Os demais cinco milhões, que sabem ler e escrever, esmagados por aquele número, pouco podem fazer. Arrastados pelo meio, a todo instante sentirão seus passos tolhidos, e em vão se debaterão para tirar proveito dos principais inscritos na Lei Magna. [...]

Se tal é o nosso papel, se queremos eficazmente afirmar a nossa existência de país moderno e potência que o destino nos deixa antever, urge que ponhamos com todo ardor em ação. Acordemos do torpor com que a politicagem estéril, tacaña e sem horizonte tem adormecido as energias do país. Cremos a grandiosa política dos grandes ideais. Chegamos a um ponto do caminho em que, ou avançaremos resolutamente, ou seremos atropelados sem piedade. Para avançarmos, só nos basta querer começarmos uma vida nova, esquecendo, como sonho mau, os dias perdidos. É pela educação que devemos principiar. Ela, como fada benfazeja, transformará em realidade todos os nossos sonhos. Principiemos por fazer a luz em toda parte, eduquemos a Nação para o seu destino poderoso e nobre. (MONTEIRO DE SOUZA, 1914, p. 192-197)

Antônio Monteiro de Souza, no ano de 1909, assumiu seu primeiro mandato como Deputado Federal pelo Amazonas, no então Distrito Federal, e passou a integrar a Comissão de Tomada de Contas. Logo no início de seu mandato, posicionou-se contra o poderoso senador gaúcho Pinheiro Machado e protestou sobre o bombardeio de Manaus pela Marinha em 8 de

²³⁸ Antônio Monteiro de Souza (1872/AM-1936/RJ) filho de Plácida Monteiro. Teve como padrinho Leovigildo de Souza Coelho, Engenheiro Militar, foi Senador e Deputado Estadual pelo AM de quem adotou o sobrenome, pelo reconhecimento da ajuda que recebeu. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Ant%C3%B4nio%20Monteiro%20de.pdf> Acesso: 08 ago. 2018.

²³⁹ Anais da Câmara. Sessão de 5 de junho de 1914, nº 10, p. 187-207.

outubro de 1910, devido à crise política amazonense que envolveu o governador do Estado Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e a Assembleia Legislativa.

O *Jornal do Commercio*, em 31 de julho de 1910²⁴⁰, publicou um duro artigo intitulado “*Política do Amazonas, como se desfaz um prestígio, chupa mais uma*”, fazendo duras críticas ao posicionamento do deputado Monteiro Souza, denominando-o de o “vesgo caboclinho Monteiro”, o qual, em discordância com a “neutralidade”, já mencionada do respectivo jornal, posicionou-se contra o bombardeio. Desse posicionamento, afirmam: “fugindo a evidência de nossas argumentações, e já agora encontrando que lhe ampute as asneiras grossas que a sua ignorância da língua vernácula deixava-nos a *pedidos* de sua lavra, que fingir de gente com períodos mais sonoros, que infelizmente, para ele denunciam o dedo que o traçou”. Não vamos entrar no mérito dos posicionamentos políticos, principalmente, porque não é de interesse do nosso trabalho. Por outro lado, acreditamos que as divergências políticas devem ser arguidas e argumentadas no campo político e não com a diminuição do opositor por sua descendência ou inferiorização: “vem se iniciando na vida em sociedade, com evidentes sinais de esforço desmedido”. Ou seja, caboclo era sinônimo de mestiço e iniciar “vida em sociedade” acusava-o de não civilizado; era estar à margem da sociedade, o lugar social correto dos negros e seus descendentes.

Como vimos, a trajetória acadêmica de Monteiro de Souza, não faz jus aos predicados “pachola doutor de boticão”, “não civilizado” e “ignorante da língua vernácula”, que de mal escrita denuncia quem escreveu, “defesas dessa ordem, para o diabo que as carreguem”. E continuam o escárnio, a “miopia intelectual”, referiam-se aos problemas oftalmológicos do deputado amazonense, que poderia justificar a sua não compreensão do “descaso de alegações que demonstram de modo incontestado e claro que Antônio Bittencourt é mesmo o que temos provado: um traidor do seu partido, [...] enfim um indivíduo a quem não socorrem predicados morais, que são exigidos aos dirigentes de um povo”.

Félix Pacheco entrou no *Jornal do Commercio* em 1889 e, em 1909, era o homem de confiança do proprietário José Carlos Rodrigues, que, em suas viagens ao exterior, entregava os assuntos políticos da redação aos seus cuidados; portanto possuía uma grande “influência” na referida redação²⁴¹. Dessa forma, podemos inferir que, se Félix Pacheco não estava por trás das fortes críticas a Antônio Monteiro de Souza, também não se opôs a elas. Ressalvamos que,

²⁴⁰ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Edição 00212, p. 6, 31 jul. 1910. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

²⁴¹ Informações disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/1%20Verbetes%20letra%20P.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

em 1909, também se elegeu ao primeiro mandato de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e, como vimos, era um amigo estimado de Emílio de Menezes que elaborou um belo corrosivo achincalhe ao nobre deputado Monteiro Souza:

M. de S.

Conhecem por acaso, o Monteirinho
Que é Antonio, que é Monteiro e que é de Souza?
Pois não é para aí um qualquer cousa
De baixo preço ou de valor mesquinho.

Assim mesmo tostado e mascavinho,
Numa poltrona do Monroe repousa,
Calado e quedo qual funérea lousa,
A apanhar perdigotos do vizinho.

Cabritinho de mama esgotada,
No tapete não solta azeitonas
E só espera o momento da marrada.

Dele, a exhibir as alentadas *lonas*,
Diz Lopes Gonçalves Tonelada:
Aí! Cabrito cheiroso do Amazonas!...
(MENEZES, 1924, p. 55-56)

Emílio de Menezes também apela, em suas críticas, para a descendência negra do deputado. Diz que Monteiro Souza não é qualquer coisa de baixo valor ou de valor parcimonioso, apesar de ser “tostado e mascavinho”. Utiliza o termo “cabritinho” que, além de fazer referência ao animal, pode ser compreendido como uma alusão ao fato de o deputado ser “mulato”. Ao compará-lo com o animal, faz troça com o seu excremento já que – de acordo com Menezes – o deputado “no tapete não solta azeitonas”, porém espera o momento certo da “marrada” de golpear com a cabeça. E termina ironicamente mencionando que esse cabrito do Amazonas era cheiroso, ou seja, estava passando pelo “processo civilizatório” eugenista.

Nesse soneto satírico explicita o seu repúdio à descendência de “M. de S.”, utilizando-se de adjetivos fortes para demonstrar o que considerava uma desqualificação.

Outro deputado que também padecia com as sátiras emilianas foi Manoel da Mota Monteiro Lopes (1867-1910)²⁴². Concluiu seus estudos primários, em sua cidade natal em

²⁴² Filho de Jerônimo da Mota Monteiro Lopes e de Maria Egípcia de Paula Lopes. Seus pais tiveram mais quatro filhos e todos instruídos: José Elias Monteiro Lopes (Juiz de Direito no Pará); João Clodoaldo Monteiro Lopes (Advogado, atuou em Recife); Maria Julia Monteiro Lopes e Taciana Monteiro Lopes (professoras). A família Monteiro Lopes investiu na educação de seus filhos, fato raro para o período, principalmente, por serem negros. Não há registros sobre seus pais terem sido escravos. Martinez, em seu livro, afirma que o “deputado negro” era filho de africanos. MARTINEZ, Sebastião. **Pimenta, amor e chibata**. Rio de Janeiro: H. Antunes, 1977. p. 23-24. Inferimos que o termo “africano” foi utilizado por serem negros, e não por terem vindo do respectivo continente.

Pernambuco de onde saiu em 1883 como bacharel em humanidades. No mesmo ano entrou para a Faculdade de Direito de Recife, formando-se em 1889. Doutorou-se e exerceu advocacia até 1892. O seu irmão, José Elias, havia se radicado no Pará e, por intermediação desse irmão, Monteiro Lopes mudou-se para o norte do país, onde exerceu cargos públicos e enfrentou embates políticos. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1894 para se dedicar à advocacia.

Na capital federal, advogou até 1903, quando foi eleito membro do Conselho Municipal (cargo que corresponde hoje a vereador); seu mandato caracterizou-se pelo seu trabalho em defesa de operários e das críticas ao Código de Posturas, proposto por Pereira Passos. Pleiteou a reeleição, mas, apesar de uma expressiva votação, não foi reconhecida. No ano de 1905, candidatou-se à vaga de deputado federal pelo Rio de Janeiro, porém, mais uma vez, sua candidatura e sua diplomação não foram reconhecidas²⁴³. O motivo de tanta rejeição era o fato de ser negro, “um tipo clássico do negro nacional”²⁴⁴. Os predicados para desqualificar Manoel da Mota Monteiro Lopes não estavam ligados à sua posição e nem à sua atuação política, mas sim à sua etnia: “negro retinto”, “homem de cor”, “crioulo”, “o político preto”; a sua cor era jocosamente associada à escuridão, ausência de luz, trevas... Outro bom exemplo para ilustrarmos esse fato é a simulação de uma entrevista de Monteiro Lopes para a revista *Fon-Fon!* à época de sua nova candidatura para deputado federal em 1909, sobre quais seriam seus atos como novo membro da Câmara. Todos os atos chistosos estavam ligados à cor da pele de Monteiro Lopes:

---

²⁴³ Informações disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOPES,%20Monteiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

²⁴⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Edição 00134, p. 1, 14 mai. 1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PEQUENA ENTREVISTA POLITICA com o Dr. Monteiro Lopes

Os primeiros actos de S. Ex. na Camara. — Os seus primeiros projectos.

Concedida a necessaria licença, que antecipadamente havíamos solicitado, procurámos o Dr. Monteiro Lopes no seu escriptorio de advogado.

S. Ex. nos recebeu com o seu cavalheirismo habituado.

- Entra *Fon-Fon* e falla.
- V. Ex. sabe que o seu nome é hoje fallado e repetido em todo o Brazil.
- Sei, *Fon-Fon*, sei.
- Sabe que de todos os candidatos a Deputado por este Districto, foi o que tomou maior destaque antes, durante e depois das eleições.
- Também sei, *Fon-Fon*, também sei.
- Ora, se V. Ex. sabe tudo isto, deve comprehender o natural desejo de *Fon-Fon* de entrevistá-lo, de conhecer de perto a sua attitude na proxima Camara. Que pretende fazer.

Ahi o Dr. Monteiro Lopes tomou uma attitude solemne, limpou o rosto e começou:

— Não tenho programma, mas pretendo fazer muita cousa.

— Sim?

— O meu primeiro acto será pedir á Meza que mande abrir mais janellas na Camara....

— Mais janellas....

— Sim, quero ver, ali, tudo claro.

— Ah!

— Depois apresentarei uma emenda ao regimento, mudando as horas das sessões.

— Para a noite.

— Não, para o romper d'Alva....

— Muito bem.

— Em seguida apresentarei uma outra emenda também ao regimento, supprimindo os votos em branco.

— Bella idéa.

— Ainda, depois, apresentarei um projecto prorogando o prazo de contracto das loterias comtando...

— Comtando....

— .....que não haja bilhete branco.

— Finalmente, se não conseguir que as minhas idéas sejam approvadas então mandarei á Camara....

— Mandará á Camara?

— .....a preta dos pasteis.... de Santa Clara.

Fon-Fon deu-se por satisfeito e num vigoroso aperto de mão, agradeceu a S. Ex. a gentileza com que o distinguuiu e safou-se.

Fon-Fon!

Como exemplificamos, Monteiro Lopes era um personagem bastante comentado no cenário carioca do período. E os relatos sobre a sua cor não se resumiam a memorialistas ou à imprensa. Por ser negro, era impedido de frequentar alguns lugares públicos, como o Conselho Municipal e a Câmara dos Deputados; ora sua entrada era permitida, ora era ameaçada. A sua inserção social estava constantemente intimidada e estampada nos periódicos jornalísticos e humorísticos. Em 30 de abril de 1909, enfim, conseguiu ter o reconhecimento de sua eleição e ser diplomado deputado federal.

Emílio de Menezes, em sua coluna “MORTALHAS” na *Fon-Fon!*, não deixou de, pelo menos, mencionar o nome do deputado Monteiro Lopes:

O Sr. Érico Coelho, impressionado, naturalmente, com o escandaloso desenvolvimento do jogo nesta capital, apresentou, ontem a Câmara um projeto de regulamentação do vício.

.....
Não cremos que o projeto mereça parecer favorável da respectiva comissão e muito menos aprovação da Câmara.

Tenham paciência, amigos do “Correio”!
Este caso está torto, torto, torto, E, desta vez, vocês fizeram feio,
Mais um feio, mais feio que um aborto!

Eis a verdade: Já que não há meio
De ver, por uma vez, o jogo morto,
Tire-se dele, ao menos o custeio
De asilos para os que não tem conforto.

Zarpar o Pão de Açúcar barra fora,
O Paranapiacaba ser fedelho,
Ver o Monteiro Lopes cor de aurora,

É mais fácil que em jogo, ouvir conselho!
Logo, se os vícios, o vicioso adora,
Pague os vícios, e: Viva o Érico Coelho!
(GASTON D'ARGY, 1909)²⁴⁵

Érico Marinho da Gama Coelho (1849-1922), político republicano e anticlerical, publicou vários discursos polêmicos entre eles: a defesa do divórcio; direito ao voto feminino; contra a vacinação compulsória em 1904, apesar de defender sua eficácia. Em 9 de agosto de 1916, o *Jornal do Brasil* publicou o artigo “O jogo do bicho: deve ou não ser legalizado?”, que analisava a proposta do senador Érico Coelho, na qual o Estado, por meio de impostos, tirasse do jogo bicho uma grande soma de recursos, talvez o suficiente para concorrer em boa parte

---

²⁴⁵ FON-FON!. Rio de Janeiro, Edição 0040, p. 11, 2 out. 1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 set. 2018.

para a satisfação dos urgentes compromissos que tanto tinham impressionado os nossos financistas²⁴⁶. O polêmico projeto também foi capa de *O Malho*:

Figura 28 – O Malho – agosto de 1916 – Edição 726²⁴⁷

²⁴⁶ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, Edição 00222, p. 7, 9 ago. 1916. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 set. 2018.

²⁴⁷ Legenda da figura:
O Bicho Redentor...

A legenda da ilustração refere-se ao “MACACO” como uma “pechincha” que se compra por um preço muito baixo, além de ser um dos termos pejorativos como os negros eram (e são) chamados. Também faz menção à abolição com o “Viva o nosso Treze de Maio!”, agora “poderemos andar as soltas por essas ruas”, ou seja, os negros podem ir e vir pelas ruas da capital federal. O negro e seus descendentes, na maioria das vezes, eram citados em referências jocosas quando essas se referiam aos problemas sociais dos primeiros anos de república.

Muitos foram os que opinaram sobre o audacioso projeto de Érico Coelho, entre eles, Emílio de Menezes. O seu soneto satírico, que lemos acima, reforçou a impossibilidade de o jogo do bicho ser legalizado. Era tão improvável quanto “ver Monteiro Lopes cor de aurora”, ou seja, ver Monteiro Lopes branco. Após seis anos de sua morte, Menezes ainda debochava de sua cor, mas o que incomodou muitos de sua época foi Monteiro Lopes ter frequentado lugares que pertenciam a uma parcela da população “catita, limpinha, elegante e branca”, como bem satirizou Lima Barreto²⁴⁸.

Porém não eram somente os políticos que despertavam a virulência de Emílio de Menezes, mas também literatos, como o poeta Bernardino da Costa Lopes²⁴⁹ (1859-1916), mais conhecido pelo seu pseudônimo B. Lopes.

B. Lopes tinha 29 anos quando a abolição foi proclamada. De acordo com seus biógrafos, não conseguiu concluir seus estudos, pois, ainda muito jovem, deixou sua cidade, Rio Bonito (RJ) e foi viver por diversas cidades do interior fluminense até que, em 1876, se fixou na cidade do Rio de Janeiro; ou seja, aos dezessete anos. Na nova cidade que escolheu para viver, exerceu funções no funcionalismo postal dos Correios, aprovado em concurso até se aposentar por invalidez.

Aos 22 anos publicou seu primeiro livro *Cromos* (1881) pela Tipografia d’O Cruzeiro. Também publicou *Pizzicatos* (1886); *Dona Carmen*, com ilustrações de Gonzaga Duque (1894); *Brasões* (1895); *Sinhá-Flor* (1899); *Val de lírios* (1900); *Helenos* (1901); *Patrício* (1904); *Lírio Consolador* (1904); *Plumário* (1905). De acordo com Luís Edmundo, Olavo

---

Zé do povo: – Que é isso, seu senador! V. Ex. deu agora para domador de feras?!...

Érico Coelho: – Deixe-me, Zé! Estou legislando sobre o imposto do Jogo do Bicho... A um tempo, legalizo essa instituição nacional e arranjo mais de cem mil contos... Já que entre os homens não se encontra remédio para salvar a pátria, que remédio senão vir buscá-lo entre estas outras feras!... O MACACO: – E que pechincha!... Tal qual os outros salvadores; poderemos andar as soltas por essas ruas... Viva o nosso “Treze de Maio”! Viva o “colega” Érico Coelho!... Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em: 11 ago. 2018.

²⁴⁸ BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1990, p. 101.

²⁴⁹ Bernardino da Costa Lopes, cresceu entre fazendas e serras em Boa Esperança, no município de Rio Bonito (RJ). Filho de Antônio da Costa Lopes, escrívão do registro civil e de Marciana da Costa Lopes, costureira. Para obter maiores informações ver as obras: LACERDA, Renato de. *Um poeta singular, B. Lopes*. Niterói, 1949; NÓBREGA, Mello. *Evocações de B. Lopes*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

Bilac, Luís Murat, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, B. Lopes e Guimarães Passos eram os poetas mais lidos e festejados. Mas, segundo o memorialista, os livros que imprimiam, porém, não alcançavam grandes tiragens, mil, dois mil, no máximo dois mil e quinhentos ou três mil exemplares (EDMUNDO, 2003, p. 432). Também atou nos periódicos *Folha Popular*; *Novidades*; *O Cruzeiro*; *Gazeta da Tarde*; *O País*; *Gazeta de Notícias*.

B. Lopes casou-se com Clea Vitória de Macedo com quem teve cinco filhos. Mas dona Clea criou seus cinco filhos sozinha, pois o poeta a abandonou quando encontrou Adelaide de Mendonça Uchoa, conhecida por Sinhá-Flor. Gonzaga Duque, amigo de B. Lopes a descreve:

Era uma **mameluca**, quase feia, se não fosse o sensualismo da sua expressão. Alta, angulosa e **maciça**. Rosto oval, mas sem o contorno suave do oval clássico; **cabelos negros e ásperos, de cabocla, quase sempre penteados em bandos lisos ou em trunfa**, o que mais realçava **o amarelo pálido de sua epiderme. Olhos negros e langorosos**, cerrando as pálpebras com preguiça ou como amortecidos por insônias. **Boca em avanço, a ensaiar focinho por causa da saliência dos dentes**, que ela os tinha muito brancos e tratados, e **lábios desse roxo vago, tão peculiar a mestiçagem do Norte. E nesse rosto o acuso forte da ossamenta, dando-lhe a impressão de uma rude escultura em madeira.** (DUQUE apud MURICY, 1945, p. 35)²⁵⁰

Apesar de amigos, Gonzaga Duque, basicamente, destacou, de maneira não muito apreciativa, os fenótipos negroides de Sinhá-Flor. Ressaltou que era “quase feia”, mas o “sensualismo da sua expressão” a salvava, o bom e velho estereótipo das “mulatas”.

Como vimos, Emílio de Menezes vestia-se de maneira extravagante, que alguns consideravam elegante. Quanto a B. Lopes, podemos descrever sua maneira de se vestir como excêntrica. Para Gonzaga Duque o poeta “pecava pelo exagero”:

Entra o poeta, espalhafatoso no seu vestuário, uma camisa azul, enorme laçaria de seda creme presa sob as pontas largas de um colarinho branco, calças de xadrez dançando nas pernas, polainas de brim, um para-sol de foulard amarelo, um chapéu de palha branco, e na lapela do jaquetão um buquê, verdadeiramente um buquê. Nada menos de três cravos vermelhos e duas rosas “tela de ouro”. (DUQUE, apud MURICY, 1945, p. 35)²⁵¹

A descrição realizada por Duque sobre a maneira de se vestir de B. Lopes assemelha-se muito a uma fantasia. E realmente não deixava de ser uma, pois muitas “apresentações” públicas do poeta aproximavam-se de “atuações” e, de certa forma, o seu jeito “espalhafatoso” o transformava em um personagem de sua obra. Mas também representava o seu escárnio pela sociedade que o segregava reforçando o estereótipo, apesar de estar no contexto da república, da aristocracia e do escravocrata. Porém sua “personalidade” não agradava muito os seus

²⁵⁰ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

²⁵¹ O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

contemporâneos; ele tornou-se objeto de antipatias e irrisões de muito deles e, óbvio, Emílio de Menezes não ficaria alheio a esse personagem:

Empertigado, **malandrim pachola**,
De polainas, monóculo e bombachas,
Mandou por botina meia sola,
E abandonou de vez Porto das Caxias.

Traz registradas na **caraminhola**
Marcas de pontapés e de bolachas.
Faz versos; **nos lundus, ao som da viola**,
É o Conde Monsaraz das **classes baixas**.

De **Sinhá-Flor** na rabadilha, ansioso,
Com **seu focinho** no ar e ereto rabo,
Tem estesias de **cachorro gozo**.

Come sardinha e dois vinténs de nabo;
Bufa num quebra-queixo pavoroso,
E arrota petisqueiras do nababo!
(MENEZES apud LEITE, 1969, p. 62)²⁵²

A sátira praticada por Emílio de Menezes, que se confunde com humor negro, é amarga, fria, visceral. O seu “mau riso” fez recortes de vários setores da vida de B. Lopes, inicia com a sua maneira de se vestir, depois ridiculariza a descendência negra do poeta, menciona a vida amorosa ao citar Sinhá-Flor de forma deselegante e conclui sugerindo que o poeta vive de aparências ao mencionar que “mandou por botina meia sola” e que “come sardinha e dois vinténs de nabo”. Para Raimundo de Menezes, B. Lopes era “pobre como Jó” (MENEZES, 1945, p. 227).

B. Lopes respondeu a Emílio de Menezes com a mesma veemência:

Esse que a forma lembra uma pipa
Das que vazam cachaça em vez de vinho.
Esse monstro de palha e toucinho
De pouco cérebro e de muita tripa...
(LOPES apud MENEZES, 1945, p. 228)

As críticas realizadas a Menezes se concentraram em sua obesidade e em sua vida boêmia. Destacamos dois “adjetivos” que devem ter sido certos à vaidade de Emílio de Menezes: “monstro de palha e toucinho”, ou seja, perverso constituído de palha (enchimento) e toucinho (gordura), vazio de sentimentos; “pouco cérebro e de muita tripa”, falta de inteligência e, novamente, referência à obesidade do satirista.

---

²⁵² Os destaques são nossos.

Emílio de Menezes respondeu às ofensas de B. Lopes enxovalhando Sinhá-Flor, o grande amor da vida do poeta, e também expondo a decadência desse amor e as consequências que esse causou em sua vida:

Como passas, B. Lopes? – Eu? Maluco!
 Julguei **um dia possuir princesas...**
 – E arranjaste este tipo de **mameluco?**
 – Que anda me pondo cá lâmpadas acesas.

– Mas eu te vejo sempre em tais proezas...
 – Era **a mais bela flor de Pernambuco**
 – E hoje? **Perdeu acaso tais belezas?**
 É mais **feio canhão de Chacabuco.**

Mas coragem! Que rima se derive
 Pelo reguinho do meu verso, à toa,
 Murmurando, ao passar, rimas em *ive*.

Vejo-te magro, espinafrado... – É boa!
 Pois tu não sabes que comigo vive
D. Adelaide de Mendonça Uchoa?
 (MENEZES, apud. MENEZES, 1945, p. 228)²⁵³

Faz troças com o poeta ao mencionar: “Eu? Maluco!”, não, maluco era B. Lopes que possuía um sentimento inato à elegância da vida aristocrática, sonhava com “beijo de princesas” e arranjou este “tipo mameluco”, referindo-se à Sinhá-Flor. Continua a vilipendiar: “a mais bela flor de Pernambuco”, que perdeu a beleza, é mais feia que o “canhão de Chacabuco”²⁵⁴. B. Lopes vivenciou as delícias e as consequências do amor desmedido. Experimentou, intensamente, a paixão. A corte que fez à Sinhá-Flor era escandalosa, tal qual seu modo de vestir e se portar (NOBREGA, 1959, p. 42). As chacotas incessantes e as detrações de traições fizeram B. Lopes publicar o poema *Vox Populi*:

Toda a cidade, filha, e qualquer boca
 Cheias estão dos nossos nomes; diz-se
 Tanta cousa de nós! E a plebe ri-se!
 Cousas de porem-me minha cabeça louca!

Essa aureola feliz, anima e touca
 As afeições de quem ama, a garridice
 Do teu semblante, cheio de meiguice,
 Rastilha a Inveja, que, em vileza, espoca.

Como, se mais te quero, e a ti me entrego,
 Languido, fraco, descuidado e cego,
 Trair o olhar da corvejante ronda?

²⁵³ Os destaques são nossos.

²⁵⁴ Provavelmente, está se referindo a batalha de Chacabuco (Fazenda de Chacabuco – 1817), localizada aos arredores de Santiago. Esta batalha foi decisiva no processo de independência do Chile, consolidado em 1818.

Tu, que, n'um beijo, o meu destino escreves,
Toma as asas do Amor, brancas e leves
Vamos buscar um céu que nos esconda!
(B. Lopes, 1889, p. 37-38)

O romance foi conturbado, marcado por ciúmes e opróbios. De acordo com os seus biógrafos, Sinhá-Flor o afastou dos filhos, sugava-lhe todo o dinheiro que ganhava, assim como a sua saúde, com muita bebedeira e vida noturna e as traições públicas. Menezes não perdoou: “Vejo-te magro, espinafrado”; e simula uma resposta de B. Lopes: “Pois tu não sabes que comigo vive D. Adelaide de Mendonça Uchoa?”.

A desilusão amorosa e a vida boêmia, regada a muita bebida, levaram B. Lopes ao esgotamento, culminando com sua internação no Hospício Nacional de Alienados para tratar a tuberculose e o vício do álcool. Logo em seguida, veio a falecer em 18 de setembro de 1916. Em artigo intitulado B. Lopes, o jornal *O Paiz* noticiou a sua morte: “ontem deixou de existir, na casa da rua Cesária, nº 12, no Engenho de Dentro, o autor de *Cromos* que nos seus anos de glória chegou a fazer história no Brasil. B. Lopes deixa uma obra considerável, complexa e encantadora”²⁵⁵.

Por outro lado, em nosso entender, quem mais expressou o espírito irreverente de B. Lopes foi Agripino Grieco em sua obra *Evolução da poesia brasileira*:

Não sei se os leitores tomaram alguma vez a sério o tal B. Lopes, o da “cheirosa criatura”. Pois esse Bernardino da Costa Lopes, que muitos acham tão ridículo foi simplesmente isto: um dos nossos melhores poetas e o mais característico de seu tempo. Enxergue-se nele o nosso Papança, se bem que superior ao do além-mar. É estranho como esse mestiço, esse fluminense, esse bebedor, possuísse o sentimento inato da elegância, da vida aristocrática e sonhasse tanto com o beijo de princesas. Poeta das galanterias e mestre de Luiz Pizarini, Orlando Teixeira e Jonas da Silva. B. Lopes, mau grado a sua gaforinha e as suas gravatas-borboletas, amava pensar na comédia sentimental de Versalhes, quando todos respiravam os aromas da Pampadour. Talvez o seu maior desejo fosse viver naquela época, compondo madrigais e ouvindo minuetos, entre repuxos e pavões. Permaneceu amigo das feminilidades elegantes, o intérprete dos mundanismos de alcova, o cantor das “fanfreluches” romanescas. Sua musa era muito carminada e muito podarrozada, inigualável no cromo bucólico, sentia a natureza em estampas. Imaginifico, numa só poesia, a propósito da sua amada, falava em flores de Navarra, em laranjais de Sorrento, em ruas do Cairo, etc. Tudo isso não queria dizer nada claramente, mas era uma delícia para os ouvidos. E, ao lê-lo, tinha-se a impressão de ver um jogo de cambiantes lunares. (GRIECO, 1947, p. 61)

B. Lopes era a representação mais veemente da ascensão social dos negros e seus descendentes; era o tipo nacional autêntico da alma mestiça; talvez esse seja o motivo do

²⁵⁵ O PAIZ. Rio de Janeiro, Edição 11670, p. 5, 19 set. 1916. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 ago. 2018.

“incômodo” que causava em sua época, pois deixava escrachado o que a sociedade queria acobertar.

Porém ninguém despertava mais os sentimentos viscerais de Emílio de Menezes do que o nosso próximo personagem – Professor Hemetério José dos Santos.

Sobre a origem de Hemetério José dos Santos há poucas informações. É natural de Codó (Maranhão) onde também foi batizado. Conseguimos junto ao Arquivo Público do Estado do Maranhão a sua Certidão de Batismo, onde consta como seus pais: filho maternal de Maria escrava e do Major Frederico dos Santos Marques, proprietário da Fazenda Sam Raymundo. Na mesma ocasião, seu pai batizou mais dois filhos: Graciliano filho maternal de Maria escrava e do Major Frederico dos Santos Marques; Theophilo, filho maternal de Domingas escrava e do Major Frederico dos Santos Marques. Nesse documento se mencionava que os padrinhos de Hemetério foram Maria Raymunda e Francisco e sua idade era de cinco anos²⁵⁶. O livro de batismo está disponível para consulta no Arquivo Público do Maranhão e os batismos datam de 04 de julho de 1858.

---

²⁵⁶ A imprensa congratulava o professor Hemetério pelo seu aniversário e os jornais consultados datam de 3 de março. Os estudiosos de Hemetério José dos Santos consideram o ano de seu nascimento 1853, pois, como vimos, no ano de seu batismo [1858] já contava com a idade de 5 anos. Podemos concluir, de acordo com os dados do registro de batismo, que o ano de seu nascimento é 1853.

Chegou ao Rio de Janeiro, de acordo com os seus estudiosos, nos primeiros anos de 1870 e iniciou sua carreira no magistério. Gramático, filólogo e escritor, foi professor da Escola Normal do Distrito Federal, do Colégio Pedro II e do Colégio Militar do Rio de Janeiro; deste último recebeu o título de professor vitalício. Coursou a Escola de Artilharia e Engenharia e conquistou o título de Major. Em 1920, recebeu a patente de Tenente-Coronel Honorário do Exército Brasileiro. Publicou os livros: *Da construção vernácula* (s/d); *O livro dos meninos: contos brasileiros de acordo com os processos modernos* (1881); *Pretidão do amor* (1905); *Carta aos maranhenses* (1906); *Gramática portuguesa* (1913), além dos diversos artigos de jornais.

O professor Hemetério chegou ao Rio de Janeiro antes da abolição da escravidão e ostentava o título de professor, lecionando nos principais colégios, nos quais a elite branca estudava.

ESCRAVO FUGIDO
Desappareceu ha dias, da rua do Cotovello n. 23, onde estava alugado, o escravo Manoel, crioulo da Bahia, tem falla de mulher e todo muito adamado, é bonita figura, cor fula, idade 23 annos, estatura regular e muito prosa. Costuma andar pela rua da Misericordia, e dizia ter quarto alugado no becco dos Ferreiros, porque era livre. Disse a alguem que ia dar um passeio até Angra dos Reis, e disse tambem ir alugar um commodo lá para a Cidade Nova. Já esteve em Valença, no lugar chamado Creméa, casa do Dr. Torquato Villares. Roga-se a quem o descobrir o favor de o apprehender, e levar á rua de S. José n. 56, a João Pinheiro de Magalhães Bastos, que gratificará o portador e pagará mesmo a despeza que para isso tenha feito; recommenda-se á policia, e protesta-se contra quem o tiver acoutado.

COMMODO
Precisa-se de um bem arejado, com entrada independente: para um meço do commercio, não excedendo o aluguel de 5\$ a 10\$ mensaes; quem tiver queira deixar carta no escriptorio desta folha com as iniciaes M. O. C.

PLISSÉS
Fazem-se por machina, sem lustro, fazem-se babados de pregas largas, até á altura de 1 metro, e tambem fazem-se babados macheados, largos e estreitos; na rua Sete de Setembro n. 27, sobrado.

gusto Vieira, e ficando a cargo do socio Antonio da Silva Vasconcellos todo o activo e passivo da casa. Fazem esta declaração para os effeitos legais.
Ribeirão Preto, 30 de Janeiro de 1883. — Antonio da Silva Vasconcellos. — José Augusto Vieira.

PEQUENO JARDIM DA INFANCIA
OU
ENSINO PRIMARIO INTUITIVO
PROFESSADO POR
HEMETERIO JOSÉ DOS SANTOS
EX-EXPLICADOR PARTICULAR NO COLLEGIO
D. PEDRO II
Numero limitado: trinta alumnos de 5 a 11 annos
Preferem-se meninos completamente analphabetos.
Pensão
Por trimestre (adiantado)... .. 25\$000
Por mez (idem) ... .. 10\$000
O Jardim tem mobilia e appparelhos proprios.
As aulas se abrem a 1 de Março.
42 RIO-COMPRIDO 42

Figura 30 – Jornal do Commercio – fevereiro de 1883 – Edição 44 ²⁵⁷

O anúncio ilustra os obstáculos sociais que Hemetério José dos Santos tinha que superar. Nas páginas de “Indicações Uteis” do *Jornal do Commercio* de 1883, enquanto divulgava seu “Pequeno Jardim da Infância” ou “Ensino primário Intuitivo”, ao lado havia um comunicado de “Escravo Fugido”. Ou seja, apesar de toda a sua erudição e formação, pessoas de

²⁵⁷ Anúncio publicado em: JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, Edição 00044, p. 5, 13 fev. 1883,. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

descendência africana ainda eram perseguidas e caçadas como se fossem animais. Vivenciou a abolição e a proclamação da república, mas, nem por isso, sua vida se tornaria mais fácil. Outro bom exemplo foi noticiado na *Gazeta de Notícias* de 1917, quando o “conhecido pedagogo”²⁵⁸ teve a recusa de matrícula de um de seus filhos no Colégio São Vicente de Paulo. O diretor do colégio alegou que fora “recusada a matrícula muito delicadamente, porque o filho do senhor Hemetério poderia sentir-se constrangido em meio aos alunos brancos”. O artigo ainda ressalta que o professor “fez em torno disso um barulho dos diabos” e se espantou pelo fato de o Conselho Superior de Ensino ter punido o colégio com a suspensão de suas bancas examinadoras²⁵⁹. A notícia de “expulsão” do filho do professor por ser “de cor”, também foi parar nas revistas humorísticas, por exemplo, *O Malho*:

Figura 31 – O Malho – abril 1917 – Edição 0761²⁶⁰

²⁵⁸ Hemetério se casou em 1885 com a também professora de descendência negra, ou como ele a chamou “mulata”, Rufina Vaz de Carvalho dos Santos, com quem teve seis filhos: Coema Hemetério dos Santos, Octávio Hemetério dos Santos, Gulgare Hemetério dos Santos, Clóvis Hemetério dos Santos, Aristides Hemetério dos Santos, Luiz Hemetério dos Santos. Todos fizeram do magistério e do serviço público seus principais locais de atuação.

²⁵⁹ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Edição 0028, p. 1, 7 ago. 1917. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

²⁶⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, Edição 0761, p. 15, 14 abr. 1917. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2018.

A legenda nos diz:

O diretor de um colégio, em Petrópolis, enviou ao professor Hemetério dos Santos uma carta em que lhe comunicava a exclusão do corpo discente daquele estabelecimento do filho do requerido professor, devido a ser “de cor”. Num gesto de indignação, o professor Hemetério representou contra esse ato aos Srs. presidente da República e Ministro do Interior e enviou aquele diretor um eloquente protesto. – (Dos jornais)

Hemetério: – Não me conformo com a expulsão de meu filho, por “ser de cor”!... Nunca se viu tais infâmias no Brasil! Sou professor do Colégio Militar e da Escola Normal, onde, como em todos os estabelecimentos oficiais há alunos de todas as cores! Pretos, mulatos e caboclos, sempre fizeram causa comum com os brancos, e desde os tempos coloniais trabalharam pela fundação, pela consolidação da nacionalidade brasileira, por sua honra e por sua liberdade! Somos um povo culto, não somos primitivos! Vivemos a luz daquele sol e podemos admitir se o afronte com a mancha de um preconceito odioso! Temos uma Constituição, perante cujo texto não há seleções de cores! Não admitimos que se pretenda enxovalhar esse texto, fazendo do preto, branco! Repito: não me conformo... com essa nova pirataria nas casas de ensino, que funcionam no Brasil sob as leis brasileiras! Protesto contra essa negra audácia e apelo para os supremos magistrados da nação, nesta hora em que a pátria precisa de defesa de seus filhos de todas as cores!...

O Diretor: – !?!...

(O MALHO, 1917)

A ilustração publica um excerto do “eloquente protesto” do professor Hemetério. Porém, apesar do aparente apoio que a revista demonstra ao professor e à sua causa, a imagem não dialoga com o texto. Em destaque, ao centro, o lema da revolução francesa: “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, que inspirou a república da “Ordem e Progresso”. Em posição subsequente das expressões significativas para a república instaurada, está um menino preto sendo pintado de branco, mas a sua fisionomia representa raiva, violência e não indignação. Hemetério segura, em sua mão esquerda, a “Constituição” com o título “Brasil dos brasileiros”; na direita, um chicote com a palavra “protesto”, símbolo dos castigos corporais que os negros sofriam na época da escravidão e que, pelo bom senso, não poderia representar um protesto realizado por um negro que pregava, justamente, o contrário: a valorização da contribuição negra para a formação do país; ou seja, reforça o estereótipo do negro.

Hemetério combatia as teorias racialistas, propagava a igualdade, a democracia racial, a integração social do negro e atuava ativamente nos debates sobre os rumos da educação nacional. Em seu artigo “*Defesa de uma Raça*”, publicado em 1913, resgatou a História e a importância do povo africano:

Eu era ainda entrado apenas na idade do senso legal [...].

Com esses meninos, no convívio escolar, **divididos em escravagistas e abolicionistas de princípios**, reflexos do pensar honesto de cada uma das suas famílias, estudávamos, **em 1885 e 1886, em pugnas literárias amorosamente orientadas pelo educador, em forma e dizeres vernáculos, sem ódios e sem preferências, os grandes serviços prestados pelo negro a toda civilização antiga e moderna.**

Enveredamo-nos pelos tempos mais longínquos, e, desde 4.000 anos antes de Cristo, o sempre Nilo nos mostrou a mais antiga civilização egípcia – fomentada por exércitos regulares de negros, leoninamente íclitos nos combates, fundando, com essa coragem indomada, a primeira civilização no Mediterrâneo, fonte da civilização grega, gérmen de todas as civilizações latinas, consolo, tranquilidade e regalo da vida do planeta – indústria, arte na concepção mais elevada, e conforto de todo homem digno de criação.

Tudo isto, sem contestação, porque esses exércitos de negros no Alto Nilo, os semeadores dessa cultura, colonizando a Nubia e a Etiópia, e levando-a até ao Eufrates. [...]

E o modesto historiador português, desconhecendo a então amoralidade do negro, acariciado apenas como instrumento de trabalho e de sensualidade inofensiva, brada agora em nossos dias: “As manadas de escravas, criadas como rebanhos, pervertiam os costumes...”

O fato é que, desde época muito remota, livre em Portugal entrava negro, ou pelas relações comerciais, ou pelas guardas e pelos exércitos de conquista; só no século XV, Gil Eannes levou cativos para a Península os primeiros negros, porque esses eram filhos dos que combateram contra a fé, nas guerras mouriscas contra Espanha e Portugal: pagava as culpas do pai.

Era isso um sedativo para as consciências...

A religião católica, nesse tempo, como muitas vezes depois, censurou o cativo, estranho que em 1462, pela bula de Pio II, que a escravidão se reduzisse os neófitos africanos.

[...] a América do Sul, bem como o mundo inteiro, grande dívida tem com essa gente, é chegado o tempo do pagamento. (SANTOS, 1913)²⁶¹

Hemetério, ainda nos anos de escravidão, como menciona no seu texto 1885-1886, ensinava aos seus alunos a importância da História e Cultura africana e a contribuição desses povos para o desenvolvimento civilizacional. Entre esses alunos, muitos ainda eram “escravagistas”. Mostrou, historicamente, como os negros circulavam em Portugal na época que ainda não eram utilizados como escravos, mas sim como comerciantes e membros de exército. Porém, com as Cruzadas, “combateram contra a fé”, pagavam “as culpas do pai”. Ironizou acrescentando que essa justificativa “era um sedativo para as consciências”. E continua seu texto dizendo que era “chegado o tempo do pagamento”. O cômico, se não fosse vexatório, é que esse artigo foi escrito em 1913, exatamente noventa anos antes da lei 10.639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura africana e afro-brasileira. Já nessa época, o professor Hemetério mostrava-se preocupado com o que hoje chamamos de reparações históricas e ações afirmativas: “o mundo inteiro” teria uma “grande dívida com essa gente”.

Porém não podemos deixar de reconhecer que era um polemista contumaz e sem freios na língua e na escrita. Como diria nosso caro Luís Edmundo, um “tanto discutidor, essa mania cria-lhe algumas antipatias” (EDMUNDO, 2003, p. 340). Sim, o professor era um “discutidor”,

²⁶¹ O IMPARCIAL: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Edição 00342, p. 7, 11 nov. 1913. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

pois não aceitava o preconceito e a discriminação que pretos e seus descendentes sofriam em um contexto de república. Almejava que esses mesmos negros e descendentes que alcançaram a ascensão social também lutassem pelos mesmos objetivos.

Essa veemência polemista trouxe muitos problemas para Hemetério. À época da morte de Machado de Assis, publicou uma carta destinada a Fábio Luz cujo título era homônimo ao do fundador da Academia Brasileira de Letras, no *Jornal Gazeta de Notícias*. A carta/artigo não era laudatória, mas sim acusava Machado de omissão à causa de seu povo²⁶²:

[...] Machado de Assis não foi um observador fiel do nosso modo de ser, um psicólogo, mesmo no corrente sentido desta palavra, durante a sua vida muito alongada, e sempre bafejada pelo carinho dos seus e pelo aconchego que sempre teve de estranhos, o que o elevou as posições culminantes do nosso mundo burocrático e literário.

[...] O problema do “negro” que assumiu em nossa vida de nação talvez um fulgor de bondade único, sem igual, nem nos tempos antigos, pelos cativos de guerra, nem nos tempos modernos, pela escravidão colonial, não mereceu do romancista e do poeta senão pálidas e aguareladas pinturas tão tímidas que claramente revelam que do artista primeiro partiam as ideias preconcebidas contra a sua cor e procedência.

Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães, Gonçalves Dias, [...] e tantos e tantos outros, não deixaram de molhar a pena nesse tinteiro de dor e de vergonha nossa [...].

As nossas guerras e as nossas questões externas resolvidas pelas lutas pacíficas e remansadas do talento e da diplomacia, não existem, para quem as procurar, nos livros de Machado, ou se existem, são simples episódios tênues fugitivos de uma sociedade que morreu nascendo, as mãos das Virgílias e Capitus, e outras hetairas tolhidas de sua desenvoltura pelos casamentos interesseiros e sórdidos.[...]

A sua poesia foi tão incolor como os seus trabalhos ulteriores: desde o título chinês, até ao fundo, que sinceramente não lhe traduziu esse estado de alma pungente dilacerado, como se nos mostra, no juízo de todos os seus críticos e companheiros de arte. [...]

E porque Machado não quis, dando lenitivo a dor que o acabrunhava, levantar com os seus talentos a pedra que injustamente esmagou os seus irmãos de cor e de sofrer? [...]

A arte de Machado de Assis esgota as energias, não tem ela nenhuma relação com o sentimento nacional que, apesar dos prismas pigmentais, já se impõe naturalmente ao observador, porque primeiro não o excita e não o satisfaz.

É uma arte doentia, de uma perversidade fria, não sentida diretamente do meio, mas copiada de leituras pacientemente ruminadas, de romances franceses e ingleses, de almanaques que representam, para a vida dos amores e das conquistas [...].

O segredo da arte de Machado de Assis é primário e rudimentar: está num vocabulário minguado e pobre, repetido tão a miúdo, [...] passando incessantemente sobre uma mesma tônica, que o leitor, acaba por adormecer. [...]

Adeus Machado de Assis ficará na história literária do nosso país ao lado de Magalhães que, apesar de branco, foi também roído pelas misérias da vida, pelos

²⁶² Ana Flávia Magalhães Pinto, em sua tese de doutoramento: *Fortes Laços em linhas Rotas*: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX, pela UNICAMP, nos mostra que Hemetério não foi o único crítico de Machado de Assis, Silvio Romero também o depreciou. De acordo com Romero, Machado não passava de um escritor daqueles que é de “bom estilo sempre elogiar para inglês ver”, algo natural uma vez ser ele: “um brasileiro em regra, um nítido exemplar dessa sub-raça americana que constitui o tipo diferencial de nossa etnografia, e sua obra inteira não desmente a sua fisiologia, nem o peculiar sainete psicológico originado daí”. E ironicamente completa: “Com certeza não o molesto, falando assim; e não pôde ser por outro modo”. (ROMERO, apud. PINTO, 2014, p. 140-141)

preconceitos vesgos e zarolhos que também roeram o criador de “Quincas Borba”.
(SANTOS, 1908)²⁶³

A carta/artigo é extensa, mas acreditamos ser importante reproduzir alguns excertos para percorrermos os argumentos de Hemetério que acusava Machado de negligenciar o “problema negro” que, segundo o professor, era fundamental para a compreensão da “vida da nação” brasileira.

Hemetério foi duro com as palavras. Para ele, o romancista praticamente ignorou o “problema negro” de suas obras. De acordo com Hemetério, quando Machado o menciona, esse aparece de maneira “pálida, aquarelada, tímida” e revelava as ideias preconcebidas que possuía “contra a sua cor”. Na literatura machadiana, de acordo com o professor, as guerras e as questões externas dos negros, resolvidas por “lutas pacíficas e remansadas”, não existem e a sua poesia era “tão incolor” como seus trabalhos posteriores. E continua. A obra de Machado “é fria”; não passava de leituras ruminadas de romances franceses e ingleses, expelindo o excedente em cópias.

O “conhecido pedagogo” não aceitava que Machado se envergonhasse de sua descendência – era neto de escravos – a mesma descendência de que possuía tanto orgulho e se desdobrava para fazer jus à história da participação dos negros e de seus descendentes na construção da nação, assim como a sua inserção social e educacional. Em seu golpe final, zombou dos problemas oftalmológicos de Machado o que pode ser percebido pela referência aos seus preconceitos “vesgos e zarolhos”.

A carta/artigo do professor Hemetério, como disse Edmundo, causou “muitas antipatias”, e, se já possuía uma difícil trajetória intelectual por causa de sua cor, o seu trânsito tornou-se ainda mais complicado. Emílio de Menezes, que, como vimos, era desprezado por Machado de Assis, estava entre os que se sentiram ofendidos com a ousadia que teve o professor ao criticar o autor da obra “Quincas Borba”. Em resposta à sua carta fez dois sonetos satíricos²⁶⁴, literalmente, “homicida pela palavra”. Porém inovadores, pois para nossa surpresa, atacou o professor pela sua descendência africana:

H. de S.

I

**Neto de Obá, do príncipe africano,
Não faz congadas, corta no maxixe.
Herbert Spencer de ébano e de guano,**

²⁶³ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Edição 00334, p. 2, 29 de novembro de 1908. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

²⁶⁴ Os textos foram adaptados ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

É um Froebel de nanquim ou de azeviche.

Na Instrução, onde fala, soberano,
Diz: – que comigo a crítica se lixe!
Sou o mais completo pedagogo urbano,
Pestalozzi genial pintado a piche!

Major, **fez da cor preta a cor reúna.**
Na vasta escala da ornitologia
Se guia não é, também não é graúna.

Um amador de pássaros diria:
Este Hemetério é um pássaro turuna,
É o vira-bosta da pedagogia.
(MENEZES, 1924, p. 67-68)

H. de S.²⁶⁵

II

O preto não ensina só gramática.
É pelo menos o que o mundo diz.
Mete-se na dinâmica, na estática
E em muitas coisas mais **mete o nariz.**

Dizem que, quando ensina matemática,
As lições de mais b, de igual a x,
Em vez de em lousa, com saber e prática,
Sobre a palma da mão escreve a giz.

Uma aluna dizia: – Este Hemetério
Do ensino fez **verdadeiro angu,**
Com que empanturra todo o magistério.

E é um felizardo, **o príncipe zulu,**
Quando manda um parente ao cemitério,
Tem **um luto barato: fica nu.**
(MENEZES, 1924, p. 69-70)

Optamos por apresentar os sonetos satíricos juntos, pois os próprios números nos títulos, “I” e “II”, sugerem continuidade. Os versos comprovam quão necessária era a luta do professor Hemetério. Menezes compara o “Neto de Obá” aos pensadores europeus da educação, sempre se referindo à cor da pele: “Herbert Spencer de ébano e de guano”; Froebel de nanquim ou de azeviche”; “Pestalozzi genial pintado a piche”. Inferimos por essas “comparações” que o satirista não despreza a capacidade intelectual do educador de Hemetério, mas despreza a sua cor, a sua posição e a sua determinação e luta pela inclusão dos negros e descendentes, tanto social quanto educacional, ideias essas que o tornava o “vira-bosta da pedagogia”.

²⁶⁵ Para o biógrafo Francisco Leite, esse soneto é “uma caricatura hilariante, incomparável pela engenhosa caracterização, graças a musicalidade do ritmo, a malícia dos tropos e, sobretudo, a surpresa do fecho. Trata-se, em verdade, de um soneto lapidar, em rimas esdrúxulas e agudas, com muito esmero, com muito chiste, com muita mordacidade”, que devemos saborear (LEITE, 1969, p. 58-59).

Admite os conhecimentos da gramática que o pedagogo possui e também da aritmética, mas continua a ofendê-lo pela cor, “o preto em muitas coisas mete o nariz”, uma referência explícita às questões de integração social do negro e de seus descendentes e ao desafio da presença desses nas escolas que Hemetério divulgava. Vemos a violência escrachada, afirmando que o luto de Hemetério é barato, “fica nu”.

O riso sardônico para com o pedagogo tornou-se corriqueiro para Menezes. Provavelmente, em uma manhã de domingo, no verão carioca, entediado e regado ao seu líquido preferido, cerveja, escreveu:

Domingo Quente

Isto não é um domingo, é **um crematório**.
O vento é o bafo de algum fogo aéreo.
Cada trabalho é um desperdício inglório,
Tem cada esforço a marca de um cautério.

Mas, afinal de contas, cebolório!
Quem, clima tal, pode levar a sério?
Sinto na alma **o tostado** do Sertório,
E **na pele o queimado do Hemetério**.

O **Hemetério dá assunto... Mas precário**.
Dizer-se **que ele é branco e é preto o lírio?**
Desse tema já tem um rosário.

Estes “Salpicos” são o meu martírio!
Ah! Lembro agora o nosso pobre erário:
O Pandiá, finalmente, é **grego ou sírio?**
(MENEZES, 1924, p. 87-88)

Novamente, faz várias referências à cor de Hemetério. De acordo com o biógrafo, Hemetério “era um preto ilustrado”, mas “muito petulante” que “falava em voz alta e de indicador em riste, para que todos vissem seu anel de doutor” (LEITE, 1969, p. 58). Hemetério foi descrito como um “petulante” que “incomodava” Menezes. O incômodo era causado por ver um “preto discursar com o dedo em riste” e frequentando ambientes que eram “permitidos” somente a brancos? Ou talvez pelo “preto” possuir um “anel de doutor” e suas obras que versavam sobre gramática serem respeitadas e adotadas por escolas frequentadas quase que, exclusivamente, por alunos brancos? Realmente, uma “petulância”? Um “preto” que “ousava” ensinar a língua pátria aos brancos! Decerto, os motivos não teriam sido os apresentados por Leite. O biógrafo sustenta que o professor “ao ser informado da chacota, encheu-se de cólera, e passou a detratar o satirista de bar em bar, de café em café, enchendo-o de baldões terrificantes” (LEITE, 1969, p. 58). No entanto, de acordo com os estudiosos de Hemetério, ele

evitava frequentar esses ambientes, pois tinha a pretensão de ser exemplo de sua cor, tanto no comportamento quanto na atitude.

Em 1912, o professor Hemetério decidiu alçar voos mais altos. Talvez inspirado pelo seu amigo o Deputado Manuel da Mota Monteiro Lopes, falecido em 1910, candidatou-se a Deputado Federal:

Figura 32 – O Malho – janeiro 1912 – Edição 0489²⁶⁶

Figura 33 – Candidatura

O jornal *O Paiz* também publicou nota de apoio à candidatura do Sr. Hemetério José dos Santos na véspera da eleição, a qual desejava que o público continuasse a envidar esforços para a eleição de “amanhã corra franca, ordeira e plena de honestidade”. Assinam a nota L. Mendes de Aguiar, Venerando da Graça e Nicoláo Teixeira (*O Paiz* – janeiro 1912 – Edição 09976)²⁶⁷.

²⁶⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, número avulso, Edição 0489, p. 17, jan. 1912. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 ago. 2018. Legenda da figura: Dr. Hemetério dos Santos, professor da Escola Normal, do Colégio Militar e outros estabelecimentos. É candidato a Deputado pelo Distrito Federal e merece a eleição por ser um homem honrado, ilustre e digno dos sufrágios de seus concidadãos.

²⁶⁷ O PAIZ. Rio de Janeiro, Edição 09976, p. 8, 29 jan. 1912. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

A candidatura do professor foi avulsa, não estava ligada a nenhum partido. No dia 31 de janeiro de 1912, sai o resultado das eleições, na qual Hemetério José dos Santos obteve 240 votos. De acordo com a tabela publicada no jornal *A Imprensa*²⁶⁸, o professor não foi eleito e, devido a algumas pretorias [onde se julgam pleitos] não terem tido eleição, o candidato Hemetério solicitou a anulação da diplomação. Todavia teve seu pedido indeferido pela Terceira Comissão de Inquérito e os eleitos foram diplomados. Emílio de Menezes não deixaria de saborear essa derrota em *Colmeia* seu comentário a respeito:

– Então, o **Hemetério** teve grande votação?
 – Nem tanto quanto era de se esperar; **não houve eleição em muitas “pretorias”**.
 (ZANGÃO, 1912)²⁶⁹

Utilizou o problema de algumas “pretorias” eleitorais não terem tido eleição e, novamente, faz alusão e ri da cor candidato. Todavia podemos inferir que debochou de muitos dos seus “pares pretos” não terem ido votar, pois muitos não possuíam direito ao voto.

Por outro lado, o professor Hemetério era de um espírito incansável e, após a sua não eleição, investiu mais ainda na luta que já travava havia anos para a oferta de instrução gratuita e de qualidade às classes populares. Acreditava que em um “regime democrático, quando ministra e superintende o governo o ensino secundário, é de boa escola filosófica abrir quanto possível as portas dos estabelecimentos aos pobres que também aspiram a direção do país, cujo número maior representam eles”²⁷⁰. Também lutava por escolas primárias noturnas para que os trabalhadores pudessem se alfabetizar, pois acreditava que, através da instrução formal, os negros poderiam se ilustrar e participar, ativamente, da vida política, inclusive, através do voto. Emílio de Menezes também ironiza “as escolas noturnas”, quando, em 1915, o “Doutor Sodré” (Antônio Augusto de Azevedo Sodré) assumiu a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e concebeu um ambicioso projeto educacional que possuía o apoio do “presidente Wenceslau” (Venceslau Brás); porém, por motivações políticas, o “prefeito” (Rivadavia da Cunha Correia) se opunha ao curso noturno:

Uma Ideia
A propósito da oposição do Prefeito aos cursos noturnos

Certamente o motivo verdadeiro
 Dessa aversão que assim, no último grau,

²⁶⁸ A IMPRENSA. Rio de Janeiro, Edição 01490, p. 2, 31 jan. 1912,. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

²⁶⁹ Jornal *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1912, Edição 01490, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em: 19 ago. 2018.

²⁷⁰ Artigo “Pelas Escolas”, publicado pelo jornal *O Tempo*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1892. Edição 00444, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em: 19 ago. 2018

Tem o ilustre e eminente brasileiro
Por tal curso, não tem um fundo mau.

Declara um vespertino, alvissareiro,
Que na reforma está metendo o pau,
Ser o curso noturno o alto padroeiro
O próprio presidente Wenceslau.

Se a fim nobre o Doutor Sodré se guia
Tendo o chefe do Estado um fito igual,
Há um processo que tudo concilia

Ei-lo aqui, muito simples, mas... genial:

**Ter curso noturno em pleno dia,
Sendo o Hemetério o Diretor Geral...**
(MENEZES, 1924, p. 79-80)

Como vemos, Menezes também possuía um espírito incansável quando o assunto era Hemetério José dos Santos. Para o satírico, ensino noturno “não tem um fundo mau”, porém, para apaziguar as discussões sobre o tema, sugeriu chamar um dos seus maiores defensores, dessa forma, solucionaria o imbróglio tendo um “curso noturno em pleno dia”, basta chamar o “Hemetério o Diretor Geral”. Ou seja, o negro da noite em pleno dia, seria representado pela cor do futuro “Diretor Geral”.

Hemetério José dos Santos não se deixava abater. As suas discussões, seus embates, mostravam que possuía uma sólida erudição e, através de sua docência e da defesa dos ideais educacionais, posicionou-se e defendeu uma postura antirracista, afirmando, em um tempo onde o negro era deslinguado, não possuía voz, a importância de História e Culturas africana na civilização mundial e no Brasil. Aos 81 anos de idade, morreu na cidade que escolheu para viver e lutar.

Podemos dizer que o nosso personagem Menezes era excêntrico e homicida pela palavra, pois seus sonetos satíricos, entre os quais muitos beiravam o humor negro, seus trocadilhos terríveis, suas epigramas de ferro em brasa e os seus epitáfios matavam. O que provocava o riso para ele, em suas vítimas provocavam ódios, constrangimentos, amedrontamento, assim como, as suas “vibrantes gargalhadas”.

O interessante é que muitos de seus alvos eram seu espelho. Por exemplo, de Oliveira Lima, ria da “enorme massa adiposa”, mas o corpo de Menezes também era constituído de uma enorme camada adiposa. Ironizou o casamento “bem-sucedido financeiramente” de Afrânio Peixoto, porém o seu casamento com Maria Carlota Coruja não teria sido também “por conveniência”, já que morou por um ano na casa de seu futuro sogro, o Comendador Antônio Álvares Pereira Coruja? Menezes escrachou o poeta B. Lopes pelo seu jeito “espalhafatoso” de se vestir, ironizou o abandono da esposa e dos filhos para ir viver com Adelaide de Mendonça

Uchoa (Sinhá-Flor), riu com toda a sua virilidade masculina do comportamento da companheira de B. Lopes e também das agruras que este romance rendeu ao poeta. Mas o mesmo não aconteceu com ele? Também abandonou esposa e filho e foi viver com Dona Rafaelina de Barros. Será que a diferença entre Rafaelina e Sinhá-Flor era a primeira ser branca, bonita e intelectualizada, enquanto a segunda era negra, para o gosto de muitos, era desprovida de beleza, entretanto, possuía a sensualidade “natural de sua raça” e morava no morro?

Hemetério seria o seu espelho antagônico? Um preto, outro branco; um traja ternos elegantes e sóbrios, outro ternos elegantes, porém de gosto extravagante; um esguio, o outro corpulento; um travava brigas por ideais que acreditava justos, o outro travava brigas em rimas para se divertir; um, apesar de preto, era respeitado por seus pares, na imprensa da época circulam notas respeitadas aos membros da família Hemetério – seu casamento com a senhora Rufina; os nascimentos dos filhos, aniversários, a morte precoce do filho Aristides, comemoração de 20 anos de magistério –, o outro, apesar de branco, não possuía o mesmo reconhecimento social. Talvez Freud explique.

Emílio de Menezes, para alguns, desperdiçou dinheiro, vida e intelectualidade na boemia. Para ele, viveu sua vida da maneira que queria e, aparentemente, essa vida o fazia feliz. A vida era uma festa! Os “embates” que realizava, de certa forma, fomentava novos trocadilhos e pilhérias para a infelicidade de seus desafetos. Porém muitos desses trocadilhos e pilhérias já nasceram predestinados ao não registro formal, pois ou eram escritos em guardanapos de papel, ou eram recitados nas rodas boêmias que frequentava e, assim, propagados de boca em boca pelos seus pares em outras tantas rodas, acompanhados da pergunta: “sabe a última do Menezes?”. Dessa forma, eram reproduzidos e divulgados, muitos adulterados e, alguns, talvez, nem eram de sua autoria.

A sua palavra homicida também feriu intensamente Emílio de Menezes, relegando-o ao ostracismo tanto histórico quanto literário no cenário brasileiro, que, como em um ato de contrição, confessou:

Ante o perpétuo sim, e ante o perpétuo não,
Do bem que sempre fiz, nunca busquei o preço,
Do mal que nunca fiz, sofro a condenação.
(Emílio de Menezes)²⁷¹

---

²⁷¹ MENEZES apud MENEZES, 1945, p. 329.

CAPÍTULO IV

4.1 MANOEL BASTOS TIGRE E TODA A VERDADE DITA A SORRIR²⁷²

Será o senhor Bastos Tigre um simples humorista ou um poeta satírico? Humorista é o leve comentador dos pequenos ridículos sociais, o malabarista de rimas e metros, que verseja sem profundidade, pelo simples prazer de fazer rir e pela graça de rir [...]. Satírico é o inimigo dos males e abusos sociais, o panfletário moralista, ainda quando imoral, que destrói para construir, o despeitado ou a vítima que reage, empregando o riso como arma de combate. [...]

Terá o senhor Bastos Tigre os caracteres de um poeta satírico? Não há dúvida que os tem, posto seu livro reveja de preferência a afeição meramente humorística. Julgo não errar ponderando que o senhor Bastos Tigre é um humorista em marcha para o satírico.

Tristão de Athayde²⁷³

Figura 34 – Fon-Fon! – abril de 1913 – Edição 0016²⁷⁴

²⁷² Notas de esclarecimentos: **1.** Raimundo de Menezes, em **Bastos Tigre e la Belle Époque**, escreveu seu nome com “u”: Manuel, assim como outros estudiosos de sua obra. Já em seu livro **Reminiscências**: a alegre roda da Colombo e algumas figuras do tempo de antigamente, Bastos Tigre escreveu o seu nome com “o”, Manoel. Utilizaremos Manoel, como o autor grafou seu próprio nome. **2.** Na edição número 1, o periódico *D. Quixote* diz a que veio: “*toda verdade dita a sorrir*” – eis a divisa que ele adota.” *D. QUIXOTE*. Rio de Janeiro, Edição 1, p. 3, 16 mai. 1917. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/506469/browse?order=ASC&rpp=20&sort_by=2&etal=-1&offset=0&type=dateissued. Acesso em: 28 ago. 2018.

²⁷³ Comentário sobre o livro **Bolhas de sabão**: humorismos de D. Xicote. *O JORNAL*. Rio de Janeiro, nº 147, p. 7, 10 nov. 1919. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

²⁷⁴ FON-FON!. Rio de Janeiro, p. 30, 19 abr. 1913. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

Manoel Bastos Tigre nasceu em 12 de março de 1882 em Recife (Pernambuco). Filho do comerciante gaúcho Delfino da Silva Tigre e da cearense Maria Leontina Bastos Tigre. Dessa união nasceram vinte e quatro filhos, dos quais sobreviveram treze, entre eles o primogênito e o personagem deste capítulo.

Iniciou seus estudos aos cinco anos de idade na Escola Pública Mista; aos sete foi transferido para o Colégio Diocesano de Olinda onde completou os estudos básicos aos dezesseis anos. Foi enviado ao Rio de Janeiro para que realizasse os exames preparatórios para o curso de Engenharia.

Em 1900, ingressou no curso de Engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Enquanto cursava a faculdade, já estava envolvido nas redações de jornais e revistas; publicou livro de poesia, fez peças teatrais, composição de músicas, foi pioneiro dos “reclames” (publicidade) e humorista. O humor estava em todas as outras atividades.

Em 1906, formou-se Engenheiro Civil e, nesse período, conheceu Emílio de Menezes, responsável por sua introdução nas rodas dos intelectuais boêmios que frequentavam a Confeitaria Colombo. Devido a isso, conviveu, por exemplo, com Olavo Bilac e Guimarães Passos. Mais tarde também incorporaram o grupo Antônio Torres, Severiano de Rezende, entre outros. Na Colombo, traçavam grandes projetos: revistas, jornais, romances, poemas, dos quais nem mal nasciam e já feneciam no fundo dos derradeiros copos de chopes.

De acordo com seu biógrafo, Raimundo de Menezes, senhor Delfino ao ter conhecimento da vida que seu filho levava no Rio de Janeiro, envolvido com “artistas de teatro”, as “más influências” das redações de jornais e revistas e da vida boêmia, o encaminhou para os Estados Unidos onde Bastos Tigre se aperfeiçoou em eletricidade pela General Electric.

Retornou ao Brasil em 1909; mais precisamente ao Rio de Janeiro e, como tantos outros literatos do período, entrou para o funcionalismo público. Foi nomeado engenheiro do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil do Ministério da Agricultura. Casou-se em 1911 com Maria Isabel Coelho Cintra (Dona Concetta Cintra Tigre), com quem flertava desde que a conhecera em sua festa de quinze anos. Esta união gerou cinco filhos: Sylvia, Selene, Hélios, Heitor, Stella. Bastos Tigre também é pai de Helena Ferraz, sua primogênita, fruto de seu relacionamento com Maria Olympia.

Foi nomeado Secretário Particular do Ministro Dr. José Bezerra Cavalcante em 1915, nomeação esta que “estremeceu” a amizade com Emílio de Menezes. Travaram batalhas nos periódicos em que trabalhavam regadas a ironias e remoques. Bastos Tigre no *Correio*, em sua seção com *Pingos & Respingos*, e Emílio de Menezes na *Gazeta de Notícias*, na seção *Salpicos*. As desavenças entre os dois se deram porque Menezes, para variar, fez violentos ataques a José

Bezerra. Bastos Tigre, além de ser o seu secretário, era seu amigo pessoal. A relação azedou de vez quando Emílio fez um comentário contra o Ministro da Agricultura e atribuiu a autoria a Bastos Tigre (MENEZES, 1966, p. 274). As trocas de farpas duraram meses nos periódicos citados e instigaram tanto o público leitor que a “briga” virou capa da revista *Careta* com a manchete “*versos versus versos*”. Vejamos uma pequena amostra²⁷⁵:

Mas se nossa alma se irmana,
Ó Tigre, que queres tu?
Dei-te minha rima em *ana*
Tu me dás a tua com *ú*?
(Emílio de Menezes)

***

Eu, poeta amigo, sou franco:
Ao ver-te, ao longe, palpito
Que por teu cheiro wiskisito
Montaste em Cavalo Branco.
(D. Xicote)

Figura 35 – *Careta* – fevereiro 1916 – Edição 399²⁷⁶

²⁷⁵ MENEZES, 1966, p. 277-279.

²⁷⁶ CARETA. Rio de Janeiro, nº 399, p. 11, 12 fev. 1916. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 set. 2018.

Menezes, como sempre, foi mais impetuoso. Sabemos bem uma palavra de baixo calão que rima com “u”. Por sua vez, Bastos Tigre não perdoa a vida boemia e desregrada do “amigo” com “cheiro wiskisito”. Aparentemente, a amizade de ambos perdurou ao longo de suas vidas. Segundo Raimundo de Menezes, foram “turras meramente literárias”, brigavam “para justificar suas facécias” (1966, p. 280). Mas também sabemos como ambos conheciam os mecanismos da publicidade para “vender” mais periódicos e, conseqüentemente, arrecadarem mais divisas.

No mesmo ano de 1915, ingressou na carreira de Bibliotecário, prestando concurso para o Museu Nacional do Rio de Janeiro com a tese “A aplicação do Sistema de Classificação Decimal, na organização lógica dos conhecimentos, em trabalhos de Bibliografia e Biblioteconomia”. Depois se transferiu para o Biblioteca Central da Universidade do Brasil. Apesar da aposentadoria compulsória por completar 70 anos, Bastos Tigre foi mantido no cargo de Diretor da Biblioteca Central da, agora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, atividade que lhe rendeu o título de patrono dos bibliotecários do Brasil. Também foi responsável por organizar as bibliotecas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Sociedade Brasileira de Autores de Teatro (SBAT)²⁷⁷.

Tigre não abandonou a atividade literária e, principalmente, as redações dos jornais e revistas. Em 16 de janeiro de 1917, inaugura a sua Revista *D. Quixote*²⁷⁸, um periódico dedicado, exclusivamente, ao humor. Na capa do primeiro exemplar, o personagem D. Quixote é uma espécie de fusão com D. Xiquote²⁷⁹, que possui traços fisionômicos muitos semelhantes aos de Bastos Tigre, em especial, à sua principal característica – os fartos e grandes bigodes. Aparece montado em um “cavalo rocinante”, com o escudo em posição de defesa em pleno ataque, rodeado por homens com fortes traços de mestiçagem reforçados por dois carneiros “malhados” e somente um branco e observado, de longe, pelo seu companheiro Sancho Pança, montado em um burrinho. O editorial elucida a capa:

[...] Contra tudo que mau, que é falso e é triste!
 [...] Nada no mundo o passo audaz lhe embarga!
 Porque no riso o seu ideal consiste,
 Pregando a troça, a graça, o humor, o chiste.
 [...] Pobres, ricos, políticos, burgueses,

²⁷⁷ As informações biográficas de Bastos Tigre foram elencadas dos livros: MENEZES, Raimundo de. **Bastos Tigre e la Belle Époque**. São Paulo: EDART, 1966; TIGRE, Manoel Bastos. **Reminiscências**: a alegre roda da Colombo e algumas figuras do tempo de antigamente. Brasília: Thesaurus, 1992.

²⁷⁸ *D. Quixote* foi uma revista satírico-humorística fundada em 1895 por Ângelo Agostini, sendo publicada até 1902. Manoel Bastos Tigre lançou e dirigiu uma nova revista *D. Quixote* em 1917. Em ambas as revistas os personagens D. Quixote e Sancho Pança, personagens de Miguel de Cervantes, eram as figuras centrais e através deles foram abordados os acontecimentos políticos e sociais do cotidiano. A *D. Quixote*, fundada e dirigida por Bastos Tigre, marcou a história do humorismo no Brasil e circulou até o ano de 1927.

²⁷⁹ Pseudônimo mais famoso de Bastos Tigre.

Não temais do seu riso de ironia,
 Embora ele vos doa algumas vezes!
 D. QUIXOTE saudares vos envias...
 [...] É o Cavalheiro Andante da Alegria!²⁸⁰

Figura 36 – D. Quixote – maio 1917- Edição 1²⁸¹

²⁸⁰ Saudação aos povos. **D. QUIXOTE**, Rio de Janeiro, nº 1, p. 3, 16 mai. 1917. Editorial. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 8 set. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

²⁸¹ Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 8 set. 2018.

A revista *D. Quixote* pretendia imprimir, via humor, notícias políticas e fatos sociais sem “restrições”, possuindo uma “opinião clara e franca, impassível, insuspeita e... impeitável”. Com a diferença de que noticiaria as agruras diárias sorrindo. Em uma simulação de um “*interview*” entre D. Quixote e seus botões de madrepérola, nos mostra a proposta da revista:

Entrevista da D. Quixote com os seus botões

A moderna imprensa *up to the moment* não tolera artigos de fundo, nem se quer o de apresentação.

Haja vista a nossa colega *Notícia* que para informar os seus leitores sobre um desastre de automóvel, entrevista o carburador do veículo e o cadáver da vítima.

Em vista disso e dos autos, D. Quixote em vez do serôdio artigo programa, fez um *interview* com os seus botões; conversar com os botões ainda é o melhor meio de ter ideias, sem a maçada de as discutir.

D. *Quixote* encontrou os botões em suas casas; receberam-no gentilmente, como convinha a botões de madrepérola que é como quem diz, de mãe de uma senhora de alta sociedade.

D. *Quixote* – **Que me dizem vocês da ideia de um jornal humorístico nestas eras tristes e ameaçadoras?**

Botões – **Boa ideia! Depende do feitio que lhe deres.**

D. *Q.* – O feitio será de papel 2 B, dobrado em 8º, 24 páginas...

B. – **Não é isso; o feitio moral, intelectual, político, literário...**

D. *Q.* – Ah! Esse será eclético; o meu semanário terá um pouco de tudo, como uma feijoada bem completa.

B. – Vem então preencher uma lacuna?

D. *Q.* – Não direi tanto; tem havido por aí, tanta lacuna enchida que talvez não haja nenhuma vazia; entretanto, **o que lhes digo, meus amigos é que, a brincar D. Quixote tratará muito a sério os assuntos solenes: “toda verdade dita a sorrir” – eis a divisa que ele adota.**

Em política, em literatura, em teatro, em todos os fatos da vida social, em suma, ele terá uma opinião clara, franca, impassível, insuspeita e... impeitável.

B. – Será um jornal sério?

D. *Q.* – O mais sério do mundo! **Com a diferença que dirá sorrindo, o que os colegas dizem dando socos na mesa, socos que não conseguem esborrachar a cabeça a maldade e a cretinice humanas.**

B. – É perfeito!

D. *Q.* – Ainda não é perfeito, nem está completo. No primeiro número obrigaram D. Quixote a adiar seções importantes como a de Esporte (futebol, remo e turfe); a da vida dos clubes... *on l'on s’amuse*: a de vida das academias – isto dantes!...; a de Elegâncias... a de humorismo no meio comercial – Negócios... pra burra! E outras e outras mais!

B. – Não se podia dar tudo de uma vez.

D. *Q.* – De fato, meus amigos; pois até as páginas de anúncio tiveram de ser retiradas!

B. – É o cúmulo da prosperidade nascente. Um sucesso então!

D. *Q.* – Surely? Alea jacta est! Para falar bom português²⁸². (D. QUIXOTE, 1917)

D. Quixote foi lançada em plena primeira guerra mundial, por isso a referência de um jornal humorístico em “eras tristes e ameaçadoras”, porém se constituiria com um feitio eclético “terá um pouco de tudo, como uma feijoada bem completa”. A característica “eclética da

²⁸² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 1, p. 3, 16 mai. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 28 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

feijoadá” não significava, necessariamente, um adjetivo elogioso, pois, no Brasil, esse prato é a simbologia de uma culinária miscigenada e, como já vimos, a questão da miscigenação causava alguns senões no período. Mas afirmava que trataria de assuntos solenes “muito a sério” e diria “toda verdade a sorrir”. E prossegue sua entrevista com os botões reafirmando que o periódico se constituiria no “jornal mais sério do mundo” com um diferencial: tudo seria dito “sem socos na mesa”, ou seja, sem teatralizar uma seriedade que era inexistente na república que muitos almejavam, inclusive para ele, como expressou doze anos antes de lançar a revista *D. Quixote* em “*Esta República*”²⁸³:

É certo que a República vai torta;
Ninguém nega a duríssima verdade.
Da pátria o seio da corrupção invade
E a lei, de há muito tempo, é letra morta.

A quem sinta altivez, força e vontade
Ficou trancada do Poder a porta:
Mas felizmente a vida nos conforta
De esperança uma dúbia claridade.

Porque, (ninguém se iluda), “isto” que assim
A pobre Pátria fere, ultraja e explora,
Jamais o sonho foi de Benjamin.

Os motivos do mal não foi mistério:
– É que a gentinha que governa agora
É o rebotalho que sobrou do Império.
(TIGRE, 1905)

Tigre expressou nessa poesia satírica todo o seu inconformismo e insatisfação com o que vivenciava, expressando a incerteza política e, mais que isso, a manutenção do antigo sistema: “a gentinha que governa agora é o rebotalho que sobrou do Império”; ou seja, muda o sistema de governo, mas não mudam os personagens do “Poder”, que, para o poeta, impediam a implementação dos princípios republicanos. Passaram-se doze anos até 1917 e a sua insatisfação permaneceu. A *D. Quixote* representaria através de suas charges, caricaturas e textos satíricos o caráter pitoresco dessa república que não foi - e que talvez um dia se concretizaria. Nesse contexto, os personagens D. Quixote e Sancho Pança representavam o tragicômico brasileiro. Ao exprimir, através desses personagens, o ridículo, o grotesco e o ininteligível, a revista abordava os acontecimentos políticos e sociais desse cotidiano da primeira república, inclusive, o papel social dos negros e de seus descendentes.

²⁸³ TIGRE, Bastos. **Versos perversos**: poesias satyricas em comentário aos acontecimentos de 1904. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1905, p. 4.

Nas páginas da *D. Quixote*, encontramos fontes que nos deram acesso a uma vasta diversidade de informações econômicas, políticas e culturais que expressam o reflexo do passado escravista de nosso país e a representação do negro e seus descendentes em diversos setores da dinâmica social da cidade. Representação esta – como veremos – permeada de preconceito e de reforço de estereótipo.

Iniciaremos com a representação da participação dos negros ou de seus descendentes na I Guerra Mundial:

Figura 37 – D. Quixote – julho de 1917 – Edição 10²⁸⁴

²⁸⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 10, p. 5, 18 jul. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

Figura 38 – D. Quixote – agosto 1917- Edição 15²⁸⁵

A charge “A Defesa Nacional”, Figura 37, nos mostra um capoeirista com característica mestiça, reforçada pelos detalhes como o tom de cor utilizada no rosto e nas mãos, além dos cabelos desgrenhados. O personagem aparece aplicando uma rasteira no Kaiser Guilherme II e temos a legenda: “uma disparada do nosso 42 (bico largo)”.

A *D. Quixote* de agosto de 1917 apresenta duas capas de revistas: a da satírica alemã *Meggendorfer-Blätter* (1888-1944), ressaltamos que era apenas uma representação, e, ao lado a da *D. Quixote*. A capa da “revista alemã” nos mostra um mestiço “não muito favorecido na cor”, descalço, calças remendadas e um barbante no lugar do cinto, chapéu na cabeça, uma espada de madeira debaixo do braço, segurando uma bandeira estilizada do Brasil, pois era uma “mistura” das bandeiras do Império com a da República, assim como ocorria com o “incentivo” à mestiçagem, e um urubu pousado nela. Ao fundo, bananeiras com vários cachos e um sol

²⁸⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 15, p. 5, 22 ago. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018. Legendas adaptadas ao acordo ortográfico.

sorridente. A capa da *D. Quixote* nos mostra o mesmo mestiço “não muito favorecido na cor”, porém de perfil, descalço, calças remendadas, um barbante no lugar do cinto, chapéu na cabeça, cigarro na boca e segurando um cacho de bananas que oferece à representação de um alemão, que, pelos detalhes da vestimenta e do bigode, é uma caricatura de Otto von Bismarck. Está envolto em um cordão de salsichas, segurando uma bandeira da Alemanha também estilizada, cujo centro apresenta um desenho de uma caneca de chope com um papagaio ao alto da cabeça dizendo “Kamerade!”. O balão da fala do papagaio esconde a “boca do sol”, mas, pela expressão, os olhos parecem atônitos com a cena que assiste. Ao fundo uma única bananeira sem cachos.

D. Quixote ri dos intelectuais que se dividiram entre os “aliadófilos” e os “germanófilos”, termos que já vimos quando analisamos Antônio Torres. Os germanófilos acreditavam que o Brasil atingiria o progresso ao lado dos alemães, pois representavam a renovação e usufruíam de vantagens econômicas e políticas, caso o Brasil optasse pelo apoio à causa daquele país. Além disso, eram opositores à hegemonia econômica exercida pela Inglaterra e ao predomínio intelectual francês. Os aliadófilos, por sua vez, acreditavam que o Brasil estaria em melhor situação caso aderisse ao conflito do lado da França, da Inglaterra e dos demais países participantes da Tríplice Entente. Intelectuais como Rui Barbosa, Graça Aranha, Paulo Barreto e Olavo Bilac eram integrantes da corrente defensora dos aliadófilos que, como dizia Torres, representavam “o verdadeiro ideal de liberdade e democracia para o mundo, defendendo-o contra a barbárie germânica”. Eram confessos admiradores da cultura francesa.

Em “A defesa nacional”, a charge sugere – em tom depreciativo – que as forças armadas brasileiras seriam compostas por mestiços e capoeiristas. Mas, com o uso da ridicularização da mestiçagem, a revista tinha o intuito de denunciar quão debilitadas eram as instituições militares brasileiras. Já a charge que apresenta as capas das revistas, escracha os dois lados do conflito. A *Meggendorfer-Blätter* nos mostra um mestiço típico brasileiro satisfeito de estar ao lado dos “aliados”, pois, dessa forma, poderia “passear de braço dado com o fino cavalheiro Tio Sam” e desfrutar dos benefícios econômicos advindos do desenvolvimento estadunidense durante e após o conflito. Dessa forma, também diminuiria a força do nosso maior investidor estrangeiro, a Inglaterra, que desde a declaração de independência, não só supria boa parte das importações brasileiras, como também era a nossa principal fonte de capital financeiro.

Já a capa da *D. Quixote*, o mestiço – “Boneco” – agradecido pela “gentileza alemã” que chama de “humor-deboche”, oferece um cacho de banana, “nossa musa paradisíaca”, ao personagem que representa o alemão; ou seja, tudo que temos a oferecer é uma república

bananeira, ironicamente. Porém as relações econômicas entre Brasil e Alemanha apresentavam um crescimento econômico contínuo desde o fim do XIX, que foi impulsionado pelo crescimento populacional. A demanda alemã por produtos agrícolas, tais como: café, algodão, cacau, tabaco, arroz e açúcar, fez com que crescessem as exportações brasileiras para esse país; produtos representados pela “oferta” do cacho de bananas. Mas a Alemanha, devido ao rápido crescimento industrial, tornou-se um importante fornecedor de produtos industriais para o Brasil (RINKE, 2013, p. 3).

Talvez, pelos motivos apresentados, o Brasil, inicialmente, optou pela neutralidade. Todavia o personagem mestiço, representado de maneira preconceituosa, simbolizava os intelectuais aliadófilos e germanófilos que, no Rio de Janeiro, se engalinhavam em discussões sem fim em diversos periódicos, lidos, em geral, apenas por eles mesmos. Discutiam sobre a importância de o Brasil posicionar-se a favor ou contra a Alemanha no conflito mundial. Os negros e seus descendentes, nesse contexto, não contariam com a simpatia de nenhum dos lados, pois estavam entre os intelectuais que exaltavam a cultura francesa e os que apostavam na “sociedade nova”, representada pelos Estados Unidos, que possuíam severas leis raciais; por sua vez, a Alemanha, como sabemos bem, valorizava cada vez mais as concepções eugênicas.

Outro bom exemplo é o artigo de Antônio Torres chamado “*A Eugenia*”, acompanhado de uma ilustração que resgatou os primeiros tempos da *D. Quixote* de Agostini.

Em seu texto irônico, Antônio Torres, com sua escrita corrosiva, fez uma análise da criação do Centro de Eugenia; bateu forte nas concepções eugênicas. Inicia explicando a arte de “acasalamento eugenista”, o qual se concretiza entre “um homem belo e uma mulher bela” tratando-os “simplesmente como gado humano”. Mas esse gado possui algumas especificidades: a mulher “bela, **loira**”²⁸⁶, alta, corada e forte” e o homem “**moreno** e robusto”; ou seja, não há a possibilidade de cruzamento da mesma espécie, portanto, a base desse acasalamento é o aprimoramento da raça – política de branqueamento. Ao seu estilo corrosivo, Torres, sugere que os entusiastas da eugenia deveriam se associar à “Sociedade Nacional de Agricultura e com a Diretoria do Povoamento do Solo”, “importando reprodutores estrangeiros” com o objetivo de “cruzar com o nosso gado *crioulas*”²⁸⁷. Enfatiza que o coronel Rondon também poderia contribuir fornecendo “algumas espécies de gado bororo, pareci, nambiquara” e esses, por sua vez, “cruzariam com reprodutores normandos, escoceses, alemães”. Dessa forma, “o nosso gado ficaria muito melhor”. Torres reforça o objetivo dos eugenistas que é o extermínio dos negros e indígenas e a “purificação” da “raça” brasileira.

²⁸⁶ Os destaques em “loira” e “moreno” são nossos.

²⁸⁷ O itálico é do autor.

Também não deixa de cutucar seus conterrâneos mineiros simpatizantes da “dona Eugenia”, dizendo que eles preferem o “gado zebu, que come até pedra”, pois aprenderam a “comer com os cavalos ingleses” e, por isso, o “adoram tão fervorosamente”. Podemos inferir, a partir desse comentário de Torres, que os eugenistas mineiros eram simpatizantes dos aliados. E seu golpe final, após os “eugenistas conseguirem de nós boas espécies”, não venda “aos aliados nossa carne congelada”. A crítica veemente de Torres aos eugenistas é perfeita, mas se instrumentaliza das questões dos negros e seus descendentes e, nesse caso, também dos indígenas. Seu objetivo era atacar os “aliados”, seus opositores, afinal, como vimos, Torres é germanófilo. Portanto, apesar de sua análise certa, a sua maior preocupação e alvo não era a eugenia, mas sim os “aliados”. Nesse período os intelectuais se instrumentalizavam de diferentes estratégias de argumentação e linguagens para convencerem de suas afirmações e a ilustração do texto corrobora nossa análise.

No centro da página, há os dizeres em destaque *Kamarade! Kamarade!*, ironizando a palavra “camarada”. Há uma mulher com características europeias, vestida de branco com os braços erguidos representando a “DEMOCRACIA”, com um coração no centro do peito onde lê-se a palavra, em latim, “*charitas*” (caridade); na barra do vestido a frase “Confederação Universal” e os pés da “democracia” fincados no globo terrestre, mais precisamente, no Império Alemão, há um rifle. Aparece, abaixo da ilustração, a legenda: “Pura fantasia, já se vê!...”. A ilustração, em diálogo com texto, entra em discordância com os “aliados”, pois esses “temiam” o “perigo alemão”, viam a Alemanha como um país de bárbaros, arrebatado, constantemente, pelos ímpetos de dominação, que “ameaçavam” a humanidade como um todo. Dessa forma, a “DEMOCRACIA” teria que fincar os pés no império alemão e resgatar a “civilização e a ordem mundial”. A legenda da ilustração denuncia que as justificavas eram “pura fantasia”.

D. QUIXOTE

A Eugenia

4234

Examinar os joelhos
que a Sociedade Brasileira
de Neurologia,
Psiquiatria e Medicina
Legal está cogitando
de fundar aqui a
Cadeira de Eugenia.

A Eugenia é a arte
de tornar homens bel-
los e fortes, mas de
formal... antes da
razão. Esta arte,
como todas as artes
práticas, baseia-se na
ciência da natureza per-
feta. Ela se de acce-
lar, para construir,
qualquer homem a
qualquer mulher que se
quer. A Eugenia não
accusa para des-
truição dos homens bel-
los e mulheres belas. É o
que se pôde chamar
uma arte de adaptação
artificial; e mal com-
parando a Eugenia não
se distingue muito da
sua sociedade de po-
pular. Para a Eugenia
a harmonia e sim-
plicidade o gado do-
mante.

Os homens são sim-
ples e reprodutores.
Quanto as mulheres...
E, como se vê, uma
sociedade altamente
patriarcal e sobretudo
moral e equitativa. Há,
por exemplo, alimpen-
ta para uma bella rapa-
riz louca, alta, corada
e forte; na rua postaria
de um rapaz rico e ro-
busto. Dons Eugenia
muito chama-las a sua
presença e não lhes
perguntar se do seu
gato casarão se... Nada

Kamarade! Kamarade!

(Para fantasia, só se vê...)

dito. Pega o casal e estabelece. Ao cabo
de nove meses, recorre a fralda do crua-
mento, põe o crânio alfinetado, como
se alguma vez tivesse em um palafiteiro.
Nada mais simples e mais prático.

Declaro aqui os nomes da Serie-
dade de Neurologia transformados em
simples apostolados científicos, em-
briões de futuros diplomados e bachelo-
ratos.

A Eugenia está destinada a brilha-
ntissimo futuro entre nós; mas, para que
esse futuro seja ainda mais brilhante do
que possível, aconselho-se a todas
as mulheres que, ligadas com a So-
ciedade Nacional de Agricultura e com
a Associação de Paralelos do Selo,
com esta colaboração ela poderá im-
portar importantes melhorias para
toda a gente o nosso gado criado.

Vamos reunir dentro em breve uma
Conferência da Pecuária, que também
podrá trazer grandes benefícios ao mo-
mento da Eugenia. A experiência do
Dr. Castro e a do Dr. Castro auxi-
liando muito nos estudos brasileiros.
O coronel Rondon, por seu lado, pôde
fornecer alguns capitães do gado
boreado, da pampa, da Amazônia e
cores eja rila de coelhos e fendas.
Quando com reprodutores normais,
esistentes, silentes e outros, o nosso
gado humano ficará muito melhorado.
Apostar como os europeus fizeram
do criar reprodutores infelizes em
homemagem ao selo, que é gado não
por eles como europeus, porque como
se pôde. O selo, que é da lã, apren-
do a não correr com os cavalos das
lãdas; é por isso que os animais o
adotam tão ferverosamente, que o selo
se vê transformando pouco a pouco no
Bai Apia da Nino...

E ali está certo, ao lado da pe-
cuária, podemos todos nós melhorar a
nossa raça por processos científicos e
eugênicos.

Só podemos e devemos, depois de
obtermos de nós boas especímenes, não
querer também os estrangeiros ven-
der nos aliados a nossa terra co-
gunda...

A. T.

Figura 39 – D. Quixote – fevereiro 1918 – Edição 40²⁸⁸

D. Quixote publicou o texto satírico de Torres em fevereiro de 1918, nitidamente dirigido a Renato Kehl, um dos principais defensores da eugenia no país. Kehl, em dezembro de 1917, comunicou que fundaria a Sociedade Eugênica de São Paulo; em janeiro de 1918, fora criada a sociedade. Antônio Torres faz uma crítica à proposta de Kehl: “o aperfeiçoamento da espécie humana depende da seleção conjugal efetuada com critério, regra e inteligência” (KEHL, 1923, p. 35).

Como podemos observar na citação abaixo, a política de branqueamento foi uma política consciente de eugenia racial:

Entre nós, os legítimos representantes da raça etíope e da selvícola acham-se um pouco reduzidos, difundindo-se a maioria numa heterogênea mescla racial com tonalidade cromática caprichosamente variada. Existem brancos, pretos, pardos, cabras, cabrochas, fulos, cafuzos, caribocas, caboclos, zambos, mazombos, mamelucos, caborés, matutos... Tão variáveis são as cores da cútis, como os demais caracteres antropomórficos numa confusa promiscuidade de temperamentos psíquicos. Daí a índole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante, os vícios políticos e sociais da nossa gente. (KEHL, 1929, p. 188)

Para Renato Kehl, a “mistura racial”, em um primeiro momento²⁸⁹, não degeneraria a população nacional, pelo contrário, seria responsável pela “construção” de uma “nova identidade”. A miscigenação seria responsável pela assimilação do sangue das raças negra e indígena. Dessa forma, a “tonalidade cromática caprichosamente variada” tenderia a desaparecer devido à sua inferioridade, pois “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano!” (KEHL, 1929, p. 188).

No contexto da primeira guerra, como vimos, a pseudociência da eugenia, recrudesciu o discurso que fortalecia a questão de raça, o qual foi representado tanto nas charges quanto nas caricaturas. Os artistas reforçaram as tintas dos lápis e se empenharam para representar o lugar dos negros e seus descendentes na sociedade. Esses, quase trinta anos após a abolição²⁹⁰, ocupavam os extratos mais baixos da sociedade brasileira. Essa marginalidade e o contexto eugênico, o “nosso gado *crioulas*”, também foram representados nas páginas da *D. Quixote*. Foram representados desde o lugar social e profissional, passando pelos preconceitos raciais e sexualidade.

Iniciaremos nossa análise com a referência de trabalho que cabia à mulher negra, que permanece no imaginário social brasileiro ainda hoje: o doméstico. Mesmo após a abolição, as

---

²⁸⁹ Após sua viagem à Europa, principalmente à Alemanha, ocorreu um período que podemos denominar de radicalização da eugenia em que os métodos de esterilização e restrição da imigração passam a ser defendidos publicamente. Ver a obra: DIWAM, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

²⁹⁰ O ano da primeira publicação da *D. Quixote* foi 1917; a abolição foi em 1888.

mulheres negras, em sua grande maioria, tinham que se contentar com os empregos domésticos, pois as dificuldades para se conseguir trabalho por ser negra eram muitas:

Mulher-Homem

O tenente farmacêutico do Exército, Inocêncio da Cunha, residente à Rua dos Araújo, nº 13 F, procurou ontem o dr. chefe de polícia a quem comunicou o seguinte:

Que há tempos encontrou-se na Rua da Quitanda com um rapaz de cor preta, que humildemente lhe perguntou se o queria para empregado, pois tinha vindo de São João Del Rei e não conhecia ninguém.

Condoendo-se da sorte do rapaz tomou-o para seu copeiro.

Jovito Maria de Jesus começou a desempenhar as suas funções satisfatoriamente.

Ontem com grande surpresa o Sr. Tenente Cunha notou que Jovito parecia mulher. Habilmente interrogado, **Jovito declarou chamar-se Jovina Maria de Jesus e que se vestiu de homem, pois lhe disseram que assim mais depressa arranjaría emprego.**

Declarou mais que sua mãe fizera o mesmo quando viera para esta capital, onde muito tempo exerceu o ofício de carvoeiro.

O Dr. chefe de polícia mandou depositar a menor e telegrafou para Minas pedindo informação. (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p. 2)²⁹¹

Como podemos observar, Jovina Maria de Jesus teve que ocultar sua condição de mulher para conseguir trabalho; precisou disfarçar-se de homem. Também achamos pertinente destacar a sua declaração sobre sua mãe, que utilizou o mesmo recurso quando chegou à capital, conseguindo emprego em uma carvoaria. Podemos inferir, a partir dessa notícia, que o disfarce masculino era uma prática utilizada pelas mulheres negras para conseguir trabalho.

Não podemos nos esquecer dos preceitos da eugenia e que a dificuldade da mulher negra para conseguir trabalho também está ligada a esses preceitos. A mulher negra representava o trabalho que exercia na casa grande desde amamentar as crianças até o ato de cuidar, pois era responsável pela alimentação, passeios, vestuário e atos da vida infantil, inclusive, pela atividade física. Questões com as quais a pseudociência eugenia se preocupava. José Veríssimo explicitou essa preocupação com a educação “das nossas crianças” em sua obra *A Educação Nacional*:

Os nossos filhos eram entregues aos cuidados das escravas, **cujo leite quase sempre eivado de vícios** que mais tarde lhes comprometeria a saúde, principalmente os alimentava. Eram as mucamas, escravas ou ex-escravas, – e **isto basta para indicar seu valor como educadoras** – que de fato dirigiam a sua primeira educação física, pois eram elas quem superintendia na alimentação, nos passeios, no vestuário e nos demais atos da vida infantil. Não era raro ver meninos de oito e mais anos dormindo na mesma rede que a mucama do seu serviço que, em geral extremamente amorosa e afeiçoada a eles, **não sabia recusar-lhes nada, nem ainda aquilo que evidentemente lhes podia comprometer a saúde.** O que tinham de enervantes semelhantes e costumes, que, sem mentir, se não podem dizer lindos, não escapará a ninguém.

²⁹¹ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, nº 777, p. 2, 28 jul. 1903. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

Estes hábitos exigem ser corrigidos e modificados de acordo com os ensinamentos da higiene e pedagogia infantil (VERÍSSIMO, 2013, p.113-114).²⁹²

Como podemos verificar, Veríssimo estava preocupado com os efeitos que a sociedade escravocrata provocou nas elites brasileiras. Culpabilizou as escravas pela má educação das “nossas crianças” com o seu “leite eivado de vícios”, às quais “não sabiam recusar-lhes nada” – como se fosse possível um escravo dizer não para os seus senhores sem que fosse castigado. Já libertas, as elites preferiam empregar as europeias, pois essa convivência com as crianças não acarretaria nenhum malefício para a formação do “futuro brasileiro”. Para que isso fosse possível, era necessário um rompimento do homem com a selvageria e a degeneração. Talvez por esse motivo as empregadas domésticas negras eram tratadas com agressividade e desprezo como se ainda estivessem no contexto da escravidão. Era necessário mantê-las longe do ambiente social doméstico e, dessa forma, longe do contato com as crianças.

Apesar do que analisamos, eram as negras e descendentes que se submetiam a esse tipo de trabalho que se caracterizou, no período, pela informalidade e pela precariedade salarial. O trabalho do negro, apesar da abolição, era relacionado às atividades (trabalhos) manuais, de força e servis, naturalizando a ideia de que os negros e seus descendentes nasceram, sobretudo, para executar essas funções.

Como empregados do setor privado, tínhamos os trabalhadores domésticos, ocupação de significativa parcela da população feminina [...] atividade dos mais pobres, em grande parte dos pretos. Além da reduzida remuneração obnubilada pelo alojamento e alimentação, permanecem resquícios da tradição escravista, sentidos em muitos casos pela maneira prepotente, violenta e arbitrária como os patrões tratavam os empregados. (BACELAR, 2001, p. 74)

O serviço doméstico estava intrinsecamente ligado ao feminino, mas, com as condições de trabalho e tratamento, óbvio que a branca europeia ou de descendência não se submeteria a esse serviço. Ou seja, mesmo a eugenia pregando o “rompimento com a degeneração”, a mulher negra estava “predestinada” a ser cozinheira, arrumadeira, lavadeira, passadeira, entre outras funções domésticas, como se a submissão e o servir fossem “dotes” inatos de sua cor.

A *D. Quixote*, em suas charges, soube reforçar o lugar de trabalho da mulher negra. Não importava o tema abordado, carnaval, eleição feminina, preços da alimentação ou uma simples piada, a mulher negra era representada como empregada:

---

²⁹² Os destaques são nossos.

Título: Trabalhos eleitorais – Quando as mulheres votarem.

Legenda da figura:

– Ouça Balbina. Estamos satisfeitos com o seu serviço e queremos dar-lhe uma prova de estima. Você tem muitas amigas e conhecidas, não é verdade? Por que não as convida para um baile aqui em casa uma noite destas? As despesas correrão por minha conta...

Figura 40 – D. Quixote – junho 1917 – Edição 6²⁹³

Legenda da figura:

– Patôa tem visitas. Picisa um bolo pá chá...

Figura 41 – D. Quixote – fevereiro 1918 – Edição 040²⁹⁴

²⁹³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 6, 20 jun. 1917. Capa. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

²⁹⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 40, p. 19, 13 fev. 1918. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

Figura 42 – D. Quixote – fevereiro 1920 – Edição 144²⁹⁵

Legenda da figura:
Sofrer com paciência as fraquezas do próximo.

Figura 43 – D. Quixote – fevereiro 1921- Edição 197²⁹⁶

²⁹⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 144, p. 22, 11 fev. 1920. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

²⁹⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 197, 10 fev. 1921. Capa. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

Figura 44 – D. Quixote – abril 1921 – edição 205²⁹⁷

Legenda da figura:

Bom emprego

– Mas Euzébia, porque é que não usas aquele “Manual Prático de Cozinha” que te dei?...

– Tenho usado sim, patroa, ainda hoje acendi o fogo com umas folhas dele!...

Figura 45 – D. Quixote – abril 1923 – edição 309²⁹⁸

²⁹⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 205, p. 19, 13 abr. 1921. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

²⁹⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 309, p. 20, 11 abr. 1923. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Legenda da figura:
É de balde que tentas humilhar-me

Figura 46 – D. Quixote – janeiro 1924 – Edição 347²⁹⁹

Título: Trinta e um de maio

Legenda da figura:
O mês de Maria...

Figura 47 – D. Quixote – maio 1925 – Edição 420³⁰⁰

²⁹⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 347, p. 13, 2 jan. 1924. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

³⁰⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 420, p. 21, 27 mai. 1925. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Legenda da figura:
A patroa manda dizê qui só despois do carnavá.

Figura 48 – D. Quixote - fevereiro 1926 - Edição 456³⁰¹

Título: Precaução

Nota explicativa:
Em Jaguarão foi preso Simplício de Oliveira, autor de graves ferimentos no cabelereiro Plácido Lucas pelo fato de ter a vítima cortado "à la garçon" os cabelos da esposa do criminoso.

Legenda da figura:
– D. Prudência, acho melhor quando a senhora for ao cabelereiro, levar certidão de óbito do seu defunto marido...

Figura 49 – D. Quixote – fevereiro 1926 – Edição 456³⁰²

³⁰¹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 456, p. 12, 3 fev. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

³⁰² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 456, p. 13, 3 fev. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

Notamos que, em vários períodos dos dez anos de publicação de *D. Quixote*, a empregada permanece negra, submissa “cumprindo ordens” de seus empregadores, ingênuas. As representações de sua fala apresentam um “português com sotaque” que resgata sua descendência, fato que também pode ser interpretado como uma ridicularização à falta de instrução, ou seja, um reforço para o estereótipo. Dessa forma, as charges robusteciam que essa atividade – serviços domésticos – estava intrinsecamente ligada a uma espécie de “naturalização” de elementos que inferiorizavam a mulher negra:

Do extremo norte ao extremo sul deste imenso país ouço a respeito de empregados somente uma opinião, uma queixa: “Não achamos criadas e as raras que encontramos servem mal”. Infelizmente, é verdade isto; o crescente mal da vaidade e da presunção é a razão da preguiça, da distração, da infidelidade das criadas. (CLESER, 1902, p. 227)

Em *O lar doméstico: conselhos para boa direção de uma casa*³⁰³, um manual para educação feminina, óbvio que para as mulheres brancas, Vera Cleser advertia as donas de casa para o cuidado que deveriam ter ao contratar suas criadas: “atividade, fidelidade, modéstia, honestidade e pontual obediência”, são os predicados indispensáveis de uma boa criada” (CLESER, 1902, p. 229). E continua com sua “arte de educar a criada”. A boa dona de casa deveria “cortar toda a possibilidade de infidelidades”, “dando sempre a hora certa, o necessário para as refeições, conservando debaixo de chave as coisas sedutoras, como açúcar, ovos, manteiga, leite, queijo, etc.” (CLESER, 1902, p. 229-230). Cleser adverte para um ponto importante – a boa aparência –: “acostumai-a a usar calçados e um leve colete muito pouco apertado, para dar ao busto decência e a dignidade perfeitamente compatível com um vestido de riscado” (CLESER, 1902, p. 233). Ela prossegue com a sua “arte de educar”: “animai-a a destinar todos os meses dez, quinze mil réis a aquisição e renovação de objetos de seu vestuário e dirigi a pobre ignorante para que não gaste inutilmente o dinheiro tão penosamente ganho” (CLESER, 1902, p. 233).

A autora Vera Cleser, ao ensinar a arte de educar uma criada, explicita que está falando de uma negra e/ou descendente, “usar calçados e um colete pouco apertado, para dar o busto a decência”, “dirigi a pobre ignorante” e, o principal, como evitar a “possibilidade de infidelidades” que, em bom português, como evitar o roubo. São predicados intrinsecamente ligados, pelo imaginário social, aos negros e seus descendentes.

---

³⁰³ A datação da primeira edição do manual de Vera Cleser é de 1898. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=74109>. Acesso em: 26 ago. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

Por sua vez, o homem negro também sofre, na condição de empregado doméstico, com os mesmos preconceitos e adjetivos mais densos como bêbedos, sujos, desonestos, preguiçosos, ignorantes; eram tomados como indivíduos que visavam apenas retirar vantagens e dar prejuízos aos seus patrões:

Há, cada vez mais grave, entre nós, a crise dos bons criados. É uma crise como outra qualquer, e terrível para quem precisa conservar uma certa linha social na sua residência. Não há servidores domésticos nem mesmo regulares. **Os cozinheiros são atrozes, as cozinheiras são indescritíveis, os copeiros ignoram por completo seu ofício, as damas de companhia, as mucamas, as criadas de quarto não têm qualificativos quanto ao cumprimento de sua obrigação.** Há, porém, mais. **Cozinheiras e cozinheiros são bêbedos e ladrões, copeiros são gatunos, denunciadores, criminosos vulgares, a criadagem feminina participa de todos os vícios e de todos os desequilíbrios.** As queixas a polícia são constantes. Um dos maiores problemas de um dono de casa, com a incúria geral, é escolher um criado depois de procurá-lo muito. Se acha um, tem de ficar com ele e dar graças aos deuses. (João do Rio, 1911, p. 105-106)³⁰⁴

Quem escreve esse texto permeado de preconceitos e reforços de estereótipos é o João do Rio (Paulo Barreto), “aquele velho amigo” de Antônio Torres que o chamava de “manta de toucinho, que se diz fidalgo, apesar de beiçorra etiópica e de seu prognatismo camítico”; ou seja, era um legítimo descendente de negros. O seu texto apresenta uma desqualificação e incompetência dos criados domésticos em suas mais diversas especialidades, do cozinheiro, copeiros, damas de companhia, chegando à “mucama”, predicativo utilizado para escravas de casa, o que não deixa de ser curioso, visto que o texto é de 1911, ou seja, já não existia escravidão havia vinte e três anos. Como um descendente de negros pode atribuir descrições tão pejorativas e fortes a outros negros? Esse fenômeno só pode ser explicado pela política de branqueamento cultural, na qual o foco principal era aniquilar os vestígios da cultura africana. A descrição que apresentamos parece ser feita por um homem genuinamente branco e racista, mas é de um não branco.

Em *Bastos Tigre e La Belle Époque*, Raimundo de Menezes descreve a *República Chateau Miséria*, onde Bastos Tigre foi residir assim que chegou ao Rio de Janeiro, localizada no bairro de Botafogo, onde também moravam seus dois primos, Mário e José Moreira Bastos. A “miséria” era tão representativa que possuíam o luxo de terem dois empregados domésticos. O primeiro empregado a ser descrito era apelidado de *Chambá*³⁰⁵; “mulato muito ativo”, exercia

³⁰⁴ Rio, João (Paulo Barreto). A crise dos criados. In: **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: Garnier, 1911, p. 99-112. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/65>. Acesso em: 20. set. 2018. Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

³⁰⁵ Na palavra *Chamba*, o itálico é do autor. No México a palavra é sinônimo de trabalho. Na Nigéria, há o povo e a língua Chamba.

as funções de copeiro, *valet de chambre*, secretário e mordomo (MENEZES, 1966, p. 33). E complementa a descrição do “mulato *Chambá*” que regulava a mesma idade dos estudantes, que lhe proporcionavam quase todas as confianças e as “poucas que lhe negavam ele toma por conta própria” (MENEZES, 1966, p. 33). De acordo com Menezes, o “pobre rapaz” era possuidor apenas de instrução primária. O próprio Tigre rememorou que *Chambá* fez, do convívio com os moços, um curso de “pontas” que “o levava ao uso e abuso de um linguajar rebuscado, que, quase sempre, resvala para o despautério” (MENEZES, 1966, p. 33).

O segundo empregado doméstico que possuíam na *República Chateau Miséria* foi descrito como o “o melhor cozinheiro de Botafogo” – “*Carinha Preta*”³⁰⁶. Era um “negralhão de cara larga, beiços grossos, nariz chato, e uma bocarra que escancara de orelha a orelha, mostrava duas fileiras de dentes enormes e alvíssimos” (MENEZES, 1966, p. 34). Continua a descrever os predicados elogiosos de *Carinha Preta*: “excelente profissional de forno, fogão e doces de todas variedades e especialista em comida baiana”. Conforme o autor, *Carinha Preta*, apesar de tantas habilidades como cozinheiro e faxineiro, “preferiu trabalhar em uma república de estudantes pobres”. De acordo com Menezes, a explicação era simples: “tinha por hábito tomar valentes pifões” e depois da bebedeira dormia o dia todo. Mas, como os sinhozinhos pós-abolição eram extremamente caridosos e generosos, o aceitavam porque admitiam “*as leis do determinismo...*”³⁰⁷ (MENEZES, 1966, p. 34).

Com as descrições realizadas pelo biógrafo dos empregados domésticos da *República Chateau Miséria*, entendemos que, para os seus moradores, os negros nasceram para “servir”, “serem bêbados”, “ridículos”, como exemplifica ao falar do “imitar” o “linguajar rebuscado” de seus patrões; ou seja, era um mero papagaio sem saber o significado das palavras; e, como todos os outros empregados negros, aproveitavam dos benefícios que seus “generosos empregadores” lhes ofertavam e de “todas as confianças”, pois os pobres rapazes residentes na humilde república “aceitavam e admitiam” as leis “do determinismo” social e nasceram para ser subservientes e subordinados.

Bastos Tigre ria da condição dos empregados domésticos e das constantes reclamações de seus empregadores, que os descreviam pouco afeitos ao trabalho e fofoqueiros e, como já vimos, as cozinheiras se apresentavam sempre sujas, maltrapilhas, cheirando à cachaça ou a fumo e, conseqüentemente, não mantinham os seus empregos, como nos mostra em *Teatro Alegre*:

---

³⁰⁶ O itálico é do autor.

³⁰⁷ Os itálicos são do autor.

CARETA

THEATRO ALEGRE

A COSINHEIRA

ENTRA, VESTIDA A CHARACTER, DE CACHIMBO

NA BOCCA E UMA TROUXA NA MÃO.

Tou despedida. Essa agora!...
 Por uma coisinha atôa,
 O demonho da patrôa
 Damnou-se e mandou-me embora!
 A mim, que sei quanto vaio,
 Que intendo do meu offiço,
 Que sou bôa no selviço,
 Que sou fixe no trabaio!

Vorto de novo p'ra agência...
 Vou arranjá patrões novo.
 Quaes novo nada! Esse povo
 Quage não faz defferença!
 E' tudo da mesma raça,
 Resmungão, impreteneente...
 P'ra agradá elles a gente
 Não sabe mais o que faça...

Pruque eu cá sou cusinheira,
 Mas sou de forno e fogão!
 Eu cá não sou de feijão,
 Tutús e couve a mineira!
 Trabaio em massas, «corquettes»,
 Faço cusinhas franceza,
 Seio fazê subremeza
 De «pudíngues» e «melettes!»

Pois o diacho da patrôa,
 Que só dava p'ra cusinha
 Carne, feijão e farinha,
 Queria comidas bôa!
 É inda ficava damnada
 Quando, de tarde o marido
 Fazia nariz trucidado
 P'ro feijão e a carne assada!

Eu com essa gente estou cheia!
 Com esse povo não me aprumo!
 Mas afiná... não costume
 Falá má da vida alheia!
 Tenha ou não tenha rezão,
 Eu quando uma casa deixo,
 Não me ralo, não me queixo,
 Nem falo má dos patrão.

O patrão deve na venda,
 No açougue, no quitandeiro,
 Na fremacia, no padeiro,
 No turco, no home das renda!
 E inda ameaça com prisão
 Os pobre dos cobradô!
 Mas... bico! que eu cá não sou
 De falá má dos patrão!...

Eu não conto por inzempo,
 Que, quando o patrão saia,
 A patrôa se vestia...
 (Levava um bandão de tempo...)
 Depois vinha um figurão,
 com partes de primo della...
 Mas eu não sou tagarella
 Nem falo má dos patrão!

O patrão é um assanhado!
 O máo costume elle tinha
 De andá rondando a cusinha,
 A fazê-se de engraçado...
 Eu nunca dei atenção,
 Mas a patrôa é ciumenta,
 Chegou-lhe a mostardaas venta,
 Brigou, pintou com o patrão!

E ósdespois mandou-me embora!
 Já viro que desafôro!
 Tenho nada cos namoro
 De seu marido, senhora?!
 Eu cá não sou disso, não!
 Diabo a leve c'os seus ciume!
 Eu nunca tive o costume
 De dá confiança a patão!

Tá dereito! Vou simhora!
 Vorto de novo pra agência!
 Minha gente, com lecença...
 Meus senhores e senhora,
 Eu sou de forno e fogão...
 Percisando meus serviço,
 Sabam que eu cá não sou disso
 De falá má dos patrão!...

D. XIQUOTE

Figura 50 – Careta – março 1917 – Edição 454³⁰⁸

³⁰⁸ CARETA. Rio de Janeiro, n° 454, p. 10, 3 mar. 1917. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 ago. 2018.

Tou despedida. Essa agora!
 Por uma coisinha atôa,
 O demonho da patrôa
 Danou-se e me mandou embora!
 A mim, que sei quanto vaio,
 Que intendo do meu ofiço,
 Que sou boa no selviço,
 Que sou fixe no trabaio!

Vorto de novo pra agência...
 Vou arranjá patrões novo.
 Quais novo nada! Esse povo
 Quage não faz diferença!
 É tudo a mesma raça,
 Resmungão, impretenente...
 Pra agradecer aquela gente
 Não sabe mais o que faça...

Pruque eu cá sou cusinheira,
 Mas sou de forno e fogão!
 Eu cá não sou de feijão,
 Tutus e couve a mineira!
 Trabaio em massas, “corquetes”,
 Faço cuzinhas francesa,
 Seio fazê sobremesa,
 De “pundingues” e “meletes”!

Pois o diacho da patrôa,
 Que só dava pra cuzinha
 Carne, feijão e farinha,
 Queria comida boa!
 E ainda ficava manada
 Quando, de tarde o marido
 Fazia nariz trucidado
 Pro feijão e a carne assada!

Eu com essa gente estou cheia!
 Com esse povo não me aprumo!
 Mas afiná... não costume
 Falá má da vida alheia!
 Tenha ou não tenha rezão
 Eu quando uma casa deixo,
 Não me ralo, não me queixo,
 Nem falo má dos patrão.

O patrão deve na venda,
 No açougue, no quitandeiro,
 Na fremacia, no padeiro,
 No turco, no home das renda!
 E ainda ameaça com prisão
 Os pobre dos cobradô!
 Mas... bico! que eu cá não sou
 De falá má dos patrão!...

Eu não conto por inzenpo,
 Que, quando o patrão saía,
 A patrôa se vestia...
 (Levava um bandão de tempo...)
 Depois vinha com um figurão,
 Com partes de primo dela...
 Mas eu não sou tagarela
 Nem falo má dos patrão!

O patrão é um assanhado!
 A mão costume ele tinha
 De andá rondando a cuzinha
 A fazê-se de engraçado...
 Eu nunca dei atenção,
 Mas a patroa é ciumenta,
 Chegou-lhe a mostarda as venta,
 Brigou, pintou com o patrão!

E os depois mandou-me embora!
 Já virô que desaforo!
 Tenho nada com os namoro
 De seu marido, senhora?!
 Eu cá não sou disso, não!
 Diabo a leve cos seus ciúme!
 Eu nunca tive o costume
 De dar confiança a patrão!

Tá dereito! Vou simbora!
 Vorto de novo pra agência!
 Minha gente, com licença...
 Meus senhores e senhora,
 Eu sou de forno e fogão...
 Precisando meus serviço,
 Sabam que eu cá não sou disso
 De falá má dos patrão!...

(D. XIQUOTE, 1917)

No centro da página há uma mulher negra com suas características negroides reforçadas, para também reforçar os estereótipos. Mesmo desempregada está vestida a caráter – com avental e lenço na cabeça –; cachimbo na boca, uma pequena trouxa de roupas que arrastava pelo chão. Chama a nossa atenção a palma da mão branca, assim como a boca, para fazer o contraste com a cor da pele. Os versos satíricos de Bastos Tigre reproduziram fatos que o poeta escutava e/ou vivenciava em seu cotidiano social, lia nos periódicos do período. A “linguagem de preto”, a empregada que “seduz” seu patrão, a fofoqueira, a que não dominava a “arte de cozinhar”, enfim, reforçou todos os estereótipos dominantes do período, principalmente, – ser negro.

Antes de analisarmos o modo que a revista *D. Quixote* retratava a sexualidade da mulher negra, vejamos outro bom exemplo em Bastos Tigre, que acreditava no determinismo social. É a representação, na época, do Intendente Municipal Monteiro Lopes em *Monteiro Lápis*:

Figura 51 – Tagarela – outubro 1903 – Edição 87³¹⁰

³⁰⁹ O itálico é do autor.

³¹⁰ TAGARELA. Rio de Janeiro, nº 87, p. 13, 22 out. 1903. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 ago. 2018.

A tinta preta foi tão reforçada que não conseguimos distinguir os traços de Monteiro Lopes, que também já analisamos na seção dedicada a Emílio de Menezes. Mas nos instrumentalizamos, novamente, desse personagem, porque, apesar de em 1903 ter sido eleito Intendente Municipal, para Tigre – em seu determinismo –, o lugar de preto é na cozinha e, dessa forma, o representou, como um cozinheiro.

Inicia seu poema satírico chamando-o de “intendente escuro”, que em todas as “questões mete o bedelho”. Porém, mirando-se no espelho, pensa que “talvez fique louro para o futuro”. Temos aqui uma nítida referência à política de branqueamento para a próxima geração de Lopes. Como se ao galgar a ascensão social, um negro quisesse se tornar branco. Também menciona o professor Hemetério “quando a falange intrépida, *hemeteria*, faz pasmar os colegas e o prefeito”, faz pasmar seus pares por ser negro. E conclui, “ainda hei de ver esse pretinho eleito, presidente do Congo ou da Libéria”. Ou seja, para Tigre, um negro só poderia ser eleito por outros negros e comandar países africanos. Não podemos negar que o satirista foi um visionário, porém Lopes foi o primeiro “homem de cor” eleito deputado federal no Brasil sem prescindir de um discurso de afirmação racial.

Retomemos nossa análise. A mulher negra também foi e, ainda é, estigmatizada, pela sua sensualidade. Há o imaginário da mulata sedutora, de curvas graciosas, as quais também foram representadas pelas charges da *D. Quixote*.

Vejamos como exemplo José Veríssimo. Em sua obra *A Educação Nacional*, o autor sustenta que “com o fim da escravidão indígena, o africano alegre, descuidoso, afetivo, meteu-se com a sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas ideias e crenças fetichistas, na família, na sociedade, no lar” (VERÍSSIMO, 2013, p. 94). Pela análise do autor, parece que os africanos “se meteram na sociedade brasileira” por vontade própria, e não pela imposição do processo de escravidão. Para o crítico literário, essa “invasão” africana na família e na sociedade traria consequências, pois o corpo da escrava negra quase sempre foi usado de maneira sexual ou objetificada. Além de “cuidar” de gerações de brasileiros, no âmbito da família, era a confidente da sinhá-moça e a amante do nhônhô:

Nunca se notou bastante a depravada influência deste peculiar tipo brasileiro, *a mulata*, no amolecimento do nosso caráter. “Esse fermento afrodisismo pátrio” como lhe chama o sr. Sílvia Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral. A poesia popular brasileira no-la mostra, com insistente preocupação apaixonada, em toda a força dos seus atrativos e da sua influência. O povo amoroso se não fatiga em celebrar-lhe, numa nota lúbrica, os encantos, que ele esmiúça, numa sofreguidão de desejos ardentes. Canta-lhe a volúpia, a magia, a luxúria, os feitiços, a faceirice, os dengues, os quindins como ele diz na sua linguagem piegas, desejosa e sensual. (VERÍSSIMO, 2013, p. 94)

De acordo com Veríssimo, o papel da mulata na sociedade brasileira era extremamente perigoso e pernicioso. Para o autor a mulata podia ser caracterizada como “dissolvente da nossa virilidade física e moral”. Para ele, a mulata representava a expressão do exótico e através de fetiches – selvagem, sensual, dócil, entre tantos outros - fez os homens perderem o juízo e, em sua fragilidade, os fez se submeterem ao “pecado da carne”: “mole pelo clima, mole pela raça [mestiça], mole por esta precocidade das funções genésicas, [...] os sentimentos deflorados e pervertidos, [...] eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida” (VERÍSSIMO, 2013, p. 95). Porém o autor esqueceu de informar que a escrava era forçada a satisfazer os desejos sexuais de seu senhor, assim como era obrigada a iniciar a vida sexual de seus filhos. Nunca é demais lembrarmos que as escravas eram propriedades e, portanto, estuprá-las não se configurava crime. Para reforçar essa tese, Nina Rodrigues, em suas análises médico-legais, fez uma espécie de catalogação das formas de hímen. Para o médico baiano, tanto as mulheres brancas quanto as mestiças apresentavam as formas mais variadas de hímen, porém as recém-nascidas negras ou mestiças apresentavam, com frequência, uma forma de hímen que facilmente se confundia com o hímen rompido. Essa classificação facilitou seu trabalho enquanto perito nos casos em que meninas negras ou mulatas violadas eram examinadas pelo médico legista, desqualificando o crime de estupro³¹¹.

É interessante também observarmos a incongruência dos atos dos “senhores brancos”, pois satisfaziam seu apetite sexual e ao mesmo tempo repudiavam as negras, as enxergavam como repulsivas e descontroladas em relação ao sexo. Talvez seja daí que veio o famoso adágio popular: “branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”. Adágio este, reforçado por Osório Duque-Estrada, que publicou, em 1917, a conferência *Trovas Populares*, livro que possuía como objetivo documentar a “sabedoria do povo brasileiro”:

A branquinha é prata fina,
Mulata – cordão de ouro,
Cabocla – cesto de flores,
A negra surrão de couro.³¹²
(DUQUE-ESTRADA, 1907, p.33)

Duque-Estrada ainda observa a “mulher mestiça, aquela a que se chama a mulata – genuíno produto da indústria nacional em que entram os principais ingredientes: a pimenta, a canela, o ovo e o vinho do Porto” (DUQUE-ESTRADA, 1907, p. 32). O autor faz nítidas

³¹¹ Para maiores informações consultar: CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção de ser mulata. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860>. Acesso em: 29 set. 2018.

³¹² DUQUE-ESTRADA, Osório. **Trovas Populares** (Conferências Literárias). Petrópolis: Editora Typografia Moderna, 1907, p. 33.

referências aos hábitos alimentares da tradição ibérica, ou seja, a mulata possuía os temperos ideais para agradar a libido do homem de “tradições” ibéricas.

A *D. Quixote*, apresenta o corpo da mulher negra/mulata de maneira jocosa, preconceituosa, de sensualidade afluada. A representação da mulata, a qual não deixa de ser um símbolo da política de branqueamento, foi projetada no imaginário social brasileiro por seus predicados fenotípicos como objeto sexual: esguia, voluptuosa, assanhada, nua:

Figura 52 – D. Quixote – julho 1917 – Edição 10³¹³

Figura 53 – D. Quixote – março 1918 – Edição 43³¹⁴

³¹³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 10, p. 5, 18 jul. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018. Legenda da figura: A Hulha Nacional – Pá cozinha?

O Industrial – Para tudo, minha nega, para tudo!

³¹⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 43, p. 12, 6 mar. 1918. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

Figura 54 – D. Quixote – janeiro 1926 – Edição 453³¹⁵

Figura 55 – D. Quixote – fevereiro 1926 – Edição 457³¹⁶

³¹⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 453, p. 13, 13 jan. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

³¹⁶ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 457, p. 12, 10 fev. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2018.

D. QUIXOTE

A Evolução da Dança na Africa do Sul

LEONORA DUSE...

A divina Duse de D'Annunzio, também divino...

Duse passou pelo mundo, deixando no seu rastro luminoso, «estrela fulgurante que foi mil e uma sensações choreographicas

Duse deixou discipulos, discipulas e imitadoras, em Paris em Londres, em New York, no Brasil, na China, na Africa do Sul...

ooo

Mistinguette em Paris, Pepita de Abreu aqui, no Rio, Mlle. Depurá em Bamboula...

A Mistinguette preta...

ooo

Depurá é divina também. E' a estrela que ilumina de dia os arcaes suarentos dos Desertos, à noite, as tabernas selvagens e escuras da Bamboula. Depur foi um dia a Paris, Em sonho, já se vê. Viu Mistinguette.

Mais inteliz que a nossa Pepita, Depurá não poudé observar a olho nú, dormindo que estava, todos os rythmos choreographicos da Magricella artista, da astrellita de «Montmartre».

Acordou impressionada e ensalou os primeiros passos:

ooo

A' noite encontrou um empresario: um americano esperto que estava em excursão scientifica pelos sertões africanos, a querer destruir as doutrinas «voronoffianas». Mr. Smith gostou de Depurá,

Abriu um «cabaret». Foi um successo. Todas as noites o «cabaret» enchia-se de um publico selecto e nobre--a legitima nobreza de Bamboula.

Gastão Penhalva escreveu a musica para um dos seus melhores passos, o passo do Bombuê (n.º 2) e Carlos de Campos o «Passo do Urubumirim» (n.º 3) numeros que alcançaram o maior successo do Anno Theatral Bomboulense.

D'annunzio classificou-a «a nova Duse». Foi quando Mlle. Depurá creou, então, o fox «D'Annunzio e eu», com letra de Antonio Ferro e musica do poeta das Duzias.

ooo

Mlle. Depurá vem ao Rio. Deverá estreor dentro em breve no Municipal.

O Brasil tem sido consolidador de muita celebridade descoberta pelos nossos Emprezaños.

Consolidemos, pois, a gloria de Mlle. Depurá.

Vem assombrar o nosso publico, a nossa dança, a nossa civilização.

A' postos, Poetas e Esthetas!

Depurá vem ahi!

10-2-926

Figura 56 – D. Quixote – fevereiro 1926 – Edição 457³¹⁷

D.

³¹⁷ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, n.º 457, p. 21, 10 fev. 1926,. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2018.

As mulheres são apresentadas nas charges da *D. Quixote* em tom satírico que reforça o signo da sensualidade. Em a Hulha Nacional apresenta-se uma mulher negra elegantemente vestida e, para complementar, o modelo utilizou como acessório uma estola de pele envolta aos ombros, a qual trazia o dizeres “hulha nacional”. Hulha é um carvão mineral, portanto também faz referência à sua cor de pele. Mas observemos também que o seu trajar, as joias, a bolsa, o penteado do cabelo – que já não era crespo, mas cacheado devido ao processo de miscigenação – é a representação estética inspirada no modelo europeu, onde destaca-se com autenticidade a beleza considerada “superior”; também não deixa de ser uma representação do processo eugênico, de “limpeza” pelo qual passou. E, apesar de seu trajar fino e elegante, a “hulha nacional” pergunta se é “pá cozinha” e o industrial branco e já portador de uma certa idade responde “para tudo, minha nega, para tudo!”. Percebemos uma forte conotação sexual, ou seja, a “hulha” serviria para cozinha, mesa e, principalmente, cama.

Em “Pirarucu ou bacalhau” percebemos um homem com características de mestiço entre duas mulheres, ambas elegantemente vestidas. Uma esguia branca e a outra voluptuosa e negra e esse homem se pergunta: “Pirarucu ou bacalhau?”, fazendo referência aos dotes físicos das mulheres. O questionamento é feito ao fitar o glúteo da mulher negra, por “dar preferência aos gêneros de produção nacional”. Novamente, verificamos a objetificação do corpo da mulher negra.

Em “Salvo Seja”, a representação da típica mulata, bem vestida de quadril avantajado e dois senhores brancos em diálogo, o primeiro diz: “é o tipo prefeito de uma *fausse maigre*”, o segundo responde com uma interrogação: “*fausse maigre*? Está errado! É uma *fausse négre*. O primeiro estava se referindo aos predicados físicos da mulata que admirava, “falsa magra”; o segundo, por sua vez, fez referência à cor da pele, “falsa negra”. Ou seja, o bom funcionamento da política de branqueamento com a junção dos atributos físicos é igual à mulata brasileira.

Em “Carnavalescos”, representa-se o caráter insaciável da mulata; nos mostra uma mulata faceira, sensual com um dançar rebolado com o glúteo virado para um homem como se fosse um convite. O “mascarado” que tem que externar: “chega, baiana, que estou fantasiado de papel crepom!”. Ou seja, chega insaciável, assim vou até rasgar minha fantasia; ou mesmo em relação ao fôlego sexual, chega, basta!

Em a “Evolução da dança na África do Sul”, faz-se o anúncio do espetáculo de *Mlle. Depurà* ou a “Mistinguette preta”, fazendo referência à cantora e atriz francesa que se apresentava em casas de shows como *Folies Bergère* e no *Moulin Rouge*, a mais popular vedete de sua época. Porém, a Mademoiselle Depuração “vem assombrar o nosso público, a nossa dança, a nossa civilização”. Representada por uma negra de seios desnudos e firmes, fantasiada

com penachos na cabeça e na calcinha, praticando uma dança exótica com piruetas a concluindo com um elástico espacate. A sua fantasia é muito próxima às atuais fantasias dos desfiles das escolas de samba. O seu nome, *Mlle. Depurà*, faz referência à depuração, purificação, limpeza, ou seja, à eugenia. E conclui: “consolidemos, pois, a glória de *Mlle. Depurà*”.

As mulheres negras nas páginas da *D. Quixote*, ora eram representadas como “empregadas”, ora como um “objeto sensual”. A tipificação da sátira, via charges, personificava os diferentes lugares sociais das mulheres negras, assim como as nuances para a “construção” de um tipo social onde essas representações reforçavam, de maneira explícita, os mais diversos tipos de preconceitos, entre eles o racial. Perpetuavam, dessa maneira, estereótipos que as desqualificavam e que ainda as desqualificam.

O racismo se fez presente na *D. Quixote* em simples contextos humorísticos que possuíam a “intenção” de provocar o riso. A política de branqueamento não pretendia apenas dissolver a cor da pele dos brasileiros, mas também atenuar a discussão racial no país. Contudo faz-se necessário uma elucidação. Comumente há uma confusão entre racismo e preconceito. Para Carlos Moore, os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo, pelo contrário, o racismo é que gera os piores e mais violentos preconceitos. E, entre eles, o mais profundo e abrangente é a noção da inferioridade e superioridade racial (MOORE, 2007, p. 280). Para o antropólogo, o problema não consiste, necessariamente, no fato de que o racista se sente superior, mas no fato de que ele vive uma vida infinitamente superior à vida daqueles que oprime. Detém um poder hegemônico que lhe permite reproduzir e perenizar as estruturas de dominação sociorraciais em favor dos seus descendentes (MOORE, 2007, p. 286).

Essa reprodução e perenização da inferioridade “construída” para os negros e seus descendentes brasileiros estava intrinsicamente ligada à imagem da escravidão, ou seja, de submissão; incapacidade intelectual; exclusão social; inabilidade para o trabalho; uso da ridicularização de sua fala como recurso humorístico; uso do arquétipo da mulata e do malandro para inferiorizar. As representações negativas incentivavam e reforçavam a crença na inferioridade, assim como a legitimavam.

Legenda da figura:
Os três estágios psicológicos de um passageiro de bonde

Figura 57 – D. Quixote – julho 1917 – Edição 10³¹⁸

Figura 58 – D. Quixote – agosto 1917 – Edição 16³¹⁹

³¹⁸ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 10, p. 4, 18 jul. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

³¹⁹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 16, p. 20, 29 ago. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

Legenda da figura:
tout rempli de soi même. (todo cheio de si)

Figura 59 – D. Quixote – agosto 1917 – Edição 15³²⁰

Legenda da figura:
— Você sabe porká?
— “Uê, gentes! Si eu soubesse porká, porkaria.”

Figura 60 – D. Quixote – maio 1918 – Edição 53³²¹

³²⁰ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 15, p. 15, 22 ago. 1917. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

³²¹ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 53, p. 19, 15 mai. 1918. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

Na Bahia... e alhures

— Mas, Pae João, você não votou em mim.

— Inhô não ; mas a culpa é de nhonhô. Nhonhô trabaçou pra bulição mas não fez nada pra noi e nossos fio prendê a lê ; e noi ficemo cumo o Jeca Tatú...

— Erros da mocidade !

Figura 61 – D. Quixote – abril 1919 – Edição 103³²²

Uma opinião sensata

— Oh ! Juquinha, não ponhas rouge que pierrot é pallido.

Figura 62 – D. Quixote – fevereiro 1920 – Edição 144³²³

³²² D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 103, p. 11, 30 abr. 1919. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 20 ago. 2018.

³²³ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 144, p. 24, 11 fev. 1920. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 20 ago. 2018.

Figura 63 – D. Quixote – fevereiro 1925 – Edição 406³²⁴

Figura 64 – D. Quixote – maio 1925 – Edição 418³²⁵

³²⁴ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 406, p. 17, 18 fev. 1925. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

³²⁵ D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 418, p. 17, 13 mai. 1925. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

Ao olharmos as charges e lê-las, inicialmente, provocam o riso ingênuo, sem maldade, pueril, inofensivo, porém, em um segundo olhar, percebemos o quanto o negro é diminuído. E esse riso se dá pela ridicularização de sua cor, dos traços reforçados do fenótipo e o “estranho” jeito de falar o português, muito provavelmente, para troçar os negros letrados, ou seja, a sua inferiorização racial. Para o estudioso Christie Davies, “o humor étnico é o meio pelo qual os contadores de piadas atribuem deficiências humanas a outros grupos étnicos de forma excessiva ou absurda” (DAVIES, 1990, p. 307). A prática do racismo usa como principal arma a humilhação. Essa necessidade de humilhar e diminuir negros e seus descendentes, mesmo através do riso, como temos demonstrado ao longo deste trabalho, está enraizada na ideologia da supremacia branca.

Na charge “Os estágios psicológicos de um passageiro de bonde”, nos chama a atenção que a representação do “inferno” é uma senhora mestiça, gorda, com trajas modestos e uma espécie de turbante na cabeça, sentada entre dois homens. A charge sugere que o ideal seria como nos Estados Unidos? Onde a política de segregação proibia, por exemplo, os negros de frequentarem a parte da frente dos transportes públicos, e, caso a parte de trás estivesse lotada, e a da frente não, os negros também não poderiam sentar ali. Mas o “paraíso” foi representado por uma senhora branca, magra, elegantemente vestida, de chapéu e pernas cruzadas. A charge sugere que o paraíso seria o branco estar sentado em um lugar designado para ele.

A charge “Chiquinho” representa um jogador de futebol negro. Com um comentário intrinsicamente ligado à cor da pele do atleta: “se o jogo fosse à noite, quem poderia marcá-lo?”. As habilidades do atleta pouco importavam, pois, a escuridão da noite, somada à escuridão de sua pele, tornaria o jogador imbatível, porque o outro atleta não conseguiria marcá-lo, dada a dificuldade para enxergá-lo. Já “Um charuto cheio de charutos” também faz referência à cor da pele. Um homem negro e esguio, elegantemente vestido, em uma mão segura uma bengala e na outra um jornal, complementa seu vestuário com o chapéu. Apresenta-se fumando um charuto e vários expostos em seus bolsos. Além de satirizar o negro que ascendeu socialmente e que é culto porque lê jornal, ridiculariza o negro pois, ao compará-lo ao charuto, que é negro, fino e alongado, inferioriza-o. Como a legenda menciona em sua continuidade, *tout rempli de soi même*, em bom português, “todo cheio de si”.

“Como eles começaram” nos mostra um casal de negros que, pelo trajar elegante, ascenderam socialmente. Ele de smoking, luvas nas mãos, porém faltando-lhe um dente na frente, exibido pelo seu largo sorriso. Ela com um vestido de gala e leque nas mãos. Os dois possuem um cabelo suavizado, puxado mais para o encaracolado, ou seja, ambos frutos da miscigenação. Mas, novamente, há uma ridicularização na fala dos personagens quando o

homem pergunta se a mulher sabia dançar polca: “Ele: Vancê sabe porká? Ela: Ué, gentes! Si eu subesse porká, porkária”. Primeiramente, é necessário ressaltarmos que o “chiste ingênuo” utiliza a “dança polca” para se referir à “porcaria”, sujeira; ou seja, necessitavam passar pelo processo de eugenia. A fala satirizada, apesar da ascensão social, sugere que preferiram a ignorância, uma insinuação como se quisessem a manutenção dessa condição. Mas, como vimos, o acesso à educação para os negros não era um caminho fácil de ser percorrido.

“Bahia... e alhures” faz referência as eleições presidências de 1919 quando Rui Barbosa, representado pelo “Inhô”, foi candidato à presidência da República³²⁶. A eleição de 13 de abril de 1919 se deu porque o presidente eleito em 1918 Rodrigues Alves, antes mesmo de assumir o cargo contraiu a gripe espanhola, falecendo em 16 de janeiro de 1919. Delfim Moreira, seu vice-presidente, assumiu o cargo em 15 de novembro de 1918. Em 25 de fevereiro de 1919 ocorre a Convenção situacionista, na qual disputavam dois nomes: Epitácio Pessoa e Rui Barbosa. O nome consagrado para concorrer à presidência da República foi o de Epitácio Pessoa. Rui Barbosa não se deu por vencido e insistiu em sua candidatura com o apoio somente de dois governos estaduais – São Paulo e Pará. Sua campanha se resumiu a cinco Conferências. A charge se refere a Conferência “A questão social e política no Brasil” realizada na cidade do Rio de Janeiro em 20 de março de 1919 no Teatro Lírico. Barbosa fez uma forte crítica a moralidade política, a manipulação do voto e ainda refutou o personagem Jeca Tatu e como o mesmo era representado na obra *Urupês* de Monteiro Lobato. O personagem Jeca Tatu representava o caboclo brasileiro como um tipo preguiçoso, inerte, analfabeto e apegado a credices místicas, “existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (LOBATO, 2007, p. 169). Para o candidato Rui Barbosa, o personagem de Lobato, refletia “alguma cousa do seu meio, nos pincelou, consciente ou inconscientemente, a síntese da concepção, que tem, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram” (BARBOSA, 1998, p. 9). A charge “Bahia... e alhures” ironiza a Conferência mencionada e a derrota de Rui Barbosa nas urnas. Pois, nos mostra o diálogo do “Inhô” (Rui Barbosa) com seus 70 anos, idade que tinha à época da eleição de 1919 e outro idoso negro que representava um ex-escravo. “Inhô” questionou o fato de o negro não ter votado nele. Vale ressaltar que o negro foi representado como se ainda estivesse na condição de escravo, o qual responde: “Inhô não; mas a culpa é do nhonhô. Nhonhô trabaiou pra bulição, mas não fez nada pra noi e nossos fio prendê

---

³²⁶ Rui Barbosa também foi candidato a presidência da república em 1910, mas também não obteve sucesso. Ver por exemplo: PORTO, Walter Costa. “Dossiê: Rui e as eleições presidências”. In: **Senatus**, Brasília, v. 8, nº 2, out. 2010, p. 46-57. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191795/ruieaseleicoes.pdf?sequence=5>, acesso em 18 mar. 2019.

a lê; e noi fiquemo cumo o Jeca Tatú...”. Como vimos, em sua Conferência fez severas críticas a representação do personagem Jeca Tatu. Em sua trajetória política Rui Barbosa não promoveu nenhuma ação política efetiva para a inclusão social dos negros e dos seus descendentes. E, o *gran finale*: “erros da mocidade!”. O tom irônico nos faz inferir que o abolicionismo foi um erro que o “Inhô Barbosa” cometeu em seus rompantes da juventude.

Apesar de até o momento analisarmos as charges na sequência cronológica de sua produção, nesse caso específico, saltaremos para a “Treze de Maio”, por também estar relacionada à abolição. Ela nos apresenta um casal que está se beijando, formado por um homem “branco duvidoso” e uma mulher de característica negra. No homem percebemos em destaque um anel reluzente, a ostentação do “anel de doutor”; já a mulher está bem vestida utilizando assessorios como chapéu e joias e, embaixo, a legenda: “tão bom como tão bom”. A charge, que foi publicada em 13 de maio de 1925, faz alusão aos benefícios oferecidos pela liberdade, ao anel de doutor, à mulher negra casada com “branco duvidoso” e, por fim, à política de branqueamento avançando em seu objetivo. Na “república isonômica”, os negros e seus descendentes estariam repletos de motivos para comemorar o treze de maio. Será?

Em “Uma opinião sensata”, o racismo é latente. Vemos um casal de negros, retintos, com traços fenotípicos reforçados, principalmente, bocas e narizes, se arrumando para aproveitar os festejos do carnaval – Pierrot e Colombina – quando a mulher sugere ao “Juquinha” para “não colocar rouge porque o Pierrot é pálido”. O título “uma opinião sensata” é um escracho em relação à cor dos personagens, os quais nunca serão pálidos, “descorados”, devido a cor negra de sua pele.

Por fim, a charge do “diálogo de uma mulher negra com um senhor português”, também sobre o carnaval, apresenta o racismo em sua forma mais veemente, pois é o que fere e perpetua estereótipos. A mulher negra, entusiasmada com a proximidade do carnaval, diz ao Seu Joaquim: – “Vou me fantasiar este ano que o senhor não vai me reconhecer. Este responde: – “Rapariga a mim não enganas. Eu te reconheceria a uma légua de distância. A negra, responde: – “Mas como?”. Seu Joaquim diz: – “Pelo cheiro!”, ou seja, negro fede! Outro fator a ser observado é que o homem branco tem nome, mas a mulher negra não possui nome, é simplesmente uma “rapariga”³²⁷.

As charges denotam o forte racismo que os negros e seus descendentes sofriam. Eles estavam “condenados” a uma condição de inferioridade, subalternidade. Podemos dizer que o

---

³²⁷ Não estamos nos referindo ao sentido pejorativo da palavra “rapariga”, mas sim ao sentido da palavra no português de Portugal: jovem, moça.

riso, nesse sentido, possuía uma dupla função: a de promulgar o racismo e a de amenizar o seu significado social.

Mas o personagem negro não era ridicularizado “apenas” em questões “amenas”. Como já vimos, o governo brasileiro elaborou uma série de leis e decretos sobre a questão imigratória. Em 1921³²⁸ houve a intenção de um grupo de negros norte-americanos de se instalarem no Brasil, mais especificamente, em Mato Grosso, com o intento de se refugiarem das fortes leis segregacionistas existentes naquele país. Porém esta iniciativa sofreu séria resistência do governo brasileiro.

A imprensa alardeou o caso, sugerindo um suposto plano do governo norte-americano de enviar seu contingente populacional de negros para o Brasil, plano este que acarretaria sérios prejuízos para a política de branqueamento de nossa população. Além disso, havia o receio dos governantes e da *intelligentsia* brasileira; que temiam que os negros americanos trouxessem com eles o “ódio racial” para o Brasil, pois aqui era considerado um lugar sem conflitos raciais. Talvez, dessa premissa, tenha se originado a frase jocosa, “no Brasil não há preconceito de cor; o negro conhece o seu lugar”³²⁹.

Para além das páginas da imprensa, o debate também teve repercussão no Congresso Nacional:

[...] A regra, é, porém, **a que a mestiçagem é infeliz**, sobretudo como mentalidade – crisalidas que ainda não são borboletas, e **desesperam de ainda serem larvas...**

Muitos dos nossos males nacionais veem daí; **a escravidão abolida civilmente em 1888 continuará por alguns séculos nos nossos costumes, porque está no nosso sangue. Trezentos anos talvez levaremos para mudar de alma e alvejar a pele**, e, se não branco, **ao menos disfarçados, perdemos o caráter mestiço**. Já purgamos outros tantos anos.

É neste momento que a América pretende desembaraçar-se do seu núcleo de 15 milhões de negros no Brasil... Quantos séculos serão precisos para depurar-se todo esse mascavo humano? Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória? Quanto tempo ainda para a redenção de Cam? Não bastou a Sibéria. Descobriram o Brasil!...

Pois bem! **Ainda com armas na mão, não, não e não! Deus nos acuda, se é brasileiro!**

Releve-me V. Ex. a franqueza, a quem só este mérito pode ter. De V. Ex. menor criado e admirador. (PEIXOTO, 1921)³³⁰

³²⁸ Para maiores informações consultar as obras: RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³²⁹ A frase jocosa, de acordo com o jornal, é de autoria de Millôr Fernandes. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, nº 28, p. 24, 12 mai. 1968. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

³³⁰ ANNAES DA CAMARA. O Parecer de Afrânio Peixoto é datado de 4 de novembro de 1921. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=27/12/1923#/. Acesso em: 30 set. 2018. Os destaques são nossos. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

De acordo com a fala de Afrânio Peixoto, o Brasil ainda não havia completado a sua política de branqueamento; a sua população foi considerada “larvas”. E, apesar da abolição, permaneceriam por “alguns séculos os costumes da escravidão”. Talvez, levaríamos uns trezentos anos para “alvejar a pele”. E, nesse momento da política de branqueamento, a “América pretende desembarcar 15 milhões de negros no Brasil” e questiona: “quantos séculos seriam necessários para depurar todo esse mascavo humano?”; será que teríamos “albumina” suficiente para “refinar essa escória?” E continua sua análise, “ainda com armas na mão, não, não e não!”. Conclui, “Deus nos acuda, se é brasileiro”! Seu discurso e os adjetivos utilizados, reforçavam o legítimo pensamento eugênico. A *D. Quixote* não deixaria passar incólume essa discussão:

Figura 65 – D. Quixote – agosto 1921 – Edição 222³³¹

³³¹ Título: A filantropia humana

Legenda da figura: Positivamente, Deus é brasileiro!

D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, nº 222, p. 12, 10 ago. 1921. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/506470>. Acesso em: 5 set. 2018.

A charge apresenta os símbolos dos Estados Unidos – Estátua da Liberdade e o Tio Sam com uma fisionomia austera e uma enorme vassoura – varrendo o “seu lixo” para o Brasil –, uma verdadeira “limpeza étnica”, ou, se preferirmos, eugênica. A legenda faz menção ao discurso de Afrânio Peixoto: “positivamente, Deus é brasileiro”, portanto, os negros americanos, ou melhor, “o lixo americano”, não seriam varridos para o Brasil, pois, como vimos no Capítulo I, o governo brasileiro tratou de elaborar diversas leis que impediam a entrada de negros e de não brancos.

O levantamento que realizamos da revista carioca *D. Quixote* evidenciou que os membros do periódico, assim como seu fundador e diretor, Bastos Tigre, buscavam representar as principais aspirações do regime republicano e as mudanças socioeconômicas durante e após a primeira guerra mundial. Constatamos que – através das análises dos textos satíricos, bem como das charges – foi propagado um discurso fortemente racializado que nos possibilitou o delineamento da mentalidade vigente do período estudado. Dessa forma, nossa investigação não corrobora a característica efêmera do humor, pois esse conduziu ou manipulou, no imaginário nacional, predicados sobre os negros e seus descendentes que, ainda hoje, estão presentes na sociedade brasileira.

4.2 BASTOS TIGRE, O HUMORISTA QUE SILENCIOU O RISO³³²

Como vimos, Bastos Tigres possuía uma diversidade de atuações profissionais. Era engenheiro, bibliotecário, dono de revista, humorista e também compositor e revistógrafo. As duas últimas o fizeram se preocupar e atuar com os problemas dos direitos autorais.

Com o crescimento dos musicais e do teatro de revistas nos anos 20, teve início um movimento, ainda embrionário, mas que resultou na Lei 496 de 1 de agosto de 1898³³³, também conhecida como “Lei Medeiros Albuquerque”, que fixava, em seu artigo 3º um prazo de garantia legal e discriminava: 1. Prazo de proteção de 50 anos a partir da data de publicação da primeira edição da obra; 2. Prazo para cessão de direitos eram de 10 anos, após o qual o autor

---

³³² Acreditamos ser importante ressaltar que esta seção da tese não pretende trabalhar o teatro de revista dos anos vinte na cidade do Rio de Janeiro, muito menos pretende discutir a trajetória da SBAT, mas sim analisar o caso da Companhia Negra de Revistas, da qual também não pormenorizaremos os detalhes de suas peças e de seu idealizador, De Chocolat. Nosso objetivo é a trajetória e a repercussão, no cenário brasileiro, de uma companhia negra de revistas, assim como as ações de Bastos Tigre, enquanto Diretor da SBAT, a respeito da trupe negra.

³³³ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-496-1-agosto-1898-540039-publicacaooriginal-39820-pl.html>. Acesso em: 01 out. 2018.

recuperaria integralmente o seu direito. Em seu artigo 13, explicita que era indispensável, para o gozo dos direitos de autor, o registro da obra na Biblioteca Nacional dentro do prazo de dois anos, sob pena de ter a obra considerada domínio público.

Em 1917 entrou em vigor o novo Código Civil, o qual, no capítulo “Da representação Dramática”, derrubou essa exigência do registro da obra, que se tornou facultativo e elevou o prazo de proteção para 60 anos. Os autores, principalmente de teatro, sentiram-se inseguros e muitos começaram a discutir e constituir uma organização que, realmente, defendesse seus direitos. Neste contexto, depois de algumas leis e decretos, surgiu, em 27 de setembro de 1917, a Sociedade Brasileira de Autores de Teatro (SBAT). De acordo com o memorialista da própria instituição, caiu uma chuva torrencial e devido a essa chuva estavam presentes na reunião somente os membros: Viriato Corrêa, Chiquinha Gonzaga, Raul Pederneiras e Oduvaldo Viana. Apesar de não estar presente na referida reunião, Bastos Tigre consta na ata de fundação, assim como fez parte da diretoria da SBAT³³⁴.

---

³³⁴ BASTOS Tigre: um dos fundadores da SBAT. **Revista da SBAT**, ano 36, n. 299, p.4, set./out. 1957.

É importante ressaltarmos que, até a fundação da Sociedade Brasileira de Autores de Teatro, não existia nenhuma lei específica que protegesse o autor de obra literária e artística. O primeiro diretor da SBAT foi Paulo Barreto (João do Rio). Posteriormente, Manoel Bastos Tigre presidiu a instituição no período de 1927-1928, sendo também membro do conselho deliberativo, cujo cargo era vitalício³³⁵.

Nos anos vinte, o teatro musical, especialmente o gênero revista³³⁶, era uma forma de entretenimento com um caráter mais popular e possuía no seu enredo malandros, mulatas, o maxixe, que representavam a “alegre miscigenação nacional”. Entretanto muitos espectadores que nutriam preconceito racial adotaram uma postura fortemente crítica ao que assistiam – a espetacularização do nosso caráter nacional. Era o mal-estar com artistas negros que já eram representados nas páginas das revistas humoristas:

Figura 68 – O Malho – junho de 1912 – Edição 0505³³⁷

Texto do quadro:

“Cabaré brasileiro” – Negro e mulatas em quantidade! Nós comemos “feijoada” e dançamos o verdadeiro “maxixe”! Grande sucesso do “Camisa Preta”.

Balão de fala:

Comigo são nove!

Legenda da figura:

Segue brevemente para Paris uma *trupe* de músicos, cantores, maxixeiros e capoeiristas nacionais. Há de tudo nesse conjunto; e naturalmente nessa onda se sobressairão alguns mulatos e negros. Vai ser um sucesso! O cabaré brasileiro chamará a atenção de todos os estrangeiros e o nome do Brasil será repetido por milhares de bocas.

³³⁵ BOLETIM DA SBAT. Ano 22, n. 194, ago./set. 1940.

³³⁶ O teatro passava por uma forte crise, pois nesse período, sofria com a diminuição de público que foi motivada pela consolidação do cinematógrafo com o advento do filme falado. Ver: BARROS, Orlando. **Corações de Chocolate**: História da Companhia Negra de Teatro. Rio de Janeiro: Editora Livre Expressão, 2005.

³³⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, nº 505, p. 27, 18 mai. 1912. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 set. 2018.

É um excelente meio de propaganda para o nosso país, e não faltará quem no auge do entusiasmo, aplaudindo o maxixe bem quebrado, entre uma dengosa mulata e um luzidio crioulo, exclame: Viva o Brasil!

Como podemos observar, a charge de *O Malho* nos apresenta uma forte ironização à Companhia composta por músicos e dançarinas negras, chamada de “cabaré brasileiro”, elucidando uma considerável resistência aos negros e à sua cultura.

Ressalta que a trupe era constituída de músicos, cantores, maxixeiros e capoeiras nacionais, que, como vimos até o momento, são execrados como símbolos da nossa descendência africana e do processo de miscigenação, os quais comem feijoada e dançam maxixe. E o escrachamento piora quando afirmam que o “show” será um sucesso e que o “cabaré”, palavra utilizada em sentido pejorativo, chamará a atenção de todos os estrangeiros e o nome do Brasil será pronunciado por milhares de boca. “Excelente meio de propaganda” seriam uma mulata dengosa e um lustroso crioulo. Dessa forma, explicita o grande pavor da *intelligentsia* brasileira em expor a “nossa” negritude para o mundo, já que éramos o símbolo do sucesso da miscigenação:

[...] para o show business, o corpo negro era fundamentalmente uma essência, um fetiche, uma caricatura, que devia ser explorado pela perspectiva do exótico, do pitoresco e do espetacular. O entusiasmo, neste sentido, não era apenas pela arte, mas antes pela raça, pela potencialidade que essa nova mercadoria tinha na emergente indústria cultural. (DOMINGUES, 2010, p. 103)

Nesse contexto, nascia na cidade do Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1926, a Companhia Negra de Revistas (1926-1927), que, como o próprio nome diz, tinha como seus componentes negros e mestiços. O processo se iniciou com o artista baiano João Candido Ferreira – De Chocolat³³⁸ – que, no início dos anos 20, realizou uma série de shows em Paris, que resultaram em um grande sucesso. Nessa turnê, De Chocolat teve contato com o teatro ligeiro, termo que começou a ser empregado pela crítica jornalística a partir da segunda metade do XIX e era profundamente marginalizado pelos intelectuais da época. Esse gênero teatral era

---

³³⁸ João Candido Ferreira nasceu em Salvador (Bahia) em 18 de maio de 1887. Em pesquisas realizadas, encontramos imprecisões sobre a sua data de nascimento. Optamos por utilizar a datação mencionada por BARROS (2005, p. 14). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 27 de dezembro de 1956. Foi cantor, compositor, autor, teatral, produtor, ator, dançarino. Segundo seus biógrafos, ainda morando em Salvador, ingressou como cançonetista em uma companhia espanhola de zarzuela e, com essa companhia, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Nessa época seu nome artístico era Jocanfer (junção das sílabas iniciais de seu nome). Quando já contava com um certo prestígio nos teatros de revista brasileiros, com apresentações tanto na capital federal quanto em São Paulo, acreditou que deveria alçar voo indo para a Europa. Permaneceu um maior tempo em Paris, onde trabalhou em vários caberés e recebeu o apelido, por causa de sua cor, de “Monsieur De Chocolat”. Criou e participou de algumas companhias de teatro, mas também atuou como funcionário público no Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho que acumulava junto ao cargo do Departamento de Turismo Municipal. Dedicou sua vida a arte.

uma contraposição ao que se chamava de “teatro sério”. Compreendia os gêneros teatrais como formas menos elaboradas e mais simplificadas de espetáculo e tinha como finalidade a diversão do público por meio da comicidade, do riso e da leveza das situações representadas³³⁹.

Ao retornar ao Brasil, De Chocolat resolveu experimentar o teatro ligeiro “abrasileirando-o” e se “inspirou” em “*La Reveu Nègre*” que, como o próprio nome diz, também era composta por artistas negros norte-americanos e que conseguiu atingir, na capital francesa, um grande sucesso de crítica e de público. Para colocar em prática sua nova empreitada, De Chocolat associou-se ao cenógrafo português Jaime Silva³⁴⁰, o único branco da trupe. Os títulos das peças também reforçavam a “marca da cor”: *Tudo Preto*; *Preto e Branco*; *Carvão Nacional*; *Café Torrado*. As duas primeiras foram representadas enquanto o grupo estava sob a direção de De Chocolat e Jaime Silva.

Não foi por acaso que o primeiro espetáculo da trupe foi “Tudo Preto”. Logo no primeiro quadro um dos *compères* da revista, o baiano Benedito, replicando uma afirmação do outro *compères*, o paulista Patrício, ao defender a necessidade e a oportunidade de que também no Brasil houvesse uma companhia negra de teatro, fez referência explícita à “*La Reveu Nègre*”³⁴¹:

Patrício: [...] Havemos de formar a nossa companhia de revistas só com gente de raça... Só devemos aceitar elementos pretos!

Benedito: [...] Havemos de demonstrar nossa habilidade. Em Paris o Douglas não está com a sua Companhia Negra de Revistas?

Patrício: Justamente! E dizem que não tem um só elemento que não seja preto!

Benedito: Muito bem; é o que devemos fazer aqui. Tudo Preto! Deve ficar interessantíssimo!

É importante compreendermos que os negros e seus descendentes representavam papéis de posições subalternas, como criados, moleques de recados, quase sempre ingênuos e infantilizados. Em sua peça, De Chocolat evidenciou o lugar que os negros e seus descendentes não queriam mais ocupar tanto no teatro, quanto na estrutura social – o serviço doméstico! A descrição do autor ambientou a cena com homens vestidos de cozinheiros, segurando nas mãos

³³⁹ Ver, por exemplo, a obra: VENEZIANO, Neyde. **Não adianta chorar**: teatro de revista brasileiro... Oba! Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 21-30.

³⁴⁰ Jaime Silva (1880-1945) nasceu em Portugal e chegou ao Brasil aos onze anos de idade, onde fixou residência definitiva. Dedicou-se à pintura e acabou trabalhando com cenografia, onde se destacou pelas suas notáveis concepções e foi considerado o introdutor de grandes montagens do nosso teatro popular. Também confeccionou muitos prêmios para nossas grandes sociedades carnavalescas e obteve muitas vitórias e verdadeiras consagrações populares. Naturalizou-se brasileiro e trabalhou na arte por mais de quarenta anos. As informações sobre ele foram retiradas da nota de falecimento de Jaime Silva, publicada em: DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, nº 3865, p. 19, 13 ago. 1945. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 set. 2018.

³⁴¹ A ficha técnica, o enredo, as falas e as letras das músicas estão disponíveis para consulta no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no arquivo da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia, caixa 891. Os textos contidos no arquivo e que serão utilizados foram adaptados ao novo acordo ortográfico.

utensílios de cozinha: panelas, frigideiras, escumadeira, entre outros; e as mulheres apareciam segurando espanador de pó. Óbvio, todos trajados a caráter, devidamente uniformizados e cantariam a canção “O coro dos Serviçais”,

Deixamos as patroas
Artistas boas
Vamos ser
Cheias de alacridade
E com vontade
De vencer
Seremos as estrelas
Chiques e belas
A dominar
Mostrando que a raça
Possui graça
De encantar

O excerto nos mostra que os “empregados domésticos”, enfim, rebelavam-se e queriam ascensão social. De início, os pretos avisavam dando adeus aos trabalhos domésticos e que seriam estrelas e mostrariam que “a raça possui graça”. Ao colocar em prática a sua “nova” proposta, De Chocolat ressaltou, ao seu estilo, o caráter negro do espetáculo com citações de costumes, dos hábitos, ou do que ele chamava de “coisas da raça negra” (BARROS, 2005, p. 96).

A sociedade, intelectuais, jornalistas, de acordo com *O Paiz*, encheram o teatro Rialto para assistir a discutida peça de negros. Em sua seção “Teatros”, o jornal analisou a estreia da trupe:

Pela primeira vez o teatro Rialto logrou duas enchentes. Verificou-se isso ontem, com a *première* da revista *Tudo Preto*, de De Chocolat, música de Sebastião Cirino. A revista nada tem de original, mas é divertida, possui vários números cômicos e outros de fantasia, cujo agrado foi absoluto. Havia grande curiosidade pela estreia da original *trupe* e isso era natural. Só um artista não é preto, é, no entanto, brasileiro. (O PAIZ, 1926)³⁴²

A expressão “duas enchentes” refere-se à quantidade de pessoas devido à curiosidade pela estreia da “original trupe”, leia-se atores negros. O jornal considerava essa curiosidade natural. Gilberto Freyre assistiu “Tudo Preto”, levado por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto. De acordo com Hermano Vianna, teria solicitado ao amigo Sérgio um “contato direto com a música popular carioca, seus autores e executantes, especialmente os

³⁴² O PAIZ. Rio de Janeiro, nº 15260, p. 8, 1 de agosto de 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

negros” (VIANNA, 2002, p. 24). Em seu artigo *Acerca da valorização do preto*, Freyre também descreve a sua pitoresca noite negra:

Ontem, [com] alguns amigos [Prudente e Sérgio] passamos uma noite que quase ficou de manhã a ouvir Pixinguinha, um mulato, tocar em flauta coisas suas de carnaval, com Donga, outro mulato, no violão, e o preto bem preto Patrício [Teixeira] a cantar. E ouvindo-os nós sentimos o grande Brasil que cresce meio tapado pelo Brasil oficial e postiço e ridículo de mulatos helenos como o sr. Coelho Neto; e de brancos e de mulatos de fraque, interessados em colocar pronomes e em parecer europeus ou norte-americanos; e todos bestamente a ver coisas do Brasil – deste delicioso Brasil [...] através dos *pince-nez* de bacharéis. (Gilberto Freyre)³⁴³

Freyre, em seu pequeno artigo, fez um ataque aos negros, mulatos e “brancos duvidosos” que querem “parecer” europeizados ou norte-americanizados, pois veem o país através de seus *pince-nez* de bacharéis afrancesados, representados pela figura de Coelho Neto, romancista, crítico, teatrólogo, político e membro da Academia Brasileira de Letras. Podemos inferir um *mea-culpa* de Freyre e de outros pares que, como ele, eram preconceituosos. Nos cabe, entretanto, realizar uma ressalva. Quando Freyre relata o encontro com Pixinguinha e Donga e os vê como “mulatos”, realmente estava precisando trocar as lentes de seus *pince-nez*, pois esses eram tão pretos quanto Patrício Teixeira – ou talvez estivesse influenciado pelo “líquido” da boemia.

A Companhia Negra de Revistas não passou incólume pelos jornais e revistas humorísticas. *O Malho*, por exemplo, noticiou a formação do grupo em fevereiro de 1926 com riso e preconceito:

Precisa-se de negros e negras para a organização de uma companhia teatral destinada a desenfeitiçar o Rialto. Devem ser absolutamente retintos e não serem horrendos, idade de 16 a 40 a anos, sabendo ler, escrever e dançar. Procurar o senhor Mário Nunes, no Jornal do Brasil. (O MALHO, 1926)³⁴⁴

E continuou a destilar seu riso impregnado de preconceitos no artigo *O Rialto e sua cabula*, no qual simulou uma entrevista com o dono da casa de espetáculo, na qual menciona que pretendia trazer ao Rialto todos os públicos do Rio de Janeiro:

[...]
– Fecho contrato com a Companhia Negra de Revistas!
– Bravo! Muito bem! – aplaudiu o nosso enviado que, já agora, diga-se de passagem, vai ser o secretário daquela homogênea *trupe*.
– Bem, pode ser que assim o público se comova... e apareça!

³⁴³ FREYRE, Gilberto. *Acerca da valorização do preto*. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco, nº 216, p. 3, 19 set. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

³⁴⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, nº 1224, p. 17, 27 fev. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

– Aparecerá, mas... Stamile, corre por aí que a Prefeitura vai desapropriar o Rialto para abrir uma rua comunicando esta parte da Avenida com os terrenos do Castelo...
 – Pensou nisso, sim, mais desistiu. Receia realizar um dispêndio inútil. [...]
 [...] A entrevista estava finda. [...] Ali estava a espera um moço que parecia norte-americano, sobraçando um maço de catálogos ilustrados. Propunha-se a instalar, na caixa do Rialto, para uso da Companhia Negra de Revistas “câmaras inodoriantes”... Garantia que, por meio delas, os Estados Unidos tiravam, até catinga das baratas... (O MALHO, 1926)³⁴⁵

A revista instrumentalizou-se via texto satírico para externar seu preconceito racial, que ficou explicitado quando menciona que, ao contratar a companhia negra, o público “se comova e apareça”. Logo, a representação do negro ficava associada à necessidade da caridade de outrem. O racismo também é reforçado quando menciona que os membros da trupe, antes de entrarem no teatro, passariam por “câmaras inodoriantes”, cuja eficiência é comprovada pelos Estados Unidos, pois lá tiravam até a catinga de baratas; ou seja, os negros da companhia eram fedidos e seres rastejantes, comparados a insetos nojentos como as baratas.

A *Careta*, mencionou a “influência” europeia e fez comparações de “negros”:

O “negrismo” é a grande moda do momento. Paris delirou, longos meses diante de uma companhia negra de revistas. E Josephine Baker, negra autêntica, é hoje umas das popularidades mais fascinantes do “*boulevard*” parisiense.
 Agora, Londres também quis ver uma companhia negra. E mandou buscá-la em Paris. Foi a Cidade Luz que organizou, para enviar a Londres, o Bataclan Negro. Essa curiosa “trupe” vai à Inglaterra representar a revista de “Pessoas Negras”, que fez grande sucesso em Paris. É uma companhia de negros autênticos.
 Mas nós, que cá temos De Chocolat e sua tribo, não devemos ter inveja de Paris nem de Londres... Negros por negros, nós cá também temos... (CARETA, 1926)³⁴⁶

O forte tom preconceituoso também imperou na *Careta* como é possível perceber na passagem: “o negrismo” está na moda”. Utilizou o adjetivo “autêntico” duas vezes para reforçar que eram negros mesmos, ou seja, “sem misturas”. E ironiza quando menciona que a “Cidade Luz” enviou negros para Londres, onde, como sabemos, o clima predominante é nublado e possui o famoso *fog*. A “luz” mandou, para a “cinzenta neblinada”, negros. Enquanto as companhias europeias eram chamadas de “trupe”, a de De Chocolat foi chamada de “tribo”, alertando que, nesse caso, não precisávamos ter inveja de Paris e Londres.

Em sua seção “Palcos e Salões”, o *Jornal do Brasil* também analisou a Companhia Negra de Revistas de De Chocolat:

³⁴⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, nº 1243, p. 21, 10 jul. 1926,. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

³⁴⁶ CARETA. Rio de Janeiro, nº 964, p. 23, 11 dez. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

O público, como todos os públicos, gosta de originalidade daí as duas enchentes que o Rialto apanhou ontem por estrear ali, a Companhia Negra de Revistas, constituída integralmente de **pretos** como a orquestra, sendo a revista escrita por dois **pretos**, um que fez o libreto, o outro que coordenou a partitura. Certo o numeroso público que afluiu ao teatro cuidava de divertir-se com o **ridículo** e o **grotesco de tão estranho elenco**, mas depressa se convenceu que ia assistir interessante, pela maneira correta porque ia ele se desenrolando, com alguns ditos de espírito da comperage, números de canto e dança bem executados e marcados e até mesmo revelações de pendores artísticos que deixam a melhor impressão. (JORNAL DO BRASIL, 1926)³⁴⁷

O *Jornal do Brasil*, apesar do tom preconceituoso do início, reconheceu o talento artístico dos pretos, palavra que tanto fez questão de repetir propositalmente no pequeno excerto, acompanhada dos adjetivos “ridículo” e “grotesco”, pois considerava “estranho” um elenco constituído de pretos. Porém a avaliação do crítico foi boa, ressaltando as qualidades do trabalho e até mesmo da revelação de uma certa “aptidão natural” artística que deixaram boa impressão.

O jornal *A Rua*, na seção Cenas e Telas, não circulou no mês de agosto e realizou sua análise da companhia em setembro, quando a “Tudo Preto” já não estava mais em cartaz. Nem por isso o seu crítico foi menos virulento:

Os últimos alentos da Companhia Negra, no Rialto!

[...] Apenas, ao que já estamos informados e segundo mesmo uma impressão pessoal a respeito, parece que, para a Companhia Negra de Revistas não há salvação possível. Está ali, está condenada a morrer chorosamente, abraçada à indiferença pública. A estreia desse agrupamento, sob direção artística assaz suficientemente bem louvada desse notável De Chocolat (se é possível alguém na vida se chamar De Chocolat!) provocou um dos maiores ruídos de teatro nestes últimos tempos. As enchentes foram assoberbantes. A gente ouvia em toda parte.

[...] Como em Paris a moda era ir ver os pretos americanos, aqui entre nós, a moda passou a ser ir aplaudir os pretos... do De Chocolat. É espantoso! Bem depressa, porém, se verificou que os pretos do De Chocolat eram a maior blague deste mundo!...

Em Paris exibiram-se pretos artistas, aqui exibiram os nossos copeiros e as nossas cozinheiras... havia uma pequena diferença...

[...] Hoje, felizmente, a companhia estrebuchou. Graças! Vamos ter de novo, em casa, as nossas empregadas...

A pilheria vai acabar. Tinha que ser. Porque, como troça, a toda uma população não se podia desejar nada mais impudico.

Era, realmente, de causar pena o espetáculo da miséria e desgraciosidade a que pudemos assistir com as representações do Rialto. As pobres raparigas a exhibir em cenas magríssimos cambitos negros com manchas brancas, chegavam a dar náuseas... A gente começava sem querer, diante daquela exibição dolorosa, a inquerir, de si para si, de onde poderiam ter promovido aquelas manchas... nada mais desagradável...

Os rapazes, coitados, sem nunca ter pisado em um palco, esborrachavam-se em contradições macabras e estonteantes... Os conhecidos eram apontados a dedo, sob a ruidosa chalaça da plateia:

³⁴⁷ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, nº182, p. 11, 1 ago. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico. Os destaques são nossos.

– Aquele o alfaiate do Jaime Silva! Ah! Ah! Ah!

– Olha aquele outro! É o preparador das tintas cenográficas do Jaime Silva!

Era trágico. [...]

O que se estava praticando era um abuso, a requerer a intervenção da própria polícia. Era a exibição quase nua (tudo agora acompanha o Bataclan) de humildes rapazes e pobres raparigas que haviam sido pegados pelo De Chocolat e empurrados a muque, para o tablado do teatro. Ali eram exibidos como se pode exhibir, num lugar público, um grupo de animais curiosos. (A RUA, 1926)³⁴⁸

A peça que estava em cartaz no momento da crítica do *A Rua* era “Preto no Branco”. O texto, evidentemente de cunho racista, insinuava que as relações de trabalho da companhia eram semelhantes ao sistema escravocrata de “senhor” e os seus “escravos”. De Chocolat foi descrito como um empresário ganancioso e manipulador, que se aproveita da ingenuidade de seus atores pretos ingênuos que foram cooptados, convencidos e empurrados “a muque” para o tablado do teatro. A plateia reconhecia os funcionários de Jaime Silva entre os atores da peça, fato que provocava risos. Esses atores pretos, que provocavam risos, “serviam” a Jaime Silva, o único branco da companhia e o público os reconhecia pelas profissões que possuíam extra palco. Fato curioso. Porém, este mesmo público não reconheceu, por exemplo, o maestro regente – Pixinguinha. Muito provavelmente, porque este “não prestava” serviços ao senhor Jaime Silva. O autor também dá “Graças” por termos, novamente, em nossa casa os empregados domésticos. Mas o que é realmente visceral é como descreve os pretos. As negras mostravam os cambitos pretos com manchas brancas que provocavam náuseas, repugnância. A peça requeria uma intervenção policial³⁴⁹, pois a exibição quase nua dos humildes rapazes e pobres raparigas beirava a depravação e De Chocolat é, praticamente, acusado de cafetinagem.

Como vimos, as críticas foram perversas, visto que estavam mais relacionadas ao fato de os componentes serem negros, do que à capacidade de organização do espetáculo e à habilidade artística de seus membros. Essas críticas sustentavam que os negros estavam “fora do lugar”, não apenas físico, mas, principalmente, cultural e social.

Jaime Silva, depois da estreia, concedeu uma entrevista no saguão do teatro. Enquanto recebia os cumprimentos do público, disse ao repórter que estava entusiasmado com os seus sonhos de artista, com a sua Companhia, com os seus projetos futuros. Também afirmou que De Chocolat foi um aliado indispensável e o verdadeiro criador da ideia, que merecia ser aperfeiçoada. Mostrou-se também desinteressado dos lucros que poderia ter com uma

³⁴⁸ A RUA. Rio de Janeiro, nº 11, p. 5, 14 set. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

³⁴⁹ As peças da Companhia Negra de Revistas estão disponíveis para consulta no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Arquivo da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia, caixa 891, órgão que era responsável pela censura no período.

administração voltada para a exploração econômica da Companhia, declarando que seu interesse maior era a “vitória artística da gente de cor”. Três dias após a entrevista de Jaime, De Chocolat foi entrevistado por um repórter da *A Pátria*. O jornalista elogiou e a constância, a aplicação e o amor à disciplina como as maiores virtudes do entrevistado, a quem ele achava que não faltava engenho, paciência e habilidade para arregimentar. Ao ser felicitado De Chocolat respondeu: Não é a mim a quem deveis felicitar, mas sim a Jaime Silva, o extraordinário artista, por isso que foram a sua arte, os seus capitais e os seus conselhos, os motivos únicos do triunfo (BARROS, 2005, p. 98-99). As divergências entre Jaime Silva e De Chocolat eram incontornáveis, a consequência foi a saída do diretor baiano.

A *Rua* não disfarça seu contentamento, pela ruptura da parceria tornando-a pública no artigo *A companhia negra vai à garra*:

Desagrega-se a companhia negra de revistas.

O celebre De Chocolat que havia detido nas pretas mãos a direção da companhia em que se encontrava, na qualidade de diretor, explorando a boa fé pública, acaba de ser posto no olho da rua.

Veio por isso esbravejar pelos jornais. Era natural: tiraram-lhe a canja – berrou. Neste momento, o grupo desarticulado, sob a direção de Jaime Silva, está dando, com alarmante insucesso, alguns espetáculos na vizinha cidade de Niterói, de onde pretende partir, brevemente, rumo de Campos.

Quer dizer, em resumo, o Rio está livre daquela coisa vergonhosa.

De resto, o público carioca, já havia libertado a Companhia de sua proteção, pois nos últimos tempos, o Teatro Rialto estava as moscas...

Desse modo, a Companhia Negra de Revistas vai a garra... Era fatal, de acordo aliás com o que aqui fora previsto.

Só sentimos que a frente daquele negócio indefensável, esteja o nome digno de respeito como o do Sr. Jaime Silva. (A RUA, 1926)³⁵⁰

Não podemos ignorar que Jaime Silva e De Chocolat estavam em rota de colisão à época do primeiro artigo, que resultou no afastamento deste último. Também não podemos ignorar o prestígio que o cenógrafo português possuía com a imprensa, assim como não podemos ignorar que sempre o criticado ferozmente era De Chocolat e que os artigos cáusticos do periódico *A Rua* não eram assinados. E, por exemplo, após a saída de De Chocolat, em 1927, o *A Rua* publicou: “Companhia Negra de Revistas, sob direção de Jaime Silva, continua a fazer sucesso no teatro República, com a Revista Café Torrado” (A RUA, 1927)³⁵¹. As mãos pretas não estavam mais na direção da companhia, porém as mãos dignas e respeitadas continuaram.

³⁵⁰ A RUA. Rio de Janeiro, nº 22, p. 2, 27 set. 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

³⁵¹ A RUA. Rio de Janeiro, nº 128, p. 5, 9 mar. 1927. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

De Chocolat criou a sua própria companhia negra a “Bataclan-Preta”, cujos principais trunfos eram a vedete Jandira Aimoré e o regente Pixinguinha. Por sua vez, Jaime Silva não ficou atrás. Em turnê por São Paulo, conheceu o pequeno Otelo, que passou a integrar a Companhia Negra de Revistas, se afirmou no meio teatral, como também no cinema e, mais tarde, na televisão nacional com o nome de Grande Otelo:

Está em franco sucesso no Teatro República, a Companhia Negra de Revistas que tem a recomendá-la entre muitos atrativos um artista negro de sete anos, Otelo, que é simplesmente maravilhoso. A peça em cena, atualmente, é a “Revistas das Revistas”, que tem não só magnífica montagem, como desempenho irrepreensível por parte de todos os artistas. A companhia, em vista de vários compromissos que tem, não pode infelizmente, prolongar por muito tempo a sua temporada no alegre e popular Teatro da Avenida Gomes. (A RUA, 1927)³⁵²

A companhia negra atuou e fez grande sucesso em várias cidades brasileiras, como Recife e Salvador. Enquanto realizava turnês pelo sul do país (Porto Alegre e Pelotas), iniciou-se um burburinho pela imprensa de que o empresário Sogum, diretor da *South American Tour*, havia firmado um contrato para excursionar com a trupe de Jaime Silva, pelos países vizinhos, especificamente, Argentina, Chile, Uruguai, além de Portugal, Espanha, França e Alemanha, neste último a temporada deveria se esticar.

As reações negativas não tardaram. Nesse momento, entra em cena o nosso humorista Bastos Tigre, porém como presidente da Sociedade Brasileira de Autores de Teatro no período que compreende 1927-1928. A notícia também repercutiu na SBAT, que, como sociedade de autores, não havia demonstrado nenhum interesse pela Companhia Negra de Revistas até esse momento. A Sociedade, apesar de ser uma instituição privada, assumia uma forte posição oficial por ter uma grande representatividade com o meio artístico.

A SBAT resolveu o imbróglio sem precisar envolver o Ministério das Relações Internacionais, porém, para Jaime Silva, o poder de persuasão foi o mesmo. Em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1927, o Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Autores de Teatro, presidido pelo Sr. Bastos Tigre, deliberou:

O Sr. Bastos Tigre participa que, chegando ao seu conhecimento que os empresários Jaime Silva e Avelar Pereira pretendem levar a Argentina e Uruguai a Companhia Negra de Revistas, o que redundará em descrédito do nosso país, a SBAT, como lhe cumpre, irá agir energicamente a fim de impedir a consumação desse **atentado aos foros da nossa civilização**.³⁵³

³⁵² A RUA. Rio de Janeiro, nº 130, p. 5, 11 mar. 1927. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 out. 2018. O texto foi adaptado ao novo acordo ortográfico.

³⁵³ Ata do Conselho Deliberativo de 5 de julho de 1927. Disponível: BOLETIM DA SBAT, ano 7, nº 37, p. 296, jul. 1927. Os destaques são nossos.

A Companhia Negra de Revistas, mesmo com todos os percalços que obteve em seu caminho, era considerada de “qualidade”, porém foi impedida de realizar uma turnê internacional pela Sociedade Brasileira de Autores de Teatro, que, por princípio, deveria garantir os direitos dos profissionais de teatro e não de impedi-los de trabalhar por serem pretos. Todavia o impedimento aconteceu pela seguinte alegação: “artistas negros não deveriam representar a nação no exterior” (BARROS, 2005, p. 296-306).

Para o desfecho desse imbróglio pela SBAT, Bastos Tigre, juntamente com o Conselho Deliberativo, nomeou uma comissão composta por Marques Porto e Fábio Aarão Reis, os quais deveriam ir pessoalmente à presença de Jaime Silva, dono da companhia, e convencê-lo a desistir. Esta comissão estava autorizada a ameaçar em nome da instituição: “caso insista este nos seus propósitos, terá então a SBAT de agir por meios mais eficazes”. Na ata da reunião de 12 de julho de 1927, constava: “O Sr. Marques Porto comunica ter tido feliz solução o caso da excursão da Companhia Negra de Revistas, ao estrangeiro, que não mais se realizará, segundo a promessa do Sr. Jaime Silva, um dos empresários da mesma”³⁵⁴.

Nos instigou a pensarmos quais seriam as “ameaças” que a Companhia Negra de Revistas poderia sofrer. A SBAT, responsável pela promoção da “segurança” da classe teatral, já havia entrado com os trâmites formais para que fosse legalizado um fundo de patrocínio de recursos do governo federal, assim como a lei dos direitos autorais que foi aprovada em 1928. Na época contavam com o apoio do então Deputado Federal Getúlio Vargas, depois Ministro da Fazenda. Ou seja, “nos desobedeça e não conseguirão patrocínio para futuras peças”, bem como “poderemos dificultar os trâmites burocráticos dos direitos autorais, logo, impediremos vocês de trabalharem”. Outra possibilidade: não seria difícil o contato da SBAT com o Ministério das Relações Exteriores e que este, por intermédio do Itamarati, dificultasse os trâmites burocráticos da viagem, atrasando-a e, dessa mesma, impedindo a execução da turnê. O fato foi que, depois de retornarem do sul do país, não se ouviu falar mais da Companhia Negra de Revistas. O humorista Bastos Tigre silenciou o riso preto.

Bastos Tigre é um personagem perturbador, pois se procurarmos textos ou poesias satíricas sobre racismo, encontraremos poucos. Porém, se instrumentaliza das instituições que representa para praticá-lo dissimuladamente. A revista *D. Quixote* era sua; nela investiu seu dinheiro e a mantinha com os diversos anúncios publicitários que, em sua grande maioria, era de sua autoria. Portanto, no papel de dono, publicou somente “assuntos” que também acreditava

---

³⁵⁴ Ver: BARROS, Orlando. **Corações de Chocolate**: História da Companhia Negra de Teatro, Rio de Janeiro: Editora Livre Expressão, 2005, p. 230.

e corroborava. Esse racismo “encoberto” foi escancarado enquanto presidente da SBAT, pois representava a instituição formalmente e, ao invés de proteger e incentivar os artistas de teatro, os impediu e os ameaçou por considerá-los prejudiciais à imagem do nosso país por serem pretos. E poderia ter feito diferente. Enquanto presidente da SBAT, deveria ter preservado e resguardado os autores e artistas de teatro, assim como auxiliá-los, instruí-los ter fornecido suporte para que pudessem realizar a turnê internacional, visto que muitos eram associados da SBAT. Ironicamente enquanto isso, o tango dança que se popularizou e tornou um signo da Argentina, país onde iniciaria a turnê internacional da Companhia Negra de Revistas, era bailado nos salões moralistas bem frequentados pela sociedade branca duvidosa carioca.

Manoel Bastos Tigre faleceu em 2 de agosto de 1957. Tigre, apesar das diversas atividades que exerceu, as que predominaram foram a de poeta e humorista. Acreditamos que era por essas que realmente gostaria de ser lembrado, afinal travou várias lutas diuturnamente em prol da profissionalização da literatura via entidades de classes. Candidatou-se por três vezes a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, mas todas as vezes foram malogradas, talvez porque o humorista sempre estivesse lutando contra os moinhos de ventos com o poeta. D. Xiquete – o humorista – e Bastos Tigre – o poeta – para, o bem ou para mal, se tornaram uma simbiose quase perfeita de D. Quixote e Sancho Pança, cujas aventuras, apesar de verdadeiramente ridículas, também despertavam um senso de comiseração, com as suas alegrias, com as suas dores, com os seus preconceitos e com as suas paixões.

CONCLUSÃO

A dor dos judeus choca, a nossa gera piada.
Emicida³⁵⁵

Figura 69 – Dia da consciência negra³⁵⁶

Dissemos, na introdução desta tese, que as questões: “O humor pode contribuir para a manutenção do racismo na sociedade? Devemos rir de tudo, inclusive, de piadas racistas?” foram algumas das indagações que inspiraram este trabalho. Acreditamos que, após esta jornada, respondemos de forma satisfatória – e afirmativa – à primeira indagação.

Antes de responder à segunda, é preciso desfazer alguns possíveis equívocos de interpretação que ainda possam existir quanto à crítica aqui efetuada e que, por ventura, não tenham sido desfeitos ao longo do caminho percorrido até este momento. O presente trabalho de modo algum pretende colocar os humoristas estudados em um “*index* racial do humor”. Este trabalho também não deve ser lido e interpretado como um possível instrumento de patrulha ou censura aos humoristas contemporâneos. Também não temos a pretensão de ditar regras sobre

³⁵⁵ EMICIDA. Bang!. Intérprete: Emicida. In: EMICIDA. **O Glorioso retorno de quem nunca esteve aqui**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013, 1 CD. / EMICIDA. Bang!. Intérprete: Emicida. In: EMICIDA. **10 anos de Triunfo**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2018, 1DVD.

³⁵⁶ ANGELI. Feriado: Dia da Consciência Negra. In: **Folha de São Paulo**. Especial Angeli 40 anos de Folha. São Paulo. 20 set. 2015. 1 Charge. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2015/09/20/angeli-40/>. Acesso em: 11 out. 2018.

o que pessoas devem ou não rir. No entanto entendemos ser de fundamental importância – e este é um dos objetivos principais desta tese – refletir criticamente sobre as possíveis implicações do humor na manutenção e perpetuação do racismo e do reforço de estereótipos dos afro-brasileiros existentes na sociedade.

Nossa pesquisa mostrou que havia uma espécie de consenso entre os humoristas do período analisado – *belle époque* aos anos de 1920: que, para rir das pessoas negras e seus descendentes, era preciso inferiorizá-los, inferiorizar suas características. Como dissemos, não defendemos que esse tipo de “humor” seja proibido – embora o consideremos, nesse caso, racista. Não podemos, porém, nos esquivar das seguintes perguntas: será que essa era a única maneira possível de rir e retratar os negros? Será acurada uma análise que desvincule, ou desconsidere, essa inferiorização do contexto racista do final do século XIX e início do século XX? Ou, dito de outra forma, não seria possível elaborar textos e/ou poesias satíricas ou charge do professor Hemetério José dos Santos, do Deputado Monteiro Lopes, do poeta B. Lopes e dos outros tantos personagens negros sem levar em conta a sua cor?

Poderia se objetar as reflexões acima sustentando que essa maneira de encarar o humor limita a liberdade de expressão dos humoristas. Não é raro ouvirmos que o “politicamente correto” está deixando o mundo muito chato. Aqueles que pensam dessa maneira têm razão ao afirmar que os defensores do “politicamente correto” têm exagerado, como querer proibir marchas de carnaval e tentar censurar piadas. Entretanto alguns defensores da tese de que não há limites para o humor expressam, ao nosso ver, um estranho conceito de liberdade de expressão. Eles entendem que têm o direito de fazer piada e de rir de qualquer coisa – o que consideramos legítimo. No entanto não querem ser criticados por isso. Quando surge uma crítica a uma piada, sátira ou charge, eles se apressam em gritar: patrulha! Essa forma de reagir às críticas indica que os defensores da liberdade ilimitada do humor pressupõem que o público deve sempre gostar daquilo que os humoristas fazem; se não fosse assim, tratariam com naturalidade as críticas recebidas. Essa concepção é tão autoritária quanto aquela que pretendem criticar.

Uma das consequências desse entendimento enviesado da liberdade de expressão é que os afro-brasileiros deveriam achar normal e rir de frases “humorísticas” como: “Poesia dengosa que só um mulato era capaz de compor”; “Preto que nem breu!”; ou “Ver o Monteiro Lopes cor de aurora”; “Tem um luto barato: fica nu”. Deveriam rir também de piadas contadas na década de 80, do século passado: “Você sabe quando preto sobe na vida? Quando o barraco explode”. Será que, de fato, acredita-se que a crítica a esse tipo de piada se deve ao “politicamente correto”

e ao não entendimento adequado do que seja o humor? Espera-se, realmente, que os afro-brasileiros achem isso engraçado?

A charge utilizada como epígrafe desta conclusão nos faz pensar sobre outras formas possíveis de abordar o problema racial brasileiro. Nesse sentido, respondemos de forma negativa à segunda questão, visto que ao rir das piadas racistas contribuímos, ainda que muitas vezes de “modo involuntário”, para naturalização do racismo.

Para encerrar, gostaríamos que este trabalho contribuísse para colocar o debate sobre as relações entre o humor e o racismo em outro patamar. Seria interessante que os críticos da interpretação aqui proposta apresentassem outra forma de analisar o que entendemos ser o racismo e o reforço de estereótipo promovido por Antônio Torres, Emílio de Menezes e Bastos Tigre, evidenciando, assim, que os textos, poemas satíricos e as charges trabalhadas no corpo desta tese não contribuíram para manutenção e perpetuação do racismo na sociedade. Com esse convite para o debate acadêmico, acreditamos que poderemos colaborar para futuras pesquisas sobre esse tema importante, porém, ainda, não devidamente explorado na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

Periódicos – estão organizados por ordem cronológica

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro (1827-2016)

O Tempo. Rio de Janeiro (1832-1846) / (1882-1888) [a espaçamento de edições] / (1891-1894)

A Imprensa. Rio de Janeiro (1852-1853) / (1898-1914)

Correio Paulistano. São Paulo (1854-1930) / (1934-1963)

Semana Ilustrada. Rio de Janeiro (1861-1876)

O Alabama. Bahia (1863-1871)

A Vida Fluminense. Rio de Janeiro (1868-1875)

O Mosquito. Rio de Janeiro (1869-1877)

A Comédia Social. Rio de Janeiro (1870-1871)

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro (1870-1959)

O Mequetrefe. Rio de Janeiro (1875-1893)

Revista Ilustrada. Rio de Janeiro (1876-1898)

Tagarela. Rio de Janeiro (1880-1881) / (1902-1905)

Cidade do Rio. Rio de Janeiro (1880-1909)

O Século. Rio de Janeiro (1880-1919)

O Paiz. Rio de Janeiro (1884-1934)

Jornal Cidade do Rio. Rio de Janeiro (1887-1893) / (1895-1902)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro (1891-1893) / (1894-2010 [fim da edição impressa]) / 2018 voltou a ter versão impressa]

D. Quixote. Rio de Janeiro (1895-1902 – Ângelo Agostini) / (1917-1927 – Manuel Bastos Tigre)

Correio da Manhã. Rio de Janeiro (1901-1974)

O Malho. Rio de Janeiro (1902-1954)

Revista Kosmos. Rio de Janeiro (1904-1909)

Revista Renascença. Rio de Janeiro (1904-1908)

Fon-Fon!. Rio de Janeiro (1907-1942)

Careta. Rio de Janeiro (1908-1926)

A Noite. Rio de Janeiro (1911-1957) / (1960-1964)

O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (1912-1919)

Brazileia. Rio de Janeiro (1917-1918 – Dr. Arnaldo Damasceno, Álvaro Bomílcar e Jackson Figueiredo) / (1931-1933 – Raimundo Padilha)

Gil Blas. Rio de Janeiro (1919-1923)

O Jornal. Rio de Janeiro (1919-1924) / (1924-1974)

Diário de Pernambuco. Pernambuco (Utilizamos na pesquisa somente a edição de 19 de setembro de 1926)

Estado de São Paulo. São Paulo (Utilizamos na pesquisa somente a edição de 03 de dezembro de 1947)

Revista da SBAT. Rio de Janeiro (Utilizamos na pesquisa somente o ano 36, n. 299, set./out. 1957)

Obras de Referências

BARBOSA, José. **As relações luso-brasileiras a imigração e a “descolonização” do Brasil.** Lisboa: Tipografia do Comércio, 1909.

BOMÍLCAR, Álvaro. **A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical.** Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

_____. **O preconceito de raça no Brasil.** Rio de Janeiro: Typographia Aurora, 1916.

CASTRO, Luís Joaquim de Oliveira, **Le Brésil Vivant.** 3ª Ed., Editora Librairie Fischbacher, Paris, 1891.

CLESER, Vera. **O lar doméstico:** conselhos para boa direção de uma casa. Rio de Janeiro – São Paulo: Laemmert & C., 1902.

CRULS, Gastão. **Antonio Torres e seus amigos – notas biobibliográficas seguidas de correspondência.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

_____. **Aparência do Rio de Janeiro:** notícia histórica e descritiva da cidade. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, Vol. 1, 1949.

DE CHOCOLAT. **Tudo Preto.** Rio de Janeiro. Caixa 40, nº 891, 1926.

DI ROMA, Wladimiro. **Preto e Branco.** Rio de Janeiro. Caixa 41, nº 916, 1926.

DORNAS FILHO, João. **Antônio Torres.** (Coleção Caderno Azul). Curitiba: Editora Guaíra Limitada, s/d.

DUQUE-ESTRADA, Osório. **Trovas Populares** (Conferências Literárias). Petrópolis: Editora Typografia Moderna, 1907.

FRANCO, Francisco Soares. **Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

FREITAS, Augusto Teixeira. **Consolidação das Leis Cíveis**, 3ª ed., Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro - Editor, 1896.

GRIECO, Agripino. **Evolução da prosa brasileira**. Rio de Janeiro: Ariel, 1933.

_____. **Evolução da poesia brasileira**. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

KEHL, Renato. **Eugenia e Medicina social**: problemas da vida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

_____. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

LACERDA, Renato de. **Um poeta singular, B. Lopes**. Niterói, 1949.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**: Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1944.

LOPES, B. **Sinhá-Flor**. Rio de Janeiro: Typ. L. Malafaia Junior, 1889.

LUSO, João (Armando Erse de Figueiredo). A alegria e a dor de Emílio de Menezes. In: **Revista da Academia Brasileira de Letras**, jun. 1935, Ano 27, nº 162, Vol. 48, p. 157-184.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, **Quando Eu Era Vivo**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Globo, 1945.

MENDES FRADIQUE. **História do Brasil pelo Método Confuso**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora a Livraria Leite Ribeiro, 1923.

MENDONÇA, Lúcio de (Juvenal Gavarni). **Esboços e perfis**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.
_____. **Horas de um tempo bom**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.

_____. **Caricaturas instantâneas**: Prudente de Moraes, Ubaldo do Amaral, José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva, Afonso Celso... Rio de Janeiro: A Noite, 1893.

MENEZES, Emílio de. **Obra reunida**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio / Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980.

_____. A Tragédia do Aquidabã, Dies irae. In: **Subsídios para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1949. V. 7, p. 229-241.

_____. **Mortalhas, os deuses em ceroulas**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

_____. **Últimas rimas**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1917.

_____. **Poesias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.

- _____. **Poemas da Morte**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.
- MENEZES, Raimundo de. **Bastos Tigre e la Belle Époque**. São Paulo: Edart, 1966.
- _____. **Emílio de Meneses: o último boêmio**. São Paulo: Livraria Martins, 1945.
- MONTEIRO, Mário. **Bilac e Portugal**. Lisboa: Agência Editorial Brasileira, 1936.
- NÓBREGA, Mello. **Evocações de B. Lopes**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- PEIXOTO, Afrânio. **Humour – ensaio breviário do humourismo nacional**. Rio de Janeiro: Jackson, 1944.
- QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- RIO, João (Paulo Barreto). **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ Laemmert & C., 1888.
- SINZIG, Pedro. **A caricatura na imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1911.
- TIGRE, Manuel Bastos. **Reminiscências: a alegre roda da Colombo e algumas figuras do tempo de antigamente**. Brasília: Thesaurus, 1992.
- _____. **Musa gaita: antologia da poesia cômica brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Unidade, 1949.
- _____. **Li-vi-ouvi**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- _____. **Entardecer**. Rio de Janeiro: Lithotyp Fluminense Ltda., 1935.
- _____. **Poesias humorísticas**. Rio de Janeiro: Flores & Mário, 1933.
- _____. **Penso, logo... eis isto: humorismos graves, ironias agudas, evidencias paradoxais**, por D. Xiquote. Rio de Janeiro: Typografia do Coelho, 1923.
- _____. **Arlequim**. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense, 1922.
- _____. **Fonte da Carioca**. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1922.
- _____. **Bolhas de sabão; Filosofia de taxi; Bíblia profana; Amorismo; Teatro miúdo**. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1919.
- _____. **Moinhos de vento, por D. Xiquote**. Rio de Janeiro: Livraria Editora J. Silva, 1913.
- _____. **Versos perversos: poesias satyricas em comentário aos acontecimentos de 1904**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1905.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília: INL, 1978. (Brasiliana, v.16).

_____. **A Organização Nacional**: Primeira Parte – A Constituição. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978a (Brasiliana, v.17).

_____. **As Fontes da Vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1915.

_____. Á margem de um manifesto. **A Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 325, 21 nov. 1910, p. 1.

TORRES, Antônio. **As Razões da Inconfidência**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1957.

_____. **Prós & Contras**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1925.

_____. **Pasquinadas cariocas**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1921.

_____. A União Luso-brazileira. In: DELAMARE, Alcebíades (dir.), **Gil Blas**. Rio de Janeiro, nº 68, p. 3, 27 mai. 1920.

_____. **Verdades indiscretas**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1920.

_____. & TIGRE, Bastos. **Viagem ao redor das mulheres**. Rio de Janeiro, 1920. (Peça teatral, encenada no Teatro Lírico pela Companhia Leopoldo Froes).

_____. **Da correspondência de João Epíscopo**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1917.

_____. **Carmen Tropicale**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1915.

VERÍSSIMO, José. **Estudos Brasileiros, 1877-1885**. Pará: Tavares Cardoso, 1889.

_____. O País Extraordinário. In: **Jornal do Comércio**, 04 de dezembro de 1899.

_____. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

Bibliografia Geral

ABREU, Martha. O “crioulo Dudu”: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **Topoi**, vol. 11, n. 20, jan./jun. 2010.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada “a ocasião da negrada bumar” comemorações da Abolição, música e política na Primeira República. **Varia História**: Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p. 97-120, jan./jun., 2011.

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passo, 2013.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Revista Brasileira de Letras**. Fase VII, ano X., nº 40, p. 127, jul./ago./set. 2004.
- ALBERTI, Verena. Prefácio. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 11-21.
- _____. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamira R. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- ALONSO, Ângela. **A teatralização da política: a propaganda abolicionista**. Texto digital apresentado ao Seminário Sociologia, História e Política, PPGS-USP, setembro de 2010.
- ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (Orgs.). **Historia de los Intelectuales em America Latina**. 1ª ed. Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008. v. 1, p. 312-334.
- ALVES, Dario de C.; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas: as relações entre Brasil e Portugal (1808-200)**. Brasília: Editora UNB, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1980.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.
- _____. **Afrocentricity: The Theory of Social Change**. Chicago: African American Images, 2003.
- _____. **The Afrocentric Idea**. Philadelphia: Temple University Press, 1998.
- _____. **Kemet, Afrocentricity and Knowledge**. Trenton: Africa World Press, 1990.
- ASSIS, Machado. **Correspondências de Machado de Assis: Tomo III, 1890-1900**.
- ROUANET, Paulo Sérgio (Coordenação e Orientação); MOUTINHO, Irene e ELEUTÉRO, Sílvia (Organização e Comentários). Rio de Janeiro: ABL, 2011.
- ATTARDO, Salvatore (Org.). Philosophy of Humor. In: **Encyclopedia of Humor Studies**. Texas: A & M University-Commerce, 2015.
- BACELAR, Jeferson Afonso. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador – Rio de Janeiro**: Pallas, 2001.
- BALABAN, Marcelo. **Estilo Moderno: Humor, literatura e publicidade em Bastos Tigre**. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

- _____. **Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BARBOSA, Raul de Sá. **Antônio Torres – uma antologia.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- BARBOSA, Rui. **A questão social e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1998 [1919].
- BARRETO, Lima. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha.** São Paulo: Ática, 1990.
- BARROS, Orlando. **Corações de Chocolate: A história da Companhia Negra de Revistas (1926-1927).** Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.
- BARROS, Roque Spencer M. A questão religiosa. In: **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II – O Brasil Monárquico. 4º Vol., Declínio e queda do Império.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- BENTO FILHO, Egídio. **O riso e suas técnicas no teatro.** Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.
- BERGER, Arthur Asa. **An Anatomy of humor.** New Jersey: Transaction Publishers, 1998.
- BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação da comichade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BESSONE, Tania Maria Tavares. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920.** 2ª ed., São Paulo: EDUSP, 2014.
- BETHELL, Leslie. O Imperialismo Britânico e a Guerra do Paraguai. In: **Estudos Avançados.** Vol. 9, nº 24, São Paulo, maio/ago., 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf>, acesso: 20 nov. 2017.
- BOLETIM DA SBAT, ano 7, nº 37, jul. 1927.
- BOLETIM DA SBAT, ano 22, n. 194, ago./set. 1940.
- BOLETIM DA SBAT, ano 22, n. 207, set. 1941.
- BOLETIM DA SBAT, ano 27, n. 229, abr./ago. 1946.
- BRASIL, Anais da Câmara: Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=27/12/1923, acesso em: 30 set. 23018.
- BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (Org.). **Uma história Cultural do Humor.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRETON, André. **Anthology of black humor.** San Francisco: City Lights Books, 1997.
- BRITO BROCA. **A vida literária no Brasil – 1900.** 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- _____. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos.** São Paulo: Pólis/Brasília: INL/MEC, 1979.

_____. **Memórias**. Organização de Francisco de Assis Barbosa, Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

_____. **Horas de leitura**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Instituto Nacional do Livro, 1957.

BURNS, E. Bradford. Manuel Querino's Interpretation of the African Contribution to Brazil. In: **The Journal of Negro History**, Vol. 59, nº. 1 jan., 1974, p. 78-86.

CARDOZO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo (Org.). **Revistas Ilustradas**: modos de ler e ver o Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

_____. Origens do projeto gráfico no Brasil. In: CARDOZO, Rafael (Org.). **Impresso no Brasil – 1808-1930**: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

CARRARA, Sérgio. A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica. In: **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, 1990, p. 82-105.

CARVALHO, José Murilo. José do Patrocínio, a Monarquia e a Abolição. IN: **Anais da Biblioteca Nacional**, Vol. 116, Rio de Janeiro: A biblioteca, 1999.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, Maria Alice R. de. Intelectuales Negros en el Brasil del Siglo XIX. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (Orgs.). **Historia de los Intelectuales em America Latina**. 1ª ed. Buenos Aires; Madrid: Katz Editores, 2008, v. 1, p. 312-334.

CERVO, Amado. A Revolta da Armada e a ruptura das relações diplomáticas. In: ALVES, Dario de C.; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas**: as relações entre Brasil e Portugal (1808-200). Brasília: Editora UNB, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIARADIA, Filomena. **Em revista o teatro ligeiro**: os “autores-ensaiadores” e o “teatro por sessões” na companhia do Teatro São José. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57127>, acesso em: 2 set. 2018.

CHIAVENATTO, Júlio José. **O Genocídio Americano**: a Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CLARKE, Allastair. **The pattern recognition Theory of Humour**. Montreal: Pyrrhic House, 2008.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa**: a América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CORDÁS, T. A. **Depressão**: da bile negra aos neurotransmissores. Uma introdução histórica. São Paulo: Lemos Editorial, 2002.

CORRÊA, Mariza. **Sobre a invenção de ser mulata**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1860>, acesso em: 29 set. 2018.

COSTA, Francisca Raquel. Além da liberdade: práticas de reescravização de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888. **Contraponto**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, Teresina, v. 3, nº 1, 2014.

D'ANGELI, Concetta; PADUANO, Guido. **O cômico**. Trad. Caetano Waldrigues Galindo. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

DANTAS, Carolina Vianna. **O Brasil Café com Leite**: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

_____. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. **Revista Tempo**, Vol. 13, nº 26, Niterói, 2009.

DAVIES, Christie. **The mirth of nations**. 2ª Ed. Nova York: Routledge, 2017.

_____. Cartuns, Caricaturas e Piadas. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, Humor e Caricatura**: a questão de estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, p. 93-124, 2011.

_____. **Jokes and targets**. Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 2011.

_____. **Jokes and their Relation to Society**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1998.

_____. **Ethnic Humor Around the World**: A Comparative Analysis, Bloomington: Indiana University Press, 1990.

_____. Irish Joke as a Social Phenomenon. In: DURANT, John; MILLER, Jonathan. **Laughing Matters: A Serious Look at Humour**. Harlow, Longman Scientific and Technical, 1988.

DAVIS, Douglas M. **The World of Black Humor: An Introductory Anthology of Selections and Criticisms**. New York: E.P. Dutton & Co., 1967.

DEL PRIORI, Mary. Coisas de Homem: cafés e livrarias. In: **História da gente brasileira – Império**. Vol. 2. São Paulo: Leya Editora, 2016.

DESCARTES, René. **As paixões da alma**. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. A Vênus Negra: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, janeiro-junho 2010.

DOUGLAS, Mary. The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception, In: **Man, New Series**, Vol. 3, nº. 3, sep., 1968, p. 361-376. Disponível no site: <http://www.jstor.org/stable/2798875>, acesso em: 02 set. 2016.

_____. **Implicit meanings: essays in anthropology**. Londres: Routledge, 1975.

DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (Org.). **Uma história Cultural do Humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 251-276.

DUGAS, Ludovic. **Psychologie de Rire**. Paris: Félix Alcan Editeur, 1902. Disponível no site: <https://archive.org/details/psychologieduri00dugagoog>, acesso em: 26 maio 2017.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

EFEGÊ, Jota. **Figuras e coisas da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: FUNART, 1979, Vol. 2.

EL FAR, Alessandra. **Encenação da Imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2000.

EMERSON, Joan P., Negotiating the Serious Import of Humor, In: **Sociometry**, Vol. 32, nº 2, jun. 1969, p. 169-181. Disponível no site: <https://www.jstor.org/stable/2786261>, acesso em: 30 ago. 2016.

EMICIDA. Bang!. Intérprete: Emicida. In: EMICIDA. **O Glorioso retorno de quem nunca esteve aqui**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013, 1 CD.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

_____. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FINCH III, Charles S. A Afrocentricidade e Seus Críticos. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 167-177.

_____.; NASCIMENTO, Elisa L. Abordagem Afrocentrada História e Evolução. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 37-69.

FLHERTY, Michael, G., A Formal Approach to the Study of Amusement in Social Interaction, In: Norman K. Denzin (Ed.) **Studies in Symbolic Interaction**, Vol. 5, London, JAI Press, 1984, p. 71-82. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288845811_A_formal_approach_to_the_study_of_a_musement_in_social_interaction, acesso em: 30 ago. 2016.

FONSECA, Dagoberto José. **Você conhece aquela?** – A piada, o riso e o racismo à brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FRANCIS, Roy G. Some Sociology of Humor, In: **International Social Science Review**, Vol. 63, nº 4, 1988, p. 158-164. Disponível no site: https://www.jstor.org/stable/41881834?seq=1#page_scan_tab_contents, acesso em: 12 ago. 2016.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Vol. 7.

FREYRE, Gilberto. Antônio Torres, escritor irrealizado. In: **Vida, forma e cor**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

FRIEDMAN, Bruce Jay, **Black Humor**. New York: Bantam Books, 1965.

FRYE, N. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. In: **Revista Domínios da Imagem**, nº 02, maio de 2008, Universidade Estadual de Londrina, 2008.

GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. Piadas Sérias. IN: **Lendo Freud – investigações e entretenimentos**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. **Freud para historiadores**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GEIER, Manfred. **Do que riem as pessoas inteligentes?** Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Tiago de Melo. **Um espelho no palco**: identidades sociais e massificação da cultura do teatro de revista dos anos de 1920. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

_____. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. **Centre for Brazilian Studies**, University of Oxford, Working Paper 52, 2005.

_____. Raça e estudo de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 147-156, jul. 1999.

_____. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, 1999, p. 103-117.

GUIMARÃES, F. Pinheiro. História de uma moça rica. In: **Antologia do Teatro Realista**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: Sua história. 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo (Edusp), 2005.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: Sua história. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HANSEN, João Adolfo. Malhado ou malhadiço a escravidão na sátira barroca. **Revista História**, São Paulo. 120, p. 163-181, jan/jun, 1989.

HERMAN, Lima. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

HERNÁNDEZ, Guillermo E. **La sátira chicana**: um estudio de cultura literaria. México: Siglo Veintiuno Editores, 1993.

HOBBS, Thomas. **Os elementos da lei natural e política**: tratado da natureza humana; tratado do corpo político. São Paulo: Ícone, 2002.

HOBBS, Eric & RANGER, Terence O. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. In: **Teoria e Pesquisa**, nº 42 e 43 Janeiro-Julho, UFSCAR, São Carlos, 2003. Disponível em www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/57/47, acesso em: 10 maio 2016.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **História – Encilhamento**: crise financeira. 2011. Ano 8. Edição 65. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2490:catid=28&Itemid=23, acesso em: 28 jul. 2018.

IZECKSOHN, Vitor. O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. In: **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, nº 21, p. 96-110 – 2015. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie7.pdf, acesso em: 11 nov. 2017.

_____. A guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.) **O Brasil Imperial II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JANOVITCH, Paula Ester. **Preso por trocadilho** – A imprensa irreverente paulistana de 1900 a 1911. São Paulo: Alameda, 2006.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

KIERKEGAARD, Sören Aabye. **O Conceito de ironia**: constantemente referido a Sócrates. 2ª. ed., Bragança Paulista: São Francisco, Editora Universitária, 2005.

_____. **É preciso duvidar de tudo**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELOSO, Mônica Pimenta (Orgs.). **Revistas ilustradas**: modos de ler e ver no segundo reinado. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

KPOGNON, Y. Stanislas. **Apologie du rire. Rire pour mieux se portte**. Cotonou: Star Editions, 2007.

KUPERMANN, Daniel; SLAVUTZKY, Amão (Orgs). **Seria trágico... se não fosse cômico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LACERDA, João Baptista de. Sobre os mestiços no Brasil. In: **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol.18, nº 1, Rio de Janeiro: jan./mar. 2011, p. 234-242.

LAIDER, Christiane. A lei do ventre livre: interesses e disputas em torno de um projeto de “abolição gradual”. Rio de Janeiro: **Revista Escritos**, nº 5, 2011. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/artigo09.php>, acesso em: 08 set. 2017.

LEITE, Francisco. **Emílio de Menezes e a expressão de uma época**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1969.

- LIMA, Hermano. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, Vol. 2.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2007.
- LOPES, Antonio Herculano. **Forrobodó entre raça e cultura**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21, nº 62, São Paulo, out., 2006.
- _____. (Org.). **Entre Europa e África: a invenção carioca**. Rio de Janeiro: Topbooks/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.
- _____. **Performance e história** (ou como a onça, de um salto, foi ao Rio do princípio do século e ainda voltou para contar a história). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_AntonioHerculano_Performance%20e_historia.pdf, acesso em: 3 out. 2018.
- LUSTOSA, Isabel. **Agostini – Obra, paixão e arte do italiano que desenhou o Brasil (1843-1910)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, coleção FCRB Estudos, v. 15, 2014.
- _____. (Org.). **Imprensa, Humor e Caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. Negro humor: a imagem do negro na tradição cultural brasileira. São Paulo: **Revista USP**, março/abril/maio, 1991.
- _____. Humor e política na Primeira República. São Paulo: **Revista USP**, setembro/outubro/novembro, 1989.
- MACHADO, Humberto Fernandes. José do Patrocínio: paternalismo na campanha abolicionista. IN: **Anais da Biblioteca Nacional**, Vol. 116, Rio de Janeiro: A biblioteca, 1999.
- MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: **Liberdade por um fio**. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. **A vida vertiginosa de João do Rio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARTINS, Ana Luiza. Desenho, Letra e Humor: Estereótipos na caricatura do Império. In: **Imprensa, Humor e Caricatura: A questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MATTOS, Hebe Maria, **Das Cores do Silêncio**. Os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. Edição revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade Como um Novo Paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.) **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-127.

MCGRRAW, A. Peter; WARNER, Joel. **The Humor Code – A Global Search for What Makes Things Funny**. Nova Iorque, NY: Simon & Schuster, 2014.

MCGRRAW, A. Peter; WARREN, Caleb. Benign violations: Making Immoral Behavior Funny. In: **Psychological Science**, Princeton University, vol. 21, nº 8, p. 1141-1149, 2010. Disponível em: <http://leeds-faculty.colorado.edu/mcgrawp/pdf/mcgraw.warren.2010.pdf>, acesso em: 09 ago. 2017.

MENDES, Cleise Furtado. **A gargalhada de Ulisses: a catarse na comédia**. São Paulo: Perspectiva / Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2008.

MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1889-1930)**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

MEZAN, Renato. Humor judaico: sublimação ou defesa?. In: **Interfaces da psicanálise**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 286-301.

MINSKY, Marvin. Jokes and their Relation to the Cognitive Unconscious. In: **Cognitive Constraints on Communication**, Vaina and Hintikka (eds.) Reidel, 1981. Disponível em: <http://web.media.mit.edu/~minsky/papers/jokes.cognitive.txt>, acesso em: 05 set. 2016.

MIRANDA, Luciana Lilian de. **Uma confederação luso-brasileira: entre o eloquente e o polêmico (1902-1922)**. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4982/3812>, acesso em: 28 de jun. 2018.

MONGO-MBOUSSA, Boniface. **Le pleurer-rire des écrivains**, In: AFRICULTURES, out. 1998. Disponível em: <http://www.africultures.com/php/?nav=article&no=523>, acesso em: 12 out. 2015.

MONTELLO, Josué. **O Presidente Machado de Assis nos papéis e relíquias da Academia Brasileira**. 2. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORREAL, John. **The Philosophy of laughter and humor**. New York: State University of New York, 1987.

- MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. In: **Estudos Avançados**, Vol. 9, nº 24, maio/ago., 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a12.pdf>, acesso: 20 nov. 2017.
- MULDER, M. P. e NIJHOLY, A. **Humour Research**: State of the Art. Disponível em: wwwhome.cs.utwente.nl/~anijholt/artikelen/ctit24_2002.pdf, acesso: 05 set. 2016.
- MULKAY, Michael. **On Humor**: Its Nature and Its Place in Modern Society, Cambridge: Polity Press, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. Riso negro e identidade. **Revista da ABPN**, v. 7, n. 16, mar – jun. 2015, p. 03-11.
- _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MURICY, Andrade. B. Lopes. In: **Revista da Brasileira de Letras**, set. 1945, Ano V, nº 14, p. 32-49.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na Mira do Pan Africanismo**. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.
- _____. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Elisa L. **O Sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- _____. **Pan-africanismo na América do Sul**: emergência de uma rebelião negra. São Paulo: Selo Negro, 1981.
- NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NÓBREGA, Mello. **Evocações de B. Lopes**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- OCTAVIO, Rodrigo. **Minhas memórias dos outros** (Nova Série). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles, relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de M., Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista Tempo**, Vol. 19, nº 35, Niterói, 2013.
- PETRO, Peter. **Modern Satire**. Four Studies. Berlin, New York: Mouton Publishers, 1982.

- PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. **Cadernos Pagu**. n.23 p. 89-120. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000200004>, acesso em: 25 set. 2018.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas**: literatos negros, racismo, e cidadania na segunda metade do século XIX. Campinas: UNICAMP, 2014.
- PIRANDELLO, Luigi. O Humorismo. In: **Pirandello**: Do teatro no teatro. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- PIROLA, Ricardo F. O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: Justiça, imprensa e política no século XIX. In: **Revista de História**. nº 176, FFLCH- São Paulo, 2017, p. 1-34. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332>, acesso em: 14 dez. 2017.
- PORTO, Walter Costa. “Dossiê: Rui e as eleições presidências”. In: **Senatus**, Brasília, v. 8, nº 2, out. 2010, p. 46-57. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191795/ruieaseleicoes.pdf?sequence=5>, acesso em 18 mar. 2019.
- POWELL, Chris. A Phenomenological Analysis of Humour in Society, In: POWELL, Chris; PATON, George E. C. (Orgs.). **Humour in Society**: Resistance and Control, Basingstoke, Macmillan, p. 86-105, 1988.
- PROPP, V. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.
- PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. O negro na ordem jurídica brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, V. 83, p. 135-149, 1988.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. Further Note on Joking Relationships, In: **Africa: Journal of the International African Institute**, Vol. 19, No. 2 Apr., 1949, p. 133-140. Disponível: http://www.jstor.org/stable/1156517?seq=1#page_scan_tab_contents, acesso em: 01 set. 2016.
- _____. On Joking Relationships, In: **Africa: Journal of the International African Institute**, Vol. 13, No. 3 jul., 1940, p. 195-210. Disponível: http://www.jstor.org/stable/1156093?seq=1#page_scan_tab_contents, acesso em: 01 set. 2016.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. São Paulo: Editorial Andes, 1957.
- RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.

- REZENDE, Joffre Marcondes de. Dos quatro humores às quatro bases, IN: **Á sombra do plátano: crônicas de história da medicina** (online). São Paulo: Editora UNIFESP, 2009.
- RIANI, Camilo. **Tá rindo do que?** Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. Piracicaba: UNIMEP, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000007>, acesso em: 19 set. 2018.
- ROCHA, Antônio Penalves. **Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)**. São Paulo: UNESP, 2009.
- RUIZ, Roberto. **O teatro de revista no Brasil: das origens a primeira guerra mundial**. Rio de Janeiro: Inacen, 1988.
- SALIBA, Elias Thomé. **Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: ensaios de História Cultural do Humor**. São Paulo: Intermeios, 2018.
- _____. História Cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. In: **Revista de História**. nº 176, FFLCH- São Paulo, 2017, pp. 1-34. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127332>, acesso em: 8 jan. 2018.
- _____. Cultura / As apostas na república. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). Vol. 3: **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 239-294.
- _____. **Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da belle époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. A Dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, Vol. 3: República: da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 289-366.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.
- SANTOS, Lucimar Felisberto. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. **Revista de História**, Salvador, V.2, nº 1, 2009.
- SCOTT, Weems. **Há! A ciência do humor – quando rimos e por quê**. São Paulo: DVS Editora, 2016.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil**, Vol. 3: República: da belle époque à era do rádio São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a sociedade do futuro. **Educação & Sociedade**, ano IX, n. 27, set. 1987, p. 93-112.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed., São Paulo: Mauad, 1999.

SOETHE, Paulo Astor. Sobre a sátira: contribuições da teoria literária alemã na década de 60. **Revista Fragmento**, Vol. 7, nº2, p. 07-27, Florianópolis/Jan-Jun./1998.

SOLOMON, A. **O demônio do meio-dia**: uma anatomia da depressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte**: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad, ADESA, 1996.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do Humor, trapanças da razão, a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

TIGRE, Manuel Bastos. Emílio de Menezes e a boemia de seu tempo. In: **Instantâneos do Rio Antigo**. BALABAN, Marcelo (Org.). Campinas: Mercado das Letras, 2003.

TROCHIM, Michael R. The Brazilian Black Guard: racial conflict in post-abolition Brazil. In: **The Americas**, v. 44, n. 3, p. 285-300, jan. 1988.

VEATCH, Thomas C. A theory of humor. In: **The International Journal of Humor Research**, Mouton de Gruyter, may, 1998. Disponível em: www.tomveatch.com/else/humor/paper, acesso em: 05 ago. 2016.

VELOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VENEZIANO, Neyde. **Não adianta chorar**: teatro de revista brasileiro... Oba! Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, C. Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500- 2000). São Paulo: Senac, 2000.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / EFRJ, 2002.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em áreas de fronteira. In: **Liberdade por um fio**. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEEMS, Scott. **Ha! Take a Science of when we laugh and why**. New York: Perseu Books, 2014.

WINSTON, Mathew. Humor Noir and Black Humor. In: **Veins of Humor**, 269-284. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, Vol. 3: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49-130.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cultura e valor**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ZIJDERVELD, Anton C. Trend Report: The Sociology of Humour and Laughter, In: **Current Sociology**, Vol. 31 n° 3, 1983, p. 1-59. Disponível no site: <http://www.worldcat.org/title/sociology-of-humour-and-laughter/oclc/730505729>, acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Jokes and their Relation to Social Reality, In: **Social Research**, Vol. 35, n° 2, p. 286-311, 1968. Disponível no site: https://www.jstor.org/stable/40969908?seq=1#page_scan_tab_contents, acesso em: 10 ago. 2016.